

Secretaria de
Turismo



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

PRODETUR
NACIONAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - AAE DO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO POLO COSTA DOS ARRECIFES

(Contrato PRODETUR Nº027/2012)



Agosto, 2013

BRENCORP
CONSULTORIA, MEIO AMBIENTE E EMPREENDIMENTOS LTDA

Av. Governador Carlos de Lima Cavalcante, nº 3995, Sala 27, CXPST 343 - Casa Caiada - Olinda. PE | CEP: 53040-000
Insc. Mun.: 061.942-6 | CNPJ/CGC.: 10.789.230/0001-35 | Tel/fax (81) 3326.1201 | E-mail: brencorpconsult@gmail.com

**Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do Plano de
Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa
dos Arrecifes**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Eduardo Henrique Accioly Campos

Governador do Estado

João Lyra Neto

Vice-Governador do Estado

SECRETARIA DE TURISMO

Alberto Feitosa

Secretário de Turismo

Adailton Feitosa

Secretário Executivo de Turismo

Eugênio Moraes

Secretário Executivo da Unidade de Coordenação do PRODETUR Nacional

Salo Bortman

Gerente Geral da Unidade de Coordenação do PRODETUR Nacional

EQUIPE TÉCNICA DA UCP PRODETUR NACIONAL PE

Simone Jar

Superintendente Técnica de Turismo

Luciana Sagi

Consultora Especialista em Turismo e Fortalecimento Institucional (Gerenciadora)

Marisa Jordão

Gestora de Projetos de Arquitetura e Patrimônio Histórico

Ana Cláudia Fonseca

Especialista em Arquitetura e Patrimônio Histórico (Gerenciadora)

Tiago Andrade Lima

Superintendente Técnico de Meio Ambiente

Elizabeth Domingos

Especialista em Meio Ambiente (Gerenciadora)

Carlos Estima

Superintendente Técnico de Infraestrutura

Cristiane Viana

Especialista em Infraestrutura (Gerenciadora)

Ana Maria Godoy Oliveira

Presidente da CEL/PRODETUR NACIONAL PE

Luis Antonio Abreu Lima da Rosa

Coordenador Geral/Gerenciadora PRODETUR NACIONAL PE

BRENCORP Consultoria, Meio Ambiente e Empreendimentos LTDA.

Lidia Biazzi Lu

Economista (Orientação Metodológica)

Manoel Plácido

Administrador (Orientação Metodológica)

Paulo Gonçalves dos Santos Filho

Engenheiro Civil (Coordenação Geral)

Ana Lúcia do Nascimento

Historiadora (Coordenação setorial Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Arqueológico)

Oswaldo Girão da Silva

Geógrafo (Coordenação setorial Geografia e Uso do Solo)

Arturo Maria de Jordan Goni

Economista (Coordenação setorial Economia)

Elder Lins Teixeira

Bacharel em Direito (Coordenação setorial Turismo)

Aldemir de Castro Barros

Biólogo (Coordenação setorial Meio Ambiente)

Luiz Moura de Santana

Engenheiro Sanitarista (Coordenação setorial Infraestrutura)

Sergio Albuquerque de Souza

Engenheiro (Coordenação setorial Logística e Mobilização Social)

Rafael Melo Maul de Paula Barbosa

Administrador (Apoio Técnico)

Laudiceia Nascimento de Oliveira

Técnica em Logística (Apoio Administrativo)

Apoio

André Meireles

Engenheiro Cartógrafo (Geoprocessamento e mapas temáticos)

Anne Cavalcanti

Designer (Programação Visual)

Glossário

AAE: Avaliação Ambiental Estratégica

AD-DIPER: Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

APAC: Agência Pernambucana de Águas e Clima

APETURR: Associação Pernambucana de Turismo Rural

APP: Área de Proteção Permanente

ARPE: Agência de Regulação de Pernambuco

ASTUR: Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco

ASTUR-PE: Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas

CHESF: Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COLMEIAS: Comissões Locais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental

COMPESA: Companhia de Saneamento de Pernambuco

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONDEPE/FIDEM: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CONDIC: Conselho Estadual de Política Industrial, Comercial e de Serviços

CONSEMA-PE: Conselho Estadual de Meio Ambiente

CPRH: Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

DER-PE: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco

EIA-RIMA: Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPETUR: Empresa de Turismo de Pernambuco

FCD: Fator Crítico de Decisão

FEMA: Fundo Estadual de Meio Ambiente

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

FUNDARPE: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado de Pernambuco

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

IQA: Índice de Qualidade da Água

ISS: Imposto Sobre Serviços

MMA: Ministério do Meio Ambiente

MME: Ministério de Minas e Energia

MIN: Ministério da Integração Nacional

OMS: Organização Mundial de Saúde

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PCH: Pequena Central Hidrelétrica

PDITS: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PIB: Produto Interno Bruto

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA: Plano Plurianual de Investimentos

PRODETUR: Programa de Desenvolvimento do Turismo

QRE: Quadro de Referência Estratégico

RPPN: Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTMA: Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente

SEMAS: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAG: Secretaria de Planejamento de Gestão

SES: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco

SESC: Serviço Social do Comércio

SETUR: Secretaria de Turismo de Pernambuco

UC: Unidade de Conservação

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPA: Unidade de Pronto Atendimento

Índice de Tabelas

Tabela 1: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Polo Arrecifes e de Pernambuco em 2010.	72
Tabela 2: Índices de Emprego / Ocupação dos municípios do Litoral Norte do Polo Arrecifes e de Pernambuco.	73
Tabela 3: Índices de Emprego / Ocupação dos municípios do Núcleo Metropolitano do Polo Arrecifes e de Pernambuco.	74
Tabela 4: Índices de Emprego / Ocupação dos municípios do Litoral Sul do Polo Arrecifes e de Pernambuco.	75
Tabela 5: Índices de Emprego / Ocupação em Fernando de Noronha e em Pernambuco.	76
Tabela 6: Finanças públicas dos municípios do Polo Arrecifes	78
Tabela 7: População Residente na subárea Litoral Norte.	79
Tabela 8: Crescimento Populacional do Subárea Litoral Norte entre 1991e 2010.	80
Tabela 9: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para o Subárea Litoral Norte.	81
Tabela 10: Distribuição da População Urbana e Rural para o Subárea Litoral Norte (2010).	82
Tabela 11: População Residente na subárea Metropolitano.	83
Tabela 12: Crescimento Populacional do Subárea Metropolitano entre 1991 e 2010.	84
Tabela 13: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para o Subárea Metropolitano.	85
Tabela 14: Distribuição da População Urbana e Rural para o Subárea Metropolitano (2010).	86
Tabela 15: População Residente do Subárea Litoral Sul.	87
Tabela 16: Crescimento Populacional do Subárea Litoral entre 1991 e 2010.	88
Tabela 17: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para o Subárea Litoral Sul.	89
Tabela 18: Distribuição da População Urbana e Rural para o Subárea Litoral Sul (2010).	90
Tabela 19: População Residente na subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.	90
Tabela 20: Crescimento Populacional do Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha entre 1991 e 2010.	91
Tabela 21: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para o Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.	91
Tabela 22: Distribuição da População Urbana e Rural para o Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha (2010).	92
Tabela 23: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Litoral Norte.	93
Tabela 24: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Litoral Norte.	93
Tabela 25: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Metropolitano.	95

Tabela 26: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Metropolitana.	96
Tabela 27: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Litoral Sul.	97
Tabela 28: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Litoral	97
Tabela 29: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 –Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.	998
Tabela 30: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.	99
Tabela 31: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios do Subárea Litoral Norte (1991, 2000 e 2010).	100
Tabela 32: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios do Subárea Metropolitan (1991, 2000 e 2010).	101
Tabela 33: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios do Subárea Litoral Sul (1991, 2000 e 2010).	101
Tabela 34: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios da Subárea Fernando de Noronha (1991, 2000 e 2010).	102
Tabela 35: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal – Subárea Litoral Norte (2005 a 2011).	103
Tabela 36: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual - Subárea Litoral Norte (2005 a 2011).	104
Tabela 37: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal Subárea Metropolitan (2005 a 2011).	105
Tabela 38: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Subárea Metropolitan (2005 a 2011).	106
Tabela 39: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal do Subárea Litoral Sul (2005 a 2011).	107
Tabela 40: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Subárea Litoral Sul (2005 a 2011).	108
Tabela 41: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal do Subárea Fernando de Noronha (2005 a 2011).	109
Tabela 42: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Subárea Fernando de Noronha (2005 a 2011).	109
Tabela 43: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades) – Subárea Litoral Norte - 2013.	110
Tabela 44: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades)– Subárea /Metropolitan - 2013.	111
Tabela 45: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades) – Subárea Litoral Sul - 2013.	112
Tabela 46: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades)– Subárea Fernando de Noronha - 2013.	113
Tabela 47: Instrumentos de Ordenação Territorial.	158
Tabela 48: Investimentos específicos para empreendimentos nos limites do Estado e os investimentos nos quais o Estado é um dos beneficiários.	198
Tabela 49: Investimentos por Setor até 2020 (em R\$ milhões).	214
Tabela 50: Projeções dos Empregos Diretos e Indiretos Gerados pelo Turismo no Estado de Pernambuco no Período de 2006 a 2020.	214
Tabela 51: Resultados e Projeções da Receita Turística do Estado de	215

Pernambuco no Período de 1997 a 2020 (em R\$ milhões).	
Tabela 52: Legislação Ambiental Federal Aplicável.	217
Tabela 53. Legislação Ambiental Estadual Aplicável.	220
Tabela 54. Categorização da Carteira de Programa e Projetos do PDITS.	227

Índice de Quadros

Quadro 1: Subáreas e Municípios do Polo Costa dos Arrecifes.	34
Quadro 2: Instituição por município integrante do Polo Costa dos Arrecifes e seus respectivos objetivos e contatos	162
Quadro 3: Plano Plurianual do Estado de Pernambuco - PPA 2012 a 2015, Dotações 2013 a 2015 ¹	184
Quadro 4: PAC - Empreendimentos mais significativos – Polo Costa dos Arrecifes	201
Quadro 5: Implantação ou Ampliação Hoteleira 2013 - 2015	208
Quadro 6. Fatores Críticos de Decisão (FCDs) do Polo Costa dos Arrecifes e Valorização de Aspectos nas decisões estratégicas.	231

¹ Dotações mais significativas para o objeto em análise.

Índice de Figuras

Figura 1: Localização das Bacias de Pernambuco e Paraíba	32
Figura 2: Grande “edifício vulcânico” que compõe o arquipélago de Fernando de Noronha, com o início de sua gênese a 12 milhões de anos. Fonte: MOREIRA, 2013.	32
Figura 3: Formações Geológicas presentes na Ilha de Fernando de Noronha	38
Figura 4: Vista do Recife. Óleo sob tela, 144 x 200 cm. In: GALINDO, Marcos, MENEZES, José Luiz Mota & MONTES, Maria Lúcia. Eu, Maurício: os espelhos de Nassau. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 77	46
Figura 5: Vista da cidade do Recife (detalhe). MENEZES, José Luiz (Assessoria). Moinho Recife: relatório 86 / 87. Recife: Marprint, s/data, p. 13.	44
Figura 6: Vista da porção sul da cidade do Recife, durante a ocupação holandesa. Capitânia de Pernambuco. Gravura em buril, impressa no Jornael van Matheus van den Broeck, 1651. In: GALINDO, Marcos & MENEZES, José Luiz Mota. Desenhos da Terra: Atlas Vingboons. Recife: Espaço Cultural Bandepe, , p. 16.	54
Figura 7: Vila Conceição de Itamaracá, com a capela da Santa Casa de Misericórdia (1), Casa da Câmara e cadeia (2) e Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	54
Figura 8: Descrição da Ilha de Itamaracá com os alojamentos do inimigo holandês quando o tomou (1635). Por João Teixeira Albernaz	57
Figura 9: "Stadt Nostre Signora de Conception" (1640). Autor não identificado.	59
Figura 10: Traçado do Arco Metropolitano. Na cor preta, o traçado original e na cor rosa, o novo traçado.	60
Figura 11: Barragens que construção para contenção de enchentes e abastecimento de água.	60
Figura 12: Ocupação da planície fluvial do rio Fragoso, bairro de Jardim Fragoso em Olinda. Fonte: Google Earth – 24/11/2009	121
Figura 13: Ocupação desordenada em áreas de morros na Zona Norte do Recife, bairro da Guabiraba. Fonte: Google Earth – 24/11/2009.	125
Figura 14: Quadro de referência estratégica - QRE	137
Figura 15: Investimentos a serem aplicados em Pernambuco com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	159
Figura 16. Desenho esquemático da técnica War Room aplicada do estudo	160
Figura 17: Quadro de referência estratégica - QRE	175
Figura 18: Investimentos a serem aplicados em Pernambuco com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	197
Figura 19. Desenho esquemático da técnica War Room aplicada do estudo	231
Figura 20: Os principais equipamentos de infraestrutura, do Polo Costa dos Arrecifes	237

Índice de Fotos

Foto1: Extremo sul do Bairro do Recife.	56
Foto 2: Foz do Rio Goiana, em Goiana	114
Foto 3: Enrocamento construído na Praia do Janga, em Paulista.	115
Foto 4: Forte Orange e a orla oceânica da Ilha de Itamaracá.	116
Foto 5: Aspectos da praia de Barra de Jangada, em Jaboatão dos Guararapes.	117
Foto 6: Aspectos da praia de Boa Viagem, em Recife.	118
Foto 7: Aspectos da engorda das praias de Jaboatão dos Guararapes.	118
Foto 8: Bairro do Recife, sede do porto Digital, referência nacional.	119
Foto 9: Aeroporto Internacional dos Guararapes Gilberto Freire, em Recife	120
Foto 10: Praia de Suape, no Cabo de Santo Agostinho	120
Foto 11: Complexo Industrial Portuário de Suape, no Cabo de Santo Agostinho	120
Foto 12: Aspectos da Ilha de Fernando de Noronha.	122
Foto 13: Sistema de Abastecimento de Água da RMR, Barragem Tapacurá.	123
Foto 14: Estação de Tratamento de Água do Sistema Tapacurá.	124
Foto 15: Aspectos da limpeza urbana no bairro do Arruda, em Recife	127
Foto 16: Aspectos da drenagem da Av. Agamenon Magalhães, em manhã de chuva intensa coincidindo com a máxima preamar.	129
Foto 17: Estuário do Rio Jaboatão no Núcleo Metropolitano. Ao fundo, Barra de Jangadas. Coordenadas: 02°87'144" – 90°89'972"	141
Foto 18: Flagrante de despejo de resíduo industrial no estuário do rio Jaboatão. Agressão ao Estuário e ao Manguezal.	142
Foto 19: Vegetação típica de restinga observada no estuário dos rios Jaboatão e Pirapama.	144
Foto 20: Aspecto da restinga do Paiva no Núcleo Metropolitano.	145
Foto 21: Rodovia transporá coqueiral no litoral entre a praia e a restinga	146
Foto 22: Coqueiral no litoral norte.	146

Índice de Gráficos

Gráficos 1 e 2: Climogramas dos Municípios de Igarassu (à esquerda) e de Recife (à direita), demonstrando a similaridade dos índices térmicos e pluviométricos para a costa pernambucana.	43
Gráfico 3: índices de precipitação pluviométrica da Ilha de Fernando de Noronha.	48
Gráfico 4: índices térmicos da Ilha de Fernando de Noronha.	49

Sumário

APRESENTAÇÃO	17
1. OBJETO DA AAE.....	20
1.1. Configuração do Objeto AAE.....	20
1.1.1. Caracterização dos Produtos Turísticos.....	20
1.1.2. Nível de Organização Institucional do Turismo	23
1.1.3. Capacidade Receptiva e Acessibilidade.....	24
1.1.4. Potencial de Atração Turística e Segmentação de seus Fluxos	27
1.1.5. Formas de Divulgação e Comercialização.....	29
1.2. Visão Estratégica para Exploração Sustentável do Turismo.....	30
2. MARCO DE REFERÊNCIA – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO POLO COSTA DOS ARRECIFES	33
2.1. Municípios Integrantes do Polo e sua Integração Regional e Estadual.....	33
2.2. Referências da Ambientância do Polo.....	36
2.3. Indicadores das Condições Socioeconômicas e Demográficas dos Municípios do Polo Costa dos Arrecifes.....	69
2.4. Saneamento Ambiental	114
2.5. Síntese de Impactos Socioambientais da Dinâmica do Turismo na Realidade do Polo Costa dos Arrecifes.....	130
2.5.1. As Condições Ambientais do Polo Costa dos Arrecifes.....	131
2.5.2. As Repercussões do Desenvolvimento do Turismo nas Condições Ambientais do Polo Costa dos Arrecifes.....	156
2.6. Síntese da Capacidade Institucional de Gestão Ambiental e Turística	157
2.7. Presença de Instrumentos de Ordenamento Territorial nos Municípios.....	158
2.8. Presença de Associações Civas em Processo Participativo	161
2.8.1. Qualidade da participação, pactos, alianças acordadas e conflitos.....	174
3. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO - QRE	175
3.1. Macro Orientações Estratégicas - Políticas do Estado de Pernambuco	176
3.1.1. Política Econômica.....	176
3.1.2. Política Estadual de Turismo.....	209
3.2. Legislação Ambiental Aplicável.....	216

3.3. Análise das Questões Institucionais Envolvendo os Segmentos Meio Ambiente e Turismo no Estado e no Polo Costa dos Arrecifes	221
3.4. Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas - BID	224
4. FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO (FCD) E VISÃO DE FUTURO	229
4.1. Identificação dos FCD do Polo Costa dos Arrecifes	230
4.2. Visão de Futuro: Cenarização dos Fatores Críticos de Decisão - FCD.....	233
5 DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES	238
6. ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO / MONITORAMENTO DA AAE DO POLO TURÍSTICO COSTA DOS ARRECIFES	249
ANEXOS	253

APRESENTAÇÃO

O documento base da AAE do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, está organizado em seis capítulos, conforme sinteticamente descrito na sequência.

O Capítulo 1 contempla o “Objeto AAE” que consolida informações e análises focadas na evolução e no estágio de desenvolvimento do setor do turismo no Polo, abordando segundo a ótica estratégica, aspectos diversos e complementares a exemplo dos produtos turísticos, dos fluxos turísticos, da capacidade receptiva e do grau de desenvolvimento institucional do setor e se complementa com a elaboração de uma Visão Estratégica do Desenvolvimento do Turismo no Polo, em bases sustentáveis.

No Capítulo 2, intitulado “Marco de Referência Estratégico – MRE” constam informações e avaliações enfocando setores de especialização diversos para retratar a realidade do Polo e dos seus municípios componentes (Goiana, Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande e Distrito de Fernando de Noronha),

A abordagem adotada no MRE engloba a percepção dos subsistemas Meio Ambiente, Socioeconômico, dos aspectos relacionados ao ordenamento territorial adicionando-se às questões relativas ao Clima, Relevo, de tipologia dos Solos e Processo de Ocupação, do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Arqueológico, das questões ligadas à infraestrutura com ênfase nos aspectos relacionados à acessibilidade e aos serviços de saneamento básico em seus quatro segmentos.

Adicionalmente, o MRE contempla a Análise do estágio de Desenvolvimento Institucional envolvendo os setores do turismo e do meio ambiente, culminando com a abordagem das questões ligadas à participação social na formulação e implementação das políticas públicas.

O Capítulo 3 contém o “Quadro de Referência Estratégico – QRE”, onde são abordados, segundo um enfoque estratégico, temas relacionados à Política de

Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, a Política Ambiental, a Política de Desenvolvimento do Turismo e uma Análise Estratégica dos Aspectos do Desenvolvimento Institucional dos segmentos Meio Ambiente e Turismo, tendo em vista promover a aderência destas abordagens com as questões correspondentes, no âmbito do Polo Costa dos Arrecifes.

A consolidação do conhecimento e avaliações agregadas nos capítulos 1, 2 e 3 anteriormente descritos, propiciam a sedimentação de uma plataforma integrada de embasamento para a formulação dos “Fatores Críticos de Decisão – FCD” que constituem o conteúdo do Capítulo 4 da AAE, os quais refletem as questões estratégicas centrais a serem tratadas na etapa de formulação e consolidação dos resultados do trabalho em foco.

Além da explicitação dos Fatores Críticos de Decisão – FCD que emergem em decorrência do conteúdo dos capítulos precedentes, o Capítulo 4, contempla adicionalmente a formulação dos Cenários de Comportamento dos FCD, segundo o horizonte do PDITS que alcança a perspectiva de cinco anos e subsequentemente a cenarização dos FCD segundo um horizonte de longo prazo, abordando a perspectiva de dez anos.

O Capítulo 5 da AAE do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, contempla as Diretrizes a serem propostas aos diversos níveis do poder público envolvendo a esfera estadual e dos municípios componentes do Polo e as Recomendações a serem sugeridas aos agentes privados aí envolvidos, potenciais empreendedores que possam agregar capital e capacidade gerencial além da comunidade local, tendo em vista prover os pré citados entes públicos e privados, de elementos estratégicos capazes de compatibilizar o desenvolvimento do setor de turismo do Polo com sustentabilidade e eficiência máximos.

Finalmente no capítulo 6, sob o título “Elaboração de Programa de Acompanhamento / Monitoramento da AAE do Polo Turístico Costa dos Arrecifes” são apresentadas as bases para a implementação de um sistema de monitoramento e gerenciamento das Diretrizes e Recomendações propostas nesta



AAE do Polo Costa dos Arrecifes, de forma a dar consistência, efetividade e consecução à abordagem estratégica do desenvolvimento do turismo no Polo, em consonância com a recomposição, preservação e utilização racional dos recursos naturais.

1. OBJETO DA AAE

No âmbito de processos decisórios estratégicos, os fatores determinantes de alterações numa dinâmica territorial ou setorial são as intenções ou as opções estratégicas buscadas por meio de políticas públicas, de planos e programas de desenvolvimento setorial e planos e programas de desenvolvimento territorial. Essas intenções ou opções estratégicas constituem o objeto AAE, definindo-se no quadro de uma visão de longo prazo.

No caso do objeto AAE do planejamento do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, tais políticas públicas estão sendo esclarecidas e estabelecidas para o horizonte de curto e médio prazo pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, que se constitui em balizamento central para a AAE ora desenvolvida.

Entende-se que o Objeto AAE do planejamento do Polo Costa dos Arrecifes seja constituído pelos seus Produtos Turísticos atuais e potenciais, seu mercado, seu desempenho e chances de evolução com processos sustentáveis a médio e longo prazo. E a prospecção sobre a intenção da estratégia de desenvolvimento que se pretende, consubstanciada em investimentos que irão compor a carteira de projetos do respectivo PDITS.

Com essa compreensão, descreve-se a seguir a configuração do Objeto AAE.

1.1. Configuração do Objeto AAE

1.1.1. Caracterização dos Produtos Turísticos

O Polo Turístico Costa dos Arrecifes é constituído por dezesseis destinos distribuídos por quatro regiões turísticas do Estado, incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha e a Ilha de Itamaracá, conforme discriminado no quadro abaixo.

Regiões Turísticas	Destinos do Polo Arrecifes
Distrito de Fernando de Noronha	Distrito de Fernando de Noronha
História e Mar	Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.
Costa Náutica Coroa do Avião	Goiana, Ilha de Itamaracá, Igarassu, Itapissuma e Paulista.
Costa dos Arrecifes	Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande.

Observe-se que esse Polo inclui os principais destinos turísticos de Pernambuco, conforme poderá ser constatado pela sua participação na capacidade receptiva e no fluxo de turistas que chegam ao seu território, referidos respectivamente nos itens 1.1.3 e 1.1.4. Entre os Municípios que o integram encontram-se os três destinos considerados pela EMBRATUR como indutores do turismo para o Estado - Recife, a capital do Estado, Ipojuca e Fernando de Noronha – entendendo-se como indutores aqueles municípios com maior e melhor infraestrutura e com um conjunto de atrativos qualificados, identificados através de pesquisa da consultoria internacional realizada pelo Ministério do Turismo. Em todo o Brasil, foram classificados pelo Ministério 65 destinos indutores. Esses municípios recebem do Ministério do Turismo orientação e capacitação para desenvolver e elaborar um plano de ação a fim de alcançar um nível de competitividade internacional. Esses municípios são responsáveis por induzir o desenvolvimento na região turística.

O produto turístico do Polo, até mesmo em função de sua dimensão, é bastante diversificado, tendo em comum o lazer vinculado ao sol e mar e às belezas naturais de suas praias e ilhas, que permitem a contemplação, a prática de esportes náuticos, inclusive do mergulho, e o desenvolvimento do turismo ecológico, possuindo um rico patrimônio histórico-cultural e diversificada gastronomia, compondo uma realidade que o sociólogo Gilberto Freyre conceituou como sendo a Civilização do Açúcar, por ter se originado do cultivo da cana de açúcar e reunir as características consideradas essenciais a ser assim considerado.

O desenvolvimento urbano do Recife e seu histórico posicionamento como metrópole da região nordestina impulsionou o desenvolvimento do turismo de negócios e de eventos profissionais a eles vinculados, aproveitando o dinamismo de seu comércio, a estrutura de serviços de que dispõe e a excelência de seu Polo médico.

No aspecto cultural vale destacar que a cidade de Olinda, geminada à capital do Estado, ostenta o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, declarado em 1982 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O Polo possui relevante importância histórica para o País desde o início da colonização, tendo sido berço de diversos movimentos revolucionários, libertários e republicanos, e local de nascimento do Exército Brasileiro formado pela união do português, do negro e do índio para o combate e expulsão dos Holandeses de seu território.

O processo de evolução no Turismo no polo Costa dos Arrecifes é ilustrado na figura seguinte:

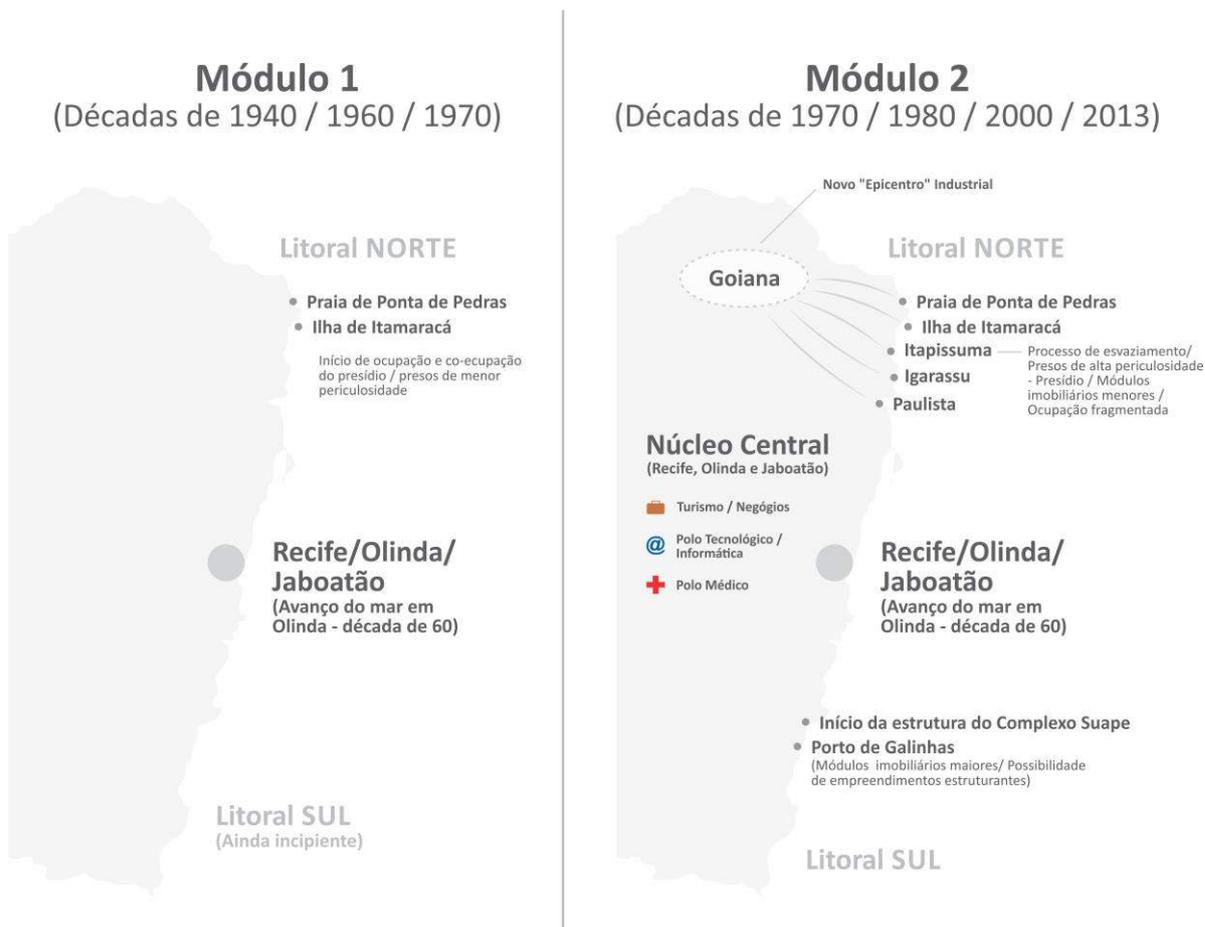


Figura 1. Ilustração do processo de evolução do Turismo no Polo Costa dos Arrecifes

1.1.2. Nível de Organização Institucional do Turismo

Em função de ser constituído pelos Municípios turisticamente mais desenvolvidos do Estado, incluindo sua capital, o Polo apresenta elevada organização institucional do turismo no que diz respeito ao setor público, onde se constata a presença de unidades administrativas voltadas para a gestão do turismo nas estruturas governamentais de seus Municípios, em sua quase totalidade integrantes da ASTUR – Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco, e muitos com Conselhos de Turismo em funcionamento ou formação.

O eixo Recife/Olinda sedia a Secretaria de Turismo do Estado e seu Conselho Estadual de Turismo, possuindo um dos mais importantes Centros de Convenções, Feiras e Exposições do País, além de outras instituições de grande importância para o desenvolvimento do turismo, tais como Universidades com cursos de turismo e gastronomia e os integrantes do sistema “S” SENAC e SEBRAE.

Também o setor privado encontra-se devidamente organizado através de instituições classistas que agregam hoteleiros, proprietários de bares e restaurantes, agentes de viagem, organizadores de congressos, guias de turismo, bacharéis em turismo, locadoras de veículos, artesãos, pousadeiros e empresários do turismo rural, entre tantos outros.

Merece ainda especial destaque a existência do Recife Convention & Visitors Bureau, entidade privada fundada em 2001 e constituída por integrantes do trade do turismo com o objetivo de trabalhar na divulgação promocional do turismo do destino e na captação de congressos, convenções, seminários, feiras e outros eventos.

1.1.3. Capacidade Receptiva e Acessibilidade

O Polo Costa dos Arrecifes possuiu expressiva capacidade receptiva de turistas em função de sua oferta de leitos em Meios de Hospedagem, conforme a seguir discriminado, e que corresponde a 60,57% da disponibilidade do Estado, sendo que a maior concentração ocorre nos três Municípios indutores, que respondem conjuntamente por 75,94% do Polo, incluindo-se nesse conjunto Olinda e Jaboatão dos Guararapes em função de integrarem a mesma realidade urbana da cidade do Recife com a qual são conjugadas.

Oferta dos Meios de Hospedagem nos Municípios do Polo Costa dos Arrecifes – Outubro de 2012				
Municípios	Total De Meios De Hospedagem			% Do Polo (Leitos)
	Nº	Uh*	Leitos	
Barreiros	09	204	158	0,36
Cabo De Santo Agostinho	52	1.069	3.545	8,16
Fernando De Noronha	115	683	1.793	4,13
Goiana	11	215	675	1,55
Igarassu	09	319	1.121	2,58
Ilha De Itamaracá	16	254	751	1,72
Ipojuca	210	5.090	15.306	35,22
Itapissuma				-
Jaboatão Dos Guararapes	17	1.017	2.261	5,21
Olinda	33	797	1.997	4,59
Paulista	13	309	924	2,12
Recife	79	5.043	11.642	26,79
Rio Formoso	05	108	262	0,60
São José Da Coroa Grande	11	176	727	1,67
Sirinhaém	13	115	373	0,86
Tamandaré	39	546	1.924	4,44
Total do Polo	632	15.945	43.459	100

*UH – Unidades habitacionais do estabelecimento (aptos, quartos, suítes, etc.)

Fonte: EMPETUR

O Polo dispõe da capacidade receptiva necessária ao atendimento do visitante, não só a partir da capital do Estado, principal centro urbano e de serviços, que dista pelo litoral apenas 65 km do seu extremo norte, Goiana, e 125 Km do seu extremo sul, São José da Coroa Grande, como também por ser dotado de infraestrutura adequada em seus demais centros urbanos, oferecendo restaurantes e bares de gastronomia regional e internacional, agências de viagem, operadoras de receptivo, espaços para realização de congressos, feiras, seminários e outros eventos, locadoras de veículos e demais serviços de apoio.

No que diz respeito à acessibilidade aérea e marítima, o Polo é servido por dois aeroportos, o Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre, localizado no Recife, dotado de terminais de cargas e de passageiros, este com

capacidade para atender nove milhões de passageiros por ano, recebendo diariamente voos regulares procedentes dos diversos Estados do Brasil e do Exterior. O outro aeroporto fica localizado no Arquipélago de Fernando de Noronha, atendendo a voos regionais e nacionais, com uma pista de 1.840 metros, apta a receber aviões do tipo Boeing 737, e operando diariamente vôos procedentes do continente.

Por via marítima o Polo é atendido também por dois portos que recebem passageiros, o Porto do Recife com capacidade para receber navios de cruzeiros internacionais que regularmente fazem escala em período de temporada e localizado no bairro histórico do Recife Antigo, um dos principais pontos de visitação turística da cidade, e o Porto de Fernando de Noronha, que permite a atracação de pequenas embarcações e onde podem chegar, mediante autorização especial da Administração do Arquipélago e dos Órgãos de Controle Ambiental, em função de ser o território ao mesmo tempo uma APA e um Parque Nacional, cruzeiros marítimos em temporadas definidas. (Figura 1).

Essas restrições existentes ao acesso ao Arquipélago de Fernando de Noronha limitam também o número de visitantes que podem chegar por dia ao destino, sendo cobrada uma taxa destinada à preservação ambiental, cujo valor varia de acordo com o período de permanência do turista. Ainda por via marítima, a existência de marinas ao longo do território do Polo permite a chegada de embarcações de pequeno porte.

No que diz respeito à acessibilidade terrestre o Polo é servido por uma malha rodoviária constituída por rodovias federais e estaduais, com destaque para a BR 101 que, atravessando o país, corta seu território no sentido Norte Sul, sendo complementada na interligação municipal pela rede de estradas do Estado.

1.1.4. Potencial de Atração Turística e Segmentação de seus Fluxos

O Polo Costa dos Arrecifes, conforme referido no item 1.1.1, constitui o mais importante destino turístico do Estado, sendo que só o Recife, capital do Estado e seu principal destino indutor de turismo, recebe em torno de 58% dos fluxos globais de turistas que chegam ao Estado, conforme pode ser visto na tabela a seguir, que reporta ao desempenho nos últimos cinco anos.

Fluxo Global e Turistas - Pernambuco e Recife, 2008 – 2012 (1)			
Ano	Recife (2)	Pernambuco	Participação do Recife (%)
2008	2.213.819	3.775.588	58,6
2009	2.296.652	3.944.895	58,2
2010	2.478.527	4.257.810	58,2
2011	2.647.835	4.557.921	58,1
2012	2.773.963	4.782.963	58,0

(1) - Inclui os visitantes que se hospedam em estabelecimentos hoteleiros/extra hoteleiros / casa própria/alugada; casa de amigos/parentes e outros estabelecimentos extra hoteleiros

(2) - Inclui Olinda e Jaboatão dos Guararapes

Fonte: EMPETUR/Diretoria de Estruturação do Turismo /Unidade de Estudos e Pesquisas.

Diversos são os motivos que trazem os turistas aos principais destinos do Polo, havendo uma variação em função da própria natureza de cada um. As pesquisas existentes e realizadas em 2012 se referem aos três destinos indutores e mais à Ilha de Itamaracá e como pode ser observado destacam a preponderância do motivo passeio (turismo de lazer) para os destinos caracteristicamente de praia – Ipojuca, Fernando de Noronha e Ilha de Itamaracá -, enquanto para o Recife são dominantes os motivos Negócio/Trabalho e Visita a parente/amigo. Os motivos Eventos, Saúde e Intercâmbio/Estudo são também mais observados no caso da capital do Estado.

Motivo da Viagem dos Turistas Chegados em 2012 em Municípios do Polo Costa dos Arrecifes (%)					
Motivos da Viagem	Municípios do Polo				
	Municípios Indutores*				Ilha de Itamaracá**
	Recife	Ipojuca	Fernando de Noronha	Média Geral	
Passeio	19,35	93,69	87,82	54,63	88,19
Negócio / trabalho	37,41	2,23	10,17	21,27	2,14
Visita Parente / Amigo	31,26	2,61	1,93	17,35	9,16
Eventos	3,39	1,40	0,00	2,28	0,20
Saúde	3,90	0,00	0,00	2,01	-
Intercâmbio / Estudo	2,51	0,00	0,00	1,31	-
Religião	0,33	0,00	0,00	0,17	-
Outros	1,86	0,00	0,00	0,99	0,31

Pesquisa realizada nos meses de Janeiro, Maio, Julho e Novembro de 2012

**Pesquisa realizada em Janeiro de 2012

Fonte: EMPETUR – pesquisa do perfil do turismo receptivo

Apesar da inexistência de pesquisas relativas aos motivos de viagem para os demais destinos do Polo pode-se considerar, pela observação da realidade em campo, a ocorrência de um forte fluxo de excursionismo originário dos Municípios Indutores e dos Estados vizinhos. Da mesma forma observa-se a ocorrência do turismo de veraneio, aproveitando-se os meios de hospedagem existentes e as residências destinadas a segundas moradias.

Com relação à origem dos turistas que chegam ao Polo observa-se uma preponderância de brasileiros, sendo a presença de estrangeiros inferior em média a 10% para os destinos pesquisados e constantes da tabela abaixo.

Origem dos Turistas Chegados em 2012 em Municípios do Polo Costa dos Arrecifes (%)					
Local de Origem	Municípios do Polo				
	Municípios Indutores*				Ilha de Itamaracá*
	Recife	Ipojuca	Fernando de Noronha	Média Geral	
Brasil	93,74	87,20	90,91	90,99	99,29
Exterior	6,26	12,80	9,09	9,01	0,71

*Pesquisa realizada nos meses de Janeiro, Maio, Julho e Novembro de 2012

**Pesquisa realizada em Janeiro de 2012

Fonte: EMPETUR – pesquisa do perfil do turismo receptivo

No que diz respeito à origem dos turistas brasileiros observa-se, com exceção para a Ilha de Itamaracá, que grande parte do fluxo se origina de outros Estados do País.

Origem dos Turistas do Brasil Chegados em 2012 em Municípios do Polo Costa dos Arrecifes (%)					
Local de Origem	Municípios do Polo				Ilha de Itamaracá**
	Municípios Indutores*				
	Recife	Ipojuca	Fernando de Noronha	Média Geral	
Pernambuco	14,95	12,42	20,89	14,67	85,47
Outros Estados	85,05	87,58	79,11	85,33	14,53

Pesquisa realizada nos meses de Janeiro, Maio, Julho e Novembro de 2012

**Pesquisa realizada em Janeiro de 2012

Fonte: EMPETUR – pesquisa do perfil do turismo receptivo

1.1.5. Formas de Divulgação e Comercialização

A divulgação promocional do Polo é realizada institucionalmente de forma conjunta pelos setores públicos e privado, sob a condução participativa do Governo do Estado, através da Câmara de Promoção do Conselho Estadual de Turismo, para o que conta com a participação do RCVB – Recife Convention & Visitors Bureau e demais entidades do trade turístico.

Também os Municípios realizam ações promocionais, notadamente promovendo seus eventos de calendário, com destaque especial para o período de carnaval. O setor privado possui destacada atuação nas ações promocionais de seus estabelecimentos vinculadas às suas políticas de comercialização, promovendo também eventos de animação cultural, inclusive em nível internacional, com grande poder de atratividade do público regional do Nordeste.

A promoção é realizada através da participação em feiras de turismo nacionais e internacionais, no Brasil e no exterior, edição de folhetarias, organização de workshops e de visitas de familiarização turística pelo destino para agentes de viagem, jornalistas e formadores de opinião na captação de congressos, feiras e outros eventos.

1.2. Visão Estratégica para Exploração Sustentável do Turismo

O produto turístico é fundamentalmente constituído pela diversidade natural e cultural. Nesse sentido é que o ambiente, além de um fator a ser respeitado pelos empreendimentos turísticos em sua sustentabilidade, pela importância para a preservação do planeta, é condição fundamental para a existência da atividade turística, que pode se constituir também em importante agente para sua manutenção atribuindo valor econômico à sua adequada exploração.

Nesse sentido a implantação de parques voltados para o ecoturismo ou a abertura à visitação turística de áreas de proteção ambiental tornam-se altamente relevantes para a preservação do ambiente, garantindo-lhe fonte de receita, assim como pelos efeitos pedagógicos que a própria visitação adequadamente organizada proporciona aos visitantes.

Vale ressaltar a existência no Polo Costa dos Arrecifes de alguns exemplos de reservas ambientais destinadas à exploração do ecoturismo, tais como:

- O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, ocupando dois terços do Arquipélago de Fernando de Noronha, sob controle do ICMBIO e aberto à visitação pública, atualmente explorado por concessão pela Econoronha, de propriedade das Cataratas do Iguaçu S.A, empresa especializada na gestão de parques ambientais.
- O Refúgio Ecológico Charles Darwin, um recanto privado com 60 hectares de mata, localizado em Igarassu, a 31 quilômetros do Recife, à margem da BR 101, voltado para a pesquisa e o estudo da flora e da fauna locais e aberto à visitação pública mediante prévio agendamento.
- A Reserva Ecológica de Saltinho, situada às margens da PE-60, na entrada da via de acesso à cidade de Tamandaré, no litoral Sul de Pernambuco, a 60 km do Recife, uma das últimas áreas de preservação da Mata Atlântica, servindo como centro de estudos para pesquisadores, alunos de escolas

especializadas e ecologistas, para cuja visitação faz-se necessário uma prévia autorização do IBAMA.

- O Aparauá Eco Aventura, empreendimento privado com 40 hectares de Mata Atlântica destinado à preservação ambiental, situado na PE-49, Km 20, Ponta de Pedras, Goiana/PE, com objetivo principal de preservação ambiental e aberto ao público, permitindo diversas formas de práticas do ecoturismo.

Nesse sentido o desenvolvimento turístico pode ser utilizado estrategicamente, como já o vem sendo na região, a exemplo das experiências acima referidas, para a manutenção da sustentabilidade ambiental através de providências que atuem no sentido de:

- Estimular as boas práticas ambientais pelos empreendimentos turísticos no sentido da otimização do uso dos recursos disponíveis, evitando o seu desperdício e minimizando as agressões ao meio ambiente;
- Estimular a implantação de outros parques ecológicos com possibilidade de visitação que valorizem as peculiaridades ambientais da localidade e seu patrimônio arqueológico;
- Intensificar e otimizar a utilização com finalidade de educação ambiental de áreas urbanas apropriadas para tanto, integrando-as ao seu produto turístico, a exemplo, na capital do Estado, do Jardim Botânico do Recife, que integra a Unidade de Conservação Municipal denominada Matas do Curado, do Parque Estadual Dois Irmãos, do Parque Científico e Cultural do Jiquiá e da Mata do Engenho Uchôa, única área em Pernambuco que possui os três biomas: mangue, restinga e Mata Atlântica.
- Estimular o aproveitamento adequado do patrimônio e manifestações culturais locais na operação da atividade turística, de forma a preservar seus

valores e divulgar suas especificidades diferenciadoras, transformando-as em reais atrativos a serem explorados;

Disciplinar o uso das praias, considerando ser o principal produto turístico do polo o lazer litorâneo, que ao mesmo tempo atende aos residentes locais, sobrecarregando esses espaços com uma ocupação desordenada que muitas vezes, em trechos de maior fluência de público ou por ocasião da realização de eventos específicos, supera sua capacidade de carga e propicia ambiente favorável ao desenvolvimento desordenado do comércio informal, inclusive com manuseio e preparação de alimentos, contribuindo para a degradação ambiental.



Figura 3. Ilustração da diversidade de Produtos Turísticos no Polo Costa dos Arrecifes

2. MARCO DE REFERÊNCIA – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO POLO COSTA DOS ARRECIFES

A partir do entendimento do objeto AAE, evidenciando-se chances e dificuldades para o turismo e dando base para a discussão da sua visão estratégica rumo a processos sustentáveis, impõe-se uma análise da ambiência do Polo, envolvendo desde sua delimitação territorial, até os traços dominantes dos meios biofísico e socioeconômico, delineando um panorama de sua realidade.

2.1. Municípios Integrantes do Polo e sua Integração Regional e Estadual

Os municípios que compõem o Polo Costa dos Arrecifes são: Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Ipojuca, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Rio Formoso, Recife, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré, mais o distrito estadual de Fernando de Noronha.

Contudo, considerando especificidades geográficas e similaridades socioeconômicas e ambientais naturais, subdividiu-se o Polo Turístico Costa dos Arrecifes em quatro subáreas, a saber: Subárea do Litoral Norte, Subárea Metropolitana, Subárea do Litoral e Sul e Subárea de Fernando de Noronha, sendo tais subáreas constituídas pelos seguintes municípios (Quadro 1):

Quadro 1: Subáreas e Municípios do Polo Costa dos Arrecifes.

Subáreas	Municípios
Subárea do Litoral Norte	1. Goiana; 2. Igarassu; 3. Ilha de Itamaracá; 4. Itapissuma; 5. Paulista.
Subárea Metropolitana	1. Jaboatão dos Guararapes; 2. Olinda; 3. Recife.
Subárea do Litoral Sul	1. Barreiros; 2. Cabo de santo Agostinho; 3. Ipojuca; 4. Rio Formoso; 5. São José da Coroa Grande; 6. Sirinhaém 7. Tamandaré.
Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha	1. Fernando de Noronha.

Em relação aos cinco municípios que compõem o Polo Costa dos Arrecifes – Subárea Litoral Norte, que são: Goiana, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Igarassu e Paulista, cabe salientar que os mesmos estão inseridos em duas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, a Região de Desenvolvimento da Mata Norte, composta por 19 municípios, dentre os quais está incluído o município de Goiana, e a Região de Desenvolvimento Metropolitana do Recife, composta por mais 14 municípios, dentre eles Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Paulista.

A extensão territorial dos municípios do Polo Costa dos Arrecifes – Litoral Norte totaliza uma área de 1.045,722 km², correspondendo a 1,06% do território pernambucano, enquanto a população total de 523.784 em 2010 respondia por 5,95% da população total do Estado de Pernambuco.

Dentre os cinco municípios da Subárea do Litoral Norte, Paulista se destaca de modo expressivo do ponto de vista populacional, possuindo 57,36% da população residente na referida subárea, possuindo limites municipais com Recife, a capital estadual.

Quanto à Subárea Metropolitana, este é composto por três municípios: Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, este último a capital estadual. Todos os

municípios da Subárea Metropolitana estão inseridos na Região de Desenvolvimento Metropolitana do Recife, composta por mais 11 municípios.

A extensão territorial dos municípios da Subárea Metropolitana totaliza uma área de 518.723 km², correspondendo a 0,52% do território pernambucano, enquanto que a população total era de 2.560.103 em 2010, correspondendo a 29,10% da população total do Estado de Pernambuco.

Dentre os três municípios da subárea em questão, Recife se destaca do ponto de vista populacional, possuindo 60,06% da população residente no polo turístico considerado.

Quanto à sazonalidade populacional das Subáreas Litoral Norte e Metropolitano, pode-se afirmar que há períodos significativos de movimentos sazonais de pessoas em determinadas épocas do ano, principalmente na estação seca, iniciada com a primavera, e finalizada com o verão (fins de setembro a fins de março), tendo seu pico durante o Carnaval (fevereiro a março), com um fluxo permanente de pessoas devido às características das atividades na região e a tipologia do turismo do Polo, com importância significativa do turismo de veraneio e de eventos de lazer, profissionais e acadêmicos, com encontros e congressos regionais, nacionais e internacionais.

No relativo à Subárea Litoral Sul, esta é composta por sete municípios: Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré, estando estes inseridos em duas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, a Região de Desenvolvimento da Mata Sul, composta por 24 municípios, dentre os quais está incluído o município de Barreiros, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré, e a Região de Desenvolvimento Metropolitana do Recife, composta por mais 14 municípios, dentre eles Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A extensão territorial da Subárea Litoral Sul totaliza uma área de 2.092,764 km², correspondendo a 2,13% do território pernambucano, possuindo uma população

total de 407.736 em 2010 respondem por 4,63% da população total do Estado de Pernambuco. Dos sete municípios que compõem esta subárea, o do Cabo de Santo Agostinho é o mais populoso, possuindo 45,37% da população residente na subárea turística considerada.

A última subárea é composta apenas por uma unidade político-administrativa, no caso, o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, sob jurisdição do Governo do Estado de Pernambuco, possuindo uma extensão territorial de 17,017 km², correspondendo a 0,017% do território pernambucano, e uma população de 2.630 em 2010, correspondente a 0,029% da população estadual.

A sazonalidade populacional das Subáreas Litoral Sul e de Fernando de Noronha é equivalente à verificada para as subáreas anteriores, ou seja, está condicionada a períodos de movimentos sazonais de pessoas principalmente na estação seca, iniciada com a primavera, e finalizada com o verão (fins de setembro a fins de março), tendo seu pico durante o Carnaval (fevereiro a março) nos municípios da Subárea Litoral Sul, com um fluxo permanente de pessoas devido às características das atividades significativas voltadas para o turismo de praia, mas que gradativamente começa a apresentar eventos profissionais, e mesmo acadêmicos de caráter regional, nacional e internacional.

2.2. Referências da Ambiência do Polo

A) Referências Biofísicas

Os 15 municípios em questão possuem características fisiográficas da região de Zona da Mata, que possui uma paisagem diversificada botanicamente e geomorfológicamente, com feições do Ecossistema da Mata Atlântica na sua área continental, e do Ecossistema Marinho ao longo da linha de costa.

Já no Distrito-Estadual de Fernando de Noronha as características fisiográficas são diferenciadas devido à sua condição insular, que influencia na fitogeografia e geomorfologia local.

Contudo, deve-se considerar que por conta do alto índice de urbanização presentes nos municípios do Polo Costa dos Arrecifes, principalmente nas Subáreas Litoral Norte e Metropolitano, muitos dos atributos que caracterizam a fitogeografia e as feições geomorfológicas do sistema físico/natural da área em foco encontra-se descaracterizada, ou mesmo foram erradicadas por conta da crescente demanda por espaços urbanizáveis.

Quanto aos elementos que compõem o ambiente físico/natural do subárea considerada, a geologia regional é composta por um embasamento cristalino do período pré-cambriano, sendo constituídos por rochas graníticas, gnáissicas e Migmatíticas formando o Complexo Gnáissico-Migmatítico e recobrando o embasamento cristalino registrando-se a ocorrência de rochas sedimentares pertencentes às Bacias Sedimentares Costeiras da Paraíba e de Pernambuco (ASSIS e PFALTZGRAFF, 2001).

A constituição estrutural do embasamento apresenta rochas bastante fraturadas ou fissuradas por esforços tectônicos regionais ocorrentes no processo de separação da América do Sul-Brasil/África, onde o oceano Atlântico Sul e Norte tornam-se único (MABESOONE e ALHEIROS,1991). A evolução tectônica do embasamento foi lenta e iniciou-se no Mesozóico (Cretáceo Inferior), sendo a última a evoluir na história geológica das bacias marginais brasileiras, dando a esta, atualmente, uma configuração homoclinal de uma rampa suavemente inclinada com uma sedimentação de no máximo quatrocentos metros de profundidade (BARBOSA e LIMA FILHO, 2006; SANTOS, 2013).

O território do polo localiza-se, numa área que abarca as Bacias Sedimentares Costeiras da Paraíba e de Pernambuco, localizadas ao norte e ao sul, respectivamente, da Zona de Cisalhamento Pernambucano – ZCPE, também

denominada de Lineamento Pernambuco, que se constitui em uma falha do tipo rejeito direcional, a qual “corta” todo o estado de Pernambuco no sentido Leste a Oeste e se estende entre Recife e Ouricuri, sendo este o limite estrutural das duas bacias sedimentares marginais anteriormente citadas. Tais bacias costeiras são de idade cretácea, e estão sobrepostas ao embasamento pré-cambriano regional.

Quanto à estratigrafia das camadas geológicas que compõem a Bacia Paraíba, onde estão localizados os municípios da Subárea Litoral Norte, estes estão dentro do domínio da sub-bacia Olinda (Figura 2, em marrom), delimitada pelo Lineamento Pernambuco ao sul, a Falha de Goiana ao Norte, sendo composta por cinco formações, sendo elas, da superficial a basal: Barreiras, Gramame, Maria Farinha, Itamaracá e Beberibe (SANTOS, 2013).



Figura 2: Localização das Bacias de Pernambuco e Paraíba.

Para efeito da caracterização geológica das formações que compõem a subárea Olinda, foi considerada, apenas, a formação mais superficial, no caso, a Formação Barreiras, representada por tabuleiros dissecados e colinas que compõem os chamados morros a oeste dos municípios em pauta. Tal formação tem seu período inicial de formação a partir do Neógeno, a 23 milhões de anos antes do presente, e se estende bordejando o litoral, ora próxima a linha de costa, ora distanciando desta, desde o Estado do Amapá ao Estado do Rio de Janeiro, sendo tal formação constituída por sedimentos poucos consolidados areno-argilosos depositados em ambiente continental através de sistemas de leques aluviais, canais fluviais e planícies de inundação (GIRÃO, 2007).

A Bacia Pernambuco está delimitada, geologicamente, ao Sul pelo Alto de Maragogi e a Norte pelo Lineamento de Pernambuco (ZCPE), tendo sua estratigrafia correspondente a Formação Cabo, onde estão localizados os municípios da Subárea Litoral Sul.

A Formação Cabo teve sua origem a partir do Cretácio Inferior, sendo de idade Aptiano/Albiano (126 a 100 milhões de anos antes do presente) sendo constituída por sedimentação continental em ambiente deposicional definido por leques aluviais e lacustres, dos quais seguiram a borda das falhas indo até o centro da bacia, sendo esses sistemas de leques estruturados por conglomerados contendo seixos e matacões de rochas do embasamento cristalino (CÓRDOBA *et. al.*, 2007; ALMEIDA *et. al.*, 2005).

Sobrepostos aos sedimentos da Formação Barreiras nas proximidades da linha de costa, há superfícies horizontais ou levemente inclinadas constituídas por depósitos sedimentares arenosos denominados de Terraços Pleistocênicos, composta predominantemente por areias quartzosas inconsolidadas, bem selecionadas, com grãos de quartzo arredondados e ausência de fragmentos de concha. Superficialmente suas areias são brancas, tornando-se marrons a pretas nos horizontes inferiores, devido à lixiviação da matéria orgânica realizada pelo

processo de podzolização (GUERRA e GUERRA, 1997; SOUZA, 2013; SUGUIO, 2010).

O processo de geração do aporte sedimentar da Formação Barreiras foi desencadeado a partir do soerguimento de áreas interioranas do continente proximais e distais das Bacias Paraíba e Pernambuco, como o maciço da Borborema no Terciário Inferior (MABESOONE e ALHEIROS, 1988) e através do intemperismo, erosão e transporte até a deposição nas bacias (MABESOONE, 1991; MORAIS, 2008; FURRIER *et. al.*, 2006).

Ao longo da linha de costa são encontrados os chamados Terraços Holocênicos, estes constituídos por areias quartzosas inconsolidadas de granulometria média, com moderada seleção de grãos, de cor creme, com componente carbonático, e com conchas e fragmentos de conchas em sua composição (LIMA FILHO *et. al.*, 1991; SOUZA, 2013). Há uma frequência de depósitos de argila siltosa com presença de matéria orgânica de consistência mole a muito mole, alta compressibilidade e uma espessura maior que 25 m., e a existência de estratificações cruzadas típicas de fácies praias, e em alguns casos tais estruturas encontram-se obliteradas por processos pedogenéticos (SOUZA, 2013).

A geomorfologia dos municípios continentais do Polo Costa dos Arrecifes é composta, basicamente por feições tabulares e colinosas resultantes da dissecação dos sedimentos da Formação Barreiras a oeste, que formam o chamado Planalto Sedimentar Costeiro, tendo nas proximidades da costa litorânea terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos e planícies flúvio-marinhas e costeiras, ou marinhas, a leste de todos os municípios.

Pôde-se identificar três unidades geomorfológicas básicas: as áreas denominadas de “*morros*”, constituída por tabuleiros costeiros/encostas, tabuleiros costeiros/topo plano arredondado, domínio colinoso e modelado cristalino; *planícies costeiras*, constituída pelas subunidades de baixios de maré, terraços fluviais, terraços

marinhos pleistocênicos e holocênicos e *planícies aluviais*, compostas por terraços fluviais resultantes da dissecação dos sistemas de drenagem (GIRÃO, 2007).

As áreas de “*morros*”, ou tabuleiros da Formação Barreiras, emolduram os terrenos cristalinos do Planalto da Borborema que se erguem para o interior do maciço nordestino, sendo tais tabuleiros mais evidentes junto à costa, onde se comportam como um vasto *glacis*, de altitudes geralmente inferiores a 100 metros, sulcados pela drenagem, com interflúvios de topos aplainados; inclinados do interior para o oceano, podendo esses sedimentos ser talhados em falésias vivas ou mortas (paleofalésias) ou serem cobertos por terraços marinhos arenosos (GIRÃO, 2007).

Os estratos horizontais são expressos como mesas ou tabuleiros elevados de topo plano ou formas convexas de diferentes níveis altimétricos (50 a 60 metros), sendo que a sua altitude aumenta gradativamente do litoral para o interior (há uma maior espessura em direção à costa, diminuindo no sentido oeste, à medida que o pacote sedimentar estabelece sobre as rochas cristalinas do Planalto da Borborema). Possui pouca profundidade, variando de 25 a 150 metros (sentido oeste-leste) e uma extensão continental que varia aproximadamente de 10 a 60 km ao longo do litoral oriental nordestino.

Em relação às formas deposicionais, estas tiveram sua morfologia resultante das sucessivas transgressões e regressões decorrentes dos episódios de glaciação e inter-glaciação, ocorridas durante o período Quaternário (DOMINGUEZ *et. al.*, 1990). Essas variações ambientais foram responsáveis pela deposição de sedimentos ao longo dos seus diferentes ambientes de sedimentação e a respectiva vigência de diversos sistemas deposicionais em cada um deles.

Na linha de costa a Planície Costeira constitui-se na principal feição geomorfológica, possuindo padrões planos separados em níveis altimétricos de 10 e 15 metros, em direção ao continente, caracterizando modelados deposicionais de origem flúvio-marinha, que ocorrem a leste do Piemonte da Borborema ou do Planalto Sedimentar Costeiro. Incluem em direção à costa, os conjuntos de

padrões de formas influenciados pela maré, formando apicuns e planícies alagáveis entrecortadas por canais de maré, além dos padrões de relevo sob influência das zonas de arrebentação e região pós-praia, entrecortados pela desembocadura de rios como o Goiana, no Litoral Norte, e Una e Sirinhaém, no Litoral Sul (GIRÃO *et. al.*, 2013).

Quanto aos aspectos climáticos, à área do Polo Costa dos Arrecifes, continental, está sob domínio da massa Tropical Atlântica (Ta), considerada quente e úmida por conta de sua área de origem, sobre o Atlântico Sul, a partir da célula de alta pressão subtropical (o Anticiclone semi-fixo do Atlântico Sul) que ao emitir seus fluxos rumo ao equador térmico, esses adquirem umidade em sua base, depositando-a inicialmente sobre a faixa costeira oriental do Nordeste e alcançando até as vertentes do Planalto da Borborema. Influenciando durante todo o ano a área em questão, a dinâmica de atuação da Ta sobre o litoral pernambucano propicia um tipo climático, que segundo a Classificação Climática de Köppen, possui características do tipo As', quente e úmido com um período chuvoso de outono-inverno, e um período seco de primavera-verão.

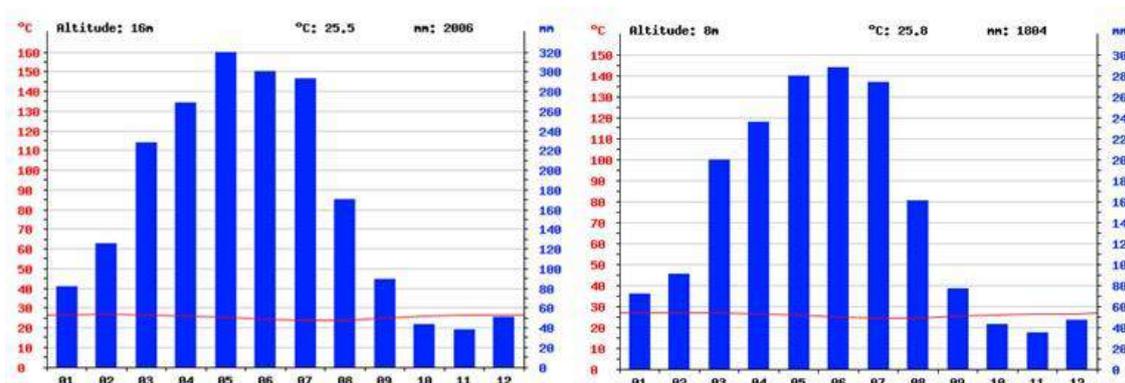
O regime pluvial do litoral pernambucano é ditado pelo ritmo de atuação de quatro sistemas atmosféricos secundários atuantes nas áreas tropicais brasileiras: a Zona de Convergência Inter-Tropical– ZCIT (dezembro-maio), os Vórtices Ciclônicos da Alta Troposfera - VCAT (dezembro-março), a Frente Polar Atlântica – FPA (março-setembro), e as Ondas de Leste ou Cavados Barométricos (março-setembro). As médias de precipitações pluviométricas anuais variam entre 1.800 a 2.200 mm/ano.

A partir dos climogramas presentes nos Gráfico 1 e 2 percebe-se a similaridade dos índices dos elementos temperatura e precipitação no Polo Costa dos Arrecifes, com uma baixa variação das temperaturas ao longo do ano, e duas estações bem definidas: chuvosa de outono-inverno (março-agosto) e seca de primavera-verão (setembro-fevereiro).

Os excessos pluviométricos, concentrados entre os meses de maio a julho, fazem desse período o mais crítico no que se referem aos problemas resultantes de processos erosivos, movimentos de massa, enchentes e alagamentos nos municípios que compõem o polo em questão, pois as chuvas ocorrem de forma intensa, prolongada e recorrentemente.

Associada à ocupação desordenada das encostas e das planícies fluviais, os elevados índices pluviométricos concentrados no inverno tornam as áreas periféricas dos centros urbanizados dos municípios em foco susceptíveis a riscos naturais derivados deste tipo de ocupação, geralmente informal, fazendo-se necessárias medidas preventivas, bem como de planejamento e gestão dos espaços considerados de risco.

No referente ao elemento térmico, há uma pequena variação dos índices de temperatura mensais, com médias variando entre 25 a 30°C, sendo o período mais quente e seco entre setembro e março (primavera-verão), quando há um forte afluxo turístico, principalmente para as áreas de orlas municipais. Entretanto, mesmo sendo um período considerado seco, há possibilidades de chuvas, porém de baixa intensidade e recorrência.



Gráficos 1 e 2: Climogramas dos Municípios de Igarassu (à esquerda) e de Recife (à direita), demonstrando a similaridade dos índices térmicos e pluviométricos para a costa pernambucana.

No relativo à Fitogeografia, no século XVI, quando do início do processo de colonização portuguesa, a cobertura vegetal natural dominante na área em questão era a Mata Atlântica e seus sistemas associados da praia, da restinga e dos manguezais. Contudo, tais formações vegetais foram aos poucos sendo devastadas em benefício do plantio da cana de açúcar a partir do litoral. Assim, a mata foi substituída gradativamente pelos canaviais dos engenhos de açúcar, bem como pelas roças de subsistência e pelos currais.

Devido à necessidade de solo para ampliação das vilas que passaram a proliferar a partir do século XVII, processou-se um gradativo desmatamento nas proximidades da costa, bem como aterramentos de manguezais e restingas, o que foi intensificado no período de ocupação holandesa, quando um processo de ocupação expansivo é iniciado ao norte de Recife, após as indispensáveis obras de fortificação efetivadas pelos batavos (VASCONCELOS e BEZERRA, 2000).

Em Pernambuco, na Mesorregião da Zona da Mata, segundo Lima (1990) têm-se duas sub-zonas fitogeográficas nas áreas outrora florestadas: a) mata úmida, ao sul e b) mata seca, ao norte. A divisão tipológica se baseia como indicam os adjetivos, na maior ou menor umidade ambiental, bem como altitude, permeabilidade do solo e proximidade da zona da caatinga, sendo a mata úmida exuberante, de folhagem verde escuro e rica em cipós, com árvores de diâmetro de caule maior em relação ao comprimento. Quanto à mata seca, esta apresenta um maior número de indivíduos arbóreos por áreas, os caules são relativamente longos e o número de cipós vigorosos é menor.

Nos municípios do Polo Costa dos Arrecifes a cobertura vegetal original de Mata Atlântica foi praticamente devastada, dando lugar inicialmente ao avanço da monocultura da cana-de-açúcar e a extração madeireira, e por fim à expansão urbana ao longo do século passado. Na atualidade só são encontrados alguns enclaves e resquícios de uma cobertura vegetal secundária em pontos restritos ainda não devastados pela iniciativa privada, ou sob proteção do poder público (GIRÃO, 2007).

As formações vegetais arbóreas secundárias sobre terrenos da Formação Barreiras apresentam um menor porte se comparada às espécies da Mata Atlântica e da Floresta de Encosta Atlântica original (praticamente devastadas em Pernambuco). Na atualidade, todas as formações fitogeográficas naturais da formação em questão ocorrem de forma restrita e localizada, confinadas em manchas descontínuas, produto das alterações efetivadas pela ação antrópica.

Nas áreas próximas à costa ocorrem dois tipos básicos de formações florestais: a floresta subperenifólia e as formações litorâneas, esta subdividida por floresta perenifólia de restinga, os manguezais, as formações de praia e os campos de várzea (flúvio-marinha).

No relativo à biofisiografia do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, este é composto por um arquipélago vulcânico constituído por uma ilha principal que lhe dá o nome, com cerca de 16,4 km², e que representam 91% da área do arquipélago, composto por mais 20 ilhotas, que totalizam 17,017 km², todas localizadas no Oceano Atlântico Sul equatorial a leste do litoral do estado do Rio Grande do Norte, distante 350 quilômetros da cidade de Natal-RN.

Do ponto de vista geológico, a ilha de Fernando de Noronha é constituída por rochas vulcânicas e subvulcânicas representativas de dois episódios vulcânicos maiores cujos produtos constituíram as formações Remédios e Quixaba, que compõem o alto de um monte vulcânico que faz parte da cadeia homônima desenvolvida em uma zona de fratura oceânica orientada de leste para oeste. Além da ilha, há mais 20 pequenas ilhas, que se destacam acima de uma reduzida plataforma insular que trunca a montanha vulcânica a até cerca de 100m de profundidade (ALMEIDA, 2013).

O arquipélago de Fernando de Noronha é a parte emersa de um grande “edifício vulcânico”, com base a quatro mil metros de profundidade e cerca de setenta quilômetros de diâmetro (Figura 3), que compõe parte de uma estrutura alinhada de diversos montes vulcânicos submarinos que se estendem da Dorsal Meso-

Atlântica até a plataforma continental brasileira, próximo ao litoral do Ceará (MOREIRA, 2013).

O processo de morfogênese do arquipélago foi iniciado a partir de erupções com violentas explosões que desobstruíram o conduto vulcânico, lançando no espaço grande quantia de rochas piroclásticas, para depois de aliviada a tensão dos gases, começarem os derrames de lava que originaram a Formação Remédios entre 12 e 8 milhões de anos.

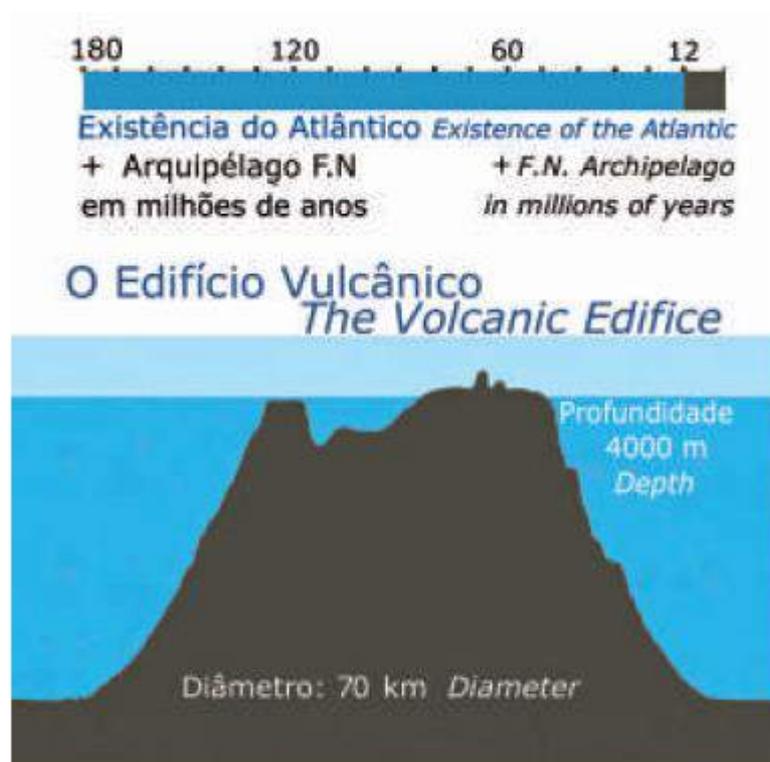


Figura 3: Grande “edifício vulcânico” que compõe o arquipélago de Fernando de Noronha, com o início de sua gênese a 12 milhões de anos. Fonte: MOREIRA, 2013.

Pós um longo período erosivo ao final dos derrames que originaram a Formação Remédios, seguiu-se, a partir de 3,3 milhões de anos o último período vulcânico que originou a Formação Quixaba, com lavas extremamente fluidas, a ponto de

formar derrames com menos de três centímetros de espessura (Figura 4) (MOREIRA, 2013).

Quanto a Formação Caracas, esta constitui-se em depósitos sedimentares, resultantes de processos que ocorreram entre 1,8 milhão e 10 mil anos atrás, envolvendo o Arenito das Caracas, sedimentos antigos, de origem predominantemente eólica, de coloração bege clara ou cinzenta, textura arenosa granular fina e estratificação cruzada. Tal formação foi originada de antigas dunas móveis, agora petrificadas por processos físico-químicos. A Formação ocupa apenas 7,5% do Arquipélago, mas chama a atenção por suas formas muito esculpidas (MOREIRA, 2013).

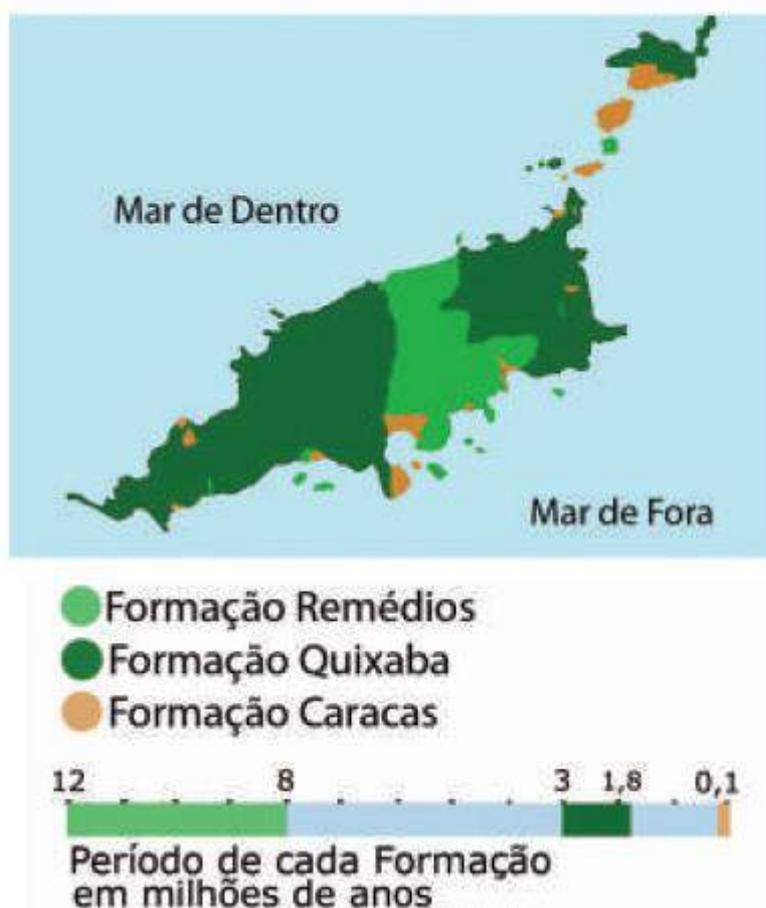


Figura 4: Formações Geológicas presentes na Ilha de Fernando de Noronha.

Segundo Almeida (2013), o relevo da ilha de Fernando de Noronha é modesto para uma ilha vulcânica oceânica, pois em sua região central existe um baixo platô a cerca de 30 a 45m acima do nível do mar que resulta de uma superfície de erosão esculpida em tufos e brechas vulcânicas em condições subaéreas, do qual se elevam morros de rochas vulcânicas, os quais o mais alto é o mais elevado da ilha, o do Pico, com 321m.

Quanto aos aspectos climáticos, à área do arquipélago de Fernando de Noronha também está sob domínio da massa Tropical Atlântica (Ta), considerada quente e úmida. Influenciando durante todo o ano a área em questão, a dinâmica de atuação da Ta sobre a ilha propicia um tipo climático diferenciado dos demais do Polo Costa dos Arrecifes, que segundo a Classificação Climática de Köppen, possui características do tipo Aw, quente e úmido com um período chuvoso de verão-outono, e um período seco de inverno-primavera.

O regime pluvial do arquipélago é ditado pelo ritmo de atuação de dois sistemas atmosféricos secundários atuantes nas áreas tropicais brasileiras: a Zona de Convergência Inter-Tropical – ZCIT (dezembro-maio) e os Vórtices Ciclônicos da Alta Troposfera - VCAT (dezembro-março). As médias de precipitações pluviométricas anuais variam entre 1.500 a 1.800 mm/ano (Gráfico 3).

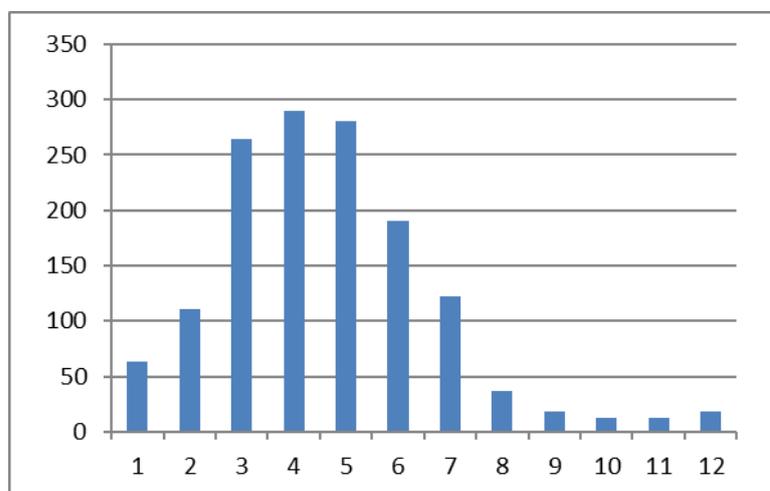


Gráfico 3: índices de precipitação pluviométrica da Ilha de Fernando de Noronha.

Quanto às médias térmicas mensais, estas variam entre 25°C e 28°C, com o período mais quente no verão, e uma relativa queda da temperatura durante o inverno (Gráfico 4).

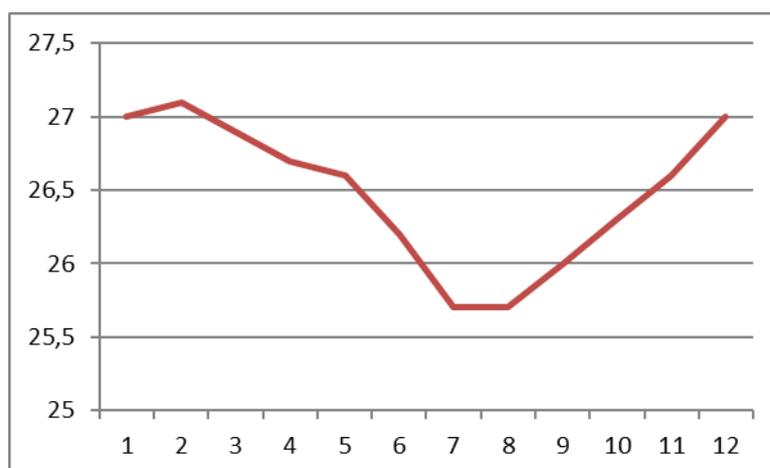


Gráfico 4: índices térmicos da Ilha de Fernando de Noronha.

A cobertura vegetal natural, com espécies de Mata Atlântica, foi quase toda devastada na época em que a ilha era um presídio. Atualmente o revestimento vegetal constitui-se de escassa vegetação arbustivo-arbórea de pequeno porte, aparentada com a vegetação de caatinga do Agreste.

B) Referências Históricas e do Patrimônio Cultural e Arqueológico

Desde os primórdios do descobrimento do Brasil, o litoral de Pernambuco tem sido palco de notáveis acontecimentos históricos, testemunhos de um passado efervescente que ainda hoje permanecem por todo litoral e intocável no fundo do mar.

Para poder se ter uma perspectiva do patrimônio histórico, cultural e arqueológico das localidades vinculadas aos acontecimentos que nortearam a instalação e ocupação da nova colônia portuguesa, ou seja, o Brasil, durante todo processo histórico desde o início do século XVI até nossos dias, é imprescindível entender-se o contexto histórico que fomentou o que hoje consideramos como patrimônio histórico-cultural do litoral pernambucano. As terras brasílicas inicialmente foram alvo de expedições de reconhecimento, seguida da instalação de pontos de feitorias tendo como finalidade, além da guarda do território frente às investidas estrangeiras, notadamente, francesas e holandesas, a exploração das riquezas da terra.

Os municípios que formam o Polo Arrecifes, objetos desta AAE, estão situados em área de suma importância Histórica/Cultural para o Estado de Pernambuco, dentro das três primeiras terras ocupadas da Capitania de Pernambuco, sendo a primeira, o Vale do Igarassu, a segunda a Várzea do Beberibe e a terceira a Várzea do Capibaribe (ANDRADE, Manuel Correia de. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: Massangana, 1989, pág. 09).

As terras da Várzea do Capibaribe tiveram seus primitivos engenhos de açúcar instalados a partir do século XVI, que seriam a base para o surgimento das vilas e povoações na Capitania de Pernambuco. Sua primeira fase de ocupação, a de instalação dos pequenos engenhos, estendeu-se por mais de 300 anos (desde 1535 até a segunda metade do século XIX). Sua história e caracterização estão diretamente ligadas à história das cidades de Olinda e Recife, tornando-se, desde a primeira metade do século XVI, um dos pontos chave da colonização lusitana no Brasil.

No início da ocupação, a Capitania de Pernambuco se destacou como um dos principais fornecedores de pau-brasil, primeira mercadoria colonial a ser comercializada, e teve como principal mão-de-obra para a sua extração os indígenas, oferecendo em troca aos que realizavam a atividade extrativista, diversos objetos como (machados, facas, tecidos, bebidas, etc.), que para eles

eram preciosos, haja vista estes grupos estarem em estágio socioeconômico distinto daqueles do colonizador. Conhecedores de todo o território foram inicialmente contatados pacificamente, de modo que os colonizadores utilizaram seus conhecimentos em seu proveito, para abastecerem seus navios de víveres, água e pau-brasil.

Em princípio não se estabeleceu nenhuma povoação nesse território, só a partir de 1516, é que se instala no litoral sul uma feitoria, a de Cristóvão Jacques, localizada no atual município de Itapissuma, as margens do Canal de Santa Cruz, com vistas à comercialização do pau-brasil e como forma também de marcar presença, já que outras nações vinham se aventurando por estas costas.

Efetivamente é a partir deste momento que se pode demarcar o início da dizimação indígena na antiga Capitania de Pernambuco. Mas quem eram esses povos que habitavam a nova terra?

A classificação atual dos grupos indígenas indica que a época da colonização, o litoral-mata da Capitania era dominado por grupos locais. Vários autores do período colonial informam- da existência de grupos indígenas que habitavam a área em que se instalaram os portugueses, bem como as áreas circunvizinhas (Staden; Léry; Gandavo; Cardim, entre outros).

Na época do contato os grupos que habitavam a costa pernambucana eram os Caeté, que viviam entre o rio São Francisco e o Paraíba do Norte, famosos por serem ferozes guerreiros e que não se subjugavam, combatendo de forma incessante o invasor europeu. Entre a Ilha de Itamaracá e o rio Paraíba do Norte encontrava-se os Tabajaras, que se aliaram aos portugueses para dar combate aos seus inimigos ferrenhos os Caetés. Outros grupos que estavam nesta área de influência eram os Amoipira (região do São Francisco) e os Potiguar (entre a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará). Lembrando que, a Capitania de Pernambuco era formada por quase todas essas áreas citada anteriormente, e que a configuração atual do Estado é resultado de ajustes da administração colonial e

de sanções do governo imperial frente às insurreições, revoltas e revoluções ocorridas na primeira metade do século XIX.

O desaparecimento desses povos indígenas se deu por vários motivos: expulsão de suas terras; aprisionamento para serem utilizados como escravos nas plantações de cana-de-açúcar; massacres; contágios de doenças tipicamente de brancos (gripes, varíolas, tifo, etc); e pela aculturação, processo pelo qual os indivíduos perdem sua identidade e são incorporados na sociedade colonizadora.

Na região da Zona do Litoral-Mata da Capitania de Pernambuco instalou-se, a partir da segunda metade do século XVI, a agroindústria açucareira que envolvia a destruição de grandes áreas florestadas para o plantio da cana-de-açúcar. Esta área sofreu, durante séculos, uma devastação de sua cobertura vegetal para a implantação da monocultura da cana-de-açúcar. Muitos dos vestígios arqueológicos foram total ou parcialmente destruídos pela ação intensiva dos trabalhos agrícolas nesta região. Durante muito tempo esses vestígios não foram reconhecidos como marcas da existência de grupos indígenas. Só recentemente foram empreendidas pesquisas mais sistemáticas relativas ao estudo de áreas onde são encontrados esses vestígios da cultura material desses grupos. As informações são obtidas através de prospecções arqueológicas programadas ou por pessoas que possuem ou trabalham em propriedades rurais, onde, ao iniciar o processo de preparação da terra para o plantio, foram encontrados vários tipos de vestígios. Os vestígios mais frequentes são a cerâmica fragmentada, ou mesmo vasilhas inteiras contendo material ósseo humano, assim como utensílios de pedra. Percebe-se, portanto que a área foi ocupada historicamente por ser excelentes terras para o cultivo da cana-de-açúcar. Além disto, segundo a Carta Foral da Vila de Olinda, de 1537, as terras aonde viriam a nascer os municípios do Polo Arrecifes, integravam as terras da antiga capital pernambucana, que eram ricas em pau-brasil.

A área do Polo Arrecifes está ligada a dois momentos da história açucareira, a fase de implantação dos engenhos (a mais longa) e a fase de modernização dos

engenhos, quando houve a implantação das usinas, que ainda persistem e modelam o meio natural da maioria dos municípios em questão.

Para perceber a importância desse espaço basta atentarmos para o fato de que as primeiras citações e descrições da área da Várzea do Capibaribe remontam ao ano de 1554, quando da expulsão dos índios Caetés do litoral pernambucano. Neste período esta área estava dividida em duas partes: Várzea do Capibaribe e a Várzea do Capibaribe-mirim.

A primeira, a Várzea do Capibaribe, compreendia o trecho das margens do rio Capibaribe, desde a antiga povoação dos Afogados (no atual Bairro de Afogados, na cidade do Recife) até a cidade de São Lourenço da Mata. Já a Várzea do Capibaribe-mirim, iniciava-se na cidade de São Lourenço da Mata indo em direção norte até a cidade de Goiana. Esta segunda área também era chamada de Várzea de Cima.

Assim sendo, a área cultural do litoral pernambucano tem como foco muito forte o horizonte rural colonial. Pois, como é do conhecimento da historiografia brasileira, a Bacia Hidrográfica do Capibaribe ou Várzea do Capibaribe é uma das primeiras áreas de ocupação do Brasil, uma vez que foi no ano de 1535 que Duarte de Albuquerque iniciou a conquista da área, infligindo guerra aos nativos (índios Caetés) que aqui já se encontravam há centenas de anos.

Na Subárea Metropolitana aparece com importante participação no contexto histórico. O Bairro do Recife tem sua origem histórica em uma antiga povoação surgida na extremidade meridional do antigo istmo litorâneo contíguo e estendida a partir de Olinda. Inicialmente mencionado no chamado Foral de Olinda, e em 1537, como o *Arrecife dos Navios* que teria surgido em decorrência do porto. Este local também teria sido originalmente denominado *Porto dos Navios*, *Povo dos Arrecifes*, ou ainda, *Ribeira Marinha dos Arrecifes*, se consolida a partir do século XVI, como ponto de pescadores, de oficiais e gente ligada ao porto, e, principalmente como “*um seguro ancoradouro defendido da impetuosidade dos mares e ventos pela*

extensa linha de arrecifes, que corre ao longo da costa” (Pereira da Costa - Anais Pernambucanos)

Este núcleo de povoamento era inicialmente “uma minguada língua de terra”, espremido entre o mar e o estuário dos rios. Abrigava poucas casas e alguns armazéns que serviam para estocar mercadorias comercializadas entre a colônia e a metrópole do além-mar, configurando neste momento um traçado urbano de feição irregular, adaptado à sua geografia peculiar.

A cartografia e as ilustrações da época são raras, mas é possível reconhecer nelas a configuração da área objeto.



Figura 5: Vista do Recife. Óleo sob tela, 144 x 200 cm. In: GALINDO, Marcos, MENEZES, José Luiz Mota & MONTES, Maria Lúcia. **Eu, Maurício: os espelhos de Nassau**. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 77.



Figura 6: Vista da cidade do Recife (detalhe). MENEZES, José Luiz (Assessoria). **Moinho Recife: relatório 86 / 87**. Recife: Marprint, s/data, p. 13.

Com o crescimento do povoado do Recife para fora das portas, designação para as terras que ficavam além dos limites da definida Recife, na segunda metade do século XVIII, começaram a ser construídas edificações na Rua de São Jorge. Finalmente, na segunda metade do século XIX, a margem oeste do istmo foi aterrada, surgindo a Rua dos Guararapes (atual Rua Bernardo Vieira de Melo) que começou a ser ocupada por construções. Em 1746 era a feição da rua, segundo o testemunho do cronista Loureto de Couto: “Saindo do Arco do Bom Jesus, fica a língua de areia que serve de estrada para a cidade de Olinda.”

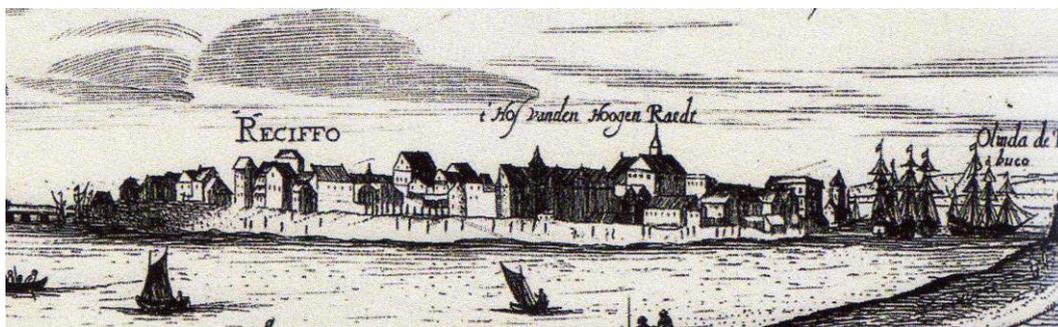


Figura 7: Vista da porção sul da cidade do Recife, durante a ocupação holandesa. Capitânia de Pernambuco. Gravura em buril, impressa no *Jornael van Matheus van den Broeck*, 1651. In: GALINDO, Marcos & MENEZES, José Luiz Mota. *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*. Recife: Espaço Cultural Bandepe, , p. 16.

A dinâmica que há muito tempo rege a ocupação do Bairro do Recife, que de um pequeno povoado marinho, tornou-se a sede da capitania; recebeu a primeira ponte ainda no início do século XVII; expandiu seus armazéns de estocagem; construiu vários cais; aumentou a sua capacidade de ancoragem; extraiu blocos dos arrecifes naturais, a ponto de quase destruí-lo; derrubou suas cercas e portas que formavam o sistema defensivo da praça; ampliou-se durante o século XVIII e XIX e foi quase todo derrubado e reconstruído no início do século XX, fato que chocou os olhos do escritor Mário Sette, que enxergava o desaparecimento do seu presente e do seu passado através da construção do “Recife Novo”, essa dinâmica fez surgir patrimônios em determinados períodos e desapareceram em outros.

O Bairro do Recife chega aos nossos dias com a mesma dinâmica. Modificações, ampliações e restaurações são criadas a partir da ideia de revitalizar ou requalificar os espaços edificados. Quase desocupado de moradias e moradores, as atuais residências do bairro Recife pertencem às comunidades de baixa renda que se acotovelam nos espaços vazios de ruas e largos abandonados.



Foto1: Extremo sul do Bairro do Recife.

Observando detalhadamente a Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, aqui denominada Subárea Litoral Norte, percebe-se sua importância histórica, pois, desde o início do período colonial, no chamado ciclo do pau-brasil, diversos grupos

étnicos habitavam esta região pernambucana. Segundo relatos históricos a ligação entre os atuais municípios pernambucanos do litoral remontam ao primeiro século da colonização brasileira. Essas terras faziam parte da Capitania de Itamaracá.

A primeira feitoria oficialmente instalada pela Coroa Portuguesa ficava localizada as margens do atual Canal de Santa Cruz, na sua porção continental (hoje Itapissuma), realizada por Cristóvão Jacques em 1516. Esta feitoria, batizada com o nome de seu fundador, estava situada em terras da futura Capitania de Itamaracá, fazendo a atual área da Rodovia PE-41 parte desta Capitania.

A partir desses redutos iniciais, diversos fatores levaram a Coroa Portuguesa a adotar medidas que possibilitassem a efetiva ocupação do território da colônia, sendo uma delas a implantação das capitanias hereditárias, onde lotes de terras foram doados com a finalidade de que seus receptores ficassem a cargo da conquista, ocupação e exploração por seus próprios meios.

A partir da instalação da capitania de Itamaracá, ainda no século XVI, observa-se o estabelecimento e construção de engenhos de açúcar, principal riqueza explorada durante boa parte do período colonial pela Coroa Portuguesa. Durante a União Ibérica (1580-1640) os holandeses, principais comerciantes do açúcar produzido no Brasil, são impedidos, por razões políticas e religiosas, a continuarem comerciando.

A invasão holandesa ao Nordeste brasileiro em 1630 irá modificar não só os tipos de relações políticas e econômicas na colônia, mas, sobretudo, irá trazer transformações nas formas de organização social daqueles que permaneceram sob a tutela da dominação holandesa. Após a reconquista em 1654, conhecida na historiografia como restauração pernambucana, a sede da Capitania de Itamaracá, a vila de Nossa Senhora da Conceição, hoje conhecida como Vila Velha, voltou à posse de seus antigos senhores, estando, contudo, bastante arruinada e ao longo do tempo vai perdendo pouco a pouco sua posição como centro administrativo e político que tinha em Itamaracá.

A criação de novas povoações, Pilar e Jaguaribe, adaptadas aos novos moldes da administração colonial, vai fazendo com que a antiga vila vá entrando num processo de decadência, e ao longo do tempo ela deixa de ser a sede. Por diversas vezes Goiana passa a fazer às vezes de sede administrativa da Capitania.

Ao longo do século XVI e XVII na Zona da Mata Norte as lutas foram constantes tanto com os indígenas, caetés e potiguares, quanto com estrangeiros que tentavam se apoderar das terras ricas em elementos naturais que se tornavam mercadorias de grande valor comercial (pau-brasil, açúcar, peles, animais vivos entre outros).

Igarassu aparece neste contexto como uma das mais antigas cidades do Brasil, possui um dos patrimônios mais expressivos da arquitetura de cunho civil e religioso do país. Seu Sítio histórico foi tombado pelo IPHAN em 1972 e o conjunto arquitetônico reúne casarios, museus e Igrejas. Além de um rico patrimônio material, Igarassu abriga manifestações culturais das mais diversas artes, como o Maracatu Estrela Brilhante, o primeiro dos maracatus nação (1824), coco de roda, poetas e cordelistas e pela arte popular retratada nas mãos de artistas artesãos expoentes da tradição e memória Igarassuense.

O artesanato atualmente ocupa lugar de destaque na cadeia produtiva do município. Seu crescimento exerce alto potencial de geração de trabalho e renda, movimentação da economia e valorização da cultura. Aliado com a atividade turística, o artesanato produzido no município ganha dimensões especiais que divulgam a história e a cultura do local em diversas partes do mundo.

Com heranças coloniais, o artesanato do município de renda, talha, pintura, bordado, peças em coco, fios de corda e cestos de cipó e mariscos carrega traços de diferentes etnias (índios, negros e brancos) responsáveis pela formação cultural do seu povo. A produção retrata o cotidiano da comunidade, a flora, fauna, o folclore, as danças e principalmente a religiosidade.

Na vila de Nossa Senhora da Conceição no contexto da capitania de Itamaracá no século XVI a XVIII, percebe-se a trama que é repleta de materialidade e sutileza, escondendo verdades e declarando esquecimentos na medida em que percebemos este lugar físico como um registro de memória. Vila Conceição, até onde a pesquisa historiográfica revela, só figurou enquanto parte da capitania de Itamaracá e no contexto da dominação holandesa da ilha. Com um território que se estendia além dos limites da ilha, englobando freguesias como Goiana e Igarassu às quais passaram a dividir sua influência na medida em que no século XVIII a capitania deixa de existir e a ilha torna-se área de interesse político-administrativo daquelas, agora comarcas, mais uma das ironias históricas.

Na capitania de Itamaracá, que excedia os limites geográficos da ilha, está documentada a existência de doze engenhos produtores de açúcar já no século XVI, dentre os quais sabemos de dois localizados na Ilha, o engenho São João e o Amparo, que produziram em larga escala no período compreendido entre os séculos XVI e XVII, sendo responsáveis por boa parte da receita contabilizada nos cofres da capitania. Mas, como nem só de açúcar vivia o Brasil, na Ilha se comercializa também algodão, frutas tropicais, Pau-Brasil, animais silvestres e como não poderia deixar de ser, mão-de-obra ameríndia das tribos que povoavam a ilha, como também mão-de-obra africana, dos traslados marítimos e da produção interna, fruto dos negros estabelecidos nos engenhos da ilha. Seus monumentos até foram significados, o Forte Orange e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da hoje Vila Velha, são considerados patrimônios, mas sua importância está mais na ordem de atrativo turístico do que do bem cultural que representa.

A capitania de Itamaracá foi um alvo fácil da cobiça dos investidores do ramo do comércio marítimo, primeiro por esta capitania ser uma das maiores produtoras de açúcar do mundo, segundo pela posição geográfica privilegiada que a ilha possuía, já que a mesma se encontrava com uma vasta malha de rios, esta informação foi observada em uma cartografia do século XVII, malha esta que facilitava a entrada de pequenas embarcações para transportar as mercadorias vindas do interior, e

por fim por estar localizada próxima à capitania de Pernambuco, uma vez que Itamaracá ainda cedo, demonstrou sua expressividade frente às demais, por possuir um porto administrado pelos portugueses, que acredita-se existia nas cercanias da Vila de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila Velha, e que funcionava como sede administrativa da Capitania. .

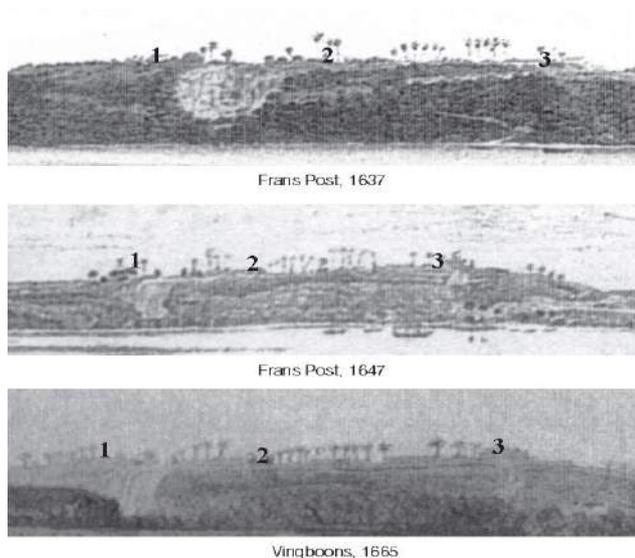


Figura 8: Vila Conceição de Itamaracá, com a capela da Santa Casa de Misericórdia (1), Casa da Câmara e cadeia (2) e Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Figura 9: Descrição da Ilha de Itamaracá com os alojamentos do inimigo holandês quando o tomou (1635). Por João Teixeira Albernaz.



Figura 10: "Stadt Nostre Signora de Conception" (1640). Autor não identificado.

A Subárea do Litoral mata Sul se caracteriza pela diversidade da ocupação humana, reunindo elementos pré-históricos e históricos de grande relevância para a compreensão do processo de adaptação das populações humanas aos diversos ambientes e a antiguidade de sua expansão. A região foi alvo de importância histórica, sofrendo uma influência antrópica muito forte ocorrendo diferentes movimentos de expansão colonial e das fases mais recentes da ocupação, associando-se às formas de apropriação do ambiente acabando por influenciar o estabelecimento das populações da área, que se tornaram marcantes na região, como ocorreu com as atividades de cana-de-açúcar ali implantadas. O processo histórico regional e o reconhecimento dos fatores mais importantes para a caracterização e valorização do Patrimônio Cultural da área estudada, são reconhecidos em traços remanescentes, tanto materiais como imateriais, da dinâmica social que ali vem se desenvolvendo desde tempos passados.

A área da Mata Sul de Pernambuco é de suma importância para a composição do contexto socioambiental no processo de entendimento da ocupação, expansão e dinâmica dos grupos ocupantes do litoral do Nordeste brasileiro.

Pesquisas arqueológicas realizadas até o momento na região mostram que esta área litorânea foi ocupada bem antes do período colonial, a se perceber pelos

resultados das pesquisas obtidos na área de instalação da futura Refinaria do Nordeste Abreu e Lima dentro do Complexo de SUAPE, e de outras pesquisas como (projeto GASALP e projeto do Gasoduto Termo Pernambuco Laudo Arqueológico) onde evidenciou-se vestígios com características provenientes de grupos pré-coloniais, provavelmente segundo registros históricos, dos grupos Caetés e de outras tribos do litoral sul de Pernambuco, que pelas características dos vestígios encontrados durante o projeto da refinaria são referentes aos Tupi-guarani, e de grupos históricos colonizadores ocupantes da área.

Segundo apontam os registros históricos, a colonização de Ipojuca teve início ainda no século XVI, por volta do ano de 1560, após a expulsão dos índios Caetés e de outras tribos do litoral sul de Pernambuco. Sendo assim, Ipojuca se consolidou como uma das mais importantes regiões do Sistema Colonial, equipada com dois portos – Suape e Porto de Galinhas – Além da maior várzea de massapê do Nordeste, fazendo parte do triangular comércio colonial. O nome que hoje conhecemos tem uma provável origem do tupi-guarani *lapajuque*, que significa Água Escura. A ocupação neste momento ocorreu de uma forma desordenada revolvendo-se o solo e com isso descontextualizando-se os vestígios de grupos anteriores a essa ocupação, os grupos pré-coloniais.

As terras férteis da região serviram de incentivo para a permanência dos colonos e implantação da monocultura da cana-de-açúcar, produto de grande valia. Deste momento em diante vários foram os colonos que migraram para essa localidade em busca de terras férteis onde o solo dessa região, rico em massapê, oferecia condições apropriadas para a atividade agrícola da cana-de-açúcar.

Tal movimentação causou um rápido surgimento de diversos engenhos, entre o período que cobre o século XVI ao século XIX, Ipojuca chegou a ter mais de 70 engenhos. Essa herança colonial perdura até os dias atuais, e Ipojuca, atualmente é considerado um dos grandes Polos industriais e turísticos de Pernambuco.

Em 1817, Pernambuco foi dividido em cinco comarcas, sendo quatro inteiras (pertencentes ao território pernambucano) e uma que pertencia à Comarca da Paraíba, a Comarca de Pernambuco, que tem a data de sua formação em 1645, seu campo de abrangência era toda a Capitania, porém, com a criação da Comarca de Olinda, ela passou a ter quatro vilas e dez freguesias. As vilas eram a de Recife, a do Cabo, a de Santo Antão da Mata e a de Sirinhaém. Já as freguesias eram as de Água Preta, Barreiros, Bom Jardim, Escada, Santo Amaro de Jaboação, Ipojuca, Nossa Senhora da Luz, Muribeca, Vargem e Una.

O Distrito de Ipojuca foi criado pela Lei Municipal de nº 02, de 12 de novembro de 1895, a vila surgiu com sede na povoação de Nossa Senhora do Ó e depois foi transferida para a povoação de São Miguel de Ipojuca.

Atualmente o distrito é formado administrativamente pela sua sede, a própria cidade de Ipojuca, e pelos povoados de Camela, Nossa Senhora do Ó, Porto de Galinhas, Praia do Toquinho e Suape. Porto de Galinhas tem uma provável origem no nome de um grupo de negros de religião islâmica que foram trazidos para as terras brasileiras como escravos. Essas pessoas foram apelidadas pelos corsários franceses de *poulen*, tendo o nome usado pelos portugueses e traduzido para sua própria língua e então chamado de galinhas. Tais escravos também eram chamados de *fulos*, palavra que passou a ser considerada sinônimo de uma espécie de escravo de pele mais clara. Essa nomenclatura “galinha” passou também a designar o local onde eles eram desembarcados em terras pernambucanas, nos idos do século XVI.

A região onde hoje está situada a cidade de Porto de Galinhas era antes ocupada pelos índios *Caetés*, Caeté em tupi, significa entre outras coisas, mata virgem ou mato intocado, até que em 1570 os primeiros portugueses começaram a chegar e a partir de então começou um período de lutas pela posse da terra, ao todo foram cinco anos (1571 a 1576), quando por fim os lusos conseguiram expulsar os indígenas dessa região.

Em 1606, os padres franciscanos iniciam a construção de um convento em Ipojuca e o consagram-no a Santo Antônio com a ajuda de vários homens ricos da época.

É interessante se observar que durante a ocupação flamenga em Pernambuco (1630-1654) Porto de Galinhas pouco é citada na documentação da época, ao contrário da vila de Sirinhaém. Contudo, no livro História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, de Gaspar Barléus, a praia aparece registrada nos mapas desenhados por Frans Post. Ainda durante os séculos XVIII e XIX, Porto de Galinhas também foi motivo de ação do poder público, no sentido de defesa da capitania e de avaliação da área com interesses comerciais mais abrangentes.

No século XIX, depois do episódio da Independência do Brasil (1822), vai ser fortificado o litoral sul de Pernambuco, com várias baterias, sendo uma delas na Praia de Porto de Galinhas. E mais, na tentativa de se estabelecer uma companhia de navegação a vapor, esse trecho do litoral vai aparecer como um dos mais indicados para tal fim, uma vez que sua profundidade oferecia um ancoradouro perfeito para isso.

Desde o início do século em diante, a praia teve uma movimentação pacata, ora servindo de veraneio para os senhores de engenho da região, em finais do século XIX, o banho de mar passa a ser visto como uma forma de lazer, saindo da ideia a qual ele só tinha propriedades terapêuticas e medicinais, as pessoas passam a frequentar as praias com suas famílias e amigos, desenvolvendo outro ambiente de convivência social. Em outro momento a praia aparece como produtora de coco, abastecendo, sobretudo as indústrias do sudeste do país. Neste local os pescadores também se estabeleceram provendo tanto o sustento de suas famílias, como também o abastecimento das feiras locais, formando comunidades pesqueiras.

Os banhos de mar também acabaram por trazer uma nova rede de serviços de apoio ligada a essa espécie de lazer, várias eram as pessoas que procuravam

pelas águas calmas e cristalinas da praia de Porto de Galinhas, primeiro os doentes, depois, os ricos, artistas, famosos etc.

A região era servida pelo sistema de transportes ferroviários passando depois a estradas de terra batida para passagem dos primeiros automóveis. As praias de Merepe, Muro Alto, Cupe e Gamboa até meados da década de 1970 pertenciam todas a uma grande fazenda. Foi ainda nesse período que a energia elétrica chegou a essa região e também se iniciou o processo de loteamentos em todas as praias pernambucanas, começa então, um período de urbanização da praia.

Foi em 1975 que se inicia de fato, através de Lei sancionada pelo prefeito de Ipojuca, Jaime Agostinho, o processo de loteamento de Porto de Galinhas. Com o surgimento de novas casas o coqueiral começa a desaparecer dando espaço a quadras e casas. A expansão urbana iniciada nesse momento vai ter um grande aumento a partir das décadas posteriores. É em meados da década de 1980 que se inaugurou a pavimentação da estrada PE-38, ligando a rodovia PE-60 à vila de Nossa Senhora do Ó, facilitando o transporte dos produtos das usinas da região assim facilitando tanto o acesso para os visitantes e turistas, como também, a implantação dos primeiros hotéis da região.

Adentrando para o além-mar ancora-se no Arquipélago de Fernando de Noronha, pertencente ao Estado de Pernambuco, localizada a 545 km da capital, é formada por vinte e uma ilhas e ilhotas, ocupando uma área de aproximadamente 26 quilômetros quadrados.

É reconhecidamente um dos locais de maior fluxo ou de interesse de visitantes no Brasil e no exterior. Tem uma história rica e indissociável da História Brasileira, não apenas a recente, mais uma História de cinco séculos. Desde sua descoberta em 1500, provavelmente por Gaspar de Lemos, a ilha passou por diversas situações registradas em vários documentos, tanto os documentos escritos, como por exemplo, os testemunhos materiais na forma de diferentes fortificações ao redor da Ilha.

Por sua formação insular, a ilha – até antes da invenção dos aviões – só era acessada por embarcações, e como em diversas localidades do mundo, alguns destes barcos acabaram naufragando e se perderam nas profundezas do Atlântico. Alguns naufrágios se deram próximos a ilha. Carregado de romantismo, as histórias de naufrágios povoam o imaginário da humanidade, histórias terríveis de sobreviventes que enfrentaram o mar inóspito e a despeito de todas as adversidades, conseguiram sobreviver e relatar com certa proximidade o local do sinistro, alguns, no entanto, desapareceram sem deixar vestígios.

O que se sabe, é no máximo uma possível posição decorrente de análise de rotas e outros elementos. Encontrar um destes barcos, verdadeiras “cápsulas do tempo”, é mais que uma aventura, uma possibilidade de resgatar elementos da cultura ocidental, resgatar sua História.

Em Fernando de Noronha, assim como na costa de Pernambuco, alguns naufrágios foram encontrados, sendo inclusive utilizados como atração turística. Contudo, parte de sua história, ou a totalidade de sua “Memória” encontra-se perdida em arquivos espalhados por diferentes localidades e no próprio local do sinistro. Através da Arqueologia Subaquática pode-se proporcionar a história dessa cápsula do tempo, não apenas do Brasil, quanto do Mundo, um somatório de novos dados que por sua vez ampliariam o conhecimento histórico e ainda, não menos importante, contribuiriam para a preservação do nosso patrimônio e, dessa forma ampliaria ainda mais o potencial turístico da Ilha e do litoral pernambucano.

Durante toda a sua história, a Ilha de Fernando de Noronha foi alvo da cobiça das diferentes bandeiras, franceses, ingleses, espanhóis, holandeses, alemães, estadunidenses. A importância geopolítica de Noronha que tanto motivou o interesse do ocidente, agora cede lugar ao interesse turístico.

Os patrimônios históricos, culturais e arqueológicos deixados no decorrer da história por diferentes grupos étnicos, apontam a presença da diversidade cultural

existente em Pernambuco e em especial nos municípios do Polo Costa dos Arrecifes.

Desta forma, com fins diversos, foram se delineando panoramas patrimoniais no litoral pernambucano, tijolo por tijolo, pedra sobre pedra durante o período colonial, estes que são de extrema importância para a história colonial. Engenhos, portos, igrejas e fortes foram erguidos, seja com finalidades bélicas de defesa ou para estruturar a circulação comercial, ou ainda por motivos ideológicos, o litoral pernambucano ganha um panorama patrimonial consolidado.

O patrimônio material, enquanto construções históricas refletem sentidos e significados culturais e enquanto monumentos devem ser reconhecidos como patrimônio nacional. Destaque também a inúmeras edificações representativas da tecnologia canavieira, provavelmente desde o século XVI e início do XX em quase todos os municípios do Polo.

No que diz respeito aos naufrágios como atrações turísticas já foram registrados cerca de duzentos indícios de naufrágios. Vinte e cinco foram encontrados, e destes cinco ainda não se sabe a procedência, alguns já fazem parte da rota do mergulho como é o caso do vapor Pirapama e o vapor de baixo, e diversos ainda estão por serem descobertos. Pernambuco já tem um reconhecimento desta atividade, tanto pela quantidade de naufrágios quanto pelas características de suas águas, além da infraestrutura existente para atender os mergulhadores na costa Pernambucana.

O patrimônio subaquático pernambucano não se limita, entretanto, aos inúmeros naufrágios que ocorreram em sua costa, já que outros acontecimentos de igual importância histórica jazem nas suas águas, a exemplo de fortificações e instalações portuárias desaparecidas, bem como outros marcos da presença do homem na região, que aguardam a oportunidade de serem revelados em toda a sua grandeza.

O Litoral Pernambucano oferece também ao turismo um patrimônio ambiental verificado nas praias de águas mornas e calmas, com coqueiros, piscinas naturais, recifes e bancos de areia como também praias excelentes para a prática de esportes náuticos, como é o caso da Ilha de Itamaracá que além de guardar patrimônios edificados de toda história pernambucana é famosa por suas praias, reservas ecológicas com remanescentes da Mata Atlântica e pelo título de capital da ciranda sendo ainda grande produtora de artesanato e mantendo viva a cultura popular pernambucana.

Para uma melhor visualização da diversidade cultural deste Polo apresenta-se em forma de mapas os diferentes tipos de patrimônio existentes nos municípios que fazem parte desta AAE.

C) Referências da Economia Regional e Urbanização

Do ponto de vista demográfico e econômico, o Polo Costa dos Arrecifes está, majoritariamente, inserido na Região Metropolitana do Recife (RMR), pois dos 15 municípios, nove compõem a RMR, enquanto os demais são fortemente polarizados por esta. Tendo como município *core* a capital estadual, Recife, a RMR destaca-se como um polo comercial de distribuição de mercadorias e de serviços, sobressaindo-se, na última década, os serviços médico-hospitalares.

Com a implementação das atividades do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, no município de Ipojuca, na última década, ocorreu um forte crescimento das atividades industriais ao sul da RMR em decorrência da atração de inúmeras empresas para o complexo em questão.

Esse processo tem provocado repercussões econômicas e demográficas para os municípios do litoral sul, que passaram a sofrer uma forte pressão imobiliária em decorrência da demanda por residências para os trabalhadores de SUAPE, fato este extensivo para os municípios de Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Recife.

Ao norte, situação equivalente à de SUAPE começou a ocorrer a partir de 2011, quando foi anunciada a construção de uma planta automotiva da FIAT no município de Goiana e que já iniciou um processo de atração de empresas para o litoral norte pernambucano, e mesmo para o sul da Paraíba.

Tal como no litoral sul, as repercussões econômicas e demográficas para os municípios do litoral norte já são sentidas a partir da crescente pressão imobiliária em decorrência da demanda por residências para os trabalhadores do Polo Automotivo.

Apesar dos empreendimentos industriais em andamento, em municípios externos à RMR, há, ainda, uma forte dependência econômica da atividade agrícola voltada para o plantio da cana de açúcar, como nos municípios de Goiana e Ipojuca.

Em decorrência da expansão urbana nos municípios do Polo, majoritariamente urbanos, percebe-se um crescimento urbano de forma horizontal a partir do estabelecimento de loteamentos, condomínios fechados e pequenos prédios nas áreas peri urbanas.

Já nos centros urbanos consolidados, ocorre uma gradativa verticalização decorrente da construção de conjuntos prediais que a substituir as residências unifamiliares, promovendo um adensamento populacional nas zonas centrais e no centro estendido de municípios como Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista.

2.3. Indicadores das Condições Socioeconômicas e Demográficas dos Municípios do Polo Costa dos Arrecifes

Os referenciais socioeconômicos por meio de indicadores próprios delineiam as principais questões que importam no contexto da AAE, à medida que destacam aspectos envolvidos na formação dos Fatores Críticos a Decisão com desdobramentos na proposição de Diretrizes e Recomendações.

A) Papel dos Municípios na rede Urbana Regional

Considerando a área de Influência da cidade do Recife sobre as outras 14 cidades, aqui consideradas cidades os distritos-sede dos municípios, mais o distrito-estadual de Fernando Noronha que compõem o Polo Costa dos Arrecifes constituem-se em centros urbanos polarizados pela capital pernambucana, sendo que oito dos 14 municípios são componentes da Região Metropolitana do Recife.

A cidade do Recife constitui-se em um dos 12 principais centros urbanos do País que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta, sendo tal grupo de cidades dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações (IBGE, 2007):

1. Grande Metrópole Nacional: São Paulo-SP;
2. Metrópoles Nacionais: Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF;
3. Metrópoles: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, como é o caso das cidades inseridas na Região Metropolitana do Recife, tem-se uma Área de Concentração de População, ou ACP.

As ACP são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo (IBGE, 2007). As ACP se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população.

Além da polarização das cidades pernambucanas, a cidade do Recife possui como áreas de influências as capitais e demais cidades dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Também polarizadas por Recife, mas em outra posição hierárquica em relação às demais cidades, sendo as mais distantes no sentido norte-sul da capital pernambucana, Barreiros e Goiana caracterizam-se como Centros de Zona A, sendo tais centros urbanos de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares, enquanto que os Centros Locais a questão da centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, sendo o caso da cidade de Maragogi-AL em relação a Barreiros-PE, e Condado-PE em relação à Goiana-PE.

B) Perfil das Economias Municipais

A desigualdade das economias municipais do Polo Arrecifes se evidencia na comparação do PIB. O PIB de Recife em 2010 foi 3,3 vezes superior ao PIB de Ipojuca (segundo maior PIB dentre os municípios do Polo) e mais de 345 vezes superior a São José da Coroa Grande (menor PIB entre os municípios do Litoral).

O PIB dos municípios do Polo Metropolitano (Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes) era quase três vezes (2,86 vezes) superior ao PIB dos municípios do Litoral Sul do Polo e nove vezes superior ao PIB dos municípios do Litoral Norte do Polo. O PIB de Fernando de Noronha era o menor entre todos os municípios do Polo (R\$ 34 milhões, duas vezes e meia inferior ao PIB de São José da Coroa Grande).

O Valor Agregado pelo Setor Serviços (ao quais as atividades turísticas estão mais vinculadas) em Recife correspondia a 83,0% do PIB, apresentando maior participação do Setor Serviços dentre todos os municípios do Polo, com pequena diferença em relação a Olinda (82,0%), Itamaracá (81,8%), Barreiros (81,5%) e

Fernando de Noronha (80,3%). O peso menor do Setor Serviços em Itapissuma, Igarassu e Cabo de Santo Agostinho pode ser atribuído à importância relativa dos Setores Industrial e Agrícola na composição do PIB.

A concentração do PIB do Estado de Pernambuco nos municípios do Polo Arrecifes se constata na sua comparação. O total do PIB do Polo Arrecifes correspondia no ano 2010 a 63,7% do PIB do Estado de Pernambuco (o Núcleo Metropolitano respondia por 43,7% do PIB do Estado).

O PIB per capita em Ipojuca (R\$ 112.924), no Cabo de Santo Agostinho (R\$ 24.180) e em Itapissuma (R\$ 20.208) era superior ao de Recife (R\$ 19.540), por sua vez bastante superior ao PIB per capita médio no Estado de Pernambuco (R\$ 10.381).

Na comparação no próprio Polo é evidente o contraste entre municípios: O PIB per capita de Ipojuca era mais de vinte e três vezes superior ao de São José da Coroa Grande e o PIB per capita de Jaboatão dos Guararapes, no Núcleo Metropolitano, correspondia à metade do PIB per capita do seu município vizinho, Cabo de Santo Agostinho.

Tabela 1: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Polo Arrecifes e de Pernambuco em 2010.

Especificação	Produto Interno Bruto (PIB) (2010)				
	PIB		PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Valor Agregado Bruto – Setor Serviços	
	(Em milhões de R\$)	(%)		(Em milhões de R\$)	(%)
Municípios do Polo	(Em milhões de R\$)	(%)	(Em milhões de R\$)	(Em milhões de R\$)	(%)
Goiana	734	0,8	9.706	441	60,1
Itamaracá	122	0,1	5.418	100	81,8
Itapissuma	479	0,5	20.208	168	35,1
Igarassu	1.147	1,2	11.244	556	48,5
Paulista	2.130	2,2	7.084	1.580	74,2
Subtotal Litoral Norte	4.612	4.8	-	2.845	61,7
Olinda	3.108	3,3	8.276	2.549	82,0

Recife	30.032	31,6	19.540	24.927	83,0
Jaboatão dos Guararapes	8.360	8,8	12.967	5.911	70,7
Subtotal Núcleo Metropolitano	41.500	43,7	-	33.387	80,5
Cabo de Santo Agostinho	4.476	4,7	24.180	2.050	45,8
Ipojuca	9.095	9,6	112.924	6.239	68,6
Sirinhaém	319	0,3	7.915	176	55,1
Rio Formoso	184	0,2	8.309	103	56,1
Barreiros	201	0,2	4.942	164	81,5
Tamandaré	138	0,1	6.645	96	69,4
São José da Coroa Grande	87	0,1	4.807	69	79,4
Subtotal Litoral Sul	14.500	15,2	-	8.897	61,4
Fernando de Noronha	34	0,0	12.793	27	80,3
Total Polo Arrecifes	60.646	63,7	-	45.156	74,5
Pernambuco	95.187	100	10.821	69.867	73,4

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br).

C) Índices de Emprego / Ocupação

Os índices de emprego existentes em municípios do Polo Arrecifes e em Pernambuco, segundo sua ocupação em atividades produtivas formais, estão contidos nas Tabelas 2, 3, 4 e 5.

Tabela 2: Índices de Emprego / Ocupação dos municípios do Litoral Norte do Polo Arrecifes e de Pernambuco.

Empregados por atividade no Setor Formal (Ano 2011)	Municípios do Litoral Norte					Pernambuco
	Goiana	Itamaracá	Itapissuma	Igarassu	Paulista	
Total de empregados no setor formal	12.766	1.686	4.583	19.840	35.335	1.648.927
Empregados na atividade da agropecuária	407	20	86	127	198	46.852
Empregados na atividade extrativa mineral	49	-	3	44	79	2.507
Empregados na indústria de transformação	6.112	44	2.157	10.720	6.520	228.277
Empregados na construção civil	353	75	616	720	3.616	144.645
Empregados nos serviços industriais de utilidade pública	13	1	-	226	55	14.131
Empregados no comércio	2.175	218	214	1.865	6.458	287.118
Empregados na atividade de serviços	1.475	1.290	155	4.203	12.272	513.915
Empregados na administração pública	2.182	38	1.352	1.935	6.137	411.482

Fonte: <http://www.bde.pe.gov.br>

Tabela 3: Índices de Emprego / Ocupação dos municípios do Núcleo Metropolitano do Polo Arrecifes e de Pernambuco.

Empregados por atividade no Setor Formal (Ano 2011)	Municípios do Núcleo Metropolitano			Pernambuco
	Olinda	Recife	Jaboatão dos Guararapes	
Total de empregados no setor formal	84.879	699.370	97.352	1.648.927
Empregados na atividade da agropecuária	87	2.731	683	46.852
Empregados na atividade extrativa mineral	1	507	193	2.507
Empregados na indústria de transformação	4.635	37.162	20.147	228.277
Empregados na construção civil	7.740	58.761	3.876	144.645
Empregados nos serviços industriais de utilidade pública	1.298	7.189	473	14.131
Empregados no comércio	10.623	120.303	22.815	287.118
Empregados na atividade de serviços	49.660	288.471	38.245	513.915
Empregados na administração pública	10.835	184.246	10.920	411.482

Fonte: <http://www.bde.pe.gov.br>

Tabela 4: Índices de Emprego / Ocupação dos municípios do Litoral Sul do Polo Arrecifes e de Pernambuco.

Empregados por atividade no Setor Formal (Ano 2011)	Municípios do Litoral Sul							Pernambuco
	Cabo de Sto. Agostinho	Ipojuca	Sirinhaém	Rio Formoso	Barreiros	Tamandaré	São José da Coroa Grande	
Total de empregados no setor formal	41.980	62.199	7.719	7.196	5.010	4.576	1.479	1.648.927
Empregados na atividade agropecuária	3.365	417	218	288	615	105	20	46.852
Empregados na atividade extrativa mineral	12	49	6	-	14	-	-	2.507
Empregados na indústria de transformação	11.404	13.483	5.579	5.620	185	2.495	40	228.277
Empregados na construção civil	8.774	28.119	139	10	1.417	1	24	144.645
Empregados nos serviços industriais de utilidade pública	135	13	-	-	9	-	-	14.131
Empregados no comércio	5.093	3.049	648	220	1.189	340	438	287.118
Empregados na atividade de serviços	6.735	12.736	143	368	412	666	193	513.915
Empregados na administração pública	6.462	4.333	986	690	1.169	969	764	411.482

Fonte: <http://www.bde.pe.gov.br>

Tabela 5: Índices de Emprego / Ocupação em Fernando de Noronha e em Pernambuco.

Empregados por atividade no Setor Formal (Ano 2011)	Fernando de Noronha	Pernambuco
Total de empregados no setor formal	1.102	1.648.927
Empregados na atividade da agropecuária	-	46.852
Empregados na atividade extrativa mineral	-	2.507
Empregados na indústria de transformação	32	228.277
Empregados na construção civil	7	144.645
Empregados nos serviços industriais de utilidade pública	3	14.131
Empregados no comércio	130	287.118
Empregados na atividade de serviços	930	513.915
Empregados na administração pública	-	411.482

Fonte: <http://www.bde.pe.gov.br>

O número de empregados no Comércio e Serviços correspondia em 2011 a 96,2% do total de empregados no setor formal em Fernando de Noronha e 58,4% do total de empregados no setor formal em Recife, em contraste com o número de empregados no Comércio e Serviços em Itapissuma no Litoral Norte (8,1% do total de empregados no setor formal) e em Rio Formoso no Litoral Sul (8,2% do total de empregados no setor formal).

Na comparação do Polo Arrecifes com o Estado de Pernambuco o total de empregados por atividade no setor formal do Polo correspondia no ano 2011 a 65,9% do total de empregados no Estado, sendo 4,5% nos municípios do Polo no Litoral Norte, 53,5% nos municípios do Polo no Núcleo Metropolitano e 7,9% nos municípios do Polo no Litoral Sul. O total de empregados por atividade no setor formal em Fernando de Noronha não alcançava 0,1% do total de empregados no Estado.

Em particular no Comércio e Serviços, o total de empregados no Polo correspondia nesse ano a 74,1% do total de empregados em Pernambuco, sendo 3,8% nos municípios do Polo no Litoral Norte, 66,2% nos municípios do Polo no Núcleo Metropolitano, 4,0% nos municípios do Polo no Litoral Sul e 0,1% em Fernando de Noronha.

D) Receita Orçamentária Municipal

Nas finanças públicas, o município de Recife se destaca com receitas superiores à soma das receitas dos restantes municípios do Polo Arrecifes (R\$ 2,9 bilhões contra R\$ 2,5 bilhões) e quase cento e oito vezes superiores ao município de São José da Coroa Grande.

As receitas tributárias, incluindo IPTU e ISS, correspondem no total dos municípios do Polo a 23,9% das receitas municipais, sendo 8,5% nos municípios do Litoral Norte, 27,7% nos municípios do Núcleo Metropolitano e 18,3% nos municípios do Litoral Sul.

Parece significativo que os municípios de Recife, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Olinda, nesta ordem, com maior dinamismo econômico, arrecadam proporcionalmente mais de fontes próprias do que Igarassu, Rio Formoso, Goiana, Itamaracá, Sirinhaém e São José da Coroa Grande, municípios mais dependentes de transferências do governo federal (Tabela 6).

Tabela 6: Finanças públicas dos municípios do Polo Costa dos Arrecifes

Municípios do Polo	Finanças Públicas (2011)		
	Receita Municipal (A) (em mil R\$)	Receita Tributária (B) (em mil R\$)	B/A (%)
Goiana	120.297	6.124	5,1
Itamaracá	34.242	1.789	5,2
Itapissuma	44.768	4.615	10,3
Igarassu*	86.243	3.068	3,6
Paulista	292.862	33.555	11,5
Subtotal Litoral Norte	578.412	49.151	8,5
Olinda	399.160	65.147	16,3
Recife	2.910.800	905.777	31,1
Jaboatão dos Guararapes*	492.356	83.586	17,0
Subtotal Núcleo Metropolitano	3.802.316	1.054.510	27,7
Cabo de Santo Agostinho	466.879	82.493	17,7
Ipojuca	384.607	94.626	24,6
Sirinhaém	48.323	2.674	5,5
Rio Formoso	36.970	1.455	3,9
Barreiros	47.732	4.523	9,5
Tamandaré	36.929	4.549	12,3
São José da Coroa Grande	27.233	1.524	5,6
Subtotal Litoral Sul	1.048.673	191.844	18,3
Fernando de Noronha
Total Polo Arrecifes	5.429.401	1.295.505	23,9

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br).

*Dados de 2009

***Sem informação

E) Indicadores das Condições Sociais Municipais

Nos municípios do Polo Costa dos Arrecifes o crescimento econômico e o aumento populacional não estão ocorrendo de modo equitativo entre os 15 componentes do Polo em questão, demandando-se melhorias da qualidade de vida quanto à saúde e educação, mesmo considerando que em termos absolutos os números de tais serviços sociais tenham aumentado na última década.

Pode-se dizer que o aumento da produção e da renda, bem como o acesso à ocupação, são significativos em quantidade, mas os serviços sociais não acompanham em qualidade, ocasionando um hiato que não contribui com um pleno desenvolvimento socioeconômico sustentável.

- **Indicadores Demográficos**

Com uma população total de 523.784 em 2010, dos cinco municípios que compõem o Polo Costa dos Arrecifes – Subárea Litoral Norte, quatro (Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Paulista) fazem parte da Região de Desenvolvimento Metropolitano, respondem por 12,13% da população da RD Metropolitano, enquanto apenas um (Goiana) compõe a Região de Desenvolvimento da Mata Norte, correspondendo a 13,10% da população desta RD. A congregação da população total da subárea perfaz 5,95% da população total do Estado de Pernambuco (Tabela 7).

Tabela 7: População Residente na Subárea Litoral Norte.

Municípios do Polo	População (2010)
Goiana	75.644
Igarassu	102.021
Ilha de Itamaracá	21.884
Itapissuma	23.769
Paulista	300.466
Total	523.784
Estado	População (2010)
Pernambuco	8.796.448

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br)

A partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 8), constata-se que no período de 19 anos o município que apresentou o maior crescimento demográfico foi o da Ilha de Itamaracá, que majorou seu índice populacional em 88,55% no período em questão, tendo no setor de comércio e serviços, dentre os quais o de turismo, como carros-chefe da dinâmica econômica municipal nas últimas décadas e, conseqüentemente, da atração populacional de contingentes que, gradativamente, estão transformando a residência de veraneio em residências de moradia.

Quanto aos municípios de Goiana, Igarassu, Itapissuma e Paulista, estes apresentaram crescimento variando entre 17 a 42%, chamando a atenção os crescimentos verificados em Itapissuma e Paulista, que obtiveram crescimentos

superiores a 40%, refletindo uma crescente movimentação e fixação de pessoas na porção norte da Região Metropolitana do Recife, que se constitui em área de expansão da malha urbana metropolitana.

Tabela 8: Crescimento Populacional da Subárea Litoral Norte entre 1991 e 2010.

Município do Polo	População em 1991	População em 2000	População em 2010	Crescimento 1991-2010 (%)
Goiana	64.150	71.177	75.644	17,91
Igarassu	79.837	82.277	102.021	27,78
Ilha de Itamaracá	11.606	15.858	21.884	88,55
Itapissuma	16.408	20.116	23.769	44,86
Paulista	211.491	262.237	300.466	42,07

Fonte: Censos do IBGE - 1991, 2000 e 2010.

Com relação ao crescimento médio anual da população dos municípios que compõem o Polo em questão na última década (2000-2010), a Ilha de Itamaracá manteve índices médios considerados elevados, com percentual de 3,79%, seguindo-se Igarassu, com 2,39%, e Itapissuma, com 1,81%. Tais números refletem o crescimento populacional da Região Metropolitana do Recife, mas que busca espaços para moradia na porção norte, onde ainda há áreas a serem ocupadas (Tabela 92).

Quanto aos casos de Paulista e Goiana, no primeiro há uma saturação ocupação devido a um longo processo de ocupação, bem como devido a sua proximidade com Recife. Já o caso de Goiana, os baixos índices, até 2010, refletem a distância da capital e a economia ainda majoritariamente agrícola. Contudo, devido aos novos investimentos que estão sendo anunciados desde 2011, dentre os quais uma montadora automobilística, vem ocorrendo nos últimos três anos um forte afluxo demográfico para o município.

Tabela 9: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para a Subárea Litoral Norte.

Municípios do Polo	População em 2000	População em 2010	Crescimento Médio Anual entre 2000-2010 (%)
Goiana	71.177	75.644	0,62
Igarassu	82.277	102.021	2,39
Ilha de Itamaracá	15.858	21.884	3,79
Itapissuma	20.116	23.769	1,81
Paulista	262.237	300.466	1,45

Fonte: Censos do IBGE - 2000 e 2010.

No relativo à distribuição populacional por domicílio, Paulista é o único município que apresenta a sua população totalmente urbana (100%), sendo seguido por Igarassu, com 92,08% de população vivendo em perímetro urbano. No caso de Paulista tal percentual é reflexo não só da proximidade com o Recife, mas do próprio histórico municipal, que teve na indústria têxtil, no início do século XX, o carro-chefe da economia, e fixador de trabalhadores urbanos. Quanto a Igarassu, o alto percentual de moradores urbanos deve-se a expansão horizontal da cidade de Igarassu, que inclusive recebeu refluxo da crescente ocupação do município da Ilha de Itamaracá (Tabela 10).

Quanto aos demais municípios (Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Goiana), apesar de possuir quase 25% do seu contingente populacional habitando na zona rural, estes apresentam um viés de alta nos seus índices de população urbana nas últimas décadas, sendo esperados percentuais acima de 85% para o próximo censo a ser realizado em 2020, em decorrência dos inúmeros investimentos em andamento nos municípios em questão.

Tabela 10: Distribuição da População Urbana e Rural para a Subárea Litoral Norte (2010).

Municípios do Polo	População Urbana em 2010	População Rural em 2010	Percentual	
			Urbano	Rural
Goiana	58.025	17.619	76,71	23,29
Igarassu	93.931	8.090	92,08	7,92
Ilha de Itamaracá	16.993	4.891	77,66	22,34
Itapissuma	18.320	5.449	77,08	22,92
Paulista	300.466	0	100%	0%

Fonte: Censos do IBGE - 2010.

É fato que devido aos crescentes empreendimentos econômicos que estão sendo direcionados para os municípios do Polo Costa dos Arrecifes – Setor 1/Norte nos últimos três anos, há um boom imobiliário na área em questão, com variados empreendimentos voltados para o mercado imobiliário (loteamentos, condomínios fechados e mesmo pequenos prédios) que estão facilitando o direcionamento de novos contingentes populacionais para o litoral norte pernambucano e, por conseguinte, para o Polo em foco.

Nos municípios do Polo Costa dos Arrecifes – Subárea Metropolitana, o crescimento econômico e o aumento populacional não estão ocorrendo de modo equitativo entre os três componentes do Polo em questão, havendo um forte crescimento demográfico para o município de Jaboatão dos Guararapes, se comparado aos verificados para Olinda e Recife.

Apesar do menor crescimento demográfico verificado para Olinda e Recife, por se constituírem em centros urbanos consolidados, e mesmo saturados, estes, bem como Jaboatão dos Guararapes, demandam melhorias da qualidade de vida para a população residente, no referente aos serviços de saúde e educação, mesmo considerando que em termos absolutos os números de tais equipamentos sociais tenham aumentado na última década.

Com uma população total de 2.560.103 em 2010, os três municípios que compõem o Polo Costa dos Arrecifes – Subárea 2/Metropolitana fazem parte da Região de

Desenvolvimento Metropolitano, e respondem por 69,31% da população da RD Metropolitano. A congregação da população total do Polo perfaz 29,10% da população total do Estado de Pernambuco (Tabela 11).

Tabela 11: População Residente na Subárea Metropolitano.

Municípios do Polo	População (2010)
Jaboatão dos Guararapes	644.620
Olinda	377.779
Recife	1.537.704
Total	2.560.103
Estado	População (2010)
Pernambuco	8.796.448

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br)

A partir dos dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 12), constata-se que no período de 19 anos o município que apresentou o maior crescimento demográfico foi o de Jaboatão dos Guararapes, que majorou seu índice populacional em 32,33% no período em questão, tendo nos setores: industrial, de comércio e de serviços, dentre os quais o de turismo, fatores responsáveis pela dinâmica econômica municipal das últimas décadas e, conseqüentemente, da atração populacional de contingentes populacionais.

Entretanto, cabe destacar que a proximidade geográfica com o Complexo Industrial Portuário de SUAPE, no município de Ipojuca, litoral sul pernambucano, bem como o dinamismo dos empreendimentos das últimas décadas, fizeram de Jaboatão dos Guararapes um foco para empreendimentos imobiliários voltados para o afluxo de trabalhadores que foram direcionados para SUAPE, o que se reflete, em parte, no forte crescimento populacional constatado nos últimos censos.

Quanto aos municípios de Olinda e Recife, estes apresentaram crescimento relativamente inferior a Jaboatão dos Guararapes, chamando a atenção o crescimento verificado em Recife, que se revelou superior a 18% no período em questão, refletindo uma crescente movimentação e fixação de pessoas na capital

pernambucana depois de índices ínfimos constatados em 1980 e 1991. Tal majoração verificada em 2010, e mesmo já em 2000, certamente reflete, tal como em Jaboatão dos Guararapes, o viés de alta da economia pernambucana a partir do dinamismo de SUAPE.

Quanto a Olinda, os efeitos de SUAPE não se refletiram no município, que além da distância do complexo industrial portuário, apresenta uma forte densidade populacional, bem como a ausência de espaços para ampliação urbana.

Tabela 12: Crescimento Populacional da Subárea Metropolitana entre 1991 e 2010.

Município do Polo	População em 1991	População em 2000	População em 2010	Crescimento 1991-2010 (%)
Jaboatão dos Guararapes	487.119	581.556	644.620	32,33
Olinda	341.394	367.902	377.779	10,65
Recife	1.298.229	1.422.905	1.537.704	18,44

Fonte: Censos do IBGE - 1991, 2000 e 2010.

Em relação ao crescimento médio anual da população dos municípios que compõem a área em questão, na última década (2000-2010), Jaboatão dos Guararapes manteve um índice acima de 1%, enquanto que Olinda e Recife ficaram com índice abaixo de 1% (Tabela 13). Tais números refletem o crescimento populacional para a porção centro-sul da Região Metropolitana do Recife nas últimas décadas, com destaque para as zonas sul e sudoeste do Recife, e os bairros praiheiros de Candeias e Piedade, em Jaboatão dos Guararapes.

Quanto ao caso de Olinda, o baixo crescimento populacional médio anual reflete uma saturação da sua ocupação devido a um longo processo de ocupação, bem como devido a sua proximidade com Recife, que não permite crescimento de atividades comerciais e de serviços encontradas em maior número e variedade na capital estadual.

Tabela 13: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para a Subárea Metropolitana.

Municípios do Polo	População em 2000	População em 2010	Crescimento Médio Anual entre 2000-2010 (%)
Jaboatão dos Guararapes	581.556	644.620	1,08
Olinda	367.902	377.779	0,26
Recife	1.422.905	1.537.704	0,80

Fonte: Censos do IBGE - 2000 e 2010.

No relativo à distribuição populacional por domicílio, Recife é o único município que apresenta a sua população totalmente urbana (100%), sendo seguido por Olinda, com 98,02%, e Jaboatão dos Guararapes, com 97,82% de suas respectivas populações vivendo em perímetro urbano.

Para Recife tal percentual é reflexo da condição de capital estadual, bem como dois séculos de ocupação especificamente urbana, e centro da Região Metropolitana de mesmo nome.

Quanto a Jaboatão e Olinda, apesar da não totalidade da população municipal residir na zona urbana, os índices de população ditas rurais são decorrentes de pequenos enclaves nas territorialidades destes municípios de residentes que ainda praticam alguma atividade agropecuária (agricultura de subsistência e pequenas criações), mas que em breve, certamente serão erradicados da espacialidade municipal devido à expansão do crescimento urbano prevista para os próximos anos.

Tabela 14: Distribuição da População Urbana e Rural para a Subárea Metropolitana (2010).

Municípios do Polo	População Urbana em 2010	População Rural em 2010	Percentual	
			Urbano	Rural
Jaboatão dos Guararapes	630.595	14.025	97,82	2,18
Olinda	370.332	7.447	98,02	1,98
Recife	1.537.704	---	100%	---

Fonte: Censos do IBGE - 2010.

Ainda em relação à expansão urbana, é fato que devido aos crescentes empreendimentos econômicos que estão sendo direcionados para os municípios do Polo Costa dos Arrecifes – Subárea Metropolitana, principalmente para Jaboatão dos Guararapes, o mais próximo do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, nos últimos cinco anos ocorreu um verdadeiro *boom* imobiliário no município em questão. São variados empreendimentos voltados para o mercado imobiliário (loteamentos, condomínios fechados e mesmo pequenos prédios) que estão facilitando o direcionamento de novos contingentes populacionais, de variadas faixas econômicas, contribuindo para um crescente adensamento populacional no litoral sul da Região Metropolitana do Recife.

Totalizando 407.736 habitantes em 2010, os sete municípios que compõem a Subárea Litoral Sul, dois (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) fazem parte da Região de Desenvolvimento (RD) Metropolitano, e respondem por 7,19% da população desta RD, enquanto que cinco (Barreiros, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré) compõem a Região de Desenvolvimento da Mata Sul, correspondendo a 19,37% da população desta RD. A congregação da população total desta área do Polo Costa dos Arrecifes, perfaz 4,63% da população total do Estado de Pernambuco (Tabela 15).

Tabela 15: População Residente da Subárea Litoral Sul.

Municípios do Subárea	População (2010)
Barreiros	40.732
Cabo de Santo Agostinho	185.025
Ipojuca	80.637
Rio Formoso	22.151
São José da Coroa Grande	18.180
Sirinhaém	40.296
Tamandaré	20.715
Total	407.736
Estado	População (2010)
Pernambuco	8.796.448

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br)

Tomando por base os dados de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 16), constata-se que no período de 19 anos o município que apresentou o maior crescimento demográfico foi o da Ipojuca, que majorou seu índice populacional em 77,52% no período em questão, tendo no crescimento do setor industrial o carro-chefe da dinâmica econômica municipal das últimas décadas e, conseqüentemente, da atração populacional para os municípios.

Quanto aos municípios de Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho e São José da Coroa Grande, estes apresentaram crescimento variando entre 21 a 57%, chamando a atenção os crescimentos verificados em São José da Coroa Grande e Cabo de Santo Agostinho, que obtiveram crescimentos de 57,63% e 45,64%, respectivamente, refletindo uma crescente movimentação e fixação de pessoas em áreas ao sul e ao norte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE.

No caso de Rio Formoso, a redução populacional verificada entre 1991 e 2000 foi conseqüência do desmembramento do antigo distrito de Tamandaré, que passou a constituir município a partir de 1997, diminuindo o efetivo populacional de Rio Formoso em quase 50%. Em ambos os casos, bem como para os municípios de Sirinhaém e Barreiros, tais municípios não apresentaram, no período de 1991 a 2010, aumento populacional expressivo decorrente dos investimentos realizados a partir de SUAPE.

Tabela 16: Crescimento Populacional da Subárea Litoral Sul entre 1991 e 2010.

Município do Subárea	População em 1991	População em 2000	População em 2010	Crescimento 1991-2010 (%)
Barreiros	40.569	39.139	40.732	0,40
Cabo de Santo Agostinho	127.036	152.977	185.025	45,64
Ipojuca	45.424	59.281	80.637	77,52
Rio Formoso	33.833	20.764	22.151	- 34,52
São José da Coroa Grande	11.533	13.971	18.180	57,63
Sirinhaém	33.258	33.046	40.296	21,16
Tamandaré*	---	17.281	20.715	---

* Em 1991 Tamandaré era distrito do Município de Rio Formoso.

Fonte: Censos do IBGE - 1991, 2000 e 2010.

Contudo, no relativo ao crescimento médio anual da população dos municípios que compõem a Subárea Litoral Sul na última década (2000-2010), além do crescimento verificado em Ipojuca (3,60%) e São José da Coroa Grande (3,01%), chama atenção o crescimento médio anual de Sirinhaém, de 2,19%, provavelmente devido à proximidade do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, ao norte da cidade de Sirinhaém, e o rápido acesso entre a cidade e o complexo a partir das rodovias PE-064 e PE-060.

Quanto aos municípios ao extremo sul da Subárea em questão, o crescimento médio anual são os menores verificados: Tamandaré (1,98%), Barreiros (0,40%) e Rio Formoso (0,06%), refletindo a distância da capital e a economia ainda majoritariamente agrícola.

Tabela 17: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para a Subárea Litoral Sul.

Municípios do Subárea	População em 2000	População em 2010	Crescimento Médio Anual entre 2000-2010 (%)
Barreiros	39.139	40.732	0,40
Cabo de Santo Agostinho	152.977	185.025	2,09
Ipojuca	59.281	80.637	3,60
Rio Formoso	20.764	22.151	0,06
São José da Coroa Grande	13.971	18.180	3,01
Sirinhaém	33.046	40.296	2,19
Tamandaré	17.281	20.715	1,98

Fonte: Censos do IBGE - 2000 e 2010.

No relativo à distribuição populacional por domicílio, a Subárea Litoral Sul apresenta os menores percentuais de urbanização, se comparados aos índices das outras Subáreas. Com percentuais variando entre 53,31%, em Sirinhaém, e 90,68% no Cabo de Santo Agostinho, este último inserido na Região Metropolitana do Recife, tais índices refletem uma relativa dependência destes municípios de atividades agrícolas, ainda fixadores de percentuais populações relativamente elevadas no meio rural, como os de Sirinhaém, com 46,69%, e de Rio Formoso, com 39,63% (Tabela 18).

Tal como para os municípios de Paulista, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, em outras Subáreas, o índice de urbanização superior a 90% no Cabo de Santo Agostinho reflete não só a proximidade com o Recife, mas o próprio histórico de ocupação municipal, atrelada a engenhos de cana de açúcar e, posteriormente, como centro comercial e mesmo industrial.

Entretanto, de acordo como os dados relativos ao crescimento médio anual da população do município de Sirinhaém, deve-se considerar que este passa por um incremento população devido à sua proximidade do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, e que, certamente, haverá uma forte majoração dos índices de ocupação urbana no município, fato a ser constatado no censo de 2020.

Tabela 18: Distribuição da População Urbana e Rural para a Subárea Litoral Sul (2010).

Municípios do Polo	População Urbana em 2010	População Rural em 2010	Percentual	
			Urbano	Rural
Barreiros	33.982	6.750	83,42	16,58
Cabo de Santo Agostinho	167.783	17.242	90,68	9,32
Ipojuca	59.719	20.918	74,05	25,95
Rio Formoso	13.373	8.778	60,37	39,63
São José da Coroa Grande	13.436	4.744	73,90	26,10
Sirinhaém	21.484	18.812	53,31	46,69
Tamandaré	15.170	5.545	73,23	26,77

Fonte: Censos do IBGE - 2010.

Totalizando 2.630 habitantes em 2010, o arquipélago de Fernando de Noronha compõe a Subárea do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, perfazendo 0,029% da população total do Estado de Pernambuco (Tabela 19).

Tabela 19: População Residente na Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha,

Municípios do Subárea	População (2010)
Fernando de Noronha	2.630
Total	2.630
Estado	População (2010)
Pernambuco	8.796.448

Baseado nos Censos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 20), constata-se que no período de 19 anos Fernando de Noronha apresentou um crescimento demográfico de 28,23%, um dos menores do Polo Costa dos Arrecifes, tendo no crescimento do setor turístico, o carro-chefe da dinâmica econômica distrital das últimas décadas, um fator de atração populacional.

Tabela 20: Crescimento Populacional da Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha entre 1991 e 2010.

Município do Subárea	População em 1991	População em 2000	População em 2010	Crescimento 1991-2010 (%)
Fernando de Noronha	1.686	2.051	2.630	28,23

Fonte: Censos do IBGE - 1991, 2000 e 2010.

Quanto ao crescimento médio anual da população de Fernando de Noronha na última década (2000-2010), este apresentou um índice relativamente elevado de 2,82% (Tabela 21), se comparados às demais unidades político-administrativas do Polo Costa dos Arrecifes, inclusive a municípios da RMR (Itapissuma, Paulista, cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Recife e Olinda).

Tabela 21: Crescimento Médio Anual Populacional entre 2000-2010 para a Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Municípios do Subárea	População em 2000	População em 2010	Crescimento Médio Anual entre 2000-2010 (%)
Fernando de Noronha	2.051	2.630	2,82

Fonte: Censos do IBGE - 2000 e 2010.

Quanto à distribuição da população, por se constituir em um Polo turístico, Fernando de Noronha tem a sua base econômica na prestação do serviço turístico, bem como na comercialização de produtos, estando tais atividades atreladas ao perímetro urbano, onde está concentrada a população local (tabela 22)

Tabela 22: Distribuição da População Urbana e Rural para a Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha (2010).

Municípios do Subárea	População Urbana em 2010	População Rural em 2010	Percentual	
			Urbano	Rural
Fernando de Noronha	2.630	---	100	---

Fonte: Censos do IBGE - 2010.

- **Desempenho dos Serviços de Saúde e Educação**

Saúde

A Taxa de Mortalidade Infantil constitui-se na frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil, sendo tal taxa expressada para cada mil crianças nascidas vivas.

Para o período 2000-2010, pode-se constatar, através da Tabela 23, que a taxa de mortalidade infantil para o município de Itapissuma diminuiu em 60,15%, passando de 31,67 (por mil nascidos vivos) em 2000 para 12,62 (por mil nascidos vivos) em 2010, sendo tal percentual de redução o maior para o Polo em questão, considerando ainda que Itapissuma apresentava o maior valor, em números absolutos, em 2000, e passou a possuir o menor em 2010.

Considerando que o índice aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 10 mortes por mil nascidos vivos, a forte queda verificada em Itapissuma para o ano de 2010, deixou o município com um índice pouco acima do aceitável pela OMS, fato expansivo para os demais municípios da área, que também apresentaram quedas da Taxa de Mortalidade Infantil, apresentando em 2010 índices próximos aos aceitáveis pela OMS.

Quanto às condições do sistema de saúde a nível municipal, no referente à oferta de médicos, este reflete uma aparente estabilidade no relativo ao atendimento das demandas populacionais. De acordo com a Tabela 24, relativa ao ano de 2009,

percebe-se que os municípios da área em pauta apresentam números confortáveis no relativo ao número de médicos para cada grupo de 1.000 habitantes, sendo o valor considerado ideal pela OMS a relação de 1 médico para cada grupo de mil habitantes.

Com médias variando entre 1,4 e 2,6 médicos, abarcando médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) e médicos particulares, e 1,2 a 2,5 médicos especificamente do SUS para cada grupo de 1.000 habitantes, os municípios desta área do Polo apresentam índices acima dos considerados ideais pela OMS.

Tabela 23: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Litoral Norte.

Município	2000	2010	Varição 2000-2010
Goiana	17,39	15,75	- 9,43%
Igarassu	19,55	13,78	- 29,51%
Ilha de Itamaracá	27,44	15,44	- 43,73%
Itapissuma	31,67	12,62	- 60,15%
Paulista	22,36	16,03	- 28,30%
Média para o Polo	23,68	14,72	- 37,83%

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br).

Tabela 24: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Litoral Norte.

Município	Total	Atende ao SUS	Não Atende ao SUS	Médico/1.000 hab	Médico SUS/1.000 hab
Goiana	195	185	10	2,6	2,5
Igarassu	219	197	22	2,2	2,0
Ilha de Itamaracá	42	42	---	2,3	2,3
Itapissuma	49	41	8	2,0	1,7
Paulista	461	397	64	1,4	1,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 0/04/2010.

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Contudo, dentre os municípios da área em questão, Itapissuma e Paulista apresentaram as médias mais baixas, de 1,7 e 1,2, respectivamente, se comparadas aos demais municípios componentes desta área do Polo em relação

aos médicos do SUS, que apresentaram uma relação superior a 2 Médicos X Grupos de 1.000 habitantes.

Apesar de tais índices relativos, deve-se considerar que questões burocráticas, mudança de gestão em órgãos públicos e mesmo de ordem política, levam a explicitar alguns problemas recorrentes nos sistemas de saúde municipais, como a ausência de médicos especializados no SUS, com destaque para otorrinolaringologistas e urologistas, que apesar de compor o plantel de clínicas especializadas, o número de profissionais não é suficiente para atender a demanda da população.

Para o período 2000-2010, pode-se constatar, através da Tabela 25, que a taxa de mortalidade infantil para o município de Jaboatão dos Guararapes diminuiu em 48,18%, passando de 24,03 (por mil nascidos vivos) em 2000 para 12,45 (por mil nascidos vivos) em 2010, sendo tal percentual de redução o maior para a Subárea Metropolitana, considerando ainda que Jaboatão dos Guararapes apresentava o maior valor, em números absolutos, em 2000, e passou a possuir o menor em 2010.

Ao considerar o índice aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 mortes por mil nascidos vivos, percebe-se uma forte queda verificada em Jaboatão dos Guararapes para em 2010, deixou o município com um índice pouco acima do aceitável, fato expansivo para os demais municípios do, que também apresentaram quedas da Taxa de Mortalidade Infantil, apresentando em 2010 índices próximos aos aceitáveis pela OMS, com índices de redução de 36,85 para Olinda e 36,72 para Recife.

No referente à oferta de médicos para as populações dos municípios que compõem a Subárea Metropolitana, este reflete uma aparente estabilidade no relativo ao atendimento das demandas populacionais. De acordo com a Tabela 26, relativa ao ano de 2009, percebe-se que os municípios da subárea apresentaram números confortáveis no relativo ao número de médicos para cada grupo de 1.000

habitantes, considerado o número ideal pela OMS a relação de 1 médico para cada grupo de mil habitantes.

Com médias variando entre 1,8 e 9,5 médicos, abarcando médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) e médicos particulares, e 1,4 a 6,0 médicos especificamente do SUS para cada grupo de 1.000 habitantes, os municípios desta área do Polo apresentam índices bem acima dos considerados ideais pela OMS.

Dentre os municípios da subárea, Jaboatão dos Guararapes e Olinda apresentam as médias mais baixas, de 1,4 e 1,6, se comparadas ao município de Recife em relação aos médicos do SUS, que apresenta uma relação 6,0 Médicos X Grupos de 1.000 habitantes.

Apesar de tais índices positivos, relativamente, deve-se considerar que mesmo na capital estadual, e em seus municípios vizinhos, questões burocráticas, mudança de gestão em órgãos públicos e mesmo de ordem política, levam a explicitar problemas recorrentes nos sistemas de saúde municipais, como a ausência de médicos especializados no SUS, e mesmo a ausência de clínicos gerais em estabelecimentos médicos e hospitalares, e que apesar de compor o plantel de tais estabelecimentos, o número de profissionais não é suficiente para atender à demanda crescente das populações municipais.

Tabela 25: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Metropolitana.

Município	2000	2010	Varição 2000-2010
Jaboatão dos Guararapes	24,03	12,45	- 48,18
Olinda	21,60	13,64	- 36,85
Recife	20,37	12,89	- 36,72
Média para o Subárea	22,00	12,99	- 40,95

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br).

Tabela 26: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Metropolitana.

Município	Total	Atende ao SUS	Não Atende ao SUS	Médico/1.000 hab	Médico SUS/1.000 hab
Jaboatão dos Guararapes	1.217	993	224	1,8	1,4
Olinda	931	616	315	2,3	1,6
Recife	14.835	9.364	5.471	9,5	6,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 04/2010.

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Com relação à Subárea Litoral Sul, pode-se constatar, através da Tabela 27 relativa ao período de 2000-2010, que a taxa de mortalidade infantil para o município de Tamandaré diminuiu em 77,95%, passando de 48,54 (por mil nascidos vivos) em 2000 para 10,70 (por mil nascidos vivos) em 2010, sendo tal percentual de redução o maior para a subárea em questão, considerando ainda que Tamandaré apresentava o maior valor, em números absolutos, em 2000, e passou a possuir o segundo menor em 2010.

Ao considerar o índice aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 mortes por mil nascidos vivos, percebe-se que as quedas dos índices verificados para Tamandaré e Barreiros em 2010 deixaram os municípios com índices próximos dos aceitáveis, no caso de Barreiros até abaixo (8,45), fato expansivo para os demais municípios do Polo, que também apresentaram quedas da Taxa de Mortalidade Infantil, apresentando em 2010 índices pouco acima dos aceitáveis pela OMS, salvo para o caso de Sirinhaém, que apresentou a menor queda e manteve a maior relação em 2010 para a subárea em pauta

No referente à oferta de médicos para as populações dos municípios que compõem a Subárea Litoral Sul, a Tabela 28, relativa ao ano de 2009, apresenta números relativamente confortáveis, para quatro municípios, e razões próximas ao mínimo para três municípios, no relativo ao número de médicos para cada grupo de 1.000 habitantes, considerado o número ideal pela OMS a relação de 1 médico para cada grupo de mil habitantes.

Com médias variando entre 1,1 e 2,9 médicos, abrangendo médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) e médicos particulares, e 1,1 a 1,9 médicos especificamente do SUS para cada grupo de 1.000 habitantes, os municípios desta área do Polo apresentam índices acima dos considerados ideais pela OMS.

Dentre os municípios da subárea, São José da Coroa Grande e Tamandaré apresentam as médias mais baixas, de 1,1m em ambos os casos, se comparadas ao município do Cabo de Santo Agostinho em relação aos médicos do SUS, que apresenta uma relação 2,3 Médicos X Grupos de 1.000 habitantes.

Tabela 27: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Litoral Sul.

Município	2000	2010	Varição 2000-2010
Barreiros	23,54	8,45	- 64,10
Cabo de Santo Agostinho	40,18	14,75	- 63,29
Ipojuca	41,72	15,67	- 62,44
Rio Formoso	45,91	14,46	- 68,50
São José da Coroa Grande	26,85	13,03	- 51,47
Sirinhaém	19,25	17,73	- 7,89
Tamandaré	48,54	10,70	- 77,95
Média para o Subárea	35,14	13,54	- 61,46

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br).

Tabela 28: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Litoral Sul.

Município	Total	Atende ao SUS	Não Atende ao SUS	Médico/1.000 hab	Médico SUS/1.000 hab
Barreiros	82	20	62	1,9	1,8
Cabo de Santo Agostinho	502	390	112	2,9	2,3
Ipojuca	149	149	---	2,0	2,0
Rio Formoso	39	39	---	1,8	1,8
São José da Coroa Grande	20	20	---	1,1	1,1
Sirinhaém	49	49	---	1,3	1,3
Tamandaré	21	21	---	1,1	1,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 0/04/2010.

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Para Fernando de Noronha constata-se na Tabela 29, relativa ao período de 2000-2010, que a taxa de mortalidade infantil para o distrito estadual diminuiu em 21,74%, sendo tal percentual de redução o terceiro pior para as 16 unidades político-administrativas do Polo Costa dos Arrecifes, suplantando, apenas, os percentuais de Sirinhaém (7,89%) e Goiana (9,43%).

Considerando o índice aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 10 mortes por mil nascidos vivos, percebe-se que a queda do índice verificada para Fernando de Noronha em 2010 deixou o distrito estadual com um índice quatro vezes superior ao considerado aceitável pela OMS, demandando-se ações voltadas para redução dos atuais índices.

No referente à oferta de médicos para a população de Fernando de Noronha, a Tabela 30, relativa ao ano de 2009, apresenta números relativamente confortáveis, com 5,1 médicos para cada grupo de 1.000 habitantes, considerado que o número ideal pela OMS é uma relação de 1 médico para cada grupo de mil habitantes.

Desta forma, Fernando de Noronha apresenta uma das maiores médias de médicos por grupo de 1.000 habitantes do Polo Costa dos Arrecifes, sendo suplantado, apenas, por Recife.

Tabela 29: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) para 2000 e 2010 – Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Município	2000	2010	Variação 2000-2010
Fernando de Noronha	55,56	43,48	- 21,74
Média para o Subárea	55,56	43,48	- 21,74

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br).

Tabela 30: Médicos e seus respectivos vínculos (Dez/2009) – Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Município	Total	Atende ao SUS	Não Atende ao SUS	Médico/1.000 hab	Médico SUS/1.000 hab
Fernando de Noronha	16	16	---	5,1	5,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 0/04/2010.

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Educação

Considerou-se a Taxa de Analfabetismo como um índice para medir a proporção de analfabetos na população com 15 anos ou mais de idade em determinada territorialidade, sendo considerado analfabeto o indivíduo com 15 anos ou mais de idade que não sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhece, considerando a população total residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Para a UNESCO, níveis de analfabetismo acima de 5% são considerados inaceitáveis internacionalmente (UNESCO. Boletín Proyecto Principal de Educación, n.32, Dic. 1993), fazendo-se necessárias ações para majorar os índices de alfabetização, pois indivíduos não alfabetizados requerem formas especiais de abordagem nas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Ademais, a redução dos índices de analfabetismo subsidia nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para os segmentos de saúde e de educação.

Para os municípios da Subárea Litoral Norte, constata-se para os anos de 1991, 2000 e 2010 uma queda progressiva das Taxas de Analfabetismo para o período em questão.

Em Itapissuma, Paulista, Goiana e Ilha de Itamaracá a Taxa de Analfabetismo caiu em mais de 50%, para percentuais de -51,45%, -51,23%, -51,15% e -50,20%, respectivamente, no período de 19 anos (1991-2010) para o mesmo período em Igarassu a queda foi mais expressiva, da ordem de -60,17%.

Apesar das reduções verificadas, salvo por Paulista que apresentou um índice de 5,9% em 2010, os demais municípios apresentam valores ainda distantes do índice aceitável. Ao considerarmos o índice de 5% como aceitável para o analfabetismo em determinada territorialidade, constata-se a urgência de ações voltadas para minimizar tais taxas.

Tabela 31: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios da Subárea Litoral Norte (1991, 2000 e 2010).

Municípios	Taxa de Analfabetismo (%)		
	1991	2000	2010
Goiana	34,6	23,9	16,9
Igarassu	34,9	18,0	13,9
Ilha de Itamaracá	24,5	13,8	12,2
Itapissuma	34,4	25,2	16,7
Paulista	12,1	7,6	5,9

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil - DATASUS (<http://tabnet.datasus.gov.br>).

Em relação aos municípios da Subárea Metropolitana, se constata para os anos de 1991, 2000 e 2010 uma queda progressiva das Taxas de Analfabetismo para o período em questão, em que o índice considerado foi reduzido em praticamente 50% (Tabela 32).

Apesar das reduções verificadas, os municípios ainda apresentam valores acima do índice aceitável de 5% para o analfabetismo em determinada territorialidade. Entretanto, de acordo com a tendência dos últimos 29 anos avaliados acredita-se que valores iguais ou mesmo inferiores a 5% serão alcançados na próxima avaliação a ser realizada em 2020.

Tabela 32: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios da Subárea Metropolitana (1991, 2000 e 2010).

Municípios	Taxa de Analfabetismo (%)		
	1991	2000	2010
Jaboatão dos Guararapes	18,4	11,8	8,7
Olinda	13,9	9,3	6,5
Recife	13,7	9,5	6,9

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil - DATASUS (<http://tabnet.datasus.gov.br>).

Para a Subárea Litoral Norte, nos anos de 1991, 2000 e 2010 ocorreu uma queda progressiva das Taxas de Analfabetismo, porém as mesmas ainda são elevadas para os parâmetros aceitáveis.

Apesar de quedas superiores a 50% em cinco dos sete municípios da subárea, salvo para o município do Cabo de Santo Agostinho, com uma taxa de 12,5%, ainda distante da desejável, os demais municípios apresentam taxas superiores 20,0%, ou seja, apesar das reduções verificadas, os outros municípios apresentam valores ainda distantes do índice aceitável de 5% para o analfabetismo em determinada territorialidade, na verdade quatro vezes superior ao índice desejável, fazendo-se necessário a urgência de ações voltadas para minimizar tais taxas.

Tabela 33: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios da Subárea Litoral Sul (1991, 2000 e 2010).

Municípios	Taxa de Analfabetismo (%)		
	1991	2000	2010
Barreiros	38,8	28,7	20,7
Cabo de Santo Agostinho	26,4	18,7	12,5
Ipojuca	47,0	29,4	20,3
Rio Formoso	47,0	32,2	22,2
São José da Coroa Grande	51,4	31,0	22,7
Sirinhaém	50,3	32,2	23,2
Tamandaré	---	36,7	21,9

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil - DATASUS (<http://tabnet.datasus.gov.br>).

Quanto a Fernando de Noronha, para o distrito estadual se constata para os anos de 1991, 2000 e 2010 também uma queda progressiva das Taxas de Analfabetismo para o período em questão, só que neste caso, a taxa já era baixa em 1991, sofrendo uma redução de 44,58% nos 29 anos avaliados, colocou Fernando de Noronha como a única unidade-administrativa do Polo Costa dos Arrecifes que alcançou a meta desejável para a minimização do analfabetismo (4,8%) (Tabela 34).

Tabela 34: Evolução da Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais dos Municípios da Subárea Fernando de Noronha (1991, 2000 e 2010).

Distrito Estadual	Taxa de Analfabetismo (%)		
	1991	2000	2010
Fernando de Noronha	9,4	5,2	4,8

Educação Básica

No relativo à avaliação da Educação Básica, voltada para o Ensino Fundamental – do 1º ao 9º ano - o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mensura a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino, sendo o indicador calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em taxas de aprovação.

Para que a avaliação do IDEB de uma escola ou uma rede, municipal ou estadual, alcance índices desejados, considera-se dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações.

Criado pelo INEP em 2007, o índice é medido a cada dois anos, tendo sido iniciado em 2005 a avaliação bianual, que apresentou na ocasião uma média nacional de 3,8. O IDEB apresenta como parâmetro uma escala de zero a dez, objetivando que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

No relativo aos dados dos municípios que compõem a Subárea Litoral Norte, constata-se que na primeira avaliação realizada em 2005, todos os municípios do polo apresentavam um índice inferior a média nacional (3,8), no relativo à rede municipal (Tabela 35), mas que a partir de 2007 ao menos dois municípios, Igarassu e Ilha de Itamaracá, obtiveram índices acima da meta projetada.

Para os índices de 2009, constatou-se o cumprimento, e mesmo a superação das metas, para os municípios de Igarassu, Ilha de Itamaracá e Itapissuma, enquanto que em Goiana e Paulista as metas não foram alcançadas, apesar da majoração dos índices em relação aos de 2007.

No ano de 2011, nenhum dos municípios do polo alcançou a meta do IDEB, fazendo-se necessários esforços para majorar o índice em até 0,6 em 2013, como no caso dos municípios de Goiana e Ilha de Itamaracá. Tais esforços para a majoração dos índices do IDEB são mais prementes nos municípios de Goiana e Paulista, que desde o início da avaliação em 2005 não conseguiram, até então, alcançar as metas projetadas.

Tabela 35: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal – Subárea Litoral Norte (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Goiana	3.0	3.0	3.2	3.5	3.1	3.4	3.8	4.1
Igarassu	2.8	2.9	3.7	3.5	2.8	3.2	3.6	3.9
Ilha de Itamaracá	3.1	3.5	3.8	3.6	3.1	3.5	3.9	4.2
Itapissuma	2.9	2.7	4.0	3.6	3.0	3.3	3.7	4.0
Paulista	3.3	3.2	3.5	3.9	3.4	3.7	4.1	4.4

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em laranja referem-se ao IDEB que atingiu a meta

No relativo à rede estadual, na primeira avaliação realizada em 2005 (Tabela 36), todos os municípios das subáreas que possuem estabelecimentos educacionais da rede estadual voltados para o Ensino Fundamental, apresentavam um índice inferior à média nacional (3,8), mas a partir de 2007, apesar de ficarem com índices ainda abaixo da média nacional, os municípios de Goiana, Itapissuma e Paulista cumpriram a meta projetada, obtendo exatamente o valor da meta, o que não ocorreu nos casos de Igarassu e Ilha de Itamaracá.

Para os índices de 2009, salvo por Itapissuma, todos os outros municípios alcançaram a meta projetada e 2011, com destaque para Paulista que suplantou a

meta em 0,4, enquanto que em Itapissuma, além de não cumprir a meta, houve uma redução do índice se comparado ao alcançado em 2007.

Em 2011, verifica-se o não alcance das metas projetadas em Goiana, Igarassu e Itapissuma, fazendo-se necessários esforços para majorar os índices principalmente em Igarassu e Itapissuma, que em três avaliações alcançou a meta em apenas uma, e necessitam de majorações de 0,6 e 0,8, respectivamente, na avaliação de 2013. No polo o destaque ficou para Paulista, que alcançou a meta em 2007, e suplantou a mesma nos anos de 2009 e 2011.

Tabela 36: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual - Subárea Litoral Norte (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Goiana	2.5	2.5	2.9	2.8	2.5	2.7	2.9	3.3
Igarassu	2.1	2.1	2.6	2.6	2.2	2.4	2.7	3.2
Ilha de Itamaracá	2.4	2.0	2.9	3.1	2.5	2.6	2.9	3.3
Itapissuma	2.2	2.3	2.1	2.4	2.3	2.4	2.7	3.2
Paulista	2.5	2.5	3.0	3.3	2.5	2.6	2.9	3.3

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em laranja referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Quanto aos municípios que compõem a Subárea Metropolitana, constata-se para rede municipal que na primeira avaliação realizada em 2005, todos os municípios do polo apresentavam um índice inferior à média nacional (3,8) (Tabela 37). Contudo, a partir de 2007 dois municípios, Jaboatão dos Guararapes e Recife, obtiveram índices acima da meta projetada, o que não aconteceu com Olinda, que manteve o índice de 2005.

Para os índices de 2009 e 2011, constatou-se, mais uma vez, o cumprimento, e mesmo a superação das metas, para o município de Jaboatão dos Guararapes e Recife, enquanto que Olinda não alcançou as metas projetadas, apesar da majoração dos índices em relação aos de 2007.

Constata-se que para a Subárea Metropolitana os índices do IDEB do Ensino Fundamental municipal de Jaboatão dos Guararapes e Recife estão superando as metas projetadas. No ano de 2011, todavia faz-se necessários esforços para majorar o índice em até 0,7 em 2013 para Olinda.

Tabela 37: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal Subárea Metropolitana (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Jaboatão dos Guararapes	2.8	3.1	3.8	3.9	2.9	3.2	3.6	3.9
Olinda	3.1	3.1	3.2	3.5	3.2	3.5	3.9	4.2
Recife	3.2	3.8	4.1	4.1	3.2	3.6	4.0	4.3

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em laranja referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Para a rede estadual, na primeira avaliação realizada em 2005 (Tabela 38), todos os municípios da Subárea Metropolitana que possuem estabelecimentos educacionais da rede estadual voltados para o Ensino Fundamental, apresentavam um índice inferior à média nacional (3,8).

Entretanto, a partir de 2007, apesar de manterem índices abaixo da média nacional, os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Olinda cumpriram a meta projetada, obtendo exatamente o valor da meta, o que não ocorreu no caso de Recife, que obteve um índice 0,1 abaixo da meta.

Em 2009 e 2011, todos os municípios alcançaram a meta projetada, com destaque para Jaboatão dos Guararapes que suplantou a meta em 0,3 no ano 2009.

Tabela 38: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual da Subárea Metropolitana (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Jaboatão dos Guararapes	2.6	2.6	3.0	3.1	2.6	2.7	3.0	3.4
Olinda	2.4	2.4	2.8	2.9	2.4	2.6	2.9	3.3
Recife	2.2	2.2	2.7	3.1	2.3	2.5	2.9	3.4

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em cinzas referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Para Subárea Litoral Sul constata-se que na primeira avaliação realizada em 2005, todos os municípios desta área do Polo apresentavam um índice inferior à média nacional (3,8), no relativo à rede municipal (Tabela 39). Entretanto, nesta subárea há uma realidade diferenciada em relação aos subáreas anteriores, pois para os sete municípios componentes deste, ocorreu uma gradativa redução dos índices dos municípios que conseguem alcançar a meta projetada para o IDEB do Ensino Fundamental Municipal, pois dos sete, seis alcançaram a meta em 2007, quatro em 2009 e, apenas, três em 2011.

Em 2007, dos seis que alcançaram, ou suplantaram a meta, destacaram-se Tamandaré e Ipojuca, que superaram a meta em 0,5 e 0,4, respectivamente, ficando Sirinhaém abaixo da meta projetada para este ano.

No ano de 2009 teve início o declínio dos municípios que estavam alcançando a meta projetada, já que apenas quatro municípios alcançaram a meta, sendo eles Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Sirinhaém. Já em 2001, o índice foi alcançado por apenas três municípios: Barreiros, Ipojuca e Rio Formoso.

Dos sete municípios da subárea, apenas Barreiros e Ipojuca alcançaram as metas projetadas nos anos de 2007, 2009 e 2011, enquanto no Cabo de Santo Agostinho e em Rio Formoso as metas foram alcançadas em dois anos. Os índices de São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré chamam a atenção devido ao alcance da meta apenas em um ano, com situações que demandam atenção para Tamandaré e São José da Coroa Grande, que ficaram com índices de 0,6 e 0,4, respectivamente, aquém da meta para 2011.

Tabela 39: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal da Subárea Litoral Sul (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Barreiros	2.6	2.9	3.3	3.4	2.7	3.0	3.4	3.7
Cabo de Santo Agostinho	3.0	3.2	3.7	3.6	3.1	3.4	3.8	4.1
Ipojuca	2.7	3.2	3.4	3.5	2.8	3.1	3.5	3.8
Rio Formoso	3.4	3.7	3.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5
São José da Coroa Grande	2.9	3.3	2.8	3.3	3.0	3.3	3.7	4.0
Sirinhaém	2.7	2.6	3.2	3.3	2.8	3.1	3.5	3.8
Tamandaré	3.2	3.7	3.3	3.4	3.2	3.6	4.0	4.3

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em cinzas referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Quanto ao IDEB para o Ensino Fundamental da rede estadual, na primeira avaliação realizada em 2005 (Tabela 40), seis dos sete municípios da subárea, pois não houve avaliação para Rio Formoso, apresentaram um índice inferior à média nacional, todos abaixo de 3,0, enquanto o índice da nacional foi de 3,8.

Entretanto, a partir de 2007, apesar de ficarem com índices ainda abaixo da média nacional, os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Tamandaré cumpriram a meta projetada, obtendo valores que suplantaram as metas projetadas, o que não ocorreu nos casos de Barreiros, São José da Coroa Grande e Sirinhaém. Como não ocorreu avaliação para Rio Formoso em 2005, não foi divulgado meta para este município em 2007.

Em 2009, salvo por Rio Formoso, todos os municípios da subárea em pauta alcançaram meta projetada para o IDEB do Ensino Fundamental Estadual, com destaque para Barreiros, São José da Coroa Grande, Ipojuca e Tamandaré, que suplantaram as metas 0,6, 0,6, 0,7 e 1,0, respectivamente.

Mas em 2011, verifica-se uma queda dos índices para alcance das metas projetadas, quando apenas três municípios conseguiram alcançar a meta, no caso, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Tamandaré, este último com um índice 1,3 acima da meta projetada, enquanto Barreiros e Rio Formoso ficaram com índices

consideravelmente aquém da meta projetada para 2011, fazendo-se necessários esforços para majorar os índices substancialmente para a meta de 2013.

Na Subárea do Litoral Sul se destacaram os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Tamandaré, que alcançaram, ou suplantaram, as metas projetadas nos três anos avaliados.

Tabela 40: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual da Subárea Litoral Sul (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Barreiros	2.3	2.2	3.1	2.5	2.3	2.5	2.8	3.2
Cabo de Santo Agostinho	2.7	3.0	2.9	3.1	2.7	2.9	3.1	3.5
Ipojuca	2.6	2.9	3.4	3.3	2.6	2.7	3.0	3.4
Rio Formoso	---	3,0	2,8	2,8	---	3,1	3,3	3,6
São José da Coroa Grande	2.6	2.2	3.3	2.8	2.6	2.7	3.0	3.4
Sirinhaém	2.7	2.5	3.1	3.1	2.8	2.9	3.2	3.6
Tamandaré	2.6	3.1	3.8	4.3	2.6	2.8	3.0	3.4

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em cinzas referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Para a Subárea do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, não há dados para o IDEB do Ensino Fundamental Municipal, uma vez que a unidade político-administrativa é da alçada do Governo do Estado de Pernambuco, tal como todas as unidades de ensino público (Tabela 41).

Tabela 41: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Municipal da Subárea Fernando de Noronha (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Fernando de Noronha	Não existem resultados para a série informada.							

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em cinzas referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Para a rede estadual de Fernando de Noronha não houve avaliação em 2005, tal como não houve uma meta projetada para 2007 (Tabela 42).

Entretanto, a partir de 2007, o índice de 3,1 ficou abaixo da média nacional de 3,8, índice este alcançado em 2009, e que suplantou em 0,6 a meta projetada de 3,2.

Em 2011 o IDEB chegou 4,6, superando a meta para aquele ano em 1,2, e se constituindo no maior índice do IDEB estadual para todas as unidades político-administrativas que compõem o Polo Costa dos Arrecifes.

Tabela 42: IDEB do Ensino Fundamental da Rede Estadual da Subárea Fernando de Noronha (2005 a 2011).

Município	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
Fernando de Noronha	---	3.1	3.8	4.6	---	3.2	3.4	3.7

Fonte: INEP, 2013.

Os resultados marcados em cinzas referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Ensino Universitário

De acordo com a Tabela 43, constata-se o “domínio” de Paulista como polo universitário da Subárea do Litoral Norte, fato ratificado por possuir seis unidades escolares de ensino superior privadas na cidade em 2013, seguindo-se por Igarassu com cinco e Goiana com três, sendo duas privadas e uma municipal neste último.

Tabela 43: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades) – Subárea Litoral Norte - 2013.

Municípios	Unidades Escolares do Ensino Superior das Redes Privada, Municipal, Estadual e Federal			
	Privada	Municipal	Estadual	Federal
Goiana	2	1	---	---
Igarassu	5	---	---	---
Ilha de Itamaracá	---	---	---	---
Itapissuma	---	---	---	---
Paulista	6	---	---	---

Fonte: emec.mec.gov.br.

Parte considerável do corpo docente destas Faculdades provém de Olinda e do Recife, este último um dos principais polos universitários regionais e mesmo nacional, havendo uma predominância de cursos de graduação nas áreas de Ciências, Humanas, Sociais e Administrativas. Os discentes são majoritariamente dos municípios que possuem o estabelecimento de ensino, e municípios próximos inseridos na Zona da Mata Norte pernambucana, e mesmo do sul da Paraíba.

Para a Subárea Metropolitana, há uma predominância natural de estabelecimentos universitários em Recife (Tabela 44). Possuindo 54 universidades/faculdades particulares, e três unidades federais de ensino (Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE), Recife se destaca como um polo universitário que polariza toda a Região Nordeste, atraindo inclusive estudantes de outras macrorregiões nacionais.

Quanto a Olinda e Jaboatão dos Guararapes, estes municípios possuem 17 e 10 estabelecimentos de ensino superior, respectivamente, todos privados, que atendem à crescente demanda por este nível de ensino na Região metropolitana do Recife.

Os docentes dos estabelecimentos localizados na Subárea Metropolitana habitam, majoritariamente, nos municípios que o compõe, estando tais profissionais empregados em variados cursos de graduação e pós-graduação (*Lato sensu* e *Stricto sensu*), desde áreas Tecnológicas a de Ciências, Humanas, Sociais e Administrativas. Os discentes são majoritariamente da Região Metropolitana do Recife, havendo um crescente número de estudantes de outros estados da Região Nordeste, ou mesmo de outras macrorregiões do país, presentes com maior ênfase nas unidades de ensino federais.

Tabela 44: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades)– Subárea /Metropolitana- 2013.

Municípios	Unidades Escolares do Ensino Superior das Redes Privada, Municipal, Estadual e Federal			
	Privada	Municipal	Estadual	Federal
Jaboatão dos Guararapes	10	---	---	---
Olinda	17	---	---	---
Recife	54	---	---	3

Fonte: emec.mec.gov.br.

Na Subárea Litoral Sul o ensino superior está localizado, de forma predominante, nos municípios inseridos na Região Metropolitana do Recife, ou seja, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Tabela 45), onde estão localizados 11 dos 13 estabelecimentos de ensino superior da subárea em questão.

Quantitativamente o “domínio” desta forma de ensino está no Cabo de Santo Agostinho, como principal polo universitário da Subárea do Litoral Sul, fato ratificado por possuir seis unidades escolares de ensino superior privadas na cidade em 2013, e mais uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE, que oferece os cursos de Automação Industrial, Segurança do Trabalho, Petroquímica, Construção Naval e Bacharelado e Licenciatura em Química. Para 2014 está previsto o início da construção de mais um *campus* da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, desta feita no município do Cabo de Santo Agostinho, que será direcionado para cursos de graduação na área de tecnologias.

Tal como no Cabo de Santo Agostinho, em Ipojuca constata-se um crescimento no número dos estabelecimentos universitários privados desde a implementação dos projetos de instalação de novas empresas no Complexo Industrial Portuário de SUAPE. Ademais, visando a crescente demanda por mão de obra qualificada para SUAPE, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE também instalou uma unidade em Ipojuca.

Já em Barreiros, há uma unidade de ensino superior privada, e uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE, outrora Escola Agrotécnica de Barreiros, que oferece vagas para Licenciatura em Química e Tecnologias Agroecológicas.

Tal como para as subáreas anteriores, considerável percentual do corpo docente das universidades/faculdades privadas e federais provém da Região Metropolitana do Recife, havendo uma predominância de cursos de graduação nas áreas de Tecnologias, Sociais e Administrativas. Os discentes são majoritariamente dos municípios que possuem o estabelecimento de ensino, e municípios próximos inseridos na Zona da Mata Sul pernambucana, e mesmo do norte do Estado de Alagoas.

Tabela 45: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades) – Subárea Litoral Sul - 2013.

Municípios	Unidades Escolares do Ensino Superior das Redes Privada, Municipal, Estadual e Federal			
	Privada	Municipal	Estadual	Federal
Barreiros	1	---	---	1
Cabo de Santo Agostinho	6	---	---	---
Ipojuca	4	---	---	1
Rio Formoso	---	---	---	---
São José da Coroa Grande	---	---	---	---
Sirinhaém	---	---	---	---
Tamandaré	---	---	---	---

Fonte: emec.mec.gov.br.

Na Subárea do Distrito Estadual de Fernando de Noronha só existe um estabelecimento de ensino superior privado, voltado para cursos de Educação à Distância (Tabela 46).

Tabela 46: Unidades Escolares de Ensino Superior (Faculdades ou Universidades)– Subárea Fernando de Noronha - 2013.

Municípios	Unidades Escolares do Ensino Superior das Redes Privada, Municipal, Estadual e Federal			
	Privada	Municipal	Estadual	Federal
Fernando de Noronha	1	---	---	---

Fonte: emec.mec.gov.br.

2.4. Saneamento Ambiental

O Polo Arrecifes é constituído por quinze municípios e um distrito: Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros, São José da Coroa Grande e o Arquipélago de Fernando de Noronha.

Como abordado em capítulo específico, este Polo foi subdividido em quatro Subáreas em razão de suas características, para uma melhor compreensão da região abrangida.

Na primeira, denominada Subárea do Litoral Norte, localizam-se os municípios de Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma e Paulista, sendo que o primeiro não faz parte da Região Metropolitana do Recife, todavia vem se constituindo em um importante Polo industrial, indutor de desenvolvimento daquela região, bem como do Estado.

É importante salientar que, a despeito do distrito industrial, em consolidação, contando com três grandes empreendimentos em fase adiantada de implantação: a montadora da Fiat Automóveis, a fábrica de vidros plano do Grupo Cornélio Brennand e a indústria de hemoderivados – a Hemobrás; possui uma paisagem natural exuberante, constituída por praias, rios e resquícios de mata atlântica.



Foto 2: Foz do Rio Goiana, em Goiana.

Goiana situa-se, praticamente, à meia distância de Recife e João Pessoa, a cerca de 60 km, o que lhe confere uma situação singular em termos de mobilidade, uma vez que possui alternativas de atendimento pelos aeroportos das duas cidades e dos respectivos portos.

O principal eixo de ligação rodoviária do Polo é a rodovia federal BR-101 Norte, atualmente duplicada, que faz a interligação entre os cinco municípios, a capital e o Estado da Paraíba.

Complementarmente, as rodovias estaduais PE-15 e PE-1, formam importante elo de integração entre os municípios de Paulista e Olinda, ambas, juntamente com a Segunda Perimetral, no trecho entre a Avenida Presidente Kennedy e a rodovia PE-15 a ser triplicado em 4 km, constituirá a Via Metropolitana, que ligará o litoral norte à cidade do Recife.

Diante da intensa ocupação imobiliária ocorrida ao longo do litoral, bem como, das repercussões das obras de ampliação do Porto do Recife, observou-se nas últimas décadas uma progressiva erosão marinha, atingindo as praias do litoral pernambucano, iniciando-se por Olinda.

Obras de contenção, utilizando enrocamento sob a forma de espigões e muros, foram realizadas, posteriormente, estendidas à orla de Paulista, mas sem muito êxito e que, na verdade, contribuíram para acabar com as áreas onde antes existiam praias.



Foto 3: Enrocamento construído na Praia do Janga, em Paulista.



Foto 4: Forte Orange e a orla oceânica da Ilha de Itamaracá.

A Subárea Metropolitana, formada pelos municípios de Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes é caracterizada por uma ocupação urbana intensa, onde boa parcela da Mata Atlântica que já havia cedido espaço para os canaviais, na atualidade, está praticamente eliminada, existindo resquícios em poucos parques, como o de Dois Irmãos e o do Curado, por exemplo. (ver anexo 1 mapa vegetação)

Os manguezais também não foram poupados, embora ainda existam áreas de dimensões não desprezíveis sendo preservadas. O exemplo é a área onde existiu, a até bem pouco tempo, uma unidade da Marinha do Brasil, denominada Rádio Pina, onde atualmente encontra-se em fase de construção a Via Mangue, cujo projeto buscou agredir minimamente aquela região da cidade.

Por se tratar de uma região de planície densamente ocupada e com inúmeros cursos de água naturais além de diversos rios, os problemas de drenagem são constantes, principalmente nos períodos chuvosos, fazendo-se necessária uma ação mais intensa de manutenção por parte do poder público.

A exemplo do litoral norte, suas praias também sofreram o processo erosivo, notadamente as de Boa Viagem, em Recife, e Piedade e Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, como se pode verificar nas figuras abaixo.



Foto 5: Aspectos da praia de Barra de Jangada, em Jaboatão dos Guararapes.



Foto 6: Aspectos da praia de Boa Viagem, em Recife.



Foto 7: Aspectos da engorda das praias de Jaboatão dos Guararapes.

Como apresentado na figura anterior, a solução técnica encontrada para resolver o problema, após vários estudos realizados por especialistas em geologia marinha é a engorda da praia a partir da dragagem de areia da plataforma submarina, para restabelecimento de sua feição original, paralelamente à construção de recifes submersos para conter a energia das ondas.

A Subárea Metropolitana, tendo como centro o Recife, representa hoje um importante centro especializado de prestação de serviços nas mais diversas áreas, como da informática, da medicina, da educação, da consultoria, entre outras.



Foto 8: Bairro do Recife, sede do porto Digital, referência nacional.

Dotado de uma boa infraestrutura de estradas de acesso, as rodovias federais BR-101, BR-232 e a BR -408, que a interliga com as demais regiões do país, o Aeroporto Internacional dos Guararapes Gilberto Freire, o Porto do Recife e sua equidistância dos distritos de Suape e Goiana, conferem uma importância estratégica.



Foto 9: Aeroporto Internacional dos Guararapes Gilberto Freire, em Recife.

A Subárea do Litoral Sul, compreendida pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande, reúne congrega o Polo industrial mais importante do Estado – o complexo Industrial portuário de Suape e o turístico das Praias de Muro Alto e de Porto de Galinhas.

Nesta região predominam extensos canaviais e coqueirais, grandes manguezais, com características ambientais naturais muito fortes e ainda resquícios de Mata Atlântica, destacando-se a Reserva de Saltinho, localizada no município de Tamandaré.

Na área em foco estão localizadas as mais belas praias e paisagens do litoral nordestino, possuindo uma forte rede hidrográfica, constituída por rios importantes como o Jaboatão, o Ipojuca, o Sirinhaém e o Una.



Foto 10: Praia de Suape, no Cabo de Santo Agostinho.



Foto 11: Complexo Industrial Portuário de Suape, no Cabo de Santo Agostinho.

Continua sendo um ponto de carência da região o aspecto relacionado à mobilidade, principalmente a ligação Recife – Ipojuca, através das rodovias BR-101 e da PE-60, as quais apesar de duplicadas, estão saturadas, com forte retenção nos trechos atravessados pelas zonas urbanas.

A solução que vem sendo desenvolvida pelo Governo do Estado para a solução deste grave problema é a implantação do Arco Metropolitano, que em seu traçado

original teria uma extensão de 77 km, ligando a BR-101 Sul, no Cabo de Santo Agostinho, nas proximidades do Hospital Dom Helder Câmara, à BR-101 Norte, em Igarassu, próxima da Cervejaria Nobel. O traçado modificado tem como vantagem ambiental a preservação de 30 ha de Mata Atlântica, em Camaragibe, contornando a APA Aldeia – Beberibe, o que aumentará em 21 km sua extensão, o que representará apenas um acréscimo de 25% do orçamento inicial, perfeitamente justificável.



Figura 11: Traçado do Arco Metropolitano. Na cor preta, o traçado original e na cor rosa, o novo traçado.

Esta obra será de fundamental importância para a ligação do Distrito Industrial de Goiana com o Porto de Suape, pois a persistir a situação atual, ocorrerão graves

problemas de suprimento das unidades ali instaladas e do escoamento da produção.

A Subárea Distrito Estadual de Fernando de Noronha tem uma conotação absolutamente singular dentre as demais áreas do Polo, já que contém o Parque Nacional Marinho que ocupa 75% de seu território.

Sua ligação com o continente se dá por mar e por via aérea, através do Porto Santo Antônio e do Aeroporto localizado em sua parte central, com capacidade suficiente para aviões do porte de Boeings 737, com vôos diários entre Recife e Natal. Sua distância ao continente é de 300 km.



Foto 12: Aspectos da Ilha de Fernando de Noronha.

Abastecimento de Água

Todas as quatro Subáreas do Polo em estudo, são atendidas por sistemas de abastecimento de água implantados e operados pela COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento, cobrindo a quase totalidade das áreas urbanas.

A maioria dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Recife são abastecidos por sistemas interligados, dado que os grandes mananciais se situam em sua periferia. Os principais sistemas são os seguintes:

- Sistema Tapacurá: Recife e Jaboatão dos Guararapes;
- Sistema Jangadinha: Recife e Jaboatão dos Guararapes;
- Sistema Alto do Céu: Recife, Paulista e Olinda;
- Sistema Caixa d'Água; Recife e Olinda;
- Sistema Botafogo: Recife, Olinda, Paulista e Igarassu;
- Sistema Gurjaú: Recife e Jaboatão dos Guararapes;
- Sistema Pirapama: Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho;
- Sistema Suape: Complexo Industrial de Suape e uma pequena parcela do Cabo de Santo Agostinho.



Foto 13: Sistema de Abastecimento de Água da RMR, Barragem Tapacurá.



Foto 14: Estação de Tratamento de Água do Sistema Tapacurá.

Além dos sistemas interligados, uma parcela região norte da RMR é atendida por uma bateria de poços, implantados no aquífero Beberibe que reforça o abastecimento de Olinda, Itapissuma e a toda Ilha de Itamaracá.

Os municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Barreiros e São José da Coroa Grande possuem sistemas independentes, atendidos por mananciais de superfície.

Os municípios de Rio Formoso e Tamandaré são atendidos por um sistema único, recém construído com recursos do PRODETUR, que ampliou de forma significativa não só a oferta de água, com a inserção de um novo manancial, mas de uma estação de tratamento, estações elevatórias, reservatórios e melhorias e ampliação na rede de distribuição de água.

No Distrito Estadual de Fernando de Noronha a COMPESA implantou um moderno sistema de dessalinização de água do mar, constituído por quatro unidades que resolveram o grave problema de abastecimento do arquipélago, uma vez que manancial de superfície existente se apresentava insuficiente.

Atualmente, a COMPESA está ampliando os sistemas em vários municípios, com a construção das barragens do Engenho Maranhão, no Rio Ipojuca, e a barragem do Engenho Pereira, em Moreno, que garantirá o suprimento dos próximos trinta anos

em vários municípios da RMR, através da construção de novos reservatórios de armazenamento de água tratada, além de intervenções na rede de distribuição.



Figura 12: Barragens que construção para contenção de enchentes e abastecimento de água.

Esgotamento Sanitário

A COMPESA objetivando promover a reversão do quadro caótico em que se encontra este importante segmento, implantou um novo modelo de gestão a partir do mês de agosto de 2013, uma Parceria Público Privada – PPP, não só para operar, mas também melhorar e ampliar os sistemas existentes. O contrato de concessão terá a duração de 35 anos com o Consórcio Foz do Atlântico, abrangendo os 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e o município de Goiana.

Os demais municípios integrantes do Polo Arrecifes -Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, continuarão sendo operados pela COMPESA. À exceção de São José da Coroa Grande, todos foram objeto de implantação de sistemas

completos de esgotamento sanitário, embora a cobertura deva ser ampliada para alcançar a universalização.

Das quatro Subáreas que compõem o Polo Arrecifes, apenas o Distrito Industrial de Fernando de Noronha e Tamandaré destacam-se como o de melhor situação, possuindo uma cobertura bastante acentuada, superior a 90% de toda área urbana.

No caso de Fernando de Noronha, a COMPESA informa que está procedendo a trabalhos de melhoria nas duas estações de tratamento de esgotos – Boldró e do Cachorro, com a incorporação de novas unidades para atingir os padrões exigidos para o efluente final.

No geral, as características do subsolo, principalmente nas áreas estuarinas, não se mostram muito favoráveis à construção de fossas sépticas, sendo recorrente, nos logradouros onde não existem redes coletoras, o direcionamento dos esgotos sépticos e das águas servidas para o leito das ruas ou para as galerias de águas pluviais, cursos de água e canais de drenagem.

É comum a existência de pequenos sistemas isolados de esgotamento em diversas localidades do Polo, mas que se restringem aos pequenos povoados e conjuntos habitacionais, que nem sempre se mostram muito eficazes, em face da inexistência de operação por parte do Poder Público.

Resíduos Sólidos

De maneira geral, a coleta possui certa regularidade nas áreas onde a urbanização é mais ordenada, onde há a predominância de vias pavimentadas e de boa acessibilidade. Nas áreas periféricas e de assentamentos irregulares, verificam-se a presença de muitas embalagens dispersas em terrenos baldios e cursos de água e a proliferação de pequenos lixões, os denominados “pontos de confinamento”, onde os moradores depositam seus resíduos à espera do recolhimento pela prefeitura local.

A situação da destinação final dos resíduos sólidos está, de certa forma, resolvida nos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Tamandaré e em Fernando de Noronha. Nos demais ainda permanecem os lixões a céu aberto.



Foto 15: Aspectos da limpeza urbana no bairro do Arruda, em Recife.

A solução que vem sendo utilizada para a solução da destinação final são os consórcios entre municípios vizinhos.

O Governo do Estado, através da Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conjuntamente com a Secretaria das Cidades, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco e o Instituto Tecnológico de Pernambuco concluíram em julho de 2012 o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que objetiva dar suporte a todos os municípios do Estado para a solução deste grave problema.

Tal iniciativa teve como objetivo o relacionamento da situação atual do segmento com o desenvolvimento de diretrizes, estratégias, metas, programas e projetos capazes de subsidiar a gestão dos resíduos sólidos no Estado.

Drenagem Urbana

Em face do relevo, da hidrografia, da pluviosidade, do subsolo e da cobertura vegetal recomenda-se um melhor tratamento a este segmento, igualmente importante para a questão do saneamento das cidades do Polo.

No que pese as condições favoráveis da topografia das cidades, existirá sempre a necessidade do disciplinamento das águas pluviais, principalmente nas áreas onde a ocupação urbana se apresenta acentuada, principalmente nas áreas localizadas em cotas mais baixas.

É comum constatar-se um processo de ocupação territorial que ignora o curso natural das águas, o que exigirá uma intervenção mais complexa para a solução do problema de drenagem.

O que se coloca, entretanto, não é a afirmação da existência ou não de redes de macro e micro drenagem, mas o disciplinamento da ocupação do solo para uma boa qualidade de vida de seus habitantes.

A aprovação de loteamentos sem a devida atenção para a questão topográfica implica em sérios problemas de escoamento das águas por ocasião das chuvas, decorrentes, principalmente, da ocupação dos talvegues.

Outro complicador para a questão da drenagem é a obstrução dos cursos d'água pelo descarte de resíduos sólidos, ocasionando a obstrução de suas calhas acarretando transbordamentos que atingem habitações localizadas em áreas ribeirinhas.



Foto 16: Aspectos da drenagem da Av. Agamenon Magalhães, em manhã de chuva intensa coincidindo com a máxima preamar.

É necessário o desencadeamento de uma política de orientação da população e de uma ação efetiva de desocupação das margens dos cursos de água e a sua consequente reurbanização, sem a qual nada será resolvido, uma vez que ações pontuais de remoção de resíduos não resolvem o problema.

2.5. Síntese de Impactos Socioambientais da Dinâmica do Turismo na Realidade do Polo Costa dos Arrecifes

Considerando a realidade econômica e social dos municípios integrantes do Polo Costa dos Arrecifes, tanto quanto ocorre no Agreste e no Vale do São Francisco, é difícil se isolar os impactos socioambientais decorrentes do turismo, uma vez que a deterioração ambiental existente sofre forte influência de atividades desenvolvidas em territórios não incluídos no Polo, a exemplo do que ocorre com as bacias hidrográficas que nele desaguam, ou dos efeitos de outros segmentos de atividade, notadamente a agricultura, com a histórica cultura da cana de açúcar no próprio Polo.

Merece destaque que um dos principais segmentos do turismo explorado na região, principalmente na capital do Estado e mais recentemente em seu litoral sul, em função do desenvolvimento do Distrito Industrial Portuário de Suape é o turismo de negócios, que aproveita a existência das atividades comerciais, industriais e agrícolas que lhe dão suporte e que possuem pela própria natureza e dimensão um potencial maior de agressão ambiental. Essa característica deverá se estender também ao litoral norte em função dos Polos automotivo e de hemoderivados ali em fase de implantação.

Diferentemente dos Polos Agreste e Vale do São Francisco, contudo, além da prática do veraneio em todo o litoral, o turismo de lazer litorâneo atuou no Polo Costa dos Arrecifes como força motora de desenvolvimento em alguns dos destinos nele localizados, notadamente em Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Fernando de Noronha, gerando impactos ambientais próprios e impulsionando o processo de urbanização, em sua grande maioria das vezes de forma desordenada, situação que se repete em outras áreas de praia ainda pouco exploradas turisticamente.

Finalmente poder-se-ia atribuir ao turismo o grande afluxo de público em períodos específicos, principalmente em época de veraneio no litoral e por ocasião dos eventos culturais e de negócios (congressos, convenções, feiras, etc.) incluídos no calendário local, com seus efeitos comprometedores dos recursos ambientais pela possível superação de uma capacidade de carga ainda não avaliada.

2.5.1. As Condições Ambientais do Polo Costa dos Arrecifes

O Polo Arrecifes incorpora além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, todos os municípios do litoral de Pernambuco abrangendo no Norte: Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá e Goiana; no Sul, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Tamandaré, Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros e São José da Coroa Grande; e na Região Metropolitana do Recife, Olinda, Recife e Jaboatão dos

Guararapes. Esse conjunto, ou apenas parte dele representa na verdade, os grandes destinos turísticos do Estado, nos quais destacam-se os segmentos Sol e Praia com apelo natural e/ou Cultural.

Fernando de Noronha está incluído no polo por apresentar um circuito de atrativos complementares sendo bastante visitado.

No conjunto, o polo ostenta uma razoável variedade de ecossistemas desde a planície costeira recoberta de coqueirais aos remanescentes de mata atlântica, estuários com extensos manguezais, restingas, recifes de arenito e de corais, ilhas e coroas.

Toda a zona costeira estende-se de Goiana, no limite com a Paraíba (no povoado Carne de Vaca) até São José da Coroa Grande, no limite com Alagoas.

O litoral tem extensão de 187 km e o conjunto de municípios que forma o polo ocupa área de 3.210,65 km² onde vive aproximadamente a metade da população pernambucana: 3.453.992 habitantes. A área do litoral pernambucano no que respeita ao polo arrecifes divide-se da seguinte maneira:

- Litoral Norte – 1.045,675 km²
- Litoral Sul – 1.646,16 km²
- Núcleo Metropolitano – 518,81 km²

Fernando de Noronha, denominada a Esmeralda do Atlântico é um arquipélago de 21 ilhas, ilhotas e rochedos que ocupam área total de 26,0 km² estando localizado a 360 km de Natal e 545 km de Recife. É o topo de uma montanha submarina de origem vulcânica cuja base está a 4.000 metros de profundidade. Possui cerca de 16 praias sendo varias delas consideradas paraíso de mergulhadores, de praticantes de *surfe* de *bodyboard*. A população alcança 3.012 pessoas (2010) sendo a Vila dos Remédios o único núcleo populacional importante.

Uma área de 112,7km² no arquipélago e seu entorno no mar, até a isobata de 50m constitui um Parque Nacional Marinho controlado pelo IBAMA. Há uma divisão espacial no território, identificada como APA, cuja área é de 8km². Na área do parque é proibido praticar caça submarina ou pesca. O Morro do Pico, ponto mais alto do distrito alcança 300 metros de altitude.

Seu clima é semelhante ao do agreste, quente, oceânico, com uma estação seca e uma úmida, chuvosa de março a julho. A precipitação pluvial média é de 1300 mm variando de 2.000 a 500mm/ano. Temperatura de 27°C. Não tem cursos d'água perenes, mas riachos temporários como o Mulungu que banha a Vila dos Remédios, córrego Atalaia, riacho Maceió o mais importante e que alimenta o açude Xaréu e o riacho Baldio.

Turismo é a única alternativa de sustentabilidade pensada para o arquipélago. É o turismo não predatório, praticado com restrições e regras rígidas.

A) Condições ambientais

Ocupam os cinco municípios do Litoral Norte do Polo em estudo, quase 50 km da extensão de litoral ou cerca de 25 % da extensão do litoral de Pernambuco. Neste espaço distinguem-se ecossistemas diversificados destacando-se os seguintes:

- Remanescentes de mata atlântica
- Planície costeira
- Estuários e manguezais
- Recifes de arenitos e de corais
- Ilhas e coroas
- Restingas

Nestes ecossistemas costeiros desenvolvem-se atividades diversas destacando-se a pesca, esportes náuticos a par de um excelente patrimônio histórico/cultural. Os problemas advindos dizem respeito à degradação causada pela conquista do espaço para o cultivo de cana-de-açúcar, os efeitos da pesca por vezes sem controle (mergulho), contaminação das águas costeiras (efluentes domésticos e industriais sem tratamento) comprometendo a balneabilidade, avanço do mar sobre as praias, ataques de tubarões e outros. Vejam-se a seguir detalhamento das atividades principais.

B) Síntese dos impactos

Tratando-se de área costeira os temas ambientais recorrentes mais sensíveis aos antropismos, incluem exatamente as praias, os estuários com seus manguezais, as restingas, remanescentes de mata atlântica, recifes, ilhas e coroas. As ações perturbadoras do equilíbrio ambiental estão mais uma vez relacionadas com o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e controle de enchentes, tratamento e destinação dos resíduos sólidos, preservação e controle ambiental.

Pernambuco possui 14 áreas estuarinas formadas pelo desague de 27 rios. Entre os estuários o complexo estuarino de Itamaracá apresenta-se como o mais importante do Estado. A Ilha de Itamaracá é separada do continente por um braço de mar de 22km de extensão, 1,5km de largura máxima e 4 a 5 metros de profundidade, denominado Canal de Santa Cruz. Trata-se de uma das mais ricas áreas estuarinas do país.

No entanto atividades industriais e turísticas, crescimento populacional e sobrepesca ameaçam o sistema ecológico/social através da disposição de lixo urbano por turistas e moradores, disposição irregular de rebaños do tratamento de peixes pelos pescadores, desmatamentos, degradação do manguezal, lançamento de esgotos *in natura* nos rios e no estuário.

A propósito, e corroborando a natureza dos impactos, o estudo “Realidades e Desafios para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Oeste Metropolitano” indica como principais desafios na dimensão espacial: o ordenamento da ocupação, ampliação/adequação da infraestrutura urbana e viária e reforço da proteção ambiental.

A melhoria da qualidade de vida da população local emerge como principal desafio da dimensão social e, o fortalecimento e integração da gestão pública são apresentados como o maior desafio institucional. O mesmo documento destaca para o tema “proteção ambiental” ações que se identificam com a constatação das mesmas carências registradas para todo o litoral quais sejam:

- Incentivar o cumprimento da legislação ambiental através da promoção de bônus decorrentes do cumprimento de metas;
- Intensificar ações de controle urbano e ambiental;
- Incentivar o reflorestamento e recuperação de matas ciliares;
- Implantar programas de reaproveitamento do lixo estimulando a redução, a reciclagem e a reutilização.;
- Implantar Unidades de Conservação Ambiental e APAs;
- Universalizar a coleta e tratamento de esgotos domésticos e industriais.

C) Recursos hídricos

O litoral de Pernambuco é ocupado por cinco Bacias Hidrográficas (BH rio Goiana, BH rio Capibaribe, BH rio Ipojuca, BH rio Sirinhaém e BH rio Una) e três pequenas bacias de rios litorâneos:

GL1 – formada pelos rios Beberibe, Paratibe, Timbó, Bonança, Botafogo, Itapirema e Itapecuru; corta 13 municípios entre os quais, Itamaracá, Itapissuma e Paulista estão contidos integralmente na Bacia, e quatro municípios tem as sedes na Bacia com destaque para Igarassu e Olinda;

GL2 – formada pelos rios Jaboatão (72km) e Pirapama (71 km) e pelos estuários dos rios Tejiipió, Massangano e Tatuoca. Destaca-se nesta região a Lagoa Olho D'água e alagados do entorno do estuário. Abrange nove municípios dos quais, Jaboatão está totalmente inserido e Ipojuca, Recife parcialmente inseridos.

GL3 – (UP16) (128 km²) – rio Merepe (18 km). Na bacia GL3 está inserida apenas uma parte do município de Ipojuca, incluindo as praias de Cupe e Porto e Galinhas.

GL4 – UP17 – Formado pelos rios Goiana, dos Gatos, Urgião, Ilhetas e Córrego Saltinho destacando-se esse último com 19 km. Abrange quatro municípios entre os quais Rio Formoso e Tamandaré que possuem suas sedes na bacia. Barreiros e Sirinhaém estão parcialmente inseridos.

GL5 – UP18 – Rio Persinunga (17 km). Apenas Barreiros e São José da Coroa Grande fazem parte do GL5 sendo que o segundo tem sua sede na bacia.

O Mapa de referencia 02.1 anexo 2 ilustra os territórios das bacias hidrográficas no Polo Costa dos Arrecifes. As bacias com maiores contribuições na formação do Polo são, a GL3, a GL4 e a GL5 com 100% dos seus territórios. As bacias com menores participações no polo são BH Ipojuca (4,78%), BH rio Una (4,91%), BH rio Capibaribe (5,18%). Percebe-se assim que tem importância maior no polo, as bacias dos pequenos rios litorâneos que a propósito, são responsáveis pelo abastecimento d'água de quase todo o núcleo metropolitano. Uma forte razão para serem protegidos juntamente com as suas nascentes com o maior rigor possível.

BH do Rio Goiana – Tem como principais cursos d'água: rio Capibaribe Mirim (93 km), Sirigi, Tracunhaém e Goiana. O Capibaribe Mirim drena a maior parte da bacia, até próximo de Timbaúba é intermitente e a partir de Timbaúba é perene. O Sirigi tem 74 km e alimenta o reservatório homônimo. O Tracunhaém tem 127 km. A bacia deste rio contribui com 9,47% do seu território para a formação do Polo Turístico Costa dos Arrecifes.

O rio Goiana se forma a partir da confluência do Tracunhaém e Capibaribe Mirim e tem extensão aproximada de 18 km até o oceano. Abrange 26 municípios dentre os quais Goiana tem a sede inserida na BH e Igarassu está parcialmente inserido na BH.

BH do Rio Capibaribe – Nasce na divisa de Poção e Jataúba. Percorre 280 km e desemboca no oceano em Recife. Alto e médio cursos são intermitentes sendo perene a partir de Limoeiro. 5.454,88 km² abrangendo 48 municípios. Recife é o único município do Polo inserido na BH. Esta abriga a represa de Tapacurá importante para a contenção de enchentes e abastecimento de Recife.

BH do rio Ipojuca – 320 km de extensão, intermitente. Perene a partir de Caruaru no curso médio. O afluente mais importante é o Riacho Liberal (47 km). Abrange Ipojuca. Estuário muito alterado em vista do Complexo Industrial Portuário de SUAPE. CIPS. 3.435,34 km². 25 municípios dos quais Ipojuca tem a sede inserida (só Ipojuca). Ipojuca está parcialmente inserida também na BH do Sirinhaém.

BH – Rio Una – nascente em Capoeiras sendo intermitente até Altinho quando se torna perene, 290 km de extensão. Afluentes importantes são: Pirangi, Jacuí, Caraçú, Chata e Riacho Quartis, 6.740, 31 km². 42 municípios dos quais 11 totalmente inseridos na bacia. 15 com sede na BH inclusive Barreiros, e 16 parcialmente inseridos dos quais rio Formoso, São José da Coroa Grande e Tamandaré.

Rio Sirinhaém – Nasce em Camocim de São Félix (158 km), 2090,64 km². Principais afluentes são: Rio Amaraji, Camaragibe, Tapiruçu e Sibiró. O Amaraji é o mais importante. Parcialmente inserido na Bacia estão: Tamandaré, Rio Formoso e Ipojuca.



Obs.: Os municípios, rios e afins não estão geograficamente corretos no mapa. Ilustração apenas para efeito informativo.

Figura 13. Ocupação ao longo da bacia dos rios, Una, Ipojuca, Capibaribe e Beberibe.

D) Municípios/BH

Os municípios do Polo estão inseridos nas várias Bacias Hidrográficas de Pernambuco, na forma apresentada a seguir:

Norte

Paulista – GL1

Igarassu – GL1 – BH Rio Goiana

Itapissuma – GL1

Itamaracá – GL1 – BH Rio Goiana

Goiana – BH Rio Goiana

Sul

Cabo de Santo Agostinho

Ipojuca – GL2 – GL3 – BH Rio Ipojuca – BH Rio Sirinhaém

Tamandaré – GL4 (UP17) – BH Rio Uma – BH Rio Sirinhaém

Sirinhaém – GL4 (UP17)

Rio Formoso – GL4 (UP17) – Rio Una, Rio Sirinhaém

Barreiros – GL4 (UP17) – GL5 – Rio Una

São José da Coroa Grande – GL5 – Rio Una – (UP-19)

Núcleo Metropolitano

Olinda – GL1

Recife – GL2 – BH Capibaribe

Jaboatão dos Guararapes – GL2

Fernando de Noronha

Arquipélago de Fernando de Noronha

E) Balneabilidade

Na primeira quinzena de setembro de 2013, foi realizado o último monitoramento da balneabilidade nas praias do Estado.

O resultado revela como impróprias para o banho praias em Pontas de Pedra e Carne de Vaca (Goiana); pontos em Pau Amarelo, Janga, Maria Farinha e Conceição (Paulista); Rio Doce, Farol, Carmo, Casa Caiada, Bairro Novo e Milagres, (em Olinda); Pina, (em Recife); Piedade, Candeias e Barra de Jangadas, (em Jaboatão dos Guararapes); e Barra de Sirinhaém, (em Sirinhaém).

Vários municípios não são monitorados entre os quais Itapissuma, Rio Formoso e Barreiros, outros apresentam condições adequadas para banho como: praia de Gaibú no Cabo de Santo Agostinho, Porto de Galinhas e Serrambi em Ipojuca, Carneiros em Tamandaré e, São José da Coroa Grande.

F) Vegetação

De acordo com o Atlas Pernambuco em Mapas, as formações litorâneas são predominantemente arbustivas e rasteiras, adaptadas a ambientes salinos. Seu domínio está associado à costa Atlântica, na extremidade leste do Estado, sendo constituídas pelas formações das praias, por manguezais e pelas restingas. Pouco mais a Oeste, encontra-se a Floresta Subperenifólia, formação arbórea, densa e de grande porte, com grande variedade de espécies, associada ao clima tropical quente e úmido, podendo ser chamada de mata úmida ou mata atlântica. Desta restam remanescentes que no Polo em estudo são protegidos por um número razoável de unidades de conservação destinadas a proteger os mananciais e a biodiversidade.

A floresta tropical atlântica recobria toda a faixa costeira de Pernambuco. Hoje alguns poucos remanescentes dão indicação dessa vegetação primária ocorrendo em geral matas secundárias de extensão e estágios sucessionais diversos, nos topos e encostas de morros. Podem ser encontrados em estágio inicial, médio ou avançado de regeneração. No litoral Sul a mata do engenho Murim é responsável pelo caráter perene do riacho Meireles podendo ser refúgio de fauna. Destacam-se

também a Reserva Biológica de Saltinho e Mata de Pau Amarelo e as reservas ecológicas mata do sistema Gurjaú.

O litoral Norte abriga os mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica de todo o litoral sendo a proximidade da RMR desfavorável à floresta como revela o Mapa 04.1. (anexo 1).

G) Estuários e manguezais

Estuário é um corpo d'água semifechado com uma conexão livre com o oceano aberto, no interior do qual a água do mar é diluída na água doce drenada do continente. Virtualmente, qualquer atividade humana que venha a afetar o fluxo de um rio afetará também o seu estuário. Pernambuco possui uma das menores faixas litorâneas do litoral brasileiro e em consequência suas áreas estuarinas são bastante reduzidas. De acordo com Coelho e Torres (1982), Os estuários de Pernambuco ocupam 25.040 hectares (1970-71) dos quais 17.372 hectares são de manguezais e 7.672ha aproximadamente são cobertos de água.

O litoral Norte, desde Tejucupapo até Pau Amarelo, contém 12.847 hectares de estuários sendo 4.989 ha de espelho d'água e 7.858ha de manguezal.

O núcleo metropolitano formado por Olinda Recife e Jaboatão dos Guararapes, abriga (1970-71) 1.277 hectares de estuários sendo 883ha de espelho d'água e 394 hectares de manguezal.

O litoral Sul contém 10.920ha de estuários compostos de 1.800 hectares de água e 9.120 hectares de manguezal.

Cabem assim 59,16% dos estuários no Litoral Norte, 3,64% no núcleo metropolitano e 37,20% no litoral Sul.



Foto 17: Estuário do Rio Jaboatão no Núcleo Metropolitano. Ao fundo, Barra de Jangadas. Coordenadas: 02°87'144"- 90°89'972"

A Tabela seguinte mostra os remanescentes de Mata Atlântica, Manguezais e Áreas Urbanas ao longo do Polo Costa dos Arrecifes:

Discriminação	Litoral Norte	Núcleo Metropolitano	Litoral Sul	Total
Remanescentes de Mata	48.919,7	65.719,52	50.746,92	165.386,14
Manguezais	3.858,14	12.628,62	3.057,7	19.544,46
Áreas Urbanas	3.116,05	31.295,27	4.579,58	38.990,9
Total	55.893,89	109.643,41	58.384,2	223.921,5

Desses números infere-se que o Polo Costa dos Arrecifes ocupa área de 4.019,384km² ou 401.938,4 hectares dos quais 165,38 mil hectares são ocupados por remanescentes da mata atlântica e 19.5 mil correspondem a manguezais. Os dados diferem dos de Coelho & Torres (1982) ao não englobar a proporção de águas nos cálculos.

A importância do estuário depende em muito da presença dos manguezais os quais permitem o estabelecimento de numerosas populações animais em razão da abundância de alimento, das águas tranquilas para a reprodução e cria das larvas.

A degradação dos manguezais tem-se consolidado através das ações de desmatamento, aterramento, disposição de lixo, efluentes domésticos ou esgotos sem tratamento, efluentes industriais, dragagens, represamentos, pesca predatória, carcinocultura e outras.



Foto 18: Flagrante de despejo de resíduo industrial no estuário do rio Jaboatão. Agressão ao Estuário e ao Manguezal.

Os serviços prestados pelos manguezais incluem abrigo para larvas, jovens e adultos de inúmeras espécies marinhas, dulçaquícolas e estuarinas, proteção da zona costeira contra tempestades e erosão marinha, produtos pesqueiros, matéria orgânica dissolvida e particulada para as áreas costeiras adjacentes, madeira e lenha, manutenção da biodiversidade costeira, absorção de produtos químicos inclusive metais pesados, alimento e renda para as comunidades ribeirinhas, recreação e lazer.

O manguezal do Canal de Santa Cruz (Itamaracá) talvez seja o mais bem estudado de Pernambuco. Ocupa 1.220 hectares e sua vegetação como a de todo o litoral é formada basicamente por três espécies: *Rhizophora mangle* L (mangue vermelho), *Avicenia schaueriana* Staf. E Leechosan (mangue preto) e *Laguncularia racemosa* Gaetn (mangue branco).

No estuário do rio Paripe (no canal de Santa Cruz), o bosque de mangue tem densidade média alta, em torno de 3.487 indivíduos/ha, sendo o mangue vermelho o mais abundante (74,3% dos indivíduos).

O estresse do manguezal decorre da atividade antrópica, baixa contribuição de água doce, elevada salinidade, baixo nível das marés, e assoreamento. Estes fatores levam o bosque a um estoque de biomassa inferior. No litoral Norte, os recursos mais importantes dos estuários estão ainda associados à presença de fanerógamas marinhas (capim de agulha), algas bentônicas, peixe boi, moluscos, camarões, peixes e aves inclusive as migratórias.

H) Restingas

Outro remanescente da mata atlântica é a vegetação de restinga que ocupa os solos arenosos, profundos, planos, dos terraços marinhos longos e retos que se estendem paralelos à linha do litoral.

Podem formar elevações e depressões longas. Hoje só há trechos reduzidos das restingas nos quais se encontram cajueiro, angelim, louro, mangabeira, oiti da praia. Ressaltam as restingas de Guadalupe (Sirinhaém), Maracaipe, Gamboa, da Fazenda Merepe (Ipojuca) e próximo ao estuário do Pirapama (Jaboatão).



Foto 19: Vegetação típica de restinga observada no estuário dos rios Jaboatão e Pirapama.

A ocupação urbana desordenada é o principal fator impeditivo da preservação destacando-se rodovias, resorts, condomínios. No entanto a riqueza e relevância ecológica da vegetação de restinga a qualificam como importantes para a conservação. A restinga da praia do Paiva, no município do Cabo, abriga 124 espécies distribuídas em 103 gêneros e 55 famílias vegetais. Pesquisa na praia do Sossego em Itamaracá revelou a presença de 112 espécies com diferentes modos de vida como fanerófitas (cajueiro, mangabeira), camefitas (ipecaconha, salsa da praia), trepadeiras, epífitas, e outras.



Foto 20: Aspecto da restinga do Paiva no Núcleo Metropolitano.

I) Coqueirais da Planície Costeira

De acordo com o diagnóstico socioambiental realizado pela CPRH os usos do solo foram divididos em três categorias: áreas com predominância de atividades agropecuárias, áreas de solo urbano, industrial ou urbano/industrial e ecossistemas naturais. As três categorias correspondiam em 1996/98 a 61,2%, 8,4% e 30,4% respectivamente. Nas áreas com predominância de atividades agropecuárias o côco da baía ocupava 2,8%.



Foto 21: Rodovia transporá coqueiral no litoral entre a praia e a restinga

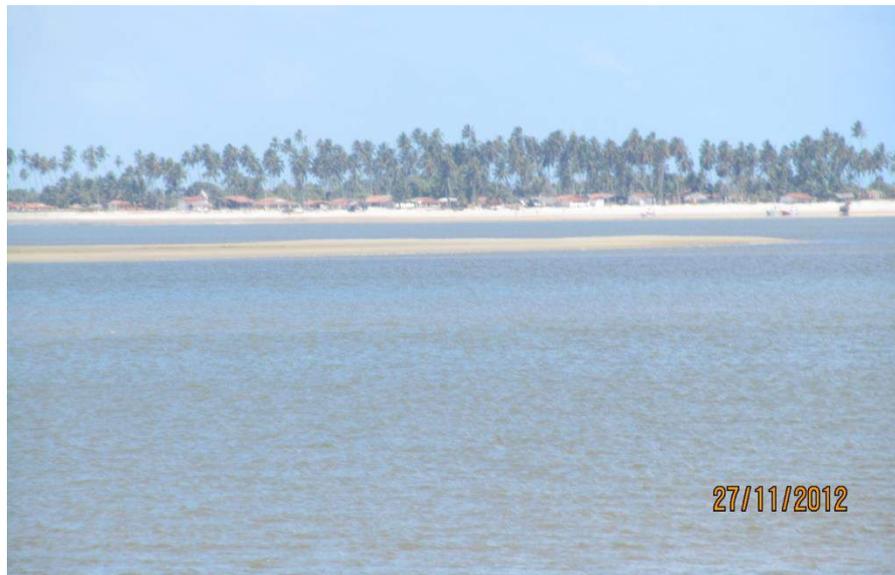


Foto 22: Coqueiral no litoral norte.

J) Ilhas e coroas

O destaque dessa terra no litoral norte a Ilha de Itamaracá e a Coroa do Avião (Igarassu). A Coroa do Avião atrai as pessoas por sua beleza e pela biodiversidade fica numa área rica em manguezais. Na Coroa do Avião opera a base de pesquisa de aves migratórias da UFRPE.

A Ilha de Itamaracá, que é separada do continente pelo canal de Santa Cruz, possui praias calmas e de águas cristalinas.

K) Recifes de arenitos e corais

Os recifes de arenito formam linhas quase contínuas.

No litoral norte ocorrem recifes de arenito e recifes orgânicos (coralígenos e algálicos) que são formações naturais em geral, submersas como em praia de emersas. em Paulista e Ponta de Pedras em Goiana. Os recifes de arenito formam linhas quase contínuas, paralelos à costa com 30 a 60 metros de largura e 3 a 4 m de espessura e medindo até 10 km de extensão.

Os recifes orgânicos ocorrem sobre bancos de arenito e atingem 4 quilômetros de extensão. Os mais expressivos encontram-se em Pontas de Pedra, Conceição e Maria Farinha (Paulista), Jaguaribe e Pilar (Itamaracá) onde são explorados para uso na construção civil.

L) Unidades de Conservação

A Lei Estadual nº 9.985 de janeiro de 1987 criou várias unidades de uso sustentável como APA, Reservas Ecológicas e também Unidades de Proteção Integral. Entre essas APA, destacam-se as três seguintes, que em conjunto ocupam 38.692,32 hectares:

- APA do rio Goiana (Mata Atlântica)
- APA do rio Itamaracá (Mangue)
- APA do rio Itapissuma (Restinga)

Criou também a APA Estuarina Canal de Santa Cruz que abrange Itamaracá, Itapissuma, Igarassu e Goiana com o total de 5.292 hectares de manguezais.

No litoral Sul encontram-se:

- APA Guadalupe – abrangendo Barreiros, Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré, para conservação da mata atlântica, mangues, restingas e ambientes marinhos, com 44.255,00 hectares
- APA do Sirinhaém- Ipojuca, Rio Formoso e Sirinhaém – proteção de mata, mangue e restinga – com 6.589,00ha;
- APA do rio Beberibe – Olinda -proteção do mangue
- APA do rio Capibaribe – Recife – proteção do mangue
- APA dos rios Jaboatão e Pirapama – Cabo e Jaboatão – Mangue – 1284,50ha
- APA dos rios Sirinhaém e Maracaípe – Ipojuca e Sirinhaém – Mangue – 3.335,00ha
- APA do rio Formoso – Sirinhaém e Rio Formoso –Mangue – 2.724,00
- APA Rio Carro Quebrado – Barreiros – mangue -402,00ha
- APA do Rio Una – Barreiros e São José da Coroa Grande – Mangue – 553,00ha

Entre as unidades de proteção integral encontram-se:

1. Estação Ecológica Caetés, em Paulista, que beneficia o bioma Mata Atlântica.

2. Parque Estadual Dois Irmãos, em Recife, com 387,40ha – Mata Atlântica

3. Refúgios da Vida Silvestre:

- Mata de Santa Cruz, em Itamaracá – 54,28ha
- Mata do Amparo, em Itamaracá -172,90ha
- Mata do Engenho São João em Itamaracá – 34,00ha – Mata Atlântica
- Mata de Jaguaribe - em Itamaracá, 107,36ha Mata Atlântica
- Mata do Engenho Macaxeira, em Itamaracá – 60,84ha - Mata Atlântica
- Mata Lanço dos Caçães – Itamaracá – 50,12ha

Os refúgios totalizam 1.023,9 hectares

4. Reservas Ecológicas

- Mata da Usina São José – Igarassu – 298,78ha
- Mata do Jaguarana – Paulista – 332,28ha
- Mata do Janga – Paulista 132,24ha
- Contra-açude – Cabo de Santo Agostinho – proteção de mata atlântica – 114,56ha
- Mata do Urucu – Cabo, Escada e Vitória de Santo antão – mata atlântica – 515,30ha
- Serra do cotovelo – Cabo – Mata Atlântica – 545,40ha
- Mata de Dois Unidos – Recife – Mata Atlântica – 34,72ha
- Mata das duas lagoas – Cabo – Mata Atlântica – 140,30ha
- Mata de Jangadinha – Jaboatão dos Guararapes - Mata Atlântica – 84,68ha
- Mata de Manassu – Jaboatão - Mata Atlântica – 264,24ha

- Mata de Mussaiba –Jaboatão - Mata Atlântica – 272,20ha
- Mata de Camaçari – Cabo - Mata Atlântica – 223,30ha
- Mata de Cumaru – Cabo - Mata Atlântica -16,40ha
- Mata do Curado – Recife - Mata Atlântica – 102,96ha
- Mata do engenho Uchoa – Recife - Mata Atlântica – 20,00ha
- Mata do Engenho Salgadinho – Jaboatão - Mata Atlântica – 257,00ha
- Mata do Jardim Botânico – Recife - Mata Atlântica – 10,72ha
- Mata do Passarinho – Olinda - Mata Atlântica – 13,60ha
- Mata São João da Várzea – Recife - Mata Atlântica- 64,52ha
- Mata do Sistema Gurjaú – Cabo - Mata Atlântica- 744,47ha
- Mata do Zumbi – Cabo - Mata Atlântica- 292,40ha
- Mata do Bom Jardim – Cabo - Mata Atlântica- 245,28ha
- Registre-se ainda a RPPN Fazenda Tabatinga em Goiana – mata e mangue com 90,0ha
- APA de Fernando de Noronha – proteção da mata insular, do mangue oceânico e dos ambientes marinhos;

As Reservas Ecológicas totalizam 763,30ha

Para compreensão do significado das unidades de conservação descritas, apresenta-se a seguir descrição das unidades citadas neste texto.

APA – Área de Proteção Ambiental, é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana dotada de atributos importantes para a qualidade de vida e bem estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Pode ocupar terras públicas ou privadas.

A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos.

Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica possibilitando a realização de pesquisa científica e atividades de educação e interpretação ambiental.

Refugio da Vida Silvestre é uma unidade que tem por objetivo proteger ambientes naturais assegurando condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna local, residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares. Em Igarassu, 60,0 hectares constitui o Refúgio Ecológico Charles Darwin.

As Unidades de Conservação encontram-se no mapa 03.1 no anexo 7.

M) Potencialidades

As potencialidades do litoral estão associadas à ocorrência de:

- Áreas com predominância de baixa declividade;
- Topos planos
- Manguezais e pântanos litorâneos
- Várzeas e terraços aluviais
- Áreas de afloração da Formação Beberibe

O restante espaço está constituído de áreas com alta declividade e baixa fertilidade dos solos

As áreas de alta declividade encerram potencialidade para o ecoturismo pelas belezas cênicas, pequenas fontes ou olhos d'água, cachoeiras e corredeiras e diversidade da flora e da fauna dos remanescentes da mata atlântica.

O grande potencial do litoral está nos estuários e, nas várzeas e terraços fluviais. Os estuários por abrigar extensos manguezais e disponibilizarem rica fauna à pesca artesanal de peixes crustáceos e moluscos. As várzeas e terraços aluviais além da agricultura são alternativa importante para a Carcinocultura. No litoral Norte é grande o potencial para turismo cultural, turismo náutico e ecoturismo sobretudo no Canal de Santa Cruz.

N) Pesca

A pesca artesanal tem certa interface com o turismo seja através do contato com os pescadores e seus hábitos, seja por proporcionar pesca de mergulho de grande atividade dispendo-se além de espécies demersais e semi-pelágicas para o esporte, dos chamados “recifes artificiais” representados por barcos naufragados, para contemplação e pesca.

Embora pequena em volume de capturas, a importância da pesca para os municípios do litoral norte é considerável contando-se com a captura de peixes, crustáceos e moluscos de grande interesse comercial e fonte de renda dos pescadores e pescadoras da chamada pesca desembarcada.

Pernambuco ocupa uma posição secundária na produção pesqueira regional. Dos 152.277,2 toneladas produzidas no nordeste pelos 9 estados e o distrito de Fernando de Noronha, apenas 13.999,6 toneladas ou 9,2 % procede de Pernambuco. Esta produção revela uma singular importância dos moluscos que num total de 4.229,4 representam 30,2 % da produção do estado e congrega um grande contingente de homens e mulheres a catar ostras, sururus, unha-de-velho, taioba, lambreta e marisco pedra. Entre pesqueiros utilizados para essa produção destacam-se no litoral norte São Lourenço, Pontas de Pedra e Tejucupapo em Goiana; Nova Cruz no município de Igarassu e Itapissuma em Itapissuma. Estima-se que no litoral de Pernambuco 4.052 pessoas dependem dessa atividade. Faz parte dessa captura de ostras e o siri com 6,6% e 5,9% respectivamente.

Quanto à captura de peixes, Itapissuma é destaque na produção controlada, composta de manjuba, sauna, ostra, sururus.

A produção pesqueira artesanal do canal de Santa Cruz representa 50% da pesca artesanal de todo o estado de Pernambuco.

O) Biodiversidade

O Estado de Pernambuco possui cerca de 51 Unidades de Conservação que protegem apenas 0,27% do seu território. São pequenas, a maioria concentrada na região metropolitana, mas a maioria não foram implementadas. O sistema é deficiente sob qualquer aspecto da observação. Quanto à representatividade, as formações pioneiras como as restingas tem apenas uma área de conservação estando ameaçadas de desaparecimento. Há recomendação no Atlas da Biodiversidade de Pernambuco de criação de uma zona tampão para a RMR onde estão localizadas 44 unidades de conservação.

A pressão antrópica no litoral é expressa pela extração de água na RMR, urbanização, turismo (Costa Dourada e Timbó), rios poluídos SUAPE, Carcinicultura, expansão da cana e outras atividades.

Os impactos decorrem da carência de disciplinamento da expansão urbana e da expansão da carcinicultura, captação de água ao subsolo, combate à poluição dos mananciais, inexistência de política para a recuperação de áreas degradadas principalmente das matas ciliares e nascentes de rios e riachos. A ocupação urbana desordenada tem induzido à exploração de materiais para a construção civil, erosão marinha, aterro de manguezais, degradação de corais e outros efeitos deletérios. É necessária a implementação de ações efetivas e contínuas. Os estudos existentes tem levado a recomendações de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade destacando Itamaracá, o litoral metropolitano, Cabo de Santo Agostinho, Tamandaré, APA dos Corais, Goiana, Caetés, Igarassu/Itapissuma, Dois Irmãos, Complexo Gurjaú, Ipojuca, Saltinho e Barreiros.

Em Fernando de Noronha os riscos à biodiversidade são mais relacionados aos impactos do turismo sendo necessário o conhecimento da capacidade de carga local.

P) Problemas ambientais locais interferindo no turismo

Merece destaque no contexto do litoral pernambucano nuances que estabelecem interface com o turismo entre as quais se destacam a erosão marinha ou avanço do mar, os ataques de tubarões aos banhistas principalmente em praias de Recife e a poluição das praias pelo aporte de esgotos domésticos sem tratamento lançados aos rios.

Erosão Marinha

Esse tema está abordado no capítulo do saneamento e infraestrutura socioambiental deste estudo. Convém lembrar que desde 2010, segundo o Blog Meio Ambiente, 18 municípios brasileiros decretaram situação de emergência por conta da erosão marinha ou avanço do mar

e que no núcleo metropolitano o problema alcança 1/3 das praias. São diversos fatores que contribuem para esse processo tendo ocorrido no núcleo metropolitana em estudo, desvio das correntes após a implantação de estruturas portuárias e estruturas rígidas artificiais de proteção contra o processo erosivo.

Atualmente está sendo implantado programa de engordamento de praias desde Jaboatão dos Guararapes até Paulista. Esta solução acarreta impactos principalmente ao meio biótico relacionado com os tipos de areias, suas granulações, etc.

Ataques de Tubarões em Praias da RMR

Os ataques de tubarões nas praias de Piedade e Boa Viagem tiveram notável elevação a partir da década de 90 ocorrendo desde então, segundo as estatísticas oficiais, 42 ataques com morte de 13 pessoas. Atribui-se o fato à operação plena do Porto de Suape, ao aumento do número de surfistas nas praias, ao descarte no mar de espécies capturadas pelas redes de arrasto de camarões e outras causas. Duas espécies são responsáveis pela maior parte dos ataques: o tubarão tigre (*Galeocerdo curvieri*) e o cabeça chata (*Carcharhinus leucas*).

O problema requer maior concentração do esforço contra os ataques, na proteção à população assegurando-lhe um lazer tranquilo, sob pena de isolar as praias locais, do circuito turístico.

Especialistas em proteção à pessoa devem ser convocados para com apoio de análise detalhada dos arrecifes naturais, das correntes marinhas, da topografia e da ocorrência de acidentes, isolar os maiores espaços possíveis onde se praticará o banho.

2.5.2. As Repercussões do Desenvolvimento do Turismo nas Condições Ambientais do Polo Costa dos Arrecifes

Considerando a realidade econômica e social dos municípios integrantes do Polo Costa dos Arrecifes, tanto quanto ocorre no Agreste e no Vale do São Francisco, é difícil se isolar os impactos socioambientais decorrentes do turismo, uma vez que a deterioração ambiental existente sofre forte influência de atividades desenvolvidas em territórios não incluídos no polo, a exemplo do que ocorre com as bacias hidrográficas que nele desaguam, ou dos efeitos de outros segmentos de atividade, notadamente a agricultura, com a histórica cultura da cana de açúcar no próprio polo.

Merece destaque que um dos principais segmentos do turismo explorado na região, principalmente na capital do Estado e mais recentemente em seu litoral sul, em função do desenvolvimento do Distrito Industrial Portuário de Suape é o turismo de negócios, que aproveita a existência das atividades comerciais, industriais e agrícolas que lhe dão suporte e que possuem pela própria natureza e dimensão um potencial maior de agressão ambiental. Essa característica deverá se estender também ao litoral norte em função dos polos automotivo e de hemoderivados ali em fase de implantação.

Diferentemente dos polos Agreste e Vale do São Francisco, contudo, além da prática do veraneio em todo o litoral, o turismo de lazer litorâneo atuou no polo Costa dos Arrecifes como força motora de desenvolvimento em alguns dos destinos nele localizados, notadamente em Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Fernando de Noronha, gerando impactos ambientais próprios e impulsionando o processo de urbanização, em sua grande maioria das vezes de forma desordenada, situação que se repete em outras áreas de praia ainda pouco exploradas turisticamente.

Finalmente poder-se-ia atribuir ao turismo o grande afluxo de público em períodos específicos, principalmente em época de veraneio no litoral e por ocasião dos eventos culturais e de negócios (congressos, convenções, feiras, etc.) incluídos no calendário local, com seus efeitos comprometedores dos recursos ambientais pela possível superação de uma capacidade de carga ainda não avaliada.

2.6. Síntese da Capacidade Institucional de Gestão Ambiental e Turística

No que diz respeito ao turismo e conforme já referido no item relativo à configuração do Objetivo AAE, o Polo possui uma elevada capacidade institucional de gestão, na forma ali referida, notadamente por situar-se em seu território a capital do Estado, os três destinos indutores do turismo – Recife, Fernando de Noronha e Ipojuca - reconhecidos pelo Ministério do Turismo, nele encontrando-se

também as principais instituições acadêmicas com formação em áreas de interesse do turismo e do meio ambiente e as sedes das instituições do chamado sistema “S” que apoiam o desenvolvimento do setor.

2.7. Presença de Instrumentos de Ordenamento Territorial nos Municípios

Considerando o pacto federativo e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é executado de forma compartilhada entre a União, os estados e os municípios. Na verdade, a lei complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre os entes da federação no exercício da competência comum relativa ao meio ambiente, prevista no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, constitui ação administrativa da União na elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, cabendo aos estados elaborar o ZEE de âmbito estadual, e aos municípios a elaboração dos planos diretores, observando os ZEE existentes.

Em Pernambuco dos três setores em que se encontra dividida a zona costeira do estado, foram concluídos o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Litoral Norte (instituído pelo decreto estadual nº 24.017/2002) e do Litoral Sul (instituído pelo decreto estadual nº 21.972/1999), encontrando-se em execução, o ZEE do Núcleo Metropolitano do estado.

Quanto aos Planos Diretores Municipais (PDM), embora conste a existência destes na maioria das unidades político-administrativas do Polo Costa dos Arrecifes, há ações que estão por implantar tal dispositivo ordenador do espaço urbano para os que até então não dispõem de tais planos de ordenamento territorial (Tabela 47).

Tabela 47: Instrumentos de Ordenação Territorial.

Subáreas	Municípios	Zonas dominantes no ZEE de Pernambuco	Plano Diretor Municipal
Litoral Norte	Goiana	Dispõe	Dispõe
	Igarassu	Dispõe	Dispõe
	Ilha de Itamaracá	Dispõe	Dispõe
	Itapissuma	Dispõe	Dispõe
	Paulista	Dispõe	Dispõe
Metropolitano	Jaboatão dos Guararapes	Em execução	Dispõe
	Olinda	Em execução	Dispõe
	Recife	Em execução	Dispõe
Litoral Sul	Barreiros	Dispõe	Dispõe
	Cabo de Santo Agostinho	Dispõe	Dispõe
	Ipojuca	Dispõe	Dispõe
	Rio Formoso	Dispõe	---
	São José da Coroa Grande	Dispõe	Dispõe
	Sirinhaém	Dispõe	---
	Tamandaré	Dispõe	---
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	Fernando de Noronha		---

O Plano Diretor é definido no Estatuto das Cidades como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana de um município, sendo uma lei municipal elaborada pela prefeitura com a participação da Câmara Municipal e da Sociedade Civil, objetivando estabelecer e organizar a expansão, o funcionamento e o planejamento territorial da cidade, propiciando um instrumento de orientação das prioridades de investimentos no meio urbano municipal.

Contudo, deve-se considerar que, na prática, os planos diretores não se constituem em instrumentos eficazes de disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano, na medida em que se constata um processo de ocupação espontâneo e desordenado, principalmente nas áreas periféricas das cidades.

Nas áreas urbanas a localização inapropriada de residências e empreendimentos comerciais e industriais, levando a ocupação de encostas e planícies fluviais, com a conseqüente destinação de despejos de resíduos sólidos em encostas, ainda não

ocupadas, e nos leitos dos rios, reflete a ausência de planejamento e gestão apregoadas nos Planos Diretores no referente a ordenação dos espaços urbanos.

Ademais, o déficit de serviços públicos no que tange ao desequilíbrio entre oferta e demanda de serviços de saneamento básico, afetam a dinâmica fluvial dos cursos d'água em decorrência de despejos formais e informais que provocam assoreamento de canais fluviais, que repercutem sobre a sociedade afetada através de alagamentos e enchentes nos períodos chuvosos.

Nos municípios que compõem o Polo Costa dos Arrecifes, apesar dos mecanismos de ordenamento territorial disponibilizados pelos planos diretores, a ausência de ações de gestão voltadas para o ordenamento urbano é visível na ocupação dos morros, das margens de canais (Figuras 14 e 15), da linha de costa, eventualmente interrompida pelo lançamento de redes de esgotos e mesmo no relativo a mobilidade de veículos e pessoas em áreas de maior fluxo populacional, sendo necessário a aplicabilidade de dispositivo que cumpram a função de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana.



Figura 14: Ocupação da planície fluvial do rio Frágoso, bairro de Jardim Frágoso em Olinda. Fonte: Google Earth – 24/11/2009.



Figura 15: Ocupação desordenada em áreas de morros na Zona Norte do Recife, bairro da Guabiraba. Fonte: Google Earth – 24/11/2009.

2.8. Presença de Associações Civas em Processo Participativo

Os principais grupos associativos, cooperativos e de representação de interesse atuantes no segmento turístico e de meio ambiente do Polo Turístico Costa dos Arrecifes são 79.

Tendo em vista identificar quais os pactos, alianças acordadas e conflitos subjacentes, são apresentadas as instituições que compõem este universo associativo e cooperativo que estabelecem relação com o turismo e o meio ambiente no Polo Costa dos Arrecifes.

A metodologia utilizada para construção das informações apoiou-se em pesquisa de dados secundários, complementada com informações colhidas junto a representantes das Prefeituras dos municípios integrantes do Polo.

No processo de pesquisa destacaram-se como fontes de informação, o SEBRAE a EMPETUR, documentos do PRODETUR como o PDITS e reportagens.

Observa-se no referido Quadro, que alguns campos da coluna “Como atuam” não possuem a informação, fato decorrente da indisponibilidade desta informação na fonte pesquisada.

Dos 15 municípios mais 1 Distrito existentes neste Polo, em apenas um, Barreiros, no Polo do Litoral Sul, não foram identificadas associações com trabalhos desenvolvidos na área turística e de meio ambiente.

Quadro 2: Instituição por município integrante do Polo Costa dos Arrecifes e seus respectivos objetivos e contatos.

Sobpolo	Município	Instituição	Objetivo	Contato
Metropolitano	Olinda	Associação Sambada Comunicação e Cultura	Realiza pesquisa, mapeamento e registro audiovisual de manifestação culturais; capacitação em música e audiovisual	Paloma Granjeiro dos Santos (81) 34297625 / 96243743 / 34298820 / 34211242 / 34290176 sertaoitaparicamundo@gmail.com / sambadacom@gmail.com / sambada@gmail.com
		Associação Povo de Odé	Desenvolve atividades com crianças e jovens, através de oficinas de tradição oral, dança, música e tradição afro-descendente, debates e apresentações artísticas. Trabalha o respeito às diferenças étnica, social e cultural.	(81) 34936029 / 87478429 (Luzia) – 88765053 / 81112003 (Paulo) – 34935813 / 34531404 (Simone), paulinhosuprema@hotmail.com / afoxepovodeode@gmail.com
		Centro Cultural Coco de Umbigada	Capacitar as lideranças religiosas e comunidades produtivas no âmbito das gestões administrativa e financeira, com o intuito de fortalecer o exercício prático da autogestão	Maria Elizabeth Santiago de Oliveira (81) 34396475 (81) 91611132, bethdeoxum@gmail.com / www.sambadadecoco.blogspot.com.br
		Sindicato dos Guias de Turismo de Pernambuco	Defender os direitos coletivos e individuais da categoria.	Marcos Aquino (81) 96791968
		Associação dos Condutores Nativos de Olinda	Apoio aos guias locais e turistas que visitam Olinda.	
		Colônia de Pescadores Z-4	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Associação de Recicladores de Olinda		(81) 34490053
		Conselho Pastoral dos Pescadores	Anunciar aos pescadores e as pescadoras a força libertadora do evangelho revelado aos pobres e através dele promover a transformação das estruturas geradoras	(81) 3432-1948, http://www.cppnac.org.br/

			de injustiça, tornando-os agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade.	
Recife	SOS Corpo Feminista para a Democracia	Monitorar indicadores de gênero e de promoção e garantia de direitos das mulheres; Promover o acesso à informação e produzir conteúdos sobre igualdade de gênero e políticas para as mulheres para o fortalecimento da participação social; Monitorar a mídia brasileira sobre os temas mulheres e gênero; e Garantir o diálogo nacional e internacional para o intercâmbio e disseminação de informações, dados e estatísticas	Eleny Xavier Marinho (81) 30872086 / 34451905 – (81) 88587713 (Fabiana) – (81) 99528175 (Eleny), sos@soscorpo.org.br / eleny@soscorpo.org.br / paula@soscorpo.org.br	
	Associação de Cidadania, Cultura e Arte	Preservação de acervo da literatura pernambucana e espaço virtual de mobilização e debate literário-cultural.	Maria Aparecida Pedrosa Bezerra (81) 34230187 / 88222791 / 32214556 / 94886160 contato@andararte@org.br / contato@interpoetica.com	
	Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos	Objetivo de difundir a artes do teatro de bonecos e congregar bonequeiros que atuam no estado.	José Jorge Cordeiro da Costa (81) 32684002 (81) 34399483 (81) 92621661 apetb@globo.com / jjccosta@globo.com	
	Escola Comunitária Musical Bomba do Hemetério	Desenvolve trabalho social em formação musical destinado a crianças, adolescentes e jovens da comunidade	Francisco Amâncio da Silva (Maestro Forró) (81) 34980636 / 91421881 (Maestro Forró) – (81) 87261063 / 92940232 (Givanildo) maestroforro@gmail.com / givanildo.amancio@gmail.com / ecombomba@gmail.com	
	Associação Cultura e Assistencial dos Artistas de Pernambuco	Descobrir talentos e formar novos grupos culturais no bairro mais populoso do Recife	Telma Maria Andrade Ferreira (81) 30772980 / 88409177 / 97244160 (Telma) – (81) 87563511 (Pedro) – (81) 86476433 acaapearte@hotmail.com sensibilidade@yahoo.com.br / tutinha.nogueira@hotmail.com	
	Instituto Brasileiro Pro Cidadania	Contribuir para a preservação, fortalecimento, promoção e divulgação do	Petronio Omar Querino Tavares (81) 34239676 / 32230626 – (81) 91781544 /	

			Polo de Artesanato do município	99532320 (Petrônio) – (81) 92684858 / 86147247 (Alberto) – (81) 88208979 (Diciula) – (81) 30823317 (Socorro) pro@prociadania.org.br / petronio@prociadania.org.br / diciula@prociadania.org.br / socorinhosilva@hotmail.com
		Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo	Desenvolve uma proposta educativa com crianças e adolescentes a partir de elementos das manifestações culturais locais, vivenciadas através da música e da dança.	Vilma Carijós (81) 34443455 / 34431222 / 99269670 daruemalungo@terra.com.br / nalvass@yahoo.com.br
		Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Pernambuco	Promover o bem estar social e o conagraçamento da classe hoteleira; Amparar e defender os legítimos interesses da indústria hoteleira; Fomentar o desenvolvimento da hotelaria nacional; Promover congressos, exposições e conferências do setor industrial hoteleiro; Representar a hotelaria junto aos poderes federais; e, Fomentar, promover a valorização e treinamento de recursos humanos para a hotelaria.	Eduardo Costa Cavalcanti, (81) 3465-7903, abih-pe@abih-pe.com.br
		Associação Pernambucana de Turismo Rural	Contribuir para o desenvolvimento econômico, resgatar e preservar a história, cultura, meio ambiente e cadeia produtiva dos municípios do interior de Pernambuco,	http://apeturr.com.br/
		Associação de Desenvolvimento e Meio Ambiente		(81) 3225-1653
		Colônia de Pescadores de Recife Z-01	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	(81) 3327-0724
		ADEMAPE – Associação de Defesa do Meio		

	Ambiente de Pernambuco		
	ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza	Promoção da defesa intransigente da natureza, dos recursos naturais e da qualidade de vida das populações de um modo geral, em particular as mais pobres e desprotegidas, visando o despertar da consciência ambiental e o exercício pleno da cidadania para influir nas políticas públicas que afetem, direta ou indiretamente, a saúde, a segurança e o bem estar social.	(81) 3222-2038, aspan@aspan.org.br
	MOPEPE – Movimento dos Pescadores de Pernambuco	Defesa dos pescadores	Jasilma Muller
	Associação de Coop. Agri. Educ. e Meio Ambiente de PE		(81) 3446-2312
	Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Pernambuco	Representar os agentes de viagem no Estado de Pernambuco, negociando acordos coletivos com o Sindicato dos empregados e defendendo as reivindicações do setor em constantes gestões junto aos organismos governamentais.	(81) 3467-1908, sindetur@sindeturpe.com.br
	Sindicato dos Guias de Turismo de Pernambuco	Defender os interesses dos filiados à entidade, representando-os perante as autoridades dos poderes estaduais; celebrar convenções e acordos coletivos e instaurar dissídios; defender a preservação do patrimônio artístico, histórico, cultural, turístico, paisagístico e ecológico do Estado de Pernambuco e promover o desenvolvimento cultural e profissional dos Guias de Turismo atuantes em sua base territorial.	(81) 3224-9813
	Associação para Proteção da Mata Atlântica do	Proteger e recuperar a Mata Atlântica do Nordeste, por meio da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento de benefícios socioambientais.	(81) 3223-0317, contato@amane.org.br

		Nordeste		
		Sociedade Nordestina de Ecologia	Finalidade de agregar pessoas e instituições que lidam com o meio ambiente, estimulando uma reflexão crítica da sociedade em relação aos temas ambientais, promover e incentivar o estudo da ecologia e a troca de informações, desenvolver ferramentas pedagógicas e de planejamento, além de implementar ações que visem o desenvolvimento sustentável.	(81) - 3212.0590, sne@sne.org.br
		Associação de Especialistas em Meio Ambiente de PE		
		Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste	Gerar e divulgar soluções estratégicas para a conservação da biodiversidade mediante ciência, formação de recursos humanos e diálogo com a sociedade.	(81) 3423-5857, cepan@cepan.org.br
		Fundação Mamíferos Aquáticos	Promover a conservação dos mamíferos aquáticos e de seus habitats, visando o equilíbrio ambiental.	(81) 3304.1443 (81) 3304.5980 fma@mamiferosaquaticos.org.br
	Jaboatão dos Guararapes	Organização em Defesa e Promoção da Qualidade de Vida do Povo do Nordeste	Fomentar ações e projetos que garantam a melhoria da qualidade de vida e a salvaguarda das tradições e da cultura do povo do Nordeste.	Ana Laura Cordeiro Pereira (81) 37025310 / 34813492 (Danilo) – (81) 88014901 / 34566479 (Edilson) – (81) 88897266 (Victor) centromacambira@gmail.com / danilo.carias@hotmail.com / pontocamaragibe_cultura@hotmail.com
		Colônia dos Pescadores de Jaboatão dos Guararapes Z-25	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Associação de Defesa de Meio Ambiente e Bem Estar Social		Manoel Tabosa Júnior

		Amigos da Lagoa Olho d'Água		
		Associação dos Artesãos de Jaboatão dos Guararapes		Maria Edenice, (81) 99576504, mesantosart@gmail.com
		Associação de Pescadores de Barra de Jangada		
Litoral Norte	Goiana	Associação dos Profissionais em Música de Goiana	Fomentar e reduzir a desigualdade de gênero e raça através de atividades que envolvam políticas afirmativas, enfocando gêneros musicais, ritmos tradicionais e brincadeiras populares do estado de Pernambuco.	Ítalo Mário Rodrigues de Souza (81) 88947624 / 36263079 / 36261360 apromg@hotmail.com / italopay@hotmail.com
		Sociedade Musical Curica	Formação musical de crianças e jovens	Edson Júnior da Silva (81) 87058480 bandamusicalcurica@hotmail.com / edsonjrslva@yahoo.com.br / www.bandamusicalcurica.com.br
		Colônia de Pescadores de Goiana Z-14	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Colônia de Pescadores de Ponta de Pedra Z-03	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Colônia de Pescadores de Atapuz Z-15	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Colônia de Pescadores de Tejucupapo Z-17	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido	

			município.	
Ilha de Itamaracá	Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá			
	Colônia de Pescadores da Ilha de Itamaracá Z-11	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.		
	Associação dos Jangadeiros do Forte Orange			(81) 3544-1622
	Associação de Pescadores e Moradores da Ilha de Itamaracá			(81)-3544-8996
Igarassu	Associação dos Agentes de Informações Turísticas de Igarassu	Fornecer passeios turísticos nos municípios do entorno de Igarassu		(81) 3543-2138
	Colônia de Pescadores de Igarassu Z-33	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.		
Itapissuma	Colônia de Pescadores de Itapissuma Z-10	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.		
Paulista	Instituto Educacional de Artes e Ofício Dom Helder Câmara	Apoio sócio pedagógico através de ações artísticas e culturais que contribuam para a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.		Joab Artur dos Passos (81) 34347373 (81) 87534441 rennathabarboza@hotmail.com

		Colônia de Pescadores de Paulista Z-12	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Colônia de Pescadores de Pau Amarelo Z-02	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		União dos Pescadores de Paulista	Defesa da categoria dos pescadores	
Litoral Sul	Cabo de Santo Agostinho	Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo	Desenvolve ações de preservação e fomento deste marcante patrimônio imaterial brasileiro, valorizar e fortalecer uma identidade cultural vinculada a tradições locais.	Ivan Marinho de Barros Filho (81) 35183125 (81) 87551323 (81) 94519085 sobac.bacamarte@gmail.com / ivanmarinhofilho@gmail.com / ivanartemarinho@hotmail.com
		Centro Cultural Farol da Vila	Integrar a sustentabilidade e os processos educacionais de transmissão da tradição oral de matriz cultural do Coco de Pontezinha.	Marcos Ferreira de Moraes (81) 91160088 (81) 86212148 marcosferreirademoraes@ig.com.br / faroldavila@hotmail.com / faroldavila@gmail.com
		Associação dos Barraqueiros das Praias do Cabo-ABRAPC		
		Colônia de Pescadores do Cabo de Santo Agostinho Z-08	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Associação das Mulheres Pescadoras de Pontezinha		

		Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho	Aperfeiçoar a gestão ambiental da cidade, com o aumento da participação das empresas e da sociedade na defesa do meio ambiente, em parceria com a Prefeitura.	André Paulo de Barros, (81) 3521-3383
	Ipojuca	Associação dos Proprietários e Condutores de Buggy do Município de Ipojuca		(81) 3552-1930
		Associação de Artesãos Profissionais de Ipojuca		(81) 35521424
		Colônia de Pescadores de Ipojuca Z-12	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Associação dos Moradores e Pescadores das Áreas de Mangue do Município de Ipojuca		
		Associação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Dança e Cultura de Porto de Galinhas		
		Associação dos Agentes de		

		Reciclagem do Ipojuca		
		Associação dos Restaurantes de Porto de Galinhas		
	Sirinhaém	Associação de Pescadores e Armadores de Sirinhaém		Flávio Wanderley da Silva
		Colônia de Pescadores de Ipojuca Z-06	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
	Rio Formoso	Associação dos Agricultores da Comunidade de Siqueira	Preservar a identidade negra através da valorização de suas influências afrodescendentes.	Cristiane Correa da Silva (81) 96441125 (81) 87875319 (81) 88580153 juandarly22@hotmail.com / kajudarly@gmail.com
		Associação de Barqueiros de Rio Formoso		
		Colônia de Pescadores de Ipojuca Z-07	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
		Associação de Proteção à Natureza (ASP NAN)		
	Tamandaré	Instituto Recife Costeiro		
		Colônia de Pescadores de Tamandaré Z-08	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido	

			município.	
		Associação dos Hotéis, Pousadas, Restaurantes e Similares de Tamandaré		
	São José da Coroa Grande	Associação dos Artesãos Solidários de São José da Coroa Grande	Produzir pesos de porta, chaveiros e bijuterias em tecidos e malhas.	Marcia Rejane
		Colônia de Pescadores de São José da Coroa Grande Z-09	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal nas águas doce e salgadas correspondente a base territorial do referido município.	
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	Fernando de Noronha	Associação de Pescadores de Fernando de Noronha	Representação legal da categoria de pescador profissional e pescador artesanal.	(81) 3619-1282
		Associação de Bares e Restaurantes de Noronha		
		Associação dos Artistas Plásticos de Noronha		Magna Silva

2.8.1. Qualidade da participação, pactos, alianças acordadas e conflitos.

Através dos contatos estabelecidos com algumas instituições citadas no Quadro 2, observou-se que um dos elos do setor, o público, principalmente o municipal, é ausente no que tange aos interesses turísticos, culturais e de meio ambiente. Através destes contatos estabelecidos fez-se perceber, também, ausência de uma política conjunta entre o setor público, privado e de representação da sociedade civil que vise o desenvolvimento turístico na região. Na verdade, o que percebe-se são iniciativas pontuais, sem conexão, a exemplo, no setor ligado a cultura, as instituições se inter-relacionam muito bem e mobilizam recurso e pessoal para a realização de eventos, shows, festas, feiras, as vezes, mesmo sem o apoio político e financeiro do poder público.

A ausência de uma rede de relações entre os entes formadores do segmento turístico, restaurantes, associações de artesãos, cooperativas de reciclagem, barqueiros, ONG's ambientais, centros de pesquisa, hotéis e pousadas, governo, etc, caracteriza a impossibilidade de efetivação de arranjos produtivos locais (APL), mais estruturados, ou seja, "...um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem".

Mesmo com a incipiente atuação do governo, principalmente municipal, neste segmento econômico, identificou-se que há prestação de serviços em alguns municípios entre os segmentos (restaurantes, hotéis, pousadas, guias, etc) do setor privado.

O conhecimento deste contexto político e como vem atuando os Conselhos, Associações, ONG's, etc, permite verificar se há um endereçamento estratégico em suas posições e também contribui para definição e escolha do melhor método para a realização das oficinas de consulta e validação da AAE.

3. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO - QRE

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) se constitui em instrumento complementar ao qual se agregam o “Objeto AAE e Visão Estratégica do Desenvolvimento do Turismo Sustentável” e o “Marco de Referência”, anteriormente abordados, compondo assim conhecimento para as etapas subseqüentes da AAE.

A partir do QRE, serão gerados subsídios para os aspectos prospectivos e propositivos da AAE: Fatores Críticos de Decisão - FCD e sua cenarização, as Opções Estratégicas e finalizando com as Diretrizes e Recomendações, as quais subsidiarão a consolidação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e os mecanismos de monitoramento e controle.

Quadro de Referência Estratégica (QRE)



Figura 14: Quadro de referência estratégica - QRE.

O Quadro de Referência - QRE contém: as macro orientações estratégicas da política estadual de desenvolvimento econômico, de sustentabilidade e meio ambiente e de turismo; incorporando ainda a política de Meio Ambiente e

Cumprimento de Salvaguardas do BID; e a legislação ambiental aplicável ao turismo, disponibilizando os balizadores estratégicos para a AAE.

3.1. Macro Orientações Estratégicas - Políticas do Estado de Pernambuco

3.1.1. Política Econômica

- **Antecedentes, Movimentos Estratégicos, Perspectivas, Investimentos Previstos**

Antecedentes

O Estado de Pernambuco tem trilhado nas últimas décadas e, de forma mais acentuada nos últimos anos, um caminho resultante de uma estratégia de desenvolvimento, calcada na apropriação de vantagens competitivas naturais e na reestruturação da sua base econômica.

Com efeito, Pernambuco dispõe de uma condição natural de vantagem competitiva em termos de posição geográfica e facilidades logísticas, tanto no âmbito interno do país, particularmente na Região Nordeste, por estar localizado em posição central (com proximidade e equidistância em relação a Salvador na direção sul e Fortaleza na direção norte), quanto no âmbito externo, com rotas internacionais por via aérea e marítima.

A respeito da reestruturação da sua base econômica, é conveniente retomar o passado para melhor vislumbrar o futuro.

Registra-se que foi a partir do início dos anos 70 do século passado que se iniciou um processo de consolidação das obras de infraestrutura do principal núcleo de transformação econômica do Estado, o Complexo Industrial-Portuário de Suape.

Entre meados da década de 80 e o final dos anos 90, avançou-se na consolidação do Complexo com a implantação das obras de engenharia portuária e todas as demais obras de infraestrutura, como abastecimento d'água, esgotamento sanitário, rodovias e ferrovias para escoamento da produção, energia, telecomunicações e outros.

Mas foi a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000 que veio a maturar uma base de investimentos industriais naquele Complexo com a atração e concretização de empreendimentos de grande porte, como uma refinaria de petróleo, diversas indústrias petroquímicas, um Polo da indústria naval com a construção de estaleiros, compondo assim uma moderna e diversificada base industrial que hoje conta com mais de 100 empresas em operação e outras 50 em implantação.

Concomitantemente à consolidação do Complexo Industrial-Portuário de Suape, foram sedimentados outros núcleos de produção no Estado, como o Polo de fruticultura irrigada na região do Sertão do São Francisco, o núcleo produtivo da indústria têxtil na região Agreste e o Polo industrial gesseiro na região do sertão do Araripe.

Também no segmento de tecnologia e serviços foram estruturados e se consolidaram os Polos de tecnologia da informação e o Polo médico, enraizando no Estado a "indústria do conhecimento" sustentada por estabelecimentos de ensino superior a nível de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e estabelecimentos educacionais públicos e privados de nível médio, além de núcleos de formação profissional de diferenciada qualidade, instalados pelo SESC, SENAI e Escolas Técnicas, em atuação conjunta dos governos estadual, federal e empresas, como a PETROBRAS.

Movimentos Estratégicos

No contexto mencionado, os movimentos estratégicos formulados pelo Governo do Estado têm se dinamizado e diversificado nos últimos anos, buscando novos caminhos no rumo da descentralização dos investimentos e da interiorização e propagação do desenvolvimento, além de investimentos de grande porte, também descentralizados, nos segmentos de oferta de serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação, segurança, formação e capacitação profissional e na qualificação e eficiência da gestão pública.

São exemplos palpáveis destes instrumentos de gestão estratégica do desenvolvimento:

- O surgimento de um novo núcleo de investimentos no município de Goiana, situado no Litoral Norte do Estado e em posição de quase equidistância (60 km) da capital do Estado de Pernambuco (Recife) e da capital do Estado vizinho da Paraíba (João Pessoa), onde já estão em processo de implantação empreendimentos como a indústria automotiva FIAT, o centro de produção de hemoderivados da HEMOBRÁS que se articula com o Polo médico, a indústria de vidros planos e empreendimentos atrelados ao setor de logística, dentre outros.
- A consolidação de diversos empreendimentos industriais no sentido da interiorização, o que consolida a política de propagação do processo de desenvolvimento para todos os quadrantes do Estado.
- Investimentos estruturadores nos serviços públicos voltados para o desenvolvimento social, como a implantação de hospitais de grande porte em pontos estratégicos do Estado, a exemplo do Hospital Dom Helder Câmara na Nucleação Sul da Região Metropolitana, o Hospital Governador Miguel Arraes na Nucleação Norte (município de Paulista), o Hospital Pelópidas Silveira na

Nucleação Oeste e diversas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) em vários pontos do Estado, registrando-se ainda a construção de outros hospitais de grande porte no interior do Estado, como no município de Palmares às margens da rodovia BR-101, na Mata Sul do Estado e no município de Barreiros no Litoral Sul do Estado.

- Ainda no segmento de investimentos em infraestrutura e aprimoramento dos serviços públicos voltados para o desenvolvimento social, serão aplicados na área de educação, no período de 2013 a 2015, cerca de R\$ 7,6 bilhões (entre melhoria da rede pública de ensino básico, capacitação de professores e gestão escolar) dentre as dotações² no orçamento do Governo Estadual.

Depreende-se que não é por acaso que o Estado de Pernambuco tem apresentado nos últimos anos índices de crescimento que suplantam a dinâmica de crescimento da economia do país.

Constata-se ainda que o setor de serviços, no qual está inserido o setor de turismo (e que será objeto de abordagem estratégica análoga à ora procedida para a economia como um todo), tem se constituído em fator determinante para a manutenção de padrões de crescimento diferenciados para o Estado de Pernambuco.

Perspectivas

Apesar dos elevados índices de crescimento do PIB em Pernambuco em relação ao Brasil (3,8% em 2009 versus -0,2% do Brasil; 9,3% em 2010 contra 7,5% do país; 4,5% em 2011 contra 2,7%; e 2,3% contra 0,9% em 2012), o que se reflete no comportamento evolutivo dos índices de desenvolvimento econômico e social, existe a consciência de que a manutenção de padrões de crescimento diferenciados nos campos econômico e social reveste-se de importância estratégica.

² Extraído do Plano Plurianual do Estado de Pernambuco para o período 2012-2015. Dotações mais significativas para o objeto em análise desta AAE.

Neste sentido, à parte de dispor de uma estrutura de planejamento e gestão governamental que tem se constituído em elemento de suporte ao processo de desenvolvimento em curso, o Governo estadual tem definida a elaboração de um Plano Estratégico de longo prazo, denominado “Pernambuco 2035”, com base no qual, a partir da mobilização de competências técnicas e consulta à comunidade, venha a estabelecer as grandes macro-orientações estratégicas, as diretrizes e as metas a serem gerenciadas, no sentido de se firmar a nova base econômica e social construída nos últimos anos e tornar o processo de desenvolvimento contínuo e crescente.

No dia 19 de Junho de 2013, o Governo de Pernambuco consolidou a contratação de um grupo de consultorias privadas para desenvolver o Plano “Pernambuco 2035”, que contará com recursos do “Movimento Brasil Competitivo”.

Na sequência, são abordados os grandes desafios³ a serem vencidos no futuro no sentido de consolidar a exitosa trajetória de desenvolvimento recente do Estado, cabendo serem destacados:

A) A Consolidação do Novo Ciclo de Crescimento Econômico

Com maior interiorização e crescente valorização da dimensão ambiental e a significativa ampliação do grau de integração das empresas locais nas cadeias produtivas novas e existentes no Estado. O contexto adverso de crise a escala mundial torna este desafio ainda maior e certamente o comportamento do Brasil nesses próximos anos será fundamental para definir os avanços possíveis em Pernambuco, dado o alto grau de integração existente entre a economia nacional e a estadual.

Como se espera que o Brasil resista bem e use seus potenciais para continuar em uma trajetória de crescimento, Pernambuco deve manter seus esforços para consolidar este novo ciclo que já sinalizou seu poder de transformação da realidade herdada do passado recente.

³ Ver: Plano Plurianual do Estado de Pernambuco para o período 2012-2015.

B) A Inclusão dos Pernambucanos num Mercado de Trabalho em transformação

Em destaque, a importância do investimento em formação técnica e profissional. O Governo criou uma Secretaria com a finalidade de coordenar seus esforços nesta área. O investimento neste campo é estratégico e a mobilização de recursos federais e de outras fontes vai merecer prioridade.

Uma vantagem a ser potencializada é a boa estrutura de oferta já instalada no Estado, representada pelas Universidades, Sistema S, rede estadual, entre outras. Pernambuco vai ampliar a estrutura pública para a educação tecnológica e fortalecer o ensino superior, pois tais investimentos reforçam diferenciais competitivos que o Estado já apresenta. A interiorização do conhecimento e o incentivo à produção científica e tecnológica são itens centrais desta agenda nos anos do PPA apresentado.

C) A Garantia de Vida Melhor para Todos

Será dada ênfase à prestação dos serviços de saúde, cuja oferta vem sendo significativamente ampliada e requalificada desde o período anterior, com a construção de novos hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Consolidar este esforço na maior área urbana do Estado e estendê-lo ao interior é um objetivo que vai mobilizar o Governo nos próximos anos.

Em paralelo, continuarão a ser priorizadas ações que atuam na expansão e a melhoria da qualidade da oferta hídrica. O objetivo é universalizar o acesso dos pernambucanos à água e ao esgotamento sanitário para seus usos residencial e comercial.

D) A Redução da Violência, das Desigualdades e da Miséria

Na agenda central das políticas públicas estaduais estará a ampliação do controle permanente dos índices de criminalidade, a redução das desigualdades e o engajamento no esforço do Governo Federal na construção de um Brasil sem miséria. Nesse sentido, se buscará a ampliação da cobertura social aos mais pobres, a melhoria do acesso aos serviços públicos (especialmente educação, água e energia) e implementar-se-ão iniciativas que promovam sua inclusão produtiva. O ambiente criado pelo novo ciclo de desenvolvimento em curso deverá ajudar nesta tarefa.

E) A Valorização da Dimensão Ambiental do Desenvolvimento

A sustentabilidade ambiental num momento de intensa expansão da economia é um desafio que vai ganhar dimensão, tanto que neste campo também se criou uma nova Secretaria de Estado. O Brasil sediou a Rio + 20 neste período e a agenda ambiental ganhou força. O grande desafio será o de conciliar o rápido crescimento econômico, com instalação de empresas e geração de empregos, com o respeito à dinâmica da natureza. Paralelamente se estimulará a utilização de fontes de energia não poluentes e se promoverão iniciativas que estimulem a preservação ambiental e o uso adequado do patrimônio natural do Estado.

Para o alcance dos desafios delineados, investimentos públicos oriundos do orçamento do Estado, do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e investimentos privados se constituirão nos vetores de alavancagem e consolidação das orientações estratégicas para o desenvolvimento, conforme apresentados a seguir.

Investimentos Públicos Previstos

A) Investimentos do Orçamento Estadual

O Plano Plurianual do Estado de Pernambuco – PPA 2012 a 2015 prevê as seguintes dotações para o período 2013 a 2015, conforme demonstrativos a seguir apresentados. São elencadas as dotações setoriais mais significativas para o objeto de análise desta AAE, que direta ou indiretamente alcançam o Polo Arrecifes.

O total de investimentos previstos, significativos para o objeto de análise desta AAE, no orçamento estadual – R\$ 30.105.040.300,00 foi segmentado nos seguintes grupos de investimento, tendo em vista o montante e a importância estratégica:

O Quadro 3, por sua vez, apresenta os investimentos previstos para o período 2013 a 2015, com destaque para as dotações destinadas aos Municípios do Polo Arrecifes.

Quadro 3: Plano Plurianual do Estado de Pernambuco - PPA 2012 a 2015, Dotações 2013 a 2015⁴

Especificação	Valores ⁵ (Em R\$ 1,00)
<p>CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO</p> <p>Aqui se pretende aperfeiçoar a legislação e os mecanismos de licenciamento ambiental, adequando e consolidando critérios e procedimentos das instituições envolvidas. A sociedade exige uma nova dinâmica para o marco legal e operacional das instituições reguladoras na área ambiental, possibilitando agilidade nas análises dos processos com responsabilidade na gestão dos ativos ambientais.</p> <p>Para o desenvolvimento do setor energético do Estado de forma consciente e responsável, social e ambientalmente, foram definidas linhas estratégicas, contemplando as dimensões sociedade, mercado e tecnologia, com ênfase na eficientização energética e nas energias renováveis e limpas.</p> <p>Busca-se maior participação nas definições estratégicas e promoção do acesso à energia para todos, difusão de informação de base sobre energia e o seu uso racional e eficiente, além da eficientização de energia e valorização energética de resíduos nas atividades urbanas e rurais.</p> <p>Da mesma forma, buscando desenvolver a pesquisa de fontes energéticas alternativas, o Programa de Governo da Frente Popular propõe a implantação de uma Estação Experimental de Energia Solar em Fernando de Noronha, capaz de gerar 250kw de energia solar fotovoltaica para o arquipélago.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e Implantação de Programa de Incentivo Econômico para a Gestão Ambiental • Implantação da Política Florestal e de Biodiversidade • Conservação da Biodiversidade • Implantação e Gerenciamento de Unidades de Conservação • Gestão das Unidades de Conservação • Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais no entorno das Unidades de Conservação • Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Fernando de Noronha • Operacionalização e Conservação do Parque Dois Irmãos 	30.283.700
<p>ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DAS MUDANÇAS DO CLIMA</p> <p>Constituem ações fundamentais para a política ambiental estadual, a regulamentação e a implantação dos instrumentos previstos Na LEI Nº 14.090, DE 17 DE JUNHO DE 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco e da LEI Nº 14.091, DE 17 DE JUNHO DE 2010, que institui a Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.</p> <p>Contribuir no combate aos processos de desertificação no Semiárido pernambucano, implementando o Plano Estadual de Combate à Desertificação, realizando campanha estadual de sensibilização em relação à desertificação, suas causas vida das pessoas, assim como as formas de enfrentamento, adotando a temática do combate à desertificação e às mudanças climáticas na rede escolar estadual e dos municípios; incorporação no sistema de assistência técnica rural, a visão do combate à desertificação, enfrentamento e adaptação</p>	1.686.300

⁴ Dotações mais significativas para o objeto em análise.

⁵ Valores para o Estado. O PPA não especifica as aplicações em cada município.

<p>às mudanças climáticas; estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil que trabalham com assessoria técnica agroecológica às famílias agricultoras; recuperação de áreas degradadas com técnicas e práticas de recomposição da vegetação, da fertilidade do solo e das fontes de água e a criação de Unidades de Conservação no bioma Caatinga.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de Monitoramento de Áreas de Vulnerabilidade da Zona Costeira e Riscos Ambientais frente às Mudanças Climáticas • Implementar o Projeto de Proteção e Regeneração da Orla de Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista 	
<p>REDUÇÃO DOS EFEITOS DAS CATÁSTROFES NATURAIS E ENXURRADAS</p> <p>Prosseguindo no fortalecimento da política ambiental do Estado, propõe-se a construção e a implantação de um Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento dos Efeitos de Catástrofes Naturais e Eventos Extremos, construído com entidades governamentais, sociedade civis e especialistas, voltados, principalmente, para as inundações - com a montagem da rede meteorológica do Estado, com aquisição de radares meteorológicos que permitirão uma resposta mais rápida no caso de chuvas intensas e deslizamentos.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção da Barragem de Panelas • Construção da Barragem de Serro Azul • Construção da Barragem de Igarapeba • Implantação do Projeto Saneamento Ambiental das Bacias Hidrográficas dos Rios Ipojuca e Capibaribe 	347.816.000
<p>AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TURISMO</p> <p>Este conjunto de empreendimentos agrupa a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo no Estado. O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional), em Pernambuco conta com recursos da ordem de US\$ 125 milhões para obras de infraestrutura e saneamento básico, projetos de sinalização turística e capacitação profissional, entre outras atividades. No que tange às obras de infraestrutura, propõe-se a interiorização do programa, aplicando-se os recursos em 22 municípios dos Polos turísticos Costa dos Arrecifes, Agreste e Vale do São Francisco, além do Arquipélago de Fernando de Noronha, beneficiando mais de quatro milhões de pessoas, com obras de planejamento, recuperação e valorização dos atrativos turísticos, acessibilidade ao destino e ampliação de serviços básicos, como água e saneamento.</p> <p>Ainda neste eixo, e visando a preparação do Estado para o evento Copa do Mundo, propõe-se, além da construção de viaduto na BR- 408 para acesso à Cidade da Copa, a realização de um conjunto de obras que revitalizará pontos turísticos tradicionais do Estado, tais como as requalificações do Centro de Convenções, do Engenho Monjope, do Mercado Eufrásio Barbosa, do Parque das Esculturas, no Molhe de Brasília Teimosa, do Museu do Estado e do Museu da Cidade do Recife.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do Centro de Convenções (CECON) • Implantação da Estação Cultural Museu da Cidade do Recife • Implantação da Sinalização Turística do Polo Dos Arrecifes • Requalificação do Alto da Sé • Requalificação do Engenho Monjope 	36.135.700

<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do Museu do Estado em Recife • Implantação de Vias Turísticas em Itapuama e Enseada (Cabo de Santo Agostinho) • Pavimentação da Via Interna de Tamandaré 	
<p>PRODETUR NACIONAL PERNAMBUCO</p>	39.327.700
<p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Estudos de Mercado e Desenvolvimento de Projetos no âmbito do PRODETUR Nacional – Pernambuco • Requalificação de Pontos e Roteiros Turísticos - PRODETUR Nacional – Pernambuco • Implantação de Viadutos na Rodovia PE-060 (Cabo de Santo Agostinho) • Construção do Acesso à Praia de Toquinho 	
<p>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO NORDESTE - PRODETUR-PE-II</p>	94.342.600
<p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e Promoção de Campanha Publicitária do Polo Costa dos Arrecifes • Fortalecimento da Capacidade Municipal para Gerenciar e Beneficiar-se do Desenvolvimento do Turismo – Polo Costa dos Arrecifes • Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos em Municípios Litorâneos • Implantação da Ciclovía, Pista de Cooper e Sistema de Acesso à PE-09 (Porto de Galinhas / Rótulas) • Implantação da Rodovia Porto – Maracápe • Implantação da Via de Contorno de Tamandaré, Ponte sobre o Rio Ariquinda, Via de Penetração Sul em Tamandaré • Implantação do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgoto de Gaibú • Pavimentação da Rodovia PE-51 (Porto de Galinhas / Serrambi) • Urbanização do Molhe de Brasília Teimosa - Acesso ao Parque das Esculturas • Requalificação do Mercado Eufrásio Barbosa • PRODETUR II em Fernando de Noronha (Plano Diretor, Implantar Centro de Estudos Avançados do Atlântico Sul e Elaborar PGIR - Resíduos Sólidos) • Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural e Natural 	22.607.200
<p>PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de Pernambuco como Destino Turístico • Realização de Receptivos a Grupos Especiais 	191.708.400
<p>DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DAS CADEIAS PRODUTIVAS</p> <p>Serão realizados esforços para identificação de novas oportunidades econômicas e vocações potenciais que demandem atuação intensiva do Governo, estimulando o encadeamento dos empreendimentos, o fortalecimento de atividades com grande potencial gerador de emprego e renda, o apoio às redes e circuitos locais e regionais de comercialização, fortalecendo o abastecimento interno e a implantação de sistemas de certificação e comércio justo, assim como o incentivo à criação de sistemas cooperativos solidários de produção, transformação, comercialização e consumo adaptáveis aos diferentes biomas.</p> <p>Igualmente, será fomentado o empreendedorismo e à implantação de novos negócios, priorizando a participação do jovem, disseminando a cultura do profissionalismo e gestão, consciência socioambiental, jogos de capacitação e incubação de empresas.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PERQUALI - Projeto de Qualificação e Capacitação Empresarial em 16 Localidades • PERQUALI - Projeto Saber Receber e Bem Servir 	191.708.400

<ul style="list-style-type: none"> • PERQUALI - Projeto de Qualificação e Capacitação Profissional em 16 Localidades • Programa do Artesanato de Pernambuco • Fomento à Atividade Turística • Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais <p>DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação da Rede de Apoio ao Empreendedorismo 	68.399.900
<p>MELHORAMENTO DA MOBILIDADE URBANA PARA A COPA 2014</p> <p>Aqui serão implementadas iniciativas de acesso rápido aos locais de realização dos jogos da Copa. O acesso a Arena da Copa será facilitado com a duplicação das três rodovias que lhe dão acesso, a BR – 101, a BR – 232 e a BR – 408. Alternativamente, os torcedores poderão chegar ao estádio pelo novo Corredor Leste/Oeste a ser instalado na Avenida Caxangá ou ainda pelo metrô, a partir da construção da estação Cosme e Damião, que vai interligar as estações do Timbi e do TIP e a construção de uma passarela entre o Terminal do Metrô e o Aeroporto dos Guararapes.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Execução da Obra da Pan Nordestina e Paisagismo da PE-15 • Construção de Viadutos - BR 408 - Acesso à Cidade da Copa • Duplicação da PE-060 (Suape / Entr. PE-038 - Porto de Galinhas) • Construção do Terminal de Integração Metrô/Ônibus (Cosme e Damião) • Novo Acesso à Cidade da Copa (Ligação TI Cosme e Damião até Av. Caxangá - Padre Cícero) • Radial da Copa (Ligação BR 408/Av Caxangá) com Implantação de BRT • Implantação de Corredores Inteligentes na RMR (Norte/Sul) • Implantação de Corredores Inteligentes na RMR (Leste/Oeste) 	1.613.532.100
<p>ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS PARA A COPA 2014</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das Opções de Acomodação e Transporte para a Copa 2014 • Implantação da Vicinal da PE-35 • Implantação da Sinalização Turística da BR-232 • Adequação da Infraestrutura Portuária para a Copa de 2014 • Formação Básica e Qualificação Profissional para a Copa 2014 	19.034.000
<p>MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS BÁSICOS NO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Obras de Infraestrutura de Transportes no Distrito Estadual de Fernando de Noronha • Operacionalização dos Sistemas de Serviços Urbanos no Distrito Estadual de Fernando de Noronha • Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Distrito Estadual de Fernando de Noronha • Recuperação do Porto de Santo Antônio em Fernando de Noronha • Reflorestamento de Áreas Degradadas em Fernando de Noronha 	409.581.900
<p>INCLUSÃO PRODUTIVA DO HOMEM DO CAMPO</p> <p>Pretende-se, promovendo serviços de assessoria técnica continuada para fortalecer a construção do conhecimento agroecológico (organização, produção, comercialização). Formação de bancos de sementes, locais e ampliação da autonomia das famílias agricultoras quanto à manutenção do patrimônio genético, viabilizando a aquisição e distribuição destas sementes pelo Estado. Também instigar a cultura de estocagem (água, alimento e forragem), através</p>	202.272.500

<p>de campanhas de sensibilização, capacitação e apoio na implantação de infraestrutura de armazenamento e beneficiamento.</p> <p>De igual modo, contribuir para a geração de renda das famílias agricultoras, apoiando os mecanismos locais de comercialização e de economia solidária, garantindo acesso ao mercado para os produtos da agricultura familiar agroecológica (feiras agroecológicas, pontos de vendas permanentes, merenda escolar).</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomento à Atividade Agropecuária • Fomento à Produção Rural de Base Familiar • Fortalecimento da Agricultura Familiar • Promoção da Revitalização de Culturas • Ampliação da Assistência e do Apoio Tecnológico aos Arranjos Produtivos Locais 	
<p>MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MEIO RURAL</p> <p>Em que se investirá em soluções de engenharia para o meio rural, universalizando o acesso à água potável para todas as famílias rurais, através da construção de 80.000 cisternas de placas, contando com parcerias que envolvam iniciativas da sociedade civil e governos municipais. Também, Implantar, em toda a região Semiárida pernambucana, infraestruturas hídricas voltadas para a produção de alimentos e geração de renda, tais como: barragens subterrâneas, cisternas, calçadão, tanques de pedras, barreiros de lonas, barragens sucessivas e outras, associando a estas a instalação de sistemas de irrigação de baixa pressão adaptados às condições do meio.</p> <p>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ENFOQUE TERRITORIAL E TRANSVERSALIDADE DO MEIO AMBIENTE – PRORURAL</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural • Coordenação, Supervisão e Apoio Operacional do PRORURAL 	<p>43.645.300</p> <p>323.000.000</p>
<p>AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA</p> <p>Este bloco de iniciativas refere-se à infraestrutura portuária. Para o Porto de SUAPE, o Governo do Estado de Pernambuco propõe iniciar diversas obras de melhoria em sua infraestrutura portuária e viária, para expandir a vocação logística do Porto.</p> <p>Para o Porto do Recife, projeta-se a sua consolidação como terminal de passageiros e plataforma para o turismo de cruzeiros, com a diversificação dos equipamentos que desenvolvam o seu entorno e a atração de empreendimentos prestadores de serviços, hotelaria, logística, entretenimento e lazer.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inversões para Suape - Execução de Obras Portuárias, Socioambientais, Viárias e Modernização das Instalações Físicas • Inversões para Suape - Construir o Complexo Viário Miguel Arraes de Alencar (Via Expressa e Duplicação da Rodovia TDR Norte) • Inversões para Suape - Executar a Duplicação da Rodovia de Contorno à Refinaria e Duplicação da PE-60 • Inversões para Suape - Plano de Mobilidade e Implantação do VLT em Suape • Inversões para Suape - Executar Obras Cíveis de Proteção dos Cabeços Norte e Sul • Inversões para Suape - Construir o Canal de Acesso Externo ao Porto • Inversões para Suape - Executar Obras de Recuperação e Requalificação do CMU - 2ª Etapa • Inversões para Suape - Executar Obra de Construção do Acesso Rodoferroviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia • Inversões para Suape - Executar as Obras de Vila Nova Tatuoca 	<p>1.209.719.500</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Inversões para Suape - Execução da Dragagem para Construção do Canal 2 no Cluster Naval • Inversões para Suape - Execução da Dragagem para Implantação do Novo Terminal de Containers (Cais 6 e 7) • Inversões para Suape - Execução da Dragagem para Implantação do Novo Terminal de Grãos (Cais 8 e 9) • Inversões para Suape - Execução da Dragagem para Implantação do Novo Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia • Inversões para Suape - Execução de Obras de Infraestrutura para Implantação do Polo Suape Global • Inversões para Suape - Implantação do Novo Terminal TECON II (Cais 6 e 7) • Inversões para Suape - Implantação do Terminal de Granéis Sólidos em Cocaia • Inversões para Suape - Implantação do Terminal de Grãos (Cais 8 e 9) • Inversões para o Porto do Recife - Construção da Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos • Inversões para o Porto do Recife - Construção da Central de Artesanato de Pernambuco • Inversões para o Porto do Recife - Construção do Cais do Sertão Luiz Gonzaga • Inversões para o Porto do Recife - Integração do Armazém 8 ao Terminal Marítimo de Passageiros • Inversões para o Porto do Recife - Requalificação dos Armazéns 9, 12, 13 e 14 	
<p>AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO - CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO</p> <p>Este conjunto de intervenções é relativo às estradas. Os esforços de pavimentação e recuperação da malha viária serão intensificados, com a restauração e conservação de mais de 5.000 km de rodovias estaduais. Em paralelo, serão executadas obras de duplicação de importantes corredores viários federais, como as rodovias BR-104, BR-408 e BR-101 e estaduais, como a rodovia PE-060.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conservação Da Malha Viária • Execução do Complexo de Obras de Arte Especiais da Estrada da Batalha - PE-008 • Binário Cajueiro Seco • Interligação Rodoviária entre Municípios - PE-041 (Araçoiaba / Igarassu / Itapissuma) • Construção da Ponte sobre o Rio Gurjaú PE-025 (Distrito de Jussaral / Cabo de Santo Agostinho) • Construção da Ponte sobre o Rio Sirinhaém - PE-073 – Gameleira • Implantação e Pavimentação da PE-060 - Sirinhaém/Rio Formoso • Implantação e Pavimentação da Rodovia Vicinal - BR-101/Engenho Monjope/ETA Botafogo – Igarassu • Duplicação da Rodovia BR-408 (BR-232 / Carpina) • Implantação e Pavimentação da PE-037 (Entrada PE-045 / Jussaral / Cabo) • Implantação e Pavimentação - PE 099 (Usina Sta. Terezinha/PE 096) • Duplicação da PE-060 (Ipojuca / Div. AL) • Triplicação da BR-232 (Entrada da BR-101 à Entrada da BR-408) • Restauração da PE-038 (PE-060 / PE-009) e Correção do Traçado do Acesso à Nossa Senhora do Ó • Interligação da PE-063 (Ent. BR-101 / Tejucupapo) • Restauração da PE-017 (PE-007 / BR-101 - Jaboatão dos Guararapes) • Requalificação das Vias do Litoral • Restauração da BR-101 (Ponte dos Carvalhos / Cabo de Santo Agostinho) • Restauração da PE-060 (Cabo / Suape) • Restauração da PE-075 (Entr. PE-062 - Goiana / Itambé / PE-082 - Ibiranga) • Restauração da PE-028 (PE-060 / Gaibú / Calhetas) • Restauração da PE-027 (Km 2 ao Km 20) • Restauração da PE-073 (Rio Formoso / Usina Cucaú) • Restauração da PE-007 - Ent. BR-101 (Sucupira- Igreja) / Ent. PE-017 (Jaboatão) / Ent. BR-232 (Moreno) • Restauração da PE-001 (Rio Doce / Maria Farinha) • Restauração da PE-096 (Água Preta / Barreiros) • Restauração da PE-049 (Tejucupapo / Ponta de Pedras / Carne de Vaca) 	1.253.036.700

<p>ESTRUTURAÇÃO DO NOVO SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção, Reforma e Ampliação dos Terminais Rodoviários Intermunicipais • Melhoria da Operação e Manutenção dos Terminais Rodoviários Intermunicipais 	25.751.700
<p>MELHORIA DA SEGURANÇA NAS RODOVIAS</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes: Ampliação da Infraestrutura de Segurança para os Pedestres</p>	48.729.100
<p>VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA À INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO</p> <p>Metas importantes dizem respeito às Plataformas Logísticas. A construção de grandes empreendimentos estruturadores no Interior do Estado, tais como a Ferrovia Transnordestina e as BRs 408 e 104, criarão uma nova via de acesso e escoamento de produtos e serviços no Nordeste.</p> <p>Portanto, propõe-se além do acompanhamento permanente das obras estruturadoras federais, a viabilização de centros de logística, em todo o interior do Estado, sob a forma de centros de atividades econômicas e distritos industriais, além da instalação de uma Plataforma Logística Multimodal, associada a um distrito industrial, em apoio às operações da Ferrovia Transnordestina, permitindo a integração com as principais rotas logísticas do País.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do Distrito Industrial do Cabo de Santo Agostinho • Implantação do Distrito Industrial de Sirinhaém • Implantação do Polo Farmacoquímico • Viabilização da Implantação da Fábrica da FIAT e Empresas Sistemistas • Execução das Obras de Acesso à ZPE Jaboatão • Construção e Melhoramento de Centros de Atividades Econômicas • Implantação do Plano de Desenvolvimento do Entorno de Polos de Maior Dinamismo 	106.832.400
<p>ATRAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ESTRUTURADORES PARA O ESTADO</p> <p>O Governo do Estado pretende continuar a sua política de atração de empresas no Estado, focando na criação de distritos industriais fora da Região Metropolitana do Recife e na priorização do apoio e incentivos para empresas interessadas em se instalar no interior do Estado.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atração e Implantação de Empreendimentos Turísticos - Reserva do Paiva - Grupo ODEBRECHT / BRENNAND • Atração e Implantação de Empreendimentos Turísticos - Grupo Solar Porto de Galinhas • Atração e Implantação de Empreendimentos Turísticos - Terreno da Casa do Governador (Grupo TEIXEIRA DUARTE) - Ipojuca • Atração e Implantação de Empreendimentos Industriais - Acompanhar a Implantação do Estaleiro Atlântico Sul • Atração e Implantação de Empreendimentos Industriais - Acompanhar a Implantação da Usina Termoeletrica Suape II • Atração e Implantação de Empreendimentos Industriais - Acompanhar a Implantação da Refinaria Abreu e Lima • Atração e Implantação de Empreendimentos Industriais - Acompanhar a Implantação das Plantas Petroquímicas (POY, PTA E PET) • Atração e Implantação de Empreendimentos Industriais - Acompanhar a 	49.532.100

<p>A escassez de mão de obra nos níveis técnicos do ensino médio e superior é um dos maiores desafios do Estado, para garantir que a instalação dos novos empreendimentos possam se reverter em oportunidade de trabalho e renda para os Pernambucanos. Nesse sentido, a intenção do Governo é ampliar a oferta de vagas de qualificação profissional, aproveitando a infraestrutura das escolas técnicas e de referência da rede pública estadual. Também se investirá na ampliação e melhoria do sistema de intermediação ao emprego.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de Ações Territoriais, Setoriais e Especiais de Qualificação Profissional 	
<p>MELHORIA DA HABITABILIDADE</p> <p>O déficit ainda existente impõe acelerar a oferta habitacional, com execução integral do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, abrangendo todas as regiões do Estado. Da mesma forma, é compromisso da Frente Popular a execução integral do Programa Minha Casa, do Governo Estadual, com a entrega das unidades habitacionais já construídas e a edificação das habitações já contratadas.</p> <p>No que tange à requalificação do espaço urbano, a universalização do Programa Academia das Cidades, em todo o Estado, é um desafio a ser enfrentado nos próximos quatro anos, tendo como meta a construção de pelo menos uma Academia em cada município de Pernambuco ao final desse período. Da mesma forma, as intervenções que estão sendo realizadas em áreas carentes do Estado, devolvendo-lhes a condição de habitabilidade cidadã, serão concluídas e expandidas para outras cidades em todas as regiões do Estado, aproveitando essas oportunidades para combinar a construção de casas com pavimentação, drenagem, equipamentos de esporte, cultura e lazer.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Oferta de Habitação de Interesse Social • Implementação de Ações para Reconstrução e Recuperação de Prédios em Alvenaria Resistente com Risco de Desabamento na RMR • Execução de Obras de Infraestrutura e de Urbanização • Requalificação dos Espaços e Equipamentos Públicos 	1.488.822.100
<p>MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA</p> <p>A busca pela garantia de uma melhor condição de mobilidade nos grandes centros urbanos prosseguirá nesse segundo período de Governo, tendo sido reunidas as condições necessárias para a realização de intervenções estruturantes (projetos de engenharia e financiamento). Como cidade subsede da Copa do Mundo de 2014, São Lourenço da Mata precisa ter acelerados os preparativos para uma mobilidade urbana eficiente durante o Mundial. Intervenções viárias na RMR voltadas para a construção de Corredores Inteligentes de Transporte, radiais, com modais integrados, além de um novo Terminal de Integração ônibus/metrô (Terminal Cosme e Damião) facilitarão o acesso à Cidade da Copa.</p> <p>O Governo de Pernambuco entende que, em paralelo àquelas que adequarão a RMR para a Copa, outras intervenções são necessárias, buscando ofertar à população, alternativas para deslocamentos rápidos e seguros. Nesse sentido, a conclusão de obras importantes que estão sendo realizadas, como a requalificação da Estrada da Batalha e o complexo da Avenida Pan- Nordestina, também serão prioridades na nova gestão. Esse conjunto integrado de intervenções expandirá a capacidade de tráfego na RMR e trará benefícios sensíveis para a mobilidade na RMR.</p>	199.188.700

<p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da Malha Viária da RMR • Melhoria da Circulação nas Vias Urbanas • Melhoria da Oferta do Sistema de Transporte Público de Passageiros 	
<p>MELHORIA NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS</p> <p>O Programa Estadual de Resíduos Sólidos terá a sua implantação e regulamentação no novo marco legal nacional para tratamento e destinação de resíduos e rejeitos. O mapeamento das condições existentes nos municípios, com arranjos institucionais e o grau de atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação representa uma base para o planejamento da articulação entre os diversos atores envolvidos no detalhamento do Programa.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Projeto Estadual de Reciclagem - RECICLA-PE • Formulação e Implantação do Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos • Instalação dos Aterros Sanitários Norte, Sul e Oeste na RMR 	103.956.800
<p>AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL</p> <p>No que diz respeito às políticas voltadas para grupos específicos, o Governo do Estado aborda o tema de maneira transversal, entendendo que essa agenda se insere no conjunto de políticas sociais que visam à ampliação e ao fortalecimento do exercício da cidadania, permeando diferentes áreas de atuação governamental.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Centros de Inclusão Produtiva - Pernambuco no Batente • Chapéu de Palha - Ampliação e Qualificação do Atendimento aos Trabalhadores no Período da Entressafra 	427.493.000
<p>AMPLIAÇÃO, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ESTADO</p> <p>Fortalecimento das articulações entre cultura e turismo, com a criação de rotas turísticas que promovam a difusão do patrimônio material e imaterial de Pernambuco.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e Requalificação dos Equipamentos Culturais - Patrimônio Material do Estado • Valorização e Registro do Patrimônio Cultural Regional 	39.096.000
<p>DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA</p> <p>O desenvolvimento da política cultural persegue um conjunto de ações e metas relacionadas com intervenções indispensáveis para que se ampliem as esferas da economia do conhecimento e da cultura, diminuindo as desigualdades sociais existentes e permitindo aos cidadãos pernambucanos vivenciarem plenamente o desenvolvimento socioeconômico do Estado.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Processo de Cogestão da Construção da Política Pública de Cultura • Capacitação Regionalizada de Produtores e Artistas para Participação dos Editais do Funcultura 	118.351.900
<p>VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS</p> <p>O desenvolvimento da política cultural persegue um conjunto de ações e metas relacionadas com intervenções indispensáveis para que se ampliem as esferas</p>	152.290.400

<p>da economia do conhecimento e da cultura, diminuindo as desigualdades sociais existentes e permitindo aos cidadãos pernambucanos vivenciarem plenamente o desenvolvimento socioeconômico do Estado.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de Ações Culturais nas Feiras Livres dos Municípios • Fortalecimento da Cultura Musical nos Municípios • Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais 	
<p>AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO</p> <p>Reunindo a oferta de insumos e equipamentos essenciais para a qualidade de vida nas sociedades modernas, a estratégia de universalizar o acesso à água e ao esgotamento sanitário orienta ações que atuam na expansão e na melhoria da qualidade da oferta hídrica, suprimindo carências que se acumulam com o tempo. O objetivo é perseguir um horizonte de acesso hídrico tanto para seu uso residencial como comercial e realizar novas etapas no cronograma para universalização do saneamento, garantindo abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas urbanas em todo o território do Estado. A extensão da rede de abastecimento difuso, duplicando a oferta existente no interior do Estado, avançando para a universalização do acesso à água e esgotamento sanitário na zona rural, assim como estruturas locais de tratamento de dejetos, está garantida com financiamentos já celebrados, através de projetos orientados para o desenvolvimento rural sustentável, articulado com outras iniciativas em curso.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Água para Todos - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área Rural e Comunidades • Água para Todos - Ampliação da Oferta, Cobertura dos Serviços de Abastecimento e Redução do Racionamento de Água • Ampliação e Implantação do SAA e SES de Tamandaré, Praia dos Carneiros e Zonas Turísticas de Rio Formoso – 02 • Implantação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Via Parque - Praia do Paiva • Sistema Adutor Pirapama / RMR Sul • Implantação do SAA de Ipojuca • Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Iburá • Saneamento para Todos - Ampliação da Cobertura dos Serviços e Eficiência da Coleta e Tratamento do Esgotamento Sanitário • Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nossa Senhora do Ó – Ipojuca • Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Pau Amarelo – Paulista • Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Recife (Programa PROEST) 	3.617.907.400
<p>AMPLIAÇÃO DO CONTROLE PERMANENTE DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE</p> <p>A consolidação e expansão do controle permanente dos índices de criminalidade são fundamentais para o Pacto Pela Vida. A ampliação da presença policial de forma ostensiva ou remota, definida a sua localização com base no mapeamento e caracterização das ocorrências, contribui para aumentar a sensação de segurança para a população e de vigilância para os potenciais infratores. Aqui, serão realizados novos investimentos em integração e equipagem das polícias, bem como a interiorização dos serviços de investigação policial.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma do Prédio da RFFSA para Instalação da SDS • Implementação da Sede da AIS Goiana • Implementação da Sede da AIS Tamandaré 	338.945.400

<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Sede da AIS Cabo • Regionalização da Delegacia da Mulher de Jaboatão dos Guararapes • Regionalização da Delegacia da Mulher de Paulista • Implementação do Complexo de Polícia Científica de Recife • Implantação de Duas Unidades da GPCA em Olinda • Implantação de Duas Unidades da GPCA em Cabo de Santo Agostinho • Implementação da UIS Goiana • Implantar UIS - Unidade Integrada de Segurança em Suape • Implementação da Sede da UIS Tamandaré • Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança 	
<p>AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE</p> <p>Ainda que tenham sido evidentes os avanços realizados nos últimos quatro anos, Pernambuco ainda precisa criar novas unidades hospitalares – principalmente no Interior do Estado – para continuar reduzindo o déficit histórico observado em leitos e consultas em 2006. O Pacto Estadual da Saúde avança no sentido da interiorização das unidades de atendimento de média e de alta complexidade, ao definir a construção de um Novo Hospital de Referência em Caruaru, o Hospital Mestre Vitalino, nos mesmos moldes dos hospitais construídos na RMR, sendo a mais nova unidade de alta complexidade do Estado, além de UPAs Especialidades em municípios do Interior, levando serviços de saúde clínica e ambulatorial às populações do Sertão, Agreste e Zona da Mata. Ainda no esforço de melhoria da oferta de serviços de Saúde no Interior do Estado, estará sendo realizada a transformação do Hospital Regional do Agreste em uma unidade especializada em traumas.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação da Central de Armazenagem e Distribuição de Insumos para Saúde na RMR • Construção e Equipagem do Hospital de Barreiros • Implantação de UPAS Especialidades – Recife • Reforma, Ampliação e Equipagem de Unidades de Saúde • Ampliação, Reforma e Equipagem do Hospital São Lucas - Fernando de Noronha 	446.916.400
<p>MELHORIA DA ATENÇÃO À SAÚDE</p> <p>No que tange a qualificação da atenção primária, haverá uma continuidade e fortalecimento no sentido de ampliar o monitoramento das ações dos municípios, investimento na capacitação dos profissionais de saúde e agentes comunitários e apoio aos municípios na estruturação da rede, inclusive com a implantação de unidade de Saúde.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Cobertura Estadual de Assistência Pré-Hospitalar Móvel/SAMU • Implantação de Urgência Odontológica nas UPAS • Implantação de Urgência Odontológica nos Hospitais Regionais • Melhoria da Atenção Básica 	6.706.824.100
<p>AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA</p> <p>Assume-se o desafio de universalizar a oferta de ensino público de qualidade, elevando todas as unidades educacionais ao padrão desejável, com atendimento ao padrão básico desejável na estrutura e condições pedagógicas adequadas.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do Suporte à Atividade Educacional 	746.354.200
<p>AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR</p> <p>Ampliação da oferta de cursos presenciais e a distância, consolidando o</p>	343.601.700

<p>processo de interiorização do ensino superior para o atendimento de demandas locais e regionais.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção e Expansão da Educação à Distância • Promoção e Expansão do Ensino de Graduação • Promoção e Expansão do Ensino de Graduação e Pós-Graduação nas Autarquias Municipais • Promoção e Expansão do Ensino de Pós-Graduação 	
<p>AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</p> <p>A universalização do modelo de Escolas de Referência, alcançando todos os municípios do Estado, ofertando aos alunos jornada ampliada de aulas, vivência laboratorial e quatro refeições diárias é a principal estratégia para aumentar a qualidade do ensino ofertado pela Rede Pública Estadual.</p> <p>Dando continuidade ao desafio de garantir a qualificação para o trabalho, estabelece a expansão do ensino técnico por todo o Estado, com a construção de uma Rede de 47 novas Escolas Técnicas em todas as Regiões, vocacionadas para os arranjos produtivos locais e com o currículo adaptado às atividades econômicas regionais, totalizando 60 Escolas Técnicas em Pernambuco.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação da Escola Técnica Estadual de Igarassu • Implantação da Escola Técnica Estadual de Olinda • Implantação de Duas Escolas Técnicas Estaduais em Recife • Qualificação e Ampliação da Rede de Educação Integral 	542.592.500
<p>MELHORIA DA GESTÃO DA REDE ESCOLAR</p> <p>Visando ampliar a profissionalização da gestão do sistema escolar em todos os níveis, abrangendo desde as estruturas centrais e regionais até cada unidade escolar, foram estabelecidos os instrumentos de gerenciamento, reproduzindo os conceitos, valores e dinâmica do modelo de gestão integrado estadual. As metas, responsáveis e prazos serão monitorados tendo o suporte da estrutura gerencial implantada com este programa.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão e Melhoria da Rede Escolar 	1.157.287.400
<p>MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA</p> <p>Para consolidação de um novo ciclo na realidade educacional do Estado, a qualificação do ensino regular constitui a principal referência para a gestão pedagógica. Superados alguns gargalos na infraestrutura requerida, a qualificação do ensino passa por adequação curricular, modernização de práticas e instrumentos pedagógicos, com medição e acompanhamento permanente do desempenho alcançado, para viabilizar os ajustes quando necessário.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da Eficácia da Aprendizagem do Ensino Médio - Padrão de Desempenho • Melhoria da Eficácia da Aprendizagem Ensino Fundamental - Padrão de Desempenho 	4.421.110.800
<p>VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA</p>	363.179.900

<p>Este conjunto de ações, voltadas para a valorização social dos profissionais da educação, viabiliza tanto iniciativas de execução direta, voltadas para a rede pública, quanto, outras articulações para alcançar toda a rede estadual. Através da mobilização de opções para capacitação presencial e à distância, serão firmadas parcerias para formação continuada dos professores para que possam ser devidamente capacitados, promovendo assim, a integração de conteúdos curriculares e a abordagem didático-pedagógica.</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação Permanente dos Profissionais de Educação 	
<p>OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES POLICIAIS</p> <p>Inclui para os Municípios do Polo Arrecifes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de Ações de Proteção a Pessoas • Dinamização das Ações de Combate ao Narcotráfico 	157.082.200

B) Investimentos do PAC (Recursos Federais)

A figura apresentada a seguir ilustra os investimentos a serem aplicados em Pernambuco com verbas do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o horizonte 2011-2014 e pós 2014, distinguindo os investimentos específicos para empreendimentos nos limites do Estado e os investimentos nos quais o Estado é um dos beneficiários.

PAC - Investimentos em Pernambuco

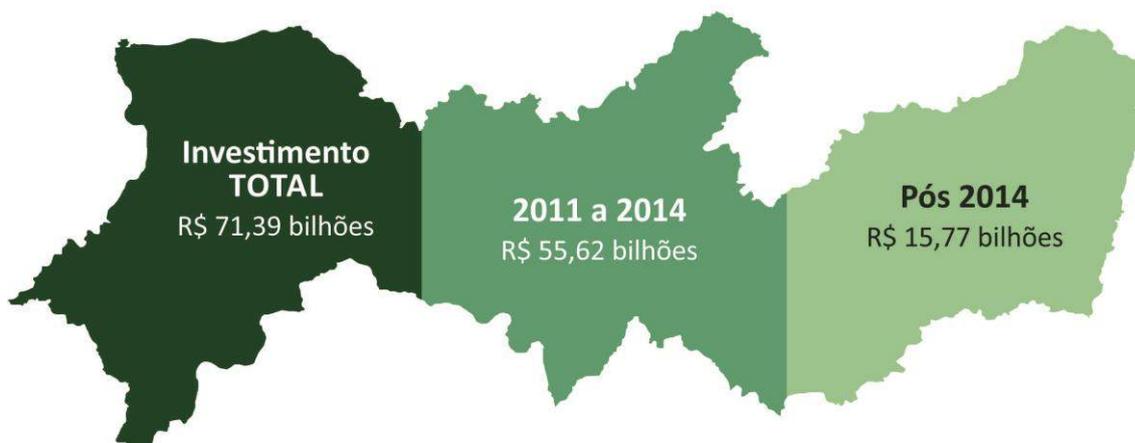


Figura 15: Investimentos a serem aplicados em Pernambuco com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tabela 48: Investimentos específicos para empreendimentos nos limites do Estado e os investimentos nos quais o Estado é um dos beneficiários.

EIXO	Empreendimentos exclusivos		Empreendimentos regionais**	
	2011 a 2014	Pós 2014	2011 a 2014	Pós 2014
Transportes	3.369,53	50,00	3.575,70	-
Energia	31.127,52	7.013,94	5.338,91	6.955,40
Cidade Melhor*	1.315,64	731,19	-	-
Comunidade Cidadã	277,18	-	-	-
Minha Casa, Minha Vida*	2.654,37	424,94	-	-
Água e Luz para Todos*	3.409,42	212,67	4.551,15	385,72
TOTAL	42.153,66	8.432,74	13.465,76	7.341,12

*Valores estimados para distribuição 2011 a 2014 e pós 2014. **Empreendimentos que abrangem mais de um estado.

A seguir são apresentados alguns dos principais empreendimentos que contarão com recursos oriundos do PAC, no Estado de Pernambuco, destacando-os por segmento:

Transporte e Logística

- Ferrovia Transnordestina.
- Porto do Recife - Terminal de passageiros.
- BR-104 - duplicação Caruaru-Santa Cruz do Capibaribe.
- BR-101 – duplicação.
- BR-408 – duplicação.
- Porto de Suape - dragagem, acesso rodoferroviário e terminal de granéis sólidos.
- Aeroporto de Recife - conector e nova torre de controle.

Energia

- Usina Hidrelétrica Riacho Seco.
- Usinas eólicas - Pau Ferro, Tacaicó e Pedra do Gerônimo.
- Usinas termelétricas a óleo.

Indústrias de Base (Naval, Petróleo e Gás)

- Suape - construção do estaleiro PROMAR.
- Navios e sondas de perfuração.

Abastecimento d'água

- Cabo de Santo Agostinho - ampliação do SES da cidade - bacia e implantação do SES nos bairros Centro e São Francisco – rede coletora, ligações domiciliares, etc.
- Caruaru - ampliação do SES na sede municipal - conclusão do Projeto Alvorada.
- Goiana - implantação do SES das bacias a, b e d - rede coletora, estações elevatórias, emissários de recalque, etc.
- Ipojuca - implantação do SES em Nossa Senhora do Ó - rede coletora, emissário, estações elevatórias, ligações domiciliares, etc.
- Petrolina - implantação do SES no bairro de Dom Avelar e distrito Nova Descoberta - rede coletora, emissário, elevatórias e tratamento.
- Recife - ampliação do SES na sede municipal, parte do bairro de Boa Viagem, Vila IPSEP e entorno da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, ampliação do SES no bairro de Setúbal e parte dos bairros de Boa Viagem e Imbiribeira, ampliação e adequação da Cabanga.

Saneamento Integrado e Urbanização (Área Urbana e Rural)

- Recife - saneamento integrado e urbanização da UE 41 e 43 – SES bairro do Cordeiro.
- Jaboatão dos Guararapes - saneamento integrado e urbanização na área urbana - municípios do Recife e Jaboatão dos Guararapes - canal do Rio Jordão, saneamento integrado e urbanização no bairro Lagoa do Náutico.
- Olinda - saneamento integrado e urbanização UE 06, 08, parte das UE's 09, 11, 12, 13 e 15 - Bacia do Beberibe.
- Paulista - saneamento integrado e urbanização - bairros Tururu e comunidade São Pedro.
- Urbanização de assentamentos precários em diversos municípios.

Drenagem e Desassoreamento de Cursos d'água

- Olinda - drenagem - desassoreamento e revitalização da seção estuarina do Rio Beberibe - Bacia do Beberibe, drenagem - urbanização das margens e macrodrenagem da Bacia do Canal Bultrins-Fragoso.
- Recife - drenagem - macrodrenagem dos canais da Bacia do Capibaribe, bairros de Afogados, Ilha do Retiro, Iputinga, Parnamirim, Apipucos, Cordeiro e Madalena.

Construção de Barragens de Contenção de Enchentes

- Barragens - Rios Una e Ipojuca.

O Quadro 4 apresenta de forma sucinta os empreendimentos mais significativos incluídos no PAC nos municípios do Polo Arrecifes e o investimento para o período 2011 a 2014.

Quadro 4: PAC - Empreendimentos mais significativos – Polo Costa dos Arrecifes

Empreendimentos	Investimento Total (Em R\$ 1,00)
Eixo Transportes	
Aeroporto Recife - Conclusão do conector do terminal de passageiros e instalação de pontes de embarque e mova torre de controle	24.600.000
Construção do estaleiro PROMAR	168.860.000
Marinha Mercante - Financiamento para construção de 8 embarcações	973.470.000
Porto de Suape - Terminal de granéis sólidos	250.000.000
Porto do Recife - Terminal de passageiros	26.300.000
Duplicação da BR-101/PE	Em revisão
Duplicação da BR-408/PE	Em revisão
Eixo Energia	
Usina termelétrica a óleo Suape II	686.340.000
Usina termelétrica a óleo Suape II B	700.000.000
Suape - Plataforma P-55 - Estaleiro Atlântico Sul	156.200.000
Suape - Construção das sondas de perfuração – Lote 1 (7 sondas)	2.459.400.000
Petroquímica Suape	3.770.150.000
Refinaria Abreu e Lima	21.154.500.000
Subestação SE Suape II 500/230 KV	123.100.000
Subestação SE Suape III 230/69 KV	43.570.000
Linha de Transmissão LT 500 KV Recife II - Suape II - C2	41.900.000
Eixo Cidade Melhor – Saneamento	
Cabo de Santo Agostinho - Ampliação do SES - Bacia E	29.278.490
Cabo de Santo Agostinho - Implantação do SES nos bairros Centro e São Francisco – Rede coletora, ligações domiciliares e ETE	17.205.890
Goiana - Implantação do SES da Bacia C - Rede coletora, estação elevatória, emissário e ETE	4.938.530
Goiana - Implantação do SES das Bacias A, B e D - Rede coletora, estações elevatórias, emissários de recalque e ETE	28.518.700
Ipojuca - implantação do SES em Nossa Senhora do Ó - Rede coletora, emissário, estações elevatórias, ligações domiciliares e ETE	15.048.100
Jaboatão dos Guararapes - Saneamento integrado e urbanização - Lagoa do Náutico	57.980.490
Jaboatão dos Guararapes - Saneamento integrado e urbanização no bairro Lagoa do Náutico	59.395.000
Recife e Jaboatão dos Guararapes - Saneamento integrado e urbanização na área urbana - canal do rio Jordão	53.724.650
Olinda - Ampliação do SES de Olinda - Bacia do Janga	45.280.890
Olinda - Implantação do SES do Sítio Histórico	7.162.490
Olinda - Saneamento integrado e urbanização UE 06, 08 e parte da 09 - Jardim Brasil, Maruim (canal da Malária) - Bacia do Beberibe	75.408,69
Olinda - Saneamento integrado e urbanização UE 11, 12 e 13 - bairros Azeitona, Peixinhos e Beberibe - Bacia do Beberibe	118.700,20
Olinda - Saneamento integrado e urbanização UE 15 – Caixa d'Água, Córrego do Abacaxi, Alto do Cajueiro e Vila do Tetra - Bacia do Beberibe	55.828,97
Olinda saneamento integrado e urbanização UE 17 - Bairro de Passarinho - Bacia do Beberibe	22.676.100
Olinda - Saneamento integrado no Jardim Brasil - Complementação do Canal da Malária - Bacia do Beberibe	76.620.000
Paulista - Ampliação do SES do bairro de Pau Amarelo - Rede coletora, estações elevatórias emissário e ligações domiciliares	15.671.420
Paulista - Saneamento integrado e urbanização - Bairros Tururu e	48.822.160

Comunidade São Pedro	
Recife - Ampliação do SES na sede municipal - Parte do bairro de Boa Viagem, Vila Ipsep e entorno da avenida Marechal Mascarenhas de Moraes	53.814.290
Recife - Ampliação do SES no bairro de Setúbal e parte dos bairros de Boa Viagem e Imbiribeira	70.885.540
Recife - Ampliação e adequação da ETE Cabanga	83.182.070
Olinda e Recife - Complementação da estação de tratamento de esgoto Minerva	18.623.920
Recife - Saneamento integrado e urbanização da UE 41 – SES Cordeiro	45.410.000
Recife - Saneamento integrado e urbanização da UE 43 – SES Cordeiro	23.615.000
Rio Formoso - Esgotamento sanitário	3.100.000
Tamandaré - Esgotamento sanitário	5.785.620
Eixo Cidade Melhor – Prevenção em Áreas de Risco (Drenagem)	
Cabo de Santo Agostinho – Drenagem macrodrenagem na Enseada dos Corais	7.538.030
Jaboatão dos Guararapes - Drenagem urbana sustentável nos canais Cajueiro Seco e Nova Divinéia	13.528.290
Olinda – Drenagem, desassoreamento e revitalização da seção estuarina do rio Beberibe - Bacia do Beberibe	63.160.000
Olinda – Drenagem, retificação e revestimento do trecho do canal Bultrins - Frágoso, entre as estacas 0 e 58	12.454.300
Olinda – Drenagem, urbanização das margens e macrodrenagem da bacia do canal Bultrins – Frágoso	17.908.460
Recife – Drenagem, macrodrenagem do canal do Guarulhos na bacia do rio Jiquiá, bairro Areias	6.230.000
Recife – Drenagem, macrodrenagem do canal do Iraque na bacia do rio Tejipló, bairro da Estância	6.720.000
Recife – Drenagem, macrodrenagem do canal do Pessegueiros na bacia do rio Jordão, bairro do Ibura	1.320.000
Recife – Drenagem, macrodrenagem dos canais da bacia do Capibaribe, bairros de Afogados, Ilha do Retiro, Iputinga, Parnamirim, Apipucos, Cordeiro e Madalena	23.046.560
Recife – Drenagem, macrodrenagem no canal do Ibiporã na bacia do Capibaribe, bairro do Coque e microdrenagem nas áreas adjacentes	2.508.440
Recife – Drenagem, macrodrenagem no canal do Ibura na bacia do rio Jordão, bairro do Ibura de baixo	11.860.000
Eixo Cidade Melhor – Prevenção em áreas de risco (Encostas)	
Cabo de Santo Agostinho - Obras de contenção de encostas em áreas de risco	2.009.230
Jaboatão dos Guararapes - Obras de contenção de encostas em áreas de risco	6.676.970
Olinda - Obras de contenção de encostas em áreas de risco	19.142.120
Paulista - Obras de contenção de encostas em áreas de risco	1.989.740
Recife - Obras de contenção de encostas em áreas de risco	26.770.480
Eixo Cidade Melhor – Pavimentação	
Jaboatão dos Guararapes - Pavimentação e calçadas nos bairros de Piedade e Candeias	10.044.510
Eixo Cidade Melhor – Mobilidade Urbana	
Metrô de Recife - Aquisição de TUE	247.600.000
Metrô de Recife - Linha Sul e Centro	5.300.000
Eixo Comunidade Cidadã – Unidade Básica de Saúde	

Cabo de Santo Agostinho - 04 unidades básicas de saúde II	1.066.680
Igarassu – 05 unidades básicas de saúde I e 01 unidade básica de saúde II	1.266.670
Jaboatão dos Guararapes - 13 unidades básicas de saúde I	2.600.000
Olinda - 02 unidades básicas de saúde II	533.340
Paulista - 07 unidades básicas de saúde I e 01 unidade básica de saúde II	1.800.000
Recife - 07 unidades básicas de saúde I e 08 unidades básicas de saúde II	4.733.330
Rio Formoso - 01 unidade básica de saúde I	200.000
Tamandaré - 01 unidade básica de saúde I	200.000
Eixo Comunidade Cidadã – UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Olinda – UPA I	1.400.000
Eixo Comunidade Cidadã – Creches e pré-escolas	
Cabo de Santo Agostinho - 01 creche e pré-escola tipo C	541.460
Goiana - 01 creche e pré-escola tipo B	1.273.220
Igarassu - 01 creche e pré-escola tipo B	1.131.540
Olinda - 02 creches e pré-escolas tipo B	2.571.680
Recife - 03 creches e pré-escolas tipo A, 02 creches e pré-escolas tipo B, 01 creche e pré-escola tipo C	6.264.890
Eixo Comunidade Cidadã – Praças dos Esportes e da Cultura	
Cabo de Santo Agostinho – Praça dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ²	2.020.000
Goiana – Praça dos esportes e da cultura modelo 700 m ²	2.710.000
Igarassu – Praça dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ²	2.020.000
Itamaracá – Praça dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ²	2.020.000
Jaboatão dos Guararapes – Praça dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ²	2.020.000
Jaboatão dos Guararapes – Praça dos esportes e da cultura modelo 7.000 m ²	3.500.000
Olinda – Praça dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ²	2.020.000
Paulista – Praça dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ²	2.020.000
Recife – 02 praças dos esportes e da cultura modelo 3.000 m ² e 01 praça dos esportes e da cultura modelo 7.000 m ²	7.540.000
Eixo Minha Casa, Minha Vida – Urbanização de assentamentos precários	
Cabo de Santo Agostinho - Rurbanização - Vila Charnequinha	23.580.650
Suape, Vila Gaibu, Vila Nazaré, Cepovo, Nova Tatuoca, Massangana, Dois Irmãos e Vila Claudete – Suape	88.750,00
Cabo de Santo Agostinho – Urbanização - Favela do Maruim, Chiado do Rato e Vila Esperança em Pontes dos Carvalhos e implantação de moradias em Garapú	27.586.280
Cabo de Santo Agostinho – Urbanização - Ponte dos carvalhos	30.286.450
Cabo de Santo Agostinho – Urbanização - Comunidade Chiado do Rato II	16.178.620
Fernando de Noronha - Provisão habitacional loteamento Residencial Vacaria	3.026.790
Goiana – Urbanização - Favela caixa d'Água	4.501.270
Goiana – Urbanização - Loteamento Oswaldo Rabelo	4.920.000
Itamaracá - Provisão habitacional - Sede do município	749.900
Ipojuca - Urbanização – Camela	25.060.230
Itapissuma - Provisão habitacional - Sede do município	1.051.150
Jaboatão dos Guararapes - Produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda	8.313.660
Jaboatão dos Guararapes - Urbanização – Aritana	15.834.400

Jaboatão dos Guararapes - Urbanização - Comunidade Nova Divineia	10.925.140
Olinda - Urbanização - Bacia do Fragoso	200.639.610
Olinda - Urbanização - Vila Manchete	9.343.090
Olinda - Urbanização - UE 11 e 12 Beberibe	47.043.750
Olinda - Urbanização - Varadouro	23.857.720
Olinda - Urbanização - Sapucaia e Aguazinha - UE 3 e 4	70.933.120
Paulista - Produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda	10.906.660
Paulista - Urbanização - Loteamento Nossa Prata	9.958.570
Recife - Produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda	5.309.680
Recife - Urbanização - Imbiribeira - Sítio Grande e Dancing Days	25.701.390
Recife - Urbanização - UE 23 Campo Grande	21.087.830
Recife - Urbanização - Escorregou tá Dentro	11.925.200
Recife - Urbanização - Comunidade mulheres de Tejucupapo	11.938.530
Recife - Urbanização - ZEIS Sítio Grande e Dancing Days	3.950.000
Recife - Urbanização - UE 23 Beberibe	9.708.910
Recife - Urbanização - Comunidade do Pilar	23.795.990
Recife - Urbanização - Vila Independência	7.635.820
Recife - Urbanização - Campo do Vila	4.700.600
Recife - Urbanização - Bacia do Beberibe	113.550.600
Recife - Urbanização - Comunidade do Pilar	26.457.380
Recife - Urbanização - Via Mangue: Comunidades Bode, Encanta Moça e Jardim Beira rio (Bacia do rio Jordão)	48.769.580
Recife - Urbanização - Bacia do Beberibe - UE 03, 04, 08, 17, 19, 20, 21 e diversas comunidades - PROMETRÓPOLE	151.980.190
Recife - Urbanização - Via Mangue: Comunidades Bode, Encanta Moça e Jardim Beira Rio - Habitação e saneamento	74.326.560
Recife - Urbanização - Capibaribe melhor	94.745.330
Eixo Água e Luz para Todos - Recursos Hídricos	
Barragem Serro Azul	400.000.000
Sistema de macrodrenagem urbana da bacia do rio Timbó e bacia do rio Paratibe em Paulista	21.890.000
Eixo Água e Luz para Todos - Água em Áreas Urbanas	
Cabo de Santo Agostinho - Ampliação e adequação do SAA	7.834.390
Cabo de Santo Agostinho - Ampliação do SAA na sede municipal	19.107.600
Goiana - Ampliação do SAA do distrito de Tejucupapo e Pontas de Pedra	2.844.070
Goiana - Implantação do sistema adutor da água para o Polo Farmacoquímico de Goiana	8.625.080
Igarassu - Ampliação do SAA no loteamento Cortegadas - Captação, adutora, reservação, sistema de tratamento e rede de distribuição	1.827.480
Igarassu - Ampliação do SAA - Tratamento dos efluentes da ETA Botafogo	5.145.610
Itamaracá - Ampliação do SAA na sede municipal	2.101.470
Ipojuca - Ampliação do SAA na sede municipal - Praias de Porto de Galinhas, Muro Alto, Cupe e Maracaípe	29.511.000
Ipojuca - Ampliação do SAA na sede municipal - Povoado de Rurópolis, Centro e Campo do Avião	4.511.240
Paulista - Ampliação do SAA na sede municipal	5.253.670
Recife - Ampliação do SAA - Região metropolitana do Recife - Sistema Pirapama	90.244.800
Recife - Ampliação do SAA no bairro Setúbal - Setorização do distrito 52 - rede de distribuição, estação de medição e ligações domiciliares	2.794.610

Recife - Adequação do SAA – Alimentadores e anéis secundários para receber o incremento de oferta do sistema produtor Pirapama	139.000.000
Recife - Ampliação do SAA na sede municipal - Bairros de Iputinga, Caxangá, Dois Irmãos, Apipucos e Monteiro	10.207.310
Recife - Ampliação do SAA nos morros do Ibura - Implantação de subadutoras	50.053.120
Recife - Ampliação do SAA – Setorização distrito 8B no bairro Iputinga - rede de distribuição, estação de medição e ligações domiciliares	2.504.410
Tamandaré - Abastecimento de água	1.500.000

Fonte: PAC 2 – 3º Balanço 2011/2014

Investimentos Público-Privados

Pernambuco é o Estado do Nordeste que está recebendo o maior volume de investimentos da Região Nordeste do País. São projetos que somam US\$ 6,5 bilhões, incluindo refinaria de petróleo, estaleiros, moinho de trigo, Polo de poliéster, siderúrgica e indústria têxtil⁶.

Um dos atrativos é o complexo de Suape, Polo indutor para a localização de grandes empreendimentos industriais e portuários na Região Nordeste. Mas também influenciam a decisão dos investidores a localização estratégica do Estado em relação aos mercados dos Estados Unidos e Europa, bem como as condições de logística e de infraestrutura, aliados aos incentivos fiscais do governo estadual, através do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE, com aprovação de Projetos Incentivados pelo Conselho Estadual de Política Industrial, Comercial e de Serviços – CONDIC.

A seguir são apresentados alguns dos investimentos privados de grande porte, por segmento produtivo, localizados no Polo Arrecifes, que estão contribuindo para a consolidação de um novo patamar de produção e geração de empregos qualificados no Estado.

⁶ Ver: ABIMAQ - Informativo mensal – Número 84

Ressalte-se que, como consta no Quadro XX abaixo, serão incorporadas 5.868 novas Unidades Habitacionais – UH no Polo Arrecifes de 2013 a 2015, aumentando em mais de um terço (36,8%) as UH disponíveis em Outubro de 2012 (15.945 UH)

Indústria Automobilística

- Complexo automotivo FIAT (Goiana).
- Fábrica de Vidros Planos (Goiana).

Petróleo e Gás e Petroquímica

- Refinaria Abreu e Lima.
- Plantas petroquímicas (POY, PTA e PET).
- Polo fornecedor de bens e serviços do petróleo, gás natural, offshore e naval na região de Suape.
- Indústria Mossi e Ghisolfi.
- Cristal PET.

Energia

- Usina termoeletrica Suape.
- IMPSA-HYDRO (Aerogeradores).

Indústria Naval

- Estaleiro Atlântico Sul.
- Estaleiro PROMAR.
- Estaleiro CMO - Construção e Montagem Offshore S/A.

Indústria Farmacêutica e Hemoderivados

- Fábrica da HEMOBRÁS (Goiana).

Empreendimentos Imobiliários Estruturadores

- Reserva do Paiva - Grupo Odebrecht / Brennand.

Cerâmica e Outros Materiais de Construção

- Cia. Brasileira de Materiais de Construção.
- PAMESA.
- THOR.

Indústria de Alimentos e Bebidas

- Cervejaria Petrópolis.
- Bunge.
- Pepsico.
- Coca-Cola.

Siderurgia e Setor Metal Mecânico

- Siderúrgica Suape.
- Wind Power (centrais eólicas).

Empreendimentos Turísticos, Entretenimento e Gastronomia

- Empreendimentos Hoteleiros

Quadro 5: Implantação ou Ampliação Hoteleira 2013 - 2015

Empreendimento	Localização	UH	Pre. Op
Mar Hotel	Boa Viagem / Recife	180	2013
Rio Ave (3 estrelas)	Boa Viagem / Recife	316	2014
Rio Ave (5 estrelas)	Boa Viagem / Recife	162	2014
Rio Ave Meliá Paiva (apart hotel)	Barra de Jangada / Jaboatão	192	2014
Rio Ave Ininside Barra (apart hotel)	Barra de Jangada / Jaboatão	280	2016
Hotel Jangadeiro	Boa Viagem / Recife	120	2014
Grupo Marante	Boa Viagem / Recife	140	2014
Grupo Perylo	Boa Viagem / Recife	176	2014
Fit Hotel	Boa Viagem / Recife	50	2014
Beach Class Convention	Boa Viagem / Recife	264	2014
Pontes Home Star	Boa Viagem / Recife	192	2014
Hotel do SESC	Praia de Gamela / Sirinhaém	120	2014
Projeto Guadalupe	Portal de Guadalupe / Sirinhaém	40	S/P
Casa do Governador	Maracáipe / Ipojuca	1.000	S/P
Hotel Executivo MD/CONE	Cabo	313	2014

Hotel Long Stay MD/CONE	Cabo	282	2015
Reserva do Paiva (Sheraton)	Praia do Paiva / Cabo	190	2014
Four Seasons	Praia do Paiva / Cabo	S/P	S/P
Hotel Executivo Shopping Costa Dourada	Cabo	230	2014
Resort Praia dos Carneiros	Praia dos Carneiros / Tamandaré	120	2014
Portgali Hotelaria (Grupo Solar)	Porto de Galinhas / Ipojuca	240	2012/14
Enotel	Porto de Galinhas / Ipojuca	700	2012/14
Paiva Home Stay	Praia do Paiva / Cabo	192	2015
Hotel Armação Ampliação	Porto de Galinhas / Ipojuca	32	2013
Hotel Grupo Armação	Porto de Galinhas / Ipojuca	63	2013
Renaissance Resorts	Praia de Mangue Seco / Igarassu	274	S/P
Total		5.868	

- Armazéns 09, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do porto do Recife para instalação de empreendimentos privados.

3.1.2. Política Estadual de Turismo

A Política do Turismo no Estado de Pernambuco tem como instrumento central o Plano Estratégico do Turismo, cuja última versão foi elaborada em 2008.

As análises e conclusões que se apresentam a seguir resultam da pesquisa dos documentos envolvendo o planejamento estratégico do Estado de Pernambuco e particularmente do documento intitulado “O pensamento estratégico do Governo para o Desenvolvimento do Turismo no Estado”, elaborado pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado de Pernambuco, o qual integra dos documentos Planejamento Estratégico do Turismo (2008-2020) ao Movimento Estratégico Participativo (2011-2013).

O Planejamento Estratégico do Turismo em Pernambuco elaborado em 2008, segundo um horizonte de prospecção até 2020, pode ser resumido no texto a seguir transcrito que contém a reprodução condensada na prospecção estratégica exercitada em 2008, tendo em vista permitir se proceder uma análise daquela

percepção com uma abordagem estratégica atual e aferir a sua aderência em termos, especificamente, com os aspectos relacionados ao meio ambiente:

A) Um Diagnóstico intitulado “O Turismo em Pernambuco Hoje”, no qual estavam realçados, dentre outras, as seguintes questões:

- A concentração das atividades turísticas no “Quadrilátero” Recife / Olinda, Porto de Galinhas e Fernando de Noronha;
- O perfil da demanda turística à época, refletida em poucos dias de permanência (máximo cinco dias) com sobrecarga sobre os equipamentos de recepção turística e não maximização da geração de benefícios econômicos;
- A necessidade de uma maior alocação de recursos de comunicação e comercialização do turismo, tendo em vista que na grande mídia nacional, a pauta predominante sobre o turismo no Estado, prevalecia uma agenda negativa onde despontavam, temas relacionados a problemas ambientais refletidos nos ataques de tubarão, avanço do mar e, de outra parte, a violência urbana;
- A importância estratégica de se implementar um processo de descentralização e interiorização do turismo no Estado;
- A degradação dos recursos de infraestrutura e acessibilidade ao litoral norte do Estado;
- Descontinuidade da gestão pública do turismo.

B) A “Visão de Futuro” subdividida em:

Pressupostos

- Preservação da natureza e manutenção da biodiversidade;
- Valorização da diversidade cultural tangível e intangível das comunidades;
- Incentivo à construção de equipamentos e estruturas físicas economicamente viáveis e integradas à paisagem (natural ou urbana) em que se situam;

- Incentivo à criação de produtos turísticos voltados para diferentes públicos, considerando turistas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Incentivo ao desenvolvimento de nichos de mercado alternativos ao turismo de massa;
- Fomento à ampliação espacial dos destinos turísticos do estado, visando à interiorização e desconcentração da atividade;
- Expansão das possibilidades de emprego e renda para a população do estado;
- Investimento nos recursos humanos como forma de desenvolvimento do turismo;
- Busca pela qualidade na prestação dos serviços turísticos.
- Cooperação entre setor público, privado e terceiro setor em nível municipal, regional, estadual e nacional;
- Atuação conforme marcos regulatório e legal do estado, considerando peculiaridades locais e regionais.

Cenário Almejado - Posicionamento do Destino

- O posicionamento como um destino de sol e praia deve ser mantido e novas localidades devem compor o produto sol e praia, junto àquelas já consolidadas;
- O elemento cultura deve ser agregado ao sol e praia. Pernambuco deve utilizar como elemento diferencial a conjugação “sol e praia com cultura”;
- A gastronomia confere grande diferencial para o destino Pernambuco, devendo ser utilizada em conjugação com toda sua oferta;
- Fernando de Noronha deve ser resgatado como um destino de ecoturismo, tirando o foco da praia e dando ênfase ao contato com a natureza.

Áreas Prioritárias para o Desenvolvimento do Turismo

Nível de desenvolvimento I: Destinos turísticos já consolidados no estado de Pernambuco, mas que precisam ser aprimorados.

Estão nesse nível de desenvolvimento: Ipojuca (especialmente o distrito de Porto de Galinhas), Fernando de Noronha e os principais municípios da Região Metropolitana de Recife (Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes).

Nível de desenvolvimento II: Constituído por áreas que possuem grande potencial como importantes destinos turísticos para o estado, inclusive algumas que já foram em um passado recente.

São destinos que se situam neste nível de desenvolvimento: municípios do Litoral Norte/Mata Norte de Pernambuco (Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Paulista, Vicência, Nazaré da Mata, Carpina, Tracunhaém, Paudalho, Lagoa do Carro); e do Litoral Sul (Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande, Barreiros).

Nível de desenvolvimento III: Composto por destinos que já têm algum fluxo turístico e apresentam potencial turístico, mas que não possuem um desenvolvimento organizado.

As áreas que englobam este nível de desenvolvimento são: municípios do Agreste 1 (Caruaru, Gravatá, Garanhuns, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus) e Petrolina.

Como se pode observar, os municípios que compuseram o nível de desenvolvimento III são quase coincidentes com os municípios que compõem o Polo Agreste no presente trabalho de AAE e adicionados a Petrolina que é um dos municípios do Polo Vale do São Francisco que também será estudado em AAE específica.

Nível de desenvolvimento IV: Composto por localidades com restrito desenvolvimento e/ou estruturação do turismo, mas que possuem uma atratividade considerável para um público majoritariamente regional e local. Encontram-se neste

nível de desenvolvimento: municípios do Agreste 2 (Buíque, Pesqueira, Arcoverde) e o Sertão 1 (Triunfo e Serra Talhada).

Nível de desenvolvimento V: Esta categoria engloba destinos que possuem algum potencial turístico, mas não apresentam qualquer tipo de desenvolvimento e/ou estruturação do setor.

Encontram-se neste nível de desenvolvimento: São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Bom Conselho, Saloá, Belo Jardim, Poção, Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Moreno, Camaragibe, Quipapá, São Benedito do Sul, Palmares, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande.

Como pode-se constatar, os municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista que estão no nível de desenvolvimento V, foram agrupadas juntamente a Petrolina constituindo assim o Polo Vale do São Francisco.

Segmentos Estratégicos

- Sol e praia;
- Cultura;
- Eventos e negócios;
- Natureza;
- Segunda residência;
- Meio rural.

Investimentos Projetados, Geração de Empregos e Receita do Turismo

A seguir são reproduzidos os quadros que representaram a visão prospectiva do turismo no Estado de Pernambuco segundo os três parâmetros anteriormente referidos, numa visão de 2008 para 2020:

Tabela 49: Investimentos por Setor até 2020 (em R\$ milhões).

Itens	Público	%	Privado	%	TOTAL
Prodetur	278	100,00%	0	0,00%	278
Saneamento	4.554	100,00%	0	0,00%	4.554
Aeroportos	445	77,39%	130	22,61%	575
BR - 101	600	100,00%	0	0,00%	600
Estradas	380	100,00%	0	0,00%	380
Infra-Estrutura Urbana	1.747	37,41%	2.923	62,59%	4.670
Centro de Eventos	60	85,71%	10	14,29%	70
Patrimônio	110	100,00%	0	0,00%	110
Meio Ambiente	48	100,00%	0	0,00%	48
Marketing	229	61,01%	146	38,99%	375
Recursos Humanos	103	100,00%	0	0,00%	103
Hotelaria e Equipamentos	0	0,00%	7.210	100,00%	7.210
TOTAL	8.553	45,08%	10.419	54,90%	18.972

Fonte: Indústrias Criativas, 2007

Tabela 50: Projeções dos Empregos Diretos e Indiretos Gerados pelo Turismo no Estado de Pernambuco no Período de 2006 a 2020.

Ano	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Total
2006	31.104	172.938	204.042
2010	38.488	213.946	252.434
2015	59.108	289.747	348.855
2020	94.606	393.038	487.644

Fonte: indústrias Criativas, 2007.

Tabela 51: Resultados e Projeções da Receita Turística do Estado de Pernambuco no Período de 1997 a 2020 (em R\$ milhões).

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	TOTAL
1997	462,92	74,04	536,96
1998	570,27	65,61	635,88
1999	581,98	89,25	671,23
2000	851,87	108,75	960,62
2001	1.692,85	236,20	1.929,05
2002	1.610,33	213,11	1.823,44
2003	1.301,73	253,89	1.555,62
2004	1.693,07	325,96	2.019,03
2005	1.856,88	493,76	2.350,64
2006	2.650,03	712,23	3.362,26
2007	2.756,03	747,84	3.503,87
2008	2.866,27	785,23	3.651,51
2009	2.980,92	824,50	3.805,42
2010	3.100,16	865,72	3.965,88
2011	3.224,17	909,01	4.133,17
2012	3.353,13	954,46	4.307,59
2013	3.487,26	1.002,18	4.489,44
2014	3.626,75	1.052,29	4.679,04
2015	3.844,35	1.136,47	4.980,83
2016	4.075,02	1.227,39	5.302,40
2017	4.319,52	1.325,58	5.645,10
2018	4.578,69	1.431,63	6.010,31
2019	4.853,41	1.546,16	6.399,56
2020	462,92	74,04	6.814,46

* **Entre 2007 e 2010:** taxa de crescimento de 4% aa para brasileiros e 4% aa para estrangeiros. **A partir de 2015:** taxa de crescimento de 6% aa para brasileiros e 8% aa para estrangeiros.

Fonte: EMPETUR/Pesquisas do Turismo Receptivo/CTI-NE/EMBRATUR/CONDEPE. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTOTURÍSTICO/UNIDADE DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Projeções Indústrias Criativas, 2007.

Por sua vez, o Mapa Estratégico do Turismo em Pernambuco, destaca como Diretrizes do Plano 2008-2020:

- Estrutura Básica e de Apoio;
- Organização da Cadeia Produtiva;
- Marketing Turístico;

- Recursos e Atrativos Turísticos;
- Sensibilização e Capacitação de Recursos Humanos;
- Gestão Pública do Turismo.

Cabe, todavia destacar alguns números que sinalizam para a necessidade de instrumentalizar a política de turismo no Estado de forma ainda mais efetiva e desenvolver tal política de forma harmônica com o Meio Ambiente, já que, constata-se:

- Que no orçamento do Governo estadual para 2013 a 2015, a verba atribuída ao setor de turismo como um todo é de R\$ 211,5 milhões da parcela do orçamento total, adotada como referência para a presente AAE, de cerca de R\$ 30,1 bilhões, o que corresponde a 0,7%, e dentro desta verba, os recursos destinados à “promoção e apoio à comercialização do destino turístico” é de cerca de R\$ 22,6 milhões;
- Vale também reforçar que, dentro das previsões de investimento do Plano Estratégico do Turismo no Estado, para o horizonte de 2008 a 2020, foram dimensionados apenas R\$ 48,0 milhões, para investimentos em Meio Ambiente.

3.2. Legislação Ambiental Aplicável

O ordenamento legal aplicável ao desenvolvimento do turismo em Pernambuco no âmbito federal e estadual tem a seguinte síntese.

A) Legislação Ambiental Aplicável

Tabela 52: Legislação Ambiental Federal Aplicável.

Dispositivo Legal	Conteúdo	Responsabilidades Institucionais	Aplicação
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, de acordo com suas competências e áreas de atuação.	Estabelece toda a base institucional da gestão ambiental do país, criando o SISNAMA e o CONAMA.
Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986.	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a AIA - estabelece a necessidade de EIA e RIMA.	Órgãos e entidades de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento ambiental - IBAMA.	Determina os tipos de projetos considerados de potencial significativo de impacto ambiental. Podem ser aplicados diretamente, devendo, para melhor eficiência, ser regulamentados na esfera do Estado do Acre.
Resolução CONAMA nº 9, de 03 de dezembro de 1987.	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.	Órgãos e entidades de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento ambiental - IBAMA	Na falta de regulamento sobre o tema, o estado aplica esta resolução.
Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990.	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Órgãos e entidades de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento ambiental - IBAMA	Modifica o Decreto 883.351, de 5 de junho de 1983, regulamenta o licenciamento ambiental e detalha toda a estrutura do SISNAMA, em especial, a nova composição do CONAMA
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)	CONAMA como órgão consultivo e deliberado, MMA como órgão central, IBAMA-ICMBio os órgãos estaduais e municipais, como órgãos executores.	Definição de Floresta Nacional, como UC de uso sustentável e de manejo sustentável. Institui Plano de Manejo Sustentável.
Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006.	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP	Órgãos e entidades de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento ambiental - IBAMA	Define os casos excepcionais para o licenciamento de APP para a implantação de atividades de utilidade pública ou interesse social, ou de baixo impacto ambiental
Constituição Federal de 1988.	Dispõe sobre a composição do Patrimônio Cultural, segundo o Art. 216	Federação Brasileira; IPHAN	Define os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em seu conjunto, portadores de

	da Constituição da República Federativa do Brasil, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.		referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico,
Lei 3.924, de 26 de julho de 1961.	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza	Federação Brasileira; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Protege o patrimônio cultural existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.
Decreto 95.733/88, de 12 de fevereiro de 1988.	Dispõe sobre a inclusão no orçamento em obras federais destinados a preservação dos bens culturais	Federação Brasileira; IPHAN	Define Inclusão no orçamento de projetos federais de recursos destinados a prevenir, corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da execução de projetos e obras.

Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010.	Política Nacional de Resíduos Sólidos		Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
Lei 11.445, 05 de janeiro de 2007.	Política Nacional de Saneamento		Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico
Lei 11.107, de 06 de abril de 2005.	Consórcios Públicos		Dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.

Lei 9.074, de 07 de julho de 1995.	Concessões de Serviços Públicos		Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.	Novo Código Florestal		Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.
Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997.	Política de Gestão dos Recursos Hídricos	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Agência Nacional de Águas, Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos, Agências de Água.	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

B) Legislação Estadual Aplicável

Tabela 53. Legislação Ambiental Estadual Aplicável.

Dispositivo Legal	Conteúdo	Responsabilidades Institucionais	Aplicação
Lei 14.249, de 17 de dezembro de 2010.	Dispõe sobre a Política Ambiental do Estado de Pernambuco	Agência Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH.	Entre os instrumentos da política: zoneamento ambiental, licenciamento, AIA; Processo de licenciamento a ser regulamentado pela CEMACT
Lei 12.196 – Lei Raul Henry de 2 de maio de 2002.	Pretende preservar as manifestações populares e tradicionais da cultura pernambucana	Governo de Pernambuco/FUNDARPE/ Secretaria de Educação/ IPHAN	Deve ser aplicada nos municípios do estado de PE para preservação das manifestações populares e tradicionais.
Lei 14.236, de 13 de dezembro 2010.	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos	Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, Agência Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH.	Deve ser aplicada nos municípios do estado de PE.
Lei Estadual 11.206, de 31 de março de 1995	Dispõe sobre Política Florestal do Estado de Pernambuco	Conselho Estadual de Meio Ambienta - CONSEMA.	A Política Florestal do Estado de Pernambuco Consiste no gerenciamento da proteção e uso das florestas e demais formas de vegetação visando melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, assegurar condições ao desenvolvimento sustentável atendendo aos princípios constitucionais.
Lei Estadual 9.989, de 13 de janeiro de 1987	Define as Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife	Agência Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH, Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA.	Define como reservas ecológicas as áreas de preservação permanente da Região Metropolitana do Recife e dispõe sobre procedimentos básicos relativos à sua preservação.

3.3. Análise das Questões Institucionais Envolvendo os Segmentos Meio Ambiente e Turismo no Estado e no Polo Costa dos Arrecifes

As questões institucionais relacionadas aos segmentos Meio Ambiente e ao Turismo no Polo Costa dos Arrecifes devem ser abordadas, sob a ótica do Poder Público, segundo duas órbitas de atuação que, idealmente devem operar segundo estruturas, embora autônomas, estreitamente integradas e articuladas.

No primeiro Plano, correspondente à órbita do Governo do Estado, na qual as atribuições no que concerne ao Meio Ambiente, estão sob a égide da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS (criada em 2011) e na esfera do segmento do Turismo, pela Secretaria do Turismo.

Por parte da SEMAS, ressalta-se como órgão de suporte, a CPRH instituição à qual estão cometidas as atribuições relacionadas à execução da política estadual de meio ambiente anteriormente abordada, com ênfase para os aspectos relacionados ao licenciamento ambiental, anteriormente atribuídas à Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente.

Ressalte-se que as questões relacionadas aos recursos hídricos (de fundamental importância para o meio ambiente), no que concerne às grandes obras de regularização e desassoreamento dos rios, estão cometidas a uma outra Secretaria, no caso, a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Energéticos.

No âmbito da Secretaria Estadual do Turismo, a EMPETUR se constitui no órgão de suporte à execução e operacionalização da política estadual para o setor e o PRODETUR /PE como parte integrante do PRODETUR Nacional, por seu turno, desempenha as funções relacionadas à inserção da política estadual do turismo no contexto da política nacional do turismo assim como se constitui no órgão viabilizador de recursos para aporte complementar, em obras de infraestrutura para o setor turístico do Estado, abrangendo também os municípios.

Cabe realçar, mais uma vez, no âmbito do Estado, e na órbita do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, que tanto a SEMAS quanto a SETUR possuem instrumentos estruturadores das suas respectivas políticas setoriais.

Retomando os instrumentos de política e planejamento do segmento ambiental, ressalte-se:

- O Zoneamento Costeiro
- O Plano Estadual de Resíduos Sólidos
- A Política de Mudanças Climáticas
- O Plano Florestal

Já da parte da Política e planejamento do Turismo, registre-se a elaboração do Plano Estratégico do Turismo do Estado já anteriormente sucintamente descrito e o PDITS anterior ao presente que serve de base à AAE ora formulado, cuja versão anterior data do ano de 2008.

Vale salientar dois aspectos de importância fundamental numa análise integrada das questões institucionais dos segmentos meio ambiente e turismo, no Polo Turístico Costa dos Arrecifes, e que convergem com as análises procedidas nas AAE dos Polos Agreste e Vale do São Francisco:

- A necessidade de uma maior interação, articulação e simultaneidade entre os instrumentos de Política e Planejamento para os setores Turismo e Meio Ambiente.
- A importância de manter uma regularidade, continuidade e monitoramento dos planos, programas, objetivos e metas contidos nos instrumentos de formulação, e implementação das políticas para os segmentos turismo e meio ambiente.

- Notadamente para o Polo Turístico Costa dos Arrecifes, onde são verificados alguns aspectos diferenciados no âmbito do Estado de Pernambuco, a exemplo da concentração das atividades turísticas em Recife, Ipojuca (Porto de Galinhas) e Fernando de Noronha, sem prejuízo da importância de todos os demais municípios do Polo, identificar e articular os programas, projetos e ações desenvolvidas simultaneamente por um diversificado conjunto de órgãos estaduais, municipais e até federais a exemplo do DER e DNIT, COMPESA, CONDEPE/FIDEM, AD/DIPER, INFRAERO, Sistemas de infraestrutura e Operações Portuários, Política Nacional de Resíduos Sólidos no âmbito dos municípios.
- Visualizar as questões centrais estratégicas como, no sentido longitudinal o avanço das marés a começar por Olinda ainda na década de 1960, e a partir de meados da década de 1980 nas praias e Boa Viagem no município do Recife, e de Piedade e Candeias no município de Jaboatão dos Guararapes.
- Ainda no sentido longitudinal, fruto do processo de ocupação das bordas de praias, a degradação das áreas de restingas.
- Já no sentido transversal, ressaltam-se as questões que devem ter respaldo institucional, a exemplo da ocupação das margens e assoreamento dos rios, seja no extremo sul com os rios Una, Sirinhaém, Ipojuca, seja ao Norte com os rios Capibaribe, Beberibe, Goiana além de todos os seus tributários.

De outra parte, no plano municipal, revela-se no contexto dos 15 (quinze) municípios que compõem o Polo que, apesar de se verificar certa evolução institucional e organizacional nos segmentos de turismo e meio ambiente, com concentração do processo de demandas e conseqüente evolução nos municípios de Recife, Ipojuca e em Fernando de Noronha, o estágio de desenvolvimento institucional do setor do turismo, se situa em patamar bem superior, se comparado com o setor meio ambiente.

Ainda no âmbito dos municípios que compõem o Polo Costa dos Arrecifes, o grau de interação e cooperação entre os municípios do Polo, no trato das questões envolvendo conjuntamente o turismo e o meio ambiente, são incipientes.

As estruturas de organização e gestão pública, tanto no âmbito estadual, quanto mais acentuadamente no nível municipal, se revelam insuficientes frente aos desafios e demandas, mais especificamente relacionados à questão ambiental.

Especial atenção e registro deve ser dada às questões envolvendo uma maior integração entre os órgãos afins na órbita estadual com os correspondentes na órbita dos diversos municípios e a imperiosa necessidade de se estabelecerem mecanismos mais efetivos de interação e cooperação intermunicipal, o que pode ser inspirado na modelagem dos Consórcios Públicos Intermunicipais.

Por fim, registre-se o baixo grau de conscientização e protagonismo, exercidos tanto pelo setor privado, apesar deste segmento ser bem mais ativo em comparação com os dois outros Polos anteriormente estudados (Polo Agreste e Polo Vale do São Francisco), quanto pela comunidade, o que se constitui em elemento de fundamental importância em qualquer processo de avaliação e remodelagem dos aspectos institucionais envolvidos nos segmentos turismo e meio ambiente do Polo Costa dos Arrecifes.

3.4. Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas - BID

A Política de Meio Ambiente e Cumprimento das Salvaguardas do BID (OP-703) tem como objetivos maiores:

- i) Potencializar a geração dos benefícios de desenvolvimento em longo prazo nos países membros, por meio de resultados e metas de sustentabilidade ambiental, com aplicação em todas as operações e atividades do Banco, e nos países membros mutuários, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão ambiental;

- ii) Assegurar que todas as operações e atividades do Banco sejam sustentáveis em termos ambientais;
- iii) Incentivar a responsabilidade ambiental corporativa dentro do próprio Banco.

E suas diretrizes estruturam-se em:

- i) Diretrizes de transversalidade ambiental, que se referem ao conceito de internalização da dimensão ambiental, desde a fase inicial do ciclo de projetos. Isto implica que, ao começar o processo de preparação de um programa e a concepção da respectiva estratégia de desenvolvimento, o Banco trabalhe com os países membros no sentido de abordar as prioridades ambientais de maior impacto sobre o desenvolvimento social e econômico. As diretrizes indicam ainda que o Banco deve promover a responsabilidade ambiental corporativa em suas próprias atividades administrativas, em sua sede e seus escritórios de país;
- ii) Diretrizes de salvaguardas, que integram as salvaguardas ambientais e permitem ao Banco adotar um enfoque mais objetivo e eficiente na gestão dos riscos e no controle dos impactos ambientais. Compreendem diretrizes específicas de: (a) revisão e classificação das operações; (b) consulta, supervisão e cumprimento dos requisitos de avaliação ambiental; (c) proteção de habitats naturais e sítios culturais; (d) manejo de produtos e substâncias perigosas; e (e) prevenção e controle da poluição.

No que se refere à dimensão ambiental, a implementação dessa política apoia-se e é complementada por instruções aprovadas pela Administração do Banco, que dotam o pessoal e as agências executoras do Banco de procedimentos específicos a serem seguidos no desenvolvimento das operações.

O PRODETUR Nacional e o PDITS previsto para o Polo Costa dos Arrecifes atendem a diretriz política do BID de apoio às operações de gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, com intervenções que fortaleçam a capacidade

institucional, a governança e o desenvolvimento de políticas ambientais. Além disso, implica também a reversão dos processos de degradação do meio ambiente, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção dos serviços ambientais. Em particular, essa compreensão contribui no processo AAE para selecionar os Fatores Críticos de Decisão a serem identificados no Polo.

Para o desenvolvimento do turismo integrado e sustentável interessam as diretrizes da Política de Meio Ambiente do BID referentes às salvaguardas de proteção do meio ambiente, em busca da melhor gestão dos riscos e impactos ambientais. A abordagem é de caráter preventivo dos impactos negativos, evitando-os, ou, caso isto não seja possível, mitigando-os. As diretrizes são as seguintes:

- Deve-se assegurar que a concepção e a realização dos projetos, para além do cumprimento das diretrizes do Banco, observem a legislação e as normas ambientais vigentes no país e do Estado de Pernambuco, assim como aquelas derivadas de acordos bilaterais e multilaterais sobre a proteção ambiental;
- As operações devem ser previamente avaliadas e classificadas segundo seu potencial de impactos socioambientais. A avaliação se realizará nas etapas iniciais do processo de preparação dos projetos, e considerará os impactos ambientais positivos e negativos, diretos ou indiretos, regionais ou de natureza cumulativa, compreendendo os impactos sociais e culturais relacionados tanto com a operação em si como suas instalações associadas;
- As operações serão avaliadas e classificadas segundo o nível de seu potencial de impacto, de modo que se possam definir as ações de salvaguarda e os requisitos de estudos de análise ambiental apropriados. Tal classificação será divulgada ao público segundo a Política de Disponibilidade de Informação do Banco;

Na categorização adotam-se os seguintes critérios para serem avaliados na Carteira de Programa e Projetos do PDITS e que a AAE deve avaliar (tabela 54):

Tabela 54. Categorização da Carteira de Programa e Projetos do PDITS.

Classificação das Operações (Programas e Projetos)	Tipo de Repercussões socioambientais	Tipo de avaliação necessária
Categoria A	Negativas e significativas, afetando os recursos naturais e a população residente.	EIA com medidas de salvaguardas de alto risco; Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).
Categoria B	Negativas, porém localizados, de curto prazo. Existência de medidas de mitigação efetivas.	Avaliação centrada em temas específicos identificados durante o processo de seleção. Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).
Categoria C	Impactos sociais e ambientais negativos mínimos, sem significado importante.	Não requerem análise ambiental, mas apenas uma fundamentação de sua classificação.

Particularmente há interesse no caso do PDITS àquelas diretrizes de salvaguarda referentes à conservação dos habitats naturais e dos sítios culturais. Nessas situações, o Banco se exime de apoiar operações que possam causar degradação significativa nessas áreas ou que afetem negativamente o patrimônio cultural.

As operações do Banco, preferencialmente, devem se situar em áreas já modificadas, a menos que: não existam alternativas aceitáveis; se demonstre por análises detalhadas que os benefícios da operação superam substancialmente os danos e os custos ambientais; e que existam medidas de mitigação aceitáveis pelo Banco e compensação adequada, limitando-se as perdas de habitats e se mantendo sob proteção de áreas ecologicamente semelhantes, garantidos os recursos para a implementação dessas medidas e o monitoramento. O Banco não apoia a operações que impliquem a introdução de espécies invasoras.

O processo da AAE deverá considerar as principais repercussões nas áreas mais vulneráveis do Polo, recomendando-se medidas apropriadas para proteger a integridade e os valores dos ativos ambientais e culturais.

A figura apresentada a seguir, ilustra todo o encadeamento de estudos e análises, que compõem o ciclo integrado de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), especificamente a objeto do presente trabalho, que se volta para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Arrecifes do Estado de Pernambuco.

4. FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO (FCD) E VISÃO DE FUTURO

Com base nos elementos de informação e análise contidos no Objeto AAE, no Marco de Referência Estratégico - MRE e, complementarmente no Quadro de Referência Estratégico - QRE, consolidou-se uma plataforma assentada nos três precitados pilares que ensejaram a formulação dos Fatores Críticos de Decisão - FCD, que refletem os temas estratégicos fundamentais para o processo decisório atrelado ao desenvolvimento do turismo no Polo Costa dos Arrecifes.

O sedimentação dos FCD propiciará, por seu turno, um processo de nucleação e balizamento para a formulação de cenários atrelados a estes fatores em horizontes temporais contíguos, sendo um deles coincidente com as Ações contidas no PDITS (5 anos) permitindo avaliar as convergências entre os dois instrumentos de prospecção (a AAE e o PDITS) e a sinalização de eventuais ajustes, além de um outro voltado para um horizonte subsequente de mais longo prazo vislumbrando os 10 anos vindouros.

Portanto, existem elementos analíticos para serem conhecidos os Fatores Críticos de Decisão – FCD, ou seja, os temas estratégicos fundamentais para o processo decisório atrelado ao desenvolvimento do turismo no Polo. Por meio deles, identificam-se os aspectos econômicos, socioculturais, ambientais e institucionais mais sensíveis ao processo decisório atrelados ao desenvolvimento do turismo sustentável e integrado, seja no: a) âmbito de políticas públicas envolvidas no PDITS do Polo; b) âmbito da iniciativa privada associada.

Na verdade, é um balanço qualitativo e ponderado das questões mais relevantes e, na linguagem AAE, denominados FCD. Na AAE devem ser considerados na “concepção da estratégia e das ações que a implementam para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável” (Partidário 2010).

4.1. Identificação dos FCD do Polo Costa dos Arrecifes

No exercício para investigação dos FCD foi aplicada a técnica *War Room*. Especialistas com as diferentes formações, envolvidos no processo AAE do Polo Costa dos Arrecifes (Turismo, Meio Ambiente, Infra- Estrutura, Economia, Especialista em questões Sociais e de Política de Uso e Ocupação do Solo, Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Mobilização Social e Processos de Organização Social) participaram de reuniões em instalação apropriada (preparada com mapas, tabelas, entre outros materiais) nas quais foram exibidos e debatidos em processo interativo, o quadro do turismo do meio ambiente nos seus diversos segmentos e da infraestrutura, da Economia, dos aspectos sociais, de ocupação e uso do solo, nos municípios do Polo Turístico Costa dos Arrecifes.

Como resultado deste processo, foram identificados os FCD que mais se destacam e que influenciam o processo decisório, quer porque representam questões a serem enfrentadas, quer porque são temas pertinentes ao desenvolvimento do turismo sustentável no Polo Turístico Costa dos Arrecifes.

Quadro de Referência Estratégica (QRE)



Figura 16. Desenho esquemático da técnica War Room aplicada no estudo.

Os resultados desse processo estão listados a seguir, acompanhados dos aspectos relevantes que devem subsidiar as decisões estratégicas da AAE e suas contribuições ao PDITS do Polo Costa dos Arrecifes.

Quadro 6. Fatores Críticos de Decisão (FCD) do Polo Costa dos Arrecifes e Valorização de Aspectos nas decisões estratégicas.

Elenco de FCD do Costa dos Arrecifes	Valorização de Aspectos nas Decisões Estratégicas AAE →PDITS
FCD 1: Déficit de infraestrutura com ênfase no saneamento básico.	Provimento da infraestrutura e gestão integrada dos serviços de saneamento básico envolvendo os segmentos abastecimento d'água, esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, além de malha rodoviária intramunicipal e intermunicipal, serviços aeroportuários, portuários e telecomunicações
FCD 2: Deterioração dos Ecossistemas e do ambiente cultural.	Importância estratégica de reverter processo de deterioração das águas dos rios Capibaribe, Beberibe, Sirinhaém, Ipojuca, Goiana. Como elementos essenciais para o desenvolvimento de um turismo Sustentável no Polo, necessidade de conter o avanço do mar com reflexos na balneabilidade, na segurança das pessoas e do seu patrimônio, na destruição do patrimônio histórico-cultural, a devastação dos remanescentes de restinga, a degradação das áreas estuarinas, e manguezais.
FCD 3: Assimetria entre o crescimento das atividades produtivas (indústria e serviços incluindo turismo), a degradação ambiental, e a deterioração do tecido social.	Planejamento e Gestão Integrada do processo de reversão dos focos de degradação ambiental no Polo, combinado com a formulação e implementação de Programas de Reversão e Prevenção de processos de deterioração das condições sociais, face à dinâmica de crescimento das atividades econômicas (incluindo o turismo) nos diversos núcleos do Polo. Melhor distributividade do processo de desenvolvimento do turismo sustentável, tanto no âmbito interno ao Polo Costa dos Arrecifes, quanto na sua harmonização com os Polos Turísticos do Agreste e do Vale do São Francisco, potencializando resultados e benefícios.
FCD 4: Ocupação desordenada do espaço urbano e rural com ênfase nas áreas	Efetividade dos instrumentos de planejamento, gerenciamento e controle da

legalmente protegidas.	ocupação do espaço urbano e rural, em especial das áreas legalmente protegidas (margens dos Rios, Mata Atlântica, Restingas, áreas a estuarinas e mangues).
FCD 5: Disfunções no modelo institucional do serviço público.	Desenvolvimento e operação harmônica e articulada dos modelos de gestão do turismo e do meio ambiente, no âmbito do Estado, dos municípios do Polo e participação e comprometimento da comunidade e dos agentes privados.

4.2. Visão de Futuro: Cenarização dos Fatores Críticos de Decisão - FCD

FCD	Situação Atual	Cenarização: Curto Prazo com PDITS	Cenarização: Médio e Longo Prazo - Sinalização para Diretrizes e Recomendações (D&R)
FCD 1: Déficit de infraestrutura com ênfase no saneamento básico	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de meta de equacionamento do suprimento hídrico de todas as cidades do Polo em um prazo de quatro anos; Contaminação dos cursos d'água e proliferação de doenças pela ausência de um ambiente hídrico, provocada pela inexistência de rede de coleta e destinação adequada de esgotos em percentuais que variam nos quinze municípios que compõem o Polo; A drenagem inadequada concorre para a insalubridade do ambiente, em face do precário escoamento das águas em períodos chuvosos, afetando a circulação de veículos e pessoas, além da redução da vida útil do pavimento; A destinação final inadequada dos resíduos sólidos contamina o solo, o subsolo e a atmosfera, além de contribuir para a proliferação de insetos e roedores os quais constituem-se em vetores de doenças, conspirando contra os níveis básicos de saúde pública necessária para a população residente e os turistas. Tratamento das questões relacionadas ao desassoreamento dos rios Capibaribe e Beberibe Construção das barragens de contenção de enchentes e abastecimento d'água nos rios Uma e Sirinhaem Implantação do "Arco Metropolitano" obra de infraestrutura viária que resultará em significativa vantagem em termos de mobilidade urbana entre as cidades de Recife. E facilitação da interligação entre o Complexo Portuário Industrial de Suape e o novo Polo Industrial em expansão no município de Goiana Implantação das obras do Terminal Portuário no Porto do Recife e de Equipamentos de Infra-Estrutura urbana no Porto do Recife a exemplo das Obras de Requalificação dos Armazéns 9.11.12 e 13 Progressiva dificuldade de trafegabilidade interna notadamente nos municípios com maior 	<ul style="list-style-type: none"> Efetivação do Equacionamento do suprimento hídrico de todas as cidades do Polo em um prazo de quatro anos. Universalização do atendimento do abastecimento de água em todas as localidades do Polo; Implantação de sistemas completos de esgotamento sanitários municípios de Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Goiana São José da coroa Grande; Elaboração de um plano diretor de drenagem em todas as cidades do Polo, à exceção de Recife que está em elaboração; Implantação/melhorias da destinação final dos resíduos sólidos em Goiana, Ipojuca, Barreiros e São José da Coroa Grande; Melhoria da qualidade do ambiente urbano através da interceptação dos esgotos domésticos, principal poluidor dos rios que deságuam nos municípios do Polo, afetando diretamente a balneabilidade das praias. Expansão da Rede de Esgotamento sanitário dos Municípios através da PPP para Recife Olinda e Jaboatão dos Guararapes e Municípios do Litoral Norte e através da COMPESA envolvendo eventualmente nova PPP para o Litoral Sul e Fernando de Noronha, de forma a que até 2018, o município que tiver percentual mínimo, atinja 60% de atendimento. Desativação de todos os "lixões" existentes nos municípios do Polo Costa dos Arrecifes até Agosto de 2014, em atendimento aos ditames da Lei Federal 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Implantação concomitante de Aterros Sanitários Municipais ou Aterros Sanitários Regionais envolvendo todos os municípios do Polo, concomitantemente à desativação dos "lixões". Concepção e Operacionalização de um Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos para todos os municípios do Polo Arrecifes, envolvendo a elaboração regular de Planos de Resíduos Sólidos, a viabilização e constituição de Consórcios Públicos Intermunicipais, o estabelecimento de mecanismos 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição de uma instância de gestão por parte do Governo Estadual e dos Municípios do Polo, que integre os órgãos de turismo (SETUR, PRODETUR, EMPETUR), Meio Ambiente (SEMAS. CPRH), de Saneamento Básico (COMPESA e PPP para esgotamento sanitário e eventualmente PPP para Gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana), de infraestrutura viária (DNER e eventualmente DNIT), de trafegabilidade com o DETRAN, CBTU (metrô), INFRAERO, Portos, utilização dos rios Capibaribe e outros do Polo de forma a que a questão da infraestrutura e saneamento, seja incluída na pauta de gestão do turismo sustentável do Estado, de forma sistêmica e sistemática. Engajamento da iniciativa privada e a comunidade no modelo de gestão integrada da infraestrutura do Polo Turístico Costa dos Arrecifes Universalização dos serviços integrados de saneamento básico no âmbito de todos os municípios do Polo Costa dos Arrecifes, envolvendo abastecimento d'água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana. Desenvolvimento de estudos de viabilidade sócio – ambiental e técnico – econômica, e possível adoção de novos modelos e modais de transporte intra – municipal e inter- municipal no Polo Costa dos Arrecifes envolvendo possivelmente a navegabilidade do rio Capibaribe, o transporte pelo litoral, a eventual expansão da linha do metrô nos sentidos sul (Boa Viagem, Piedade Candeias e SUAPE) e/ou Norte (Novo Polo Industrial Goiana), a qualificação dos transportes coletivos em geral, a adoção de transportes individuais alternativos (exemplo ciclovias).

	<p>densidade demográfica e fluxo de transporte como Recife, Olinda e Jaboatão, o que está a demandar novas alternativas de solução, seja através da expansão das vias urbanas a exemplo da “Via mangue “, a expansão da oferta qualificada de transportes coletivos, racionalização do transporte individual (ciclovias) e a utilização de novos modais como o hidroviário, a expansão do metrô para bairros da zona sul do Recife, Jaboatão e Olinda e até para o Paiva e Suape.</p>	<p>de cobrança dos serviços envolvendo o gerenciamento de resíduos sólidos em todos os segmentos de prestação de serviços, a possível constituição de PPP, para a Gestão de Resíduos Sólidos, Mecanismos de Monitoramento da Qualidade dos Serviços e cumprimento de metas de investimento, qualidade dos serviços, coleta seletiva e reciclagem, envolvendo o poder público, iniciativa privada e a comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Planos de Saneamento Básico integrados no âmbito dos municípios componentes do Polo (Lei Federal 11.445), de forma a que a expansão e o gerenciamento dos sistemas de abastecimento d’água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana, apesar de operados por Agentes diversos, tenha uma supervisão sistêmica. 	
FCD	Situação Atual	Cenarização: Curto Prazo com PDITS	Cenarização: Médio e Longo Prazo - Sinalização para Diretrizes e Recomendações (D&R)
FCD 2: Deterioração dos Ecossistemas e do ambiente cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de remanescentes de Mata Atlântica de 8% no litoral norte e 5% no litoral sul e metropolitana • A Mata Atlântica está sendo degradada rapidamente com risco de extinção • Degradação das áreas de restinga com prejuízos para a flora (frutos típicos da região) e para a fauna • Invasão e destruição dos manguezais e das áreas estuarinas Em 1970 existiam 270 km² de manguezais em PE • Desmatamento pela carcinicultura • Ataques de tubarão • Avanço do oceano, o engordamento das praias e a erosão marinha com reflexos negativos para o meio ambiente e para o turismo. • Degradação da qualidade das águas dos recursos hídricos, bacias hidrográficas, praias, balneabilidade em decorrência da inexistência de um modelo efetivo de planejamento e controle do uso e ocupação do solo em todo o Polo. • Carências e fragilidades dos mecanismos de controle do patrimônio ambiental das Ilhas e coroas • Baixo grau de proteção da Pesca artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> • Se continuar o avanço urbano desordenado combinado aos grandes empreendimentos em implantação na mesma medida de hoje, em 5 anos restarão insignificantes remanescentes de mata atlântica, restingas e manguezais no Polo Arrecifes, caso não sejam implementadas as necessárias medidas mitigadoras. • Em decorrência do agravamento das condições ambientais da mata atlântica conforme previsto neste cenário, se efetivarão repercussões danosas em termos de assoreamento, qualidade das águas, remoção das matas ciliares, enfim, ocupação desordenada dos espaços urbanos e rurais, com ênfase nas margens dos rios. • Deterioração da qualidade das águas dos Recursos hídricos • Necessidade de incorporação ao Modelo de Gestão Ambiental previsto no PDITS de um Modelo Efetivo e Integrado de Gestão das Unidades de Conservação, envolvendo o protagonismo dos agentes privados através de PPP e da Comunidade através de Arranjos Produtivos Locais (APL). • A carência absoluta de coleta e tratamento de esgoto somado à ineficácia da coleta e destinação final dos resíduos sólidos serão contributos a mais para inviabilização do uso das águas 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar um Modelo de Controle efetivo do desmatamento da Mata Atlântica no Polo, envolvendo capitais e gerenciamento privado e coparticipação da comunidade através de APL, com base nos conceitos de “Poluidor Pagador “e “Protetor Recebedor” utilizando mecanismos legais e negociais adotados para outros setores como o esgotamento sanitário (PPP, concessões etc). • Desenvolver e implantar um Modelo Efetivo de Gestão Integrada da Preservação e Recuperação das áreas Estuarinas, dos Manguezais e das Restingas.

	<p>enquanto atividade econômica de sustento das famílias e como instrumento alavancador do turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de Unidades de Conservação desprovidas de um Modelo de Gerenciamento eficiente e eficaz 		
FCD	Situação Atual	Cenarização: Curto Prazo com PDITS	Cenarização: Médio e Longo Prazo - Sinalização para Diretrizes e Recomendações (D&R)
FCD 3: Desequilíbrio entre o crescimento das atividades produtivas (indústria e serviços incluindo turismo), a degradação ambiental, e a deterioração do tecido social.	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio cultural (Perdas decorrentes do avanço do mar resultantes da ocupação desordenada, ampliações nos Portos de Recife e Suape). Falta de um Planejamento mais articulado dos processos de expansão das Atividades Econômicas no Complexo Portuário Industrial de Suape, Plano de Expansão do Novo Polo Industrial de Goiana (HEMOBRÁS, Fábrica de Vidros Planos, FIAT e outros) com os Planos de Suprimento de Infra- Estrutura e Serviços Sociais. Em que pese o Estado de Pernambuco venha apresentando padrões de crescimento diferenciados em relação ao Brasil, constatou-se pela aferição dos parâmetros de saúde pública e educação que são indicadores do estágio social, que persistem déficits consideráveis no balanço social do Polo Costa dos Arrecifes. 	<ul style="list-style-type: none"> Vislumbra-se um crescimento acelerado dos diversos segmentos econômicos no Polo através de grandes empreendimentos industriais com potencial geração de déficit no campo do meio ambiente, da infraestrutura e no campo social. O Plano de Qualificação de Pessoal contido no PDITS, poderá se constituir em instrumento contributivo para a melhoria dos padrões dos serviços prestados no segmento do turismo, porém deve ser complementado com outros Planos Programas Estruturadores no Segmento Social. 	<ul style="list-style-type: none"> Analogamente ao que se vislumbrou para o FCD 1 no que concerne aos aspectos de infraestrutura física, projeta-se para u horizonte de mais longo prazo, que o Setor do Turismo de forma articulada com o Setor do Meio Ambiente, nos seus diversos escalões do Poder Público Estadual e municipal, contemple as questões sociais, através de instâncias de atuação que envolva na pauta da Gestão do Desenvolvimento do Turismo em bases sustentáveis, os Planos, Programas e Projetos Estruturadores do Segmento Social, a exemplo dos padrões de Educação, Saúde, Segurança, como elementos basilares.
FCD	Situação Atual	Cenarização: Curto Prazo com PDITS	Cenarização: Médio e Longo Prazo - Sinalização para Diretrizes e Recomendações (D&R)
FCD 4: Ocupação desordenada do espaço urbano e rural com ênfase nas áreas legalmente protegidas	<ul style="list-style-type: none"> A “Macrocefalia “do processo de ocupação no município de Recife conforme dados demográficos. A ocupação desordenada das margens dos rios com reflexos negativos para os processos de assoreamento e qualidade das águas Crescimento de Itamaracá, Paulista, Jaboatão dos Guararapes e São José da Coroa Grande. As Áreas legalmente protegidas cuja proteção não se efetiva na prática pela inexistência de modelos consistentes e geradores/indutores de resultados A ineficácia dos Planos Diretores Municipais no sentido de efetivamente assegurar o Planejamento e controle do Uso e Ocupação do Solo, com Reflexos perversos para o Meio 	<ul style="list-style-type: none"> Em que pese tenha se constatado dentre as Ações do PDITS, ação relacionada à Gestão Ambiental envolvendo Sistema de Informações Ambientais, a solução para a questão da Ocupação Desordenada do Espaço Urbano e Rural, passa pela concepção e implantação de novo Modelo de Planejamento e Gestão do Processo de Uso e Ocupação do Solo, envolvendo mecanismos eficazes e o protagonismo de Agentes Privados e da Comunidade, através de APL. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeta-se que no horizonte de longo prazo, tendo em vista a verificação da condição crítica da questão relacionada ao Uso e Ocupação do Solo e seus reflexos negativos para o Meio Ambiente e o Turismo no Polo, que seja concebido e implementado um Novo Modelo de Planejamento do Uso e Ocupação do Solo, capaz de tornar eficazes os dispositivos legais vigentes, o que se espera se configure a partir do envolvimento de capitais e gerenciamento privado e coparticipação da comunidade através de APL.

	Ambiente e para o Desenvolvimento do Turismo em bases sustentáveis.		
FCD	Situação Atual	Cenarização: Curto Prazo com PDITS	Cenarização: Médio e Longo Prazo - Sinalização para Diretrizes e Recomendações (D&R)
FCD 5: Disfunções no modelo institucional do serviço público.	<ul style="list-style-type: none"> • Ineficácia dos planos diretores • Ineficácia da gestão pública • Baixo protagonismo dos atores sociais e empresariais • Descontinuidade das gestões públicas • Baixo grau de integração entre os órgãos de gestão interna do governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Com as Ações contidas no PDITS, envolvendo a melhoria da qualificação das Gestões Municipais, no que concerne à Gestão do Turismo e do Meio Ambiente, se verificarão progressos no Modelo Institucional, embora ainda insuficientes. • Projeta-se e recomenda-se que se desenvolvam ações com maior grau de integração entre as Secretarias de Turismo e Meio Ambiente, no âmbito do Governo do Estado e destas, por seu turno, com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (AD/DIPER, SUAPE) e com as Secretarias ligadas a infraestrutura física (transportes, saneamento, recursos hídricos) e com as Secretarias envolvidas com as questões sociais (Educação, Saúde e Segurança Pública). • Vislumbra-se também que sejam desenvolvidos e implementados mecanismos eficazes de protagonismo dos Agentes Privados e da Comunidade, como instrumentos de concretização de novas soluções de suporte à gestão dos temas turismo e meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estima-se que, caso sejam efetivamente absorvidas as sugestões de implementação de novos modelos de gestão pública dos segmentos turismo e Meio Ambiente, com o Envolvimento de capitais e gerenciamento privado e com a coparticipação da comunidade através de APL, que estes Modelos atinjam o grau de maturação máximo no horizonte de cinco a dez anos.

A figura a seguir apresentada, oferece uma visão do Polo Costa dos Arrecifes com os principais equipamentos de infraestrutura, e ao mesmo tempo, oferece uma visão integrada deste Polo com os outros dois Polo (Agreste e São Francisco) estudados nas AAE precedentes.

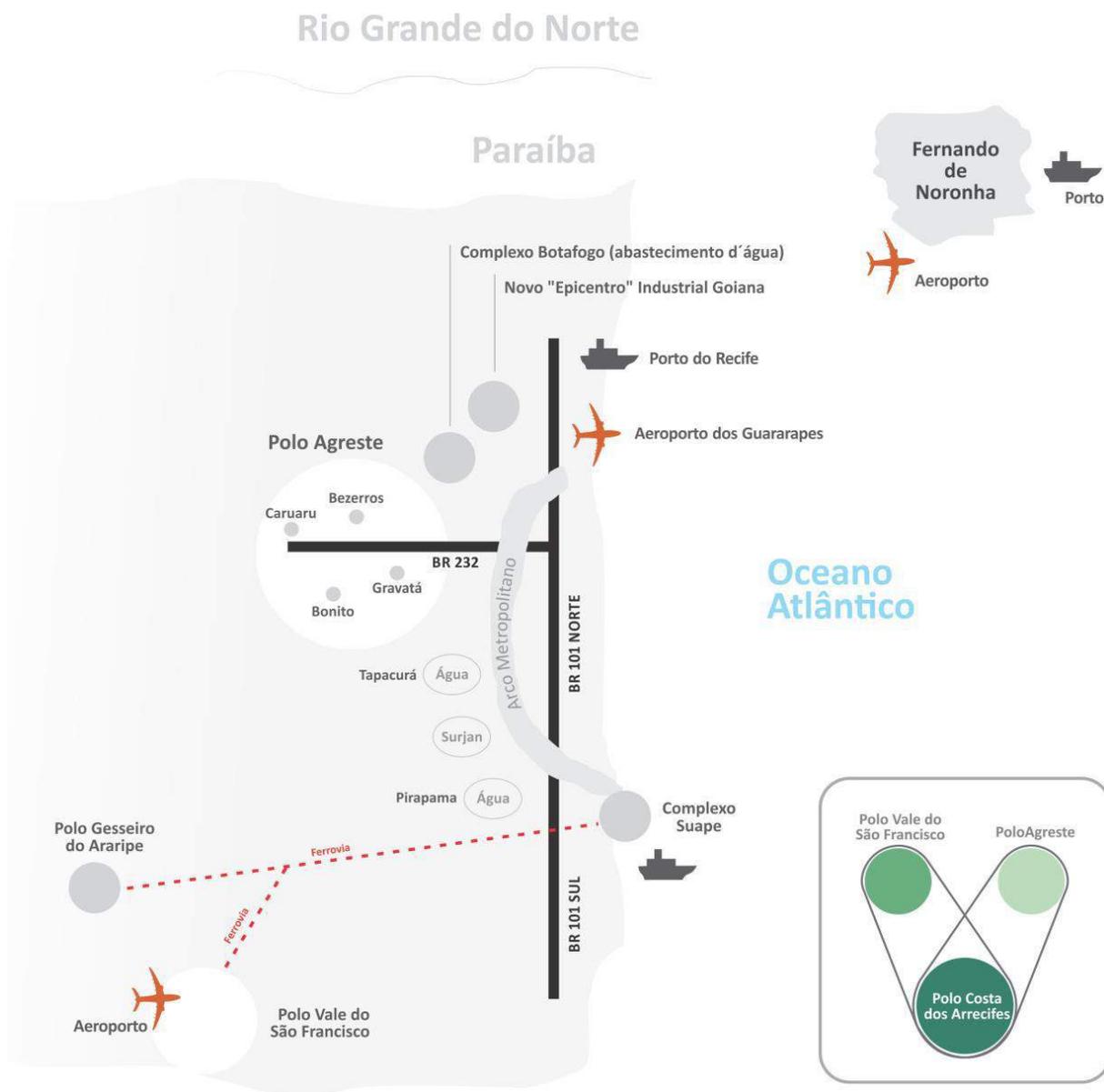


Figura 20: Os principais equipamentos de infraestrutura, do Polo Costa dos Arrecifes.

5 DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES

Em conformidade com os conceitos e a metodologia inerente as AAE, apresenta-se a seguir as Diretrizes que se propõe para o setor públicos e Recomendações que se sugere para o setor privado, abordando cada um dos cinco FCD contemplados para o Polo Turístico Costa dos Arrecifes.

FCD 1: Déficit de infraestrutura com ênfase no saneamento básico

Diretrizes

- Implementar a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305) no âmbito dos municípios componentes do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, em conexão com a Lei 11.445 que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, a Lei 11.107 de Consórcios Públicos, a Lei 9.433/94 da Política Nacional de Recursos Hídricos e com o Novo Código Florestal;
- Integrar os processos de planejamento, gestão e operações dos quatro sistemas de infraestrutura componentes do Sistema de Saneamento Básico (abastecimento d'água, esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais) em conformidade com os ditames da Lei 11.445 (Política Nacional de Saneamento Básico);
- Integrar os processos de planejamento da expansão das atividades produtivas (incluindo o turismo) com o planejamento da expansão da oferta de infraestrutura viária (intermunicipal e intra-municipal); no âmbito de todos municípios componentes do Polo Costa dos Arrecifes e destes para com os demais Polos Turísticos do Agreste e do Vale do São Francisco;

- Compatibilizar o planejamento e a expansão dos diversos sistemas de infraestrutura necessários à expansão e suporte à expansão das atividades turísticas (rodovias intra e intermunicipais, quatro sistemas de saneamento, sistemas de infraestrutura aeroportuária, portuária, energia etc), com os aspectos relacionados à sustentabilidade;
- Promover o protagonismo e a participação ativa da comunidade (controle social) e da iniciativa privada através de capitais e gerenciamento, na implementação de novos modelos de expansão dos sistemas de infraestrutura, em bases sustentáveis, para suporte à expansão das atividades do setor do turismo no Polo Costa dos Arrecifes;
- Implantar um sistema de gerenciamento entre os diversos municípios integrantes do Polo Turístico, tendo em vista a implementação dos Planos Municipais e Intermunicipais de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com prazo legal já expirado (02 de Agosto de 2012), tendo em vista não comprometer a expansão sustentável e equilibrada das atividades do turismo no Polo;
- Efetivar a desativação ou remediação dos equipamentos de disposição final de resíduos sólidos (Lixões) em todos os municípios integrantes do Polo Costa dos Arrecifes até 02 de Agosto de 2014 (prazo legal);
- Implementar Plano envolvendo a implementação de ações integradas entre a Secretaria de Turismo do Governo do Estado, a SEMAS, a SEPLAG, CONDEPE/FIDEM, a SEDEC através da AD- DIPER, o DER, A COMPESA, as Prefeituras de todos os municípios, a CELPE, INFRAERO, etc, tendo a vista o planejamento prévio, assegurado o atendimento dos padrões de sustentabilidade ambiental, dos diversos instrumentos de infraestrutura necessários à expansão das atividades turísticas;
- Analisar e implementar novos mecanismos de co-participação e protagonismo da comunidade local e dos agentes privados, no provimento dos diversos

equipamentos de infraestrutura, em bases ambientalmente sustentáveis, para apoiar e fazer face à expansão das atividades do setor turismo.

Recomendações:

- Os agentes privados potencialmente interessados ou habilitados a aportarem capitais e capacidade gerencial no suprimento quantitativo e qualitativo de infraestrutura ao Polo Turístico Costa dos Arrecifes após devidamente informados e mobilizados (Plano de Comunicação Social, “Road Shows “etc), para se incorporarem em ações conjuntas com os escalões do Governo Estadual e municipais, na formulação e implementação de novos modelos de gestão e coparticipação entre o setor público e privado, objetivando atender aos requisitos de oferta qualificada de infraestrutura ao Polo Arrecifes;
- Os agentes privados já engajados (PPP - esgotamento sanitário), estabelecerem canais de comunicação com os escalões de Governo Estadual responsáveis pelos segmentos Turismo e Meio Ambiente, e com o “trade turístico “e outros agentes privados envolvidos.

FCD 2: Deterioração dos Ecossistemas e do ambiente cultural

Diretrizes:

- A partir das condições dos remanescentes de Mata Atlântica constatada e mapeadas em anexo ao presente trabalho, quando se verifica a quase total devastação da Mata Atlântica no litoral sul e a existência de remanescentes de Mata Atlântica em maior quantidade justamente no litoral norte, onde se prenuncie um novo “boom” de crescimento de atividades econômicas, conceber e implementar medidas efetivas de reversão e controle do processo de desmatamento da Mata Atlântica em toda a área do Polo Turístico Costa dos Arrecifes;

- Conceber e implementar medidas efetivas, no curto, médio e longo prazo, para a reversão e preservação dos processos de degradação ambiental das restingas, áreas estuarinas e dos manguezais pelos seus aspectos ambientais e pela sua utilização como elementos de diferenciação para atratividade turística do Polo;
- Implementar programas, projetos e metas efetivas para a reversão dos processos de avanços das marés em todo litoral do Polo Arrecifes, segundo uma abordagem sistêmica;
- Dar continuidade aos Programas, Projetos 'Ações e Metas voltadas para o desassoreamento dos diversos rios do Polo Arrecifes, começando pela zona da Mata Sul, seguindo-se pelos rios Capibaribe e Beberibe, estendendo-se para os demais rios que desembocam no; litoral Norte e dando sequência com outros programas consequentes a exemplo, de monitoramento da qualidade da água controle da ocupação das áreas de APP, etc.
- Desenvolver e implantar Programa e Projetos de Preservação e Reflorestamento da Mata Atlântica em todos os remanescentes do Polo Costa dos Arrecifes;
- Desenvolver e implantar Programa e Projetos voltados para a recuperação e preservação das restingas, áreas estuarinas e manguezais, com apropriação de resultados voltados para o turismo;
- Desenvolver Programa Integrado de Reversão dos processos de avanço das marés em todo o litoral do Polo, concebendo e implementando formas de coparticipação e gerenciamento de agentes privados e protagonismo e controle social;
- Conceber e implantar programas e projetos complementares ora em desenvolvimento para os rios Una, Sirinhaém (controle de enchentes) e Rios Capibaribe e Beberibe, para os demais rios do Polo Arrecifes, abordando e

aprofundando aspectos ligados à qualidade da água, controle do acesso às áreas de APP;

Recomendações:

- Envolver os agentes privados e a comunidade nos Planos e Programas voltados para o controle do desmatamento e recuperação da Mata Atlântica ao longo de todo o Polo Costa dos Arrecifes;
- Engajar os Agentes Privados e a comunidade local através de APL, em Planos, Programas e Projetos com correspondentes metas voltadas a proteção e recuperação das restingas, manguezais e as áreas estuarinas e no efetivo gerenciamento das Unidades de Conservação do Polo;

FCD 3: Desequilíbrio entre o crescimento das atividades produtivas (indústria e serviços incluindo turismo), a degradação ambiental, e a deterioração do tecido social

Diretrizes

- Implantar mecanismos de planejamento e gerenciamento articulado da expansão das atividades produtivas (incluindo o turismo), no âmbito do Governo do Estado e dos Municípios integrantes do Polo, com o correspondente suprimento de infraestrutura física e social e os estudos e procedimentos ambientais compatíveis;
- Dotar estes mecanismos de integração de instrumentos adequados ao protagonismo e coparticipação por parte da comunidade local (controle social) e dos agentes privados através do aporte de capitais e gerenciamento privados, com base no arcabouço jurídico-legal disponível;

- Minimizar as disfunções e desequilíbrios entre a expansão das atividades produtivas (incluindo o turismo) e a oferta de infraestrutura física e social, com preservação das boas condições ambientais, como forma de assegurar a não ocorrência de prejuízos ao próprio processo de evolução (no médio e longo prazo) das atividades produtivas retrorreferidas;
- Integrar e compatibilizar os processos de planejamento e expansão das atividades produtivas do segmento industrial, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através dos seus órgãos de suporte (AD-DIPER, Empresa do Complexo-Portuário-Industrial) com a Secretaria de Turismo através da EMPETUR, PRODETUR, a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e seus órgãos de apoio (CONDEPE/FIDEM), a SEMAS, a SRHE (Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos), com os órgãos dos governos federal (a exemplo da INFRAERO, DNIT, CHESF), estadual (DER, COMPESA), municipal (Secretarias municipais de Turismo, Saneamento e Obras ,etc), órgãos federais e estaduais encarregados da Segurança Pública, Secretarias de Estado e Municípios encarregadas das questões envolvendo emprego, renda , educação e saúde, etc;
- Implantar um Sistema em plataforma de Banco de Dados (para acesso por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além de pela comunidade e agentes privados), para fornecimento de informações sistemáticas sobre expansão das atividades produtivas no Estado (incluindo o turismo com respectivos empreendimentos) com correspondentes sistemas de infraestrutura física, social e ambiental, indicando e sinalizando eventuais “descompassos” no sentido de orientar ações corretivas e/ou preventivas, no curto, médio e longo prazo.

Recomendações:

- Sensibilizar os agentes privados direta e /ou indiretamente envolvidos com o setor do turismo, no sentido de sua eventual e protagonismo com as questões relacionadas ao desenvolvimento social do Polo, tendo em vista as implicações para o desenvolvimento do setor turismo;

FCD 4: Ocupação desordenada do espaço urbano e rural com ênfase nas áreas legalmente protegidas

Diretrizes

- Assegurar a concepção e implementação de novos mecanismos que tornem efetivo o controle do uso e ocupação dos solos nas áreas urbanas e rurais, notadamente nas APP, com ênfase às margens dos rios que cortam transversalmente a área do Polo Costa dos Arrecifes;
- Antecipar programas e projetos estruturantes envolvendo o processo de ocupação das áreas do Polo compreendidas pelo litoral Norte, tendo em vista a perspectiva concreta de ocorrência de um novo “boom” de expansão das atividades produtivas, tendo como “epicentro” o município de Goiana com a implantação de grandes empreendimentos industriais, que se refletirão em possível crescimento do fluxo turístico e de moradias fixas para os municípios da área (especulação imobiliária, ocupação desordenada, modularização imobiliária etc), cabendo lembrar o percentual de expansão populacional do município de Itamaracá entre 1991 a 2010 (dezenove anos) superior a 80%;
- A partir do mapeamento das áreas protegidas, desenvolver mecanismos eficazes de preservação das referidas áreas (ver mapa);
- Desenvolver e implementar um novo modelo institucional e de gestão que torne efetivo e eficaz o planejamento e controle do Uso e Ocupação do Solo, no Polo Arrecifes, envolvendo o Poder Público Estadual (integrando os seus

diversos Órgãos), O Poder Público Municipal, a Comunidade e Agentes Privados, pautados nos dispositivos legais vigentes com eventuais adaptações que se fizerem necessárias;

- A partir do mapeamento das Áreas Protegidas localizadas no Polo Costa dos Arrecifes, conceber e implementar um novo Modelo de Monitoramento e Gerenciamento e Controle das Áreas Protegidas (tanto nas Reservas Florestais quanto nas APP dos rios) com coparticipação das comunidades ribeirinhas segundo Arranjos Produtivos Locais (APL) e Agentes Privados, inspirados em dispositivos de incentivos fiscais e financeiros a exemplo das figuras do “Poluidor Pagador” e “Protetor Recebedor” da Lei 12. 305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) na Constituição de fundos privados consignada na Lei 11.445 (Política Nacional de Saneamento Básico), no Novo Código Florestal, na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433), na Lei de Concessões de Serviços Públicos, (Federal e Estadual) na Lei das Parcerias Público-Privadas e na Lei dos Consórcios Públicos Intermunicipais (Lei 11.107);

Recomendações

- A iniciativa privada, devidamente mobilizada e informada a respeito das suas áreas potenciais de cooperação, se engajar com o poder Público Estadual e Governos Municipais, na implementação de novos modelos de gestão envolvendo o ordenamento do uso e ocupação do solo e a proteção do meio ambiente;
- A Comunidade local, com base em Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, se engajar na coparticipação através de mecanismos do tipo “Arranjos Produtivos Locais – APL” no planejamento e controle do uso e ocupação do solo e em outros Programas de Proteção e Recuperação do Meio Ambiente;

FCD 5: Disfunções no modelo institucional do serviço público

Diretrizes

- Conceber e implementar novos modelos de gestão públicos no âmbito estadual e dos municípios, de forma a efetivar uma maior integração e compatibilidade entre as ações governamentais voltadas para a expansão das atividades do setor do turismo com o setor de meio ambiente;
- Articular os mecanismos de planejamento do setor de turismo e meio ambiente, com os demais segmentos do setor público, no âmbito federal, (MTUR, MMA, Ministério do Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio, Ministério dos Transportes, Ministério das Minas e Energia), estadual (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, AD/DIPER, Empresa do Complexo Portuário Industrial de Suape, Secretaria do Planejamento e Gestão/ SEPLAG, CONDEPE/FIDEM etc) e municipal (Secretarias Municipais do Desenvolvimento Econômico), com as comunidades locais do Polo e com a iniciativa privada, engajados nos processos e expansão das atividades produtivas de outros segmentos como indústria, comércios, outros serviços;
- Desenvolver novos mecanismos e modelos funcionais de gestão, envolvendo o setor público (nos seus diversos níveis), a comunidade (participação e controle social) e privado (capitais e gestão), no sentido de operacionalizar a implementação de mudanças estruturais em disfunções atualmente presentes, a exemplo da ineficácia do planejamento e controle do uso do solo, agilização de procedimentos de licenciamento e controle de práticas ambientais pelos agentes produtivos e pela comunidade e implementação e operação dos equipamentos públicos de infraestrutura física (transporte intermunicipal e intramunicipal, saneamento básico nos seus quatro segmentos, energia, telecomunicações, etc) e social (educação, saúde,

segurança), em diapasão compatível com a velocidade de expansão das estruturas produtivas;

- Sistematizar e dotar de regularidade, os mecanismos de planejamento e gestão públicos (incluindo monitoramento) voltados para a formulação, implementação e controle das políticas públicas concernentes à expansão das atividades do setor do turismo e meio ambiente (compatíveis e alinhadas entre si), com concomitante participação e controle social e protagonismo dos agentes produtivos privados;
- Dotar os mecanismos de planejamento estratégico e de expansão das atividades do turismo no Estado de Pernambuco e particularmente no Polo Turístico Costa dos Arrecifes de regularidade na sua elaboração, atualização e monitoramento sistemáticos, na medida em que, tanto a elaboração do último Plano Estratégico do setor de turismo do Estado quanto a última versão do PDITS, ocorreram no ano de 2008;
- Articular em termos cronológicos e de conteúdo, o Planejamento Estratégico e o PDITS inerentes ao setor turismo, com os instrumentos de Política Global e setoriais para o segmento ambiental, a cargo da SEMAS;
- Mobilizar, capacitar pessoas e integrar os processos de planejamento e gestão do turismo e do meio ambiente no âmbito dos municípios do Polo e articular estes procedimentos com os sistemas de planejamento e gestão integrados do turismo e meio ambiente, no âmbito do Governo Estadual;
- Compatibilizar o Planejamento Estratégico do Setor Turismo do Estado e dos Municípios e o PDITS, com os instrumentos de planejamento e gestão da expansão das atividades produtivas nos segmentos industrial, serviços (a cargo da SEDEC, AD/DIPER, Empesa do Complexo Portuária–Industrial de Suape, Plano de implantação do novo polo industrial do Estado a partir do município de Goiana)e com os instrumentos de planejamento, implantação dos equipamentos de infraestrutura física (sistemas de transporte rodoviário,

aéreo, portuário, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, sistemas integrados de gerenciamento de resíduos sólidos em bases integradas em sintonia com a PNRS, e sistemas de drenagem de águas pluviais), e infraestrutura social (educação em todos os níveis incluindo capacitação profissional, sistemas de saúde, segurança pública) de forma sistêmica em todos os municípios do Polo Turístico Costa dos Arrecifes;

- Desenvolver e implementar em regime de emergência, um novo Modelo de Planejamento e Controle do Uso e Ocupação do Solo, no âmbito de todos os municípios do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, dotado de eficácia e efetividade, envolvendo a coparticipação das comunidades (Arranjos Produtivos Locais – APL) e capitais e gerenciamento privados, pelo seu caráter estratégico não só para o setor do turismo mas para todos os demais setores de interesse do Governo e da Sociedade;

Recomendações:

- Após Plano de Mobilização e Sensibilização de Agentes Privados e da Comunidade Local, identificar mecanismos de co-participação e co-participação destes dois segmentos na formulação e implementação de um Novo Modelo de Gestão para o Setor de Turismo do Estado, em sintonia com os aspectos de sustentabilidade segundo novos padrões de eficiência e consequente geração de resultados.

6. ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO / MONITORAMENTO DA AAE DO POLO TURÍSTICO COSTA DOS ARRECIFES

De forma associada aos Indicadores de Monitoramento da implantação dos PDITS do Polo Costa dos Arrecifes, um sistema de monitoramento adequado às características de uma AAE é proposto para acompanhar como o processo decisório associado a AAE → PDITS irá se comportar e propiciar o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo Costa dos Arrecifes.

A proposição de uma sistemática de procedimentos para o Monitoramento da AAE do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, objetiva acompanhar como o processo decisório AAE → PDITS induz o desenvolvimento sustentável do turismo na citada região. Procura organizar um conjunto de elementos e procedimentos complementares, cada qual provendo um determinado conhecimento sobre a qualidade da dinâmica turística dominante no Polo, evoluindo em três fases, de forma a se ajustar ao processo de maturação de mudanças estruturadoras no encaminhamento das mudanças positivas na evolução do turismo no Polo de forma sustentável.

Características do Sistema de Monitoramento da AAE

Tendo em vista as características intrínsecas à AAE, a qual contempla como anteriormente explicitado nos capítulos 4 e 5, elementos de mudança com grau de determinismo, especificidade e horizonte de maturação significativamente distintos de Planos, Projetos e Ações como o PDITS, é necessário se ter em mente que o Sistema de Monitoramento da AAE, estará fundamentado nos fatores Críticos de Decisão (FCD) e nas Diretrizes e Recomendações propostas, para o poder público e para os agentes privados, respectivamente.

Desta forma, o processo de Monitoramento da AAE do Polo Costa dos Arrecifes, sem prejuízo do acompanhamento das Ações do PDITS, englobará três fases distintas, subsequentes e fortemente interdependentes.

A primeira fase consistirá de monitorar o processo de “Aprovação e assimilação das Diretrizes e Recomendações” tanto por parte das diversas esferas do poder público envolvendo, o Governo do Estado de Pernambuco, os Governos municipais além do Governo Federal e, de outra parte, pelos Agentes Privados sejam grandes empreendedores, sejam micros e pequenos empreendedores passíveis de se organizarem em Arranjos Produtivos Locais, sejam as lideranças representativas da comunidade local.

Esta fase deverá ter idealmente, um horizonte de consolidação de seis meses a um ano a partir da conclusão da AAE em foco.

O processo de monitoramento desta 1ª Fase se dará através de um processo iterativo e iterativo a ser desenvolvido entre o Governo do Estado (através da SETUR, SEMAS e demais órgãos integrados), e os Municípios integrantes do Polo Turístico Costa dos Arrecifes e, complementarmente os Agentes privados anteriormente descritos, através de rodadas de Encontros, cujo resultado seja a sedimentação e comprometimento entre as diversas partes envolvidas, de um elenco final de Diretrizes e Recomendações e que a partir destas que foram atreladas aos cinco FCD definidos, sejam construídos Programas Estruturantes e elaborados Projetos Básicos Estratégicos coerentes com as formulações resultantes da AAE.

Os elementos de acompanhamento, gerenciamento e controle desta Fase, se materializarão em relatórios trimestrais de progresso envolvendo a assimilação e comprometimento de todas as partes envolvidas e da formulação dos Programas Estruturantes e dos Projetos Básicos Estratégicos correspondentes.

A segunda fase consistirá do Monitoramento da evolução dos Programas Estruturantes e dos seus Projetos Estratégicos componentes, e terá um horizonte de

maturação compreendido entre o final do primeiro ano contado a partir da conclusão da AAE e o terceiro ano.

Neste período, serão contratados e elaborados os Projetos Estratégicos contidos nos Programas Estruturantes a exemplo do Plano de Preservação dos Remanescentes ou Reflorestamento de Mata Atlântica no âmbito do Polo Costa dos Arrecifes, Plano de Recuperação da Orla Marítima com prioridade para as faixas atualmente mais afetadas pelo avanço do mar “engorda do mar”, Plano de Preservação das áreas de Restinga e Estuarinas, um novo modelo institucional e organizacional para o desenvolvimento do turismo sustentável no Polo Costa dos Arrecifes, consolidados o conjunto de instrumentos jurídico-legais de engajamento de capitais privados, arranjos produtivos locais e participação da comunidade na gestão do turismo em bases sustentáveis no Polo, e outros Projetos com alcance estratégico.

Embora o prazo total de maturação dos Programas Estruturantes e dos Projetos Estratégicos seja estimado para transcorrer entre o final do primeiro ano e final do terceiro, alguns projetos estratégicos poderão gerar resultados no meio deste período.

Para o monitoramento da evolução da segunda Fase do processo de mudanças, será estruturada uma sistemática de acompanhamento através de relatórios de progresso como periodicidade semestral.

Finalmente a 3ª Fase do processo de monitoramento da AAE, consistirá do acompanhamento, controle e gerenciamento do alcance das metas de caráter estratégico resultantes da implementação dos Programas Estruturantes e dos correspondentes Projetos Estratégicos.

O prazo de maturação destas metas, se desenvolverá entre o final do 3º ano após concluída a AAE e o final do 10º ano.

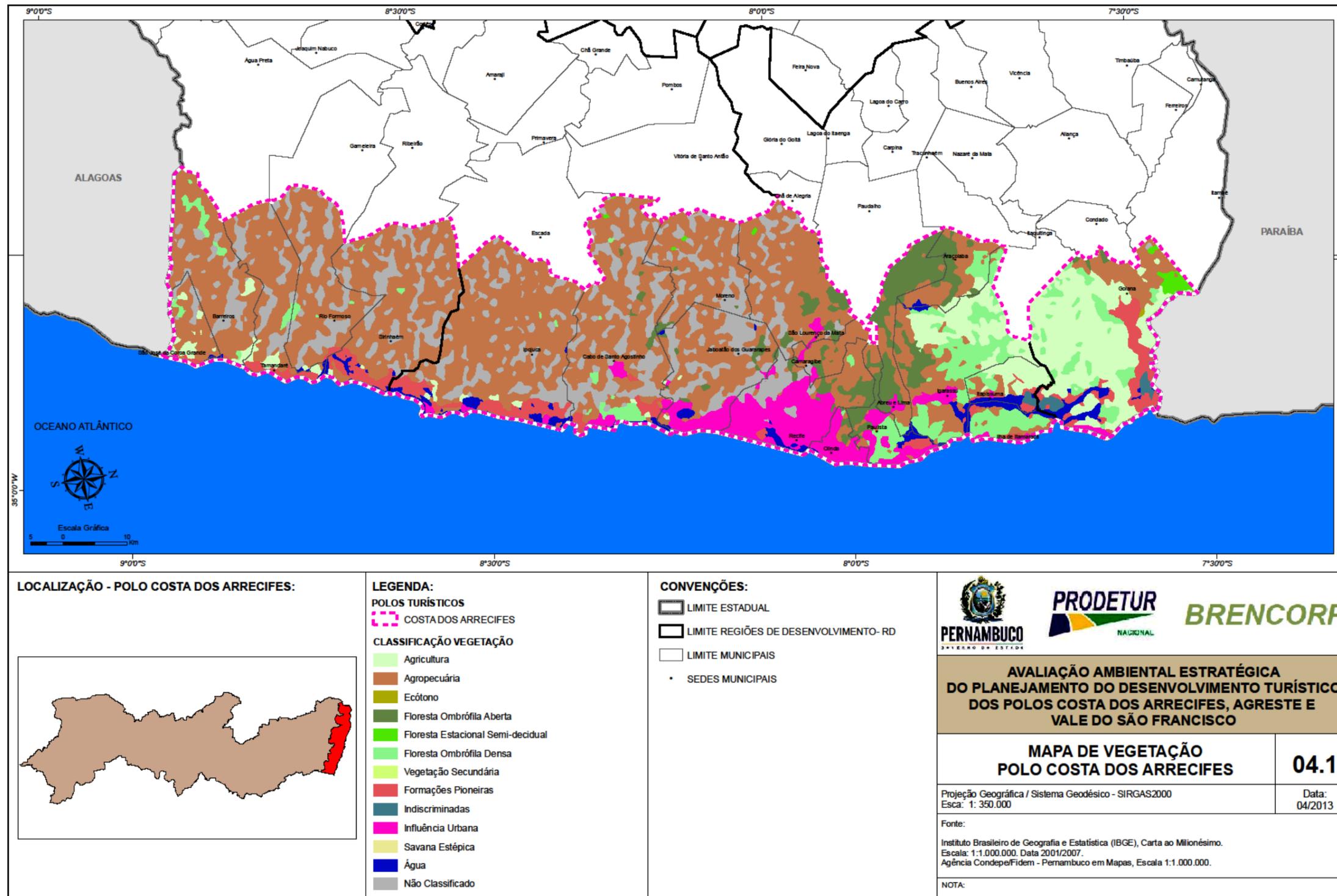
Para cada Projeto, será desenvolvido um sistema de indicadores qualitativos e quantitativos, os quais serão monitorados através de relatórios de progresso com periodicidade semestral.

Vale salientar uma vez mais, que embora o período global de maturação das metas estratégicas esteja contemplado para se efetivar entre o terceiro e o décimo ano, algumas metas deverão se consolidar no andamento do período total de maturação e algumas metas poderão ser implantadas de forma modularizada.

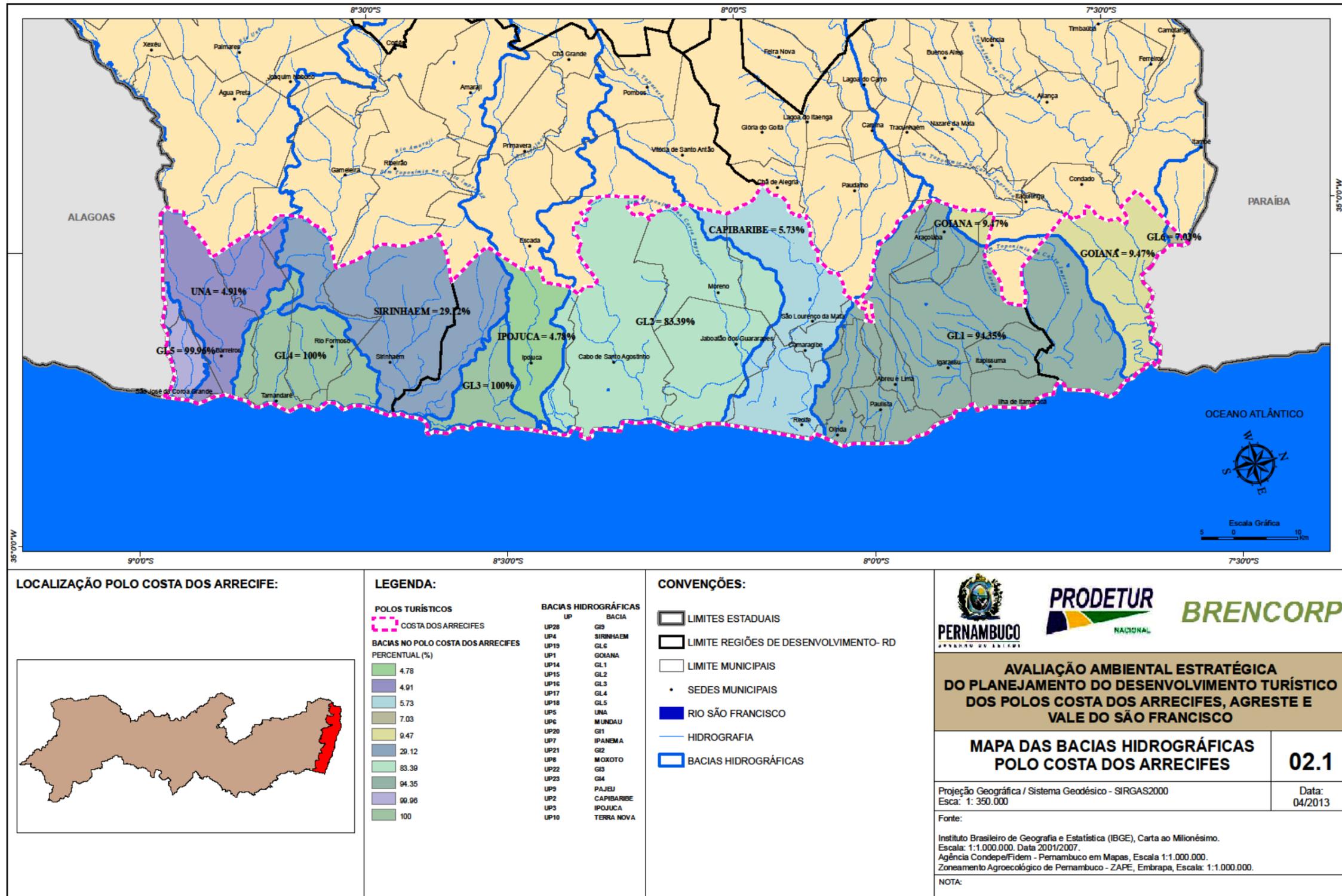


ANEXOS

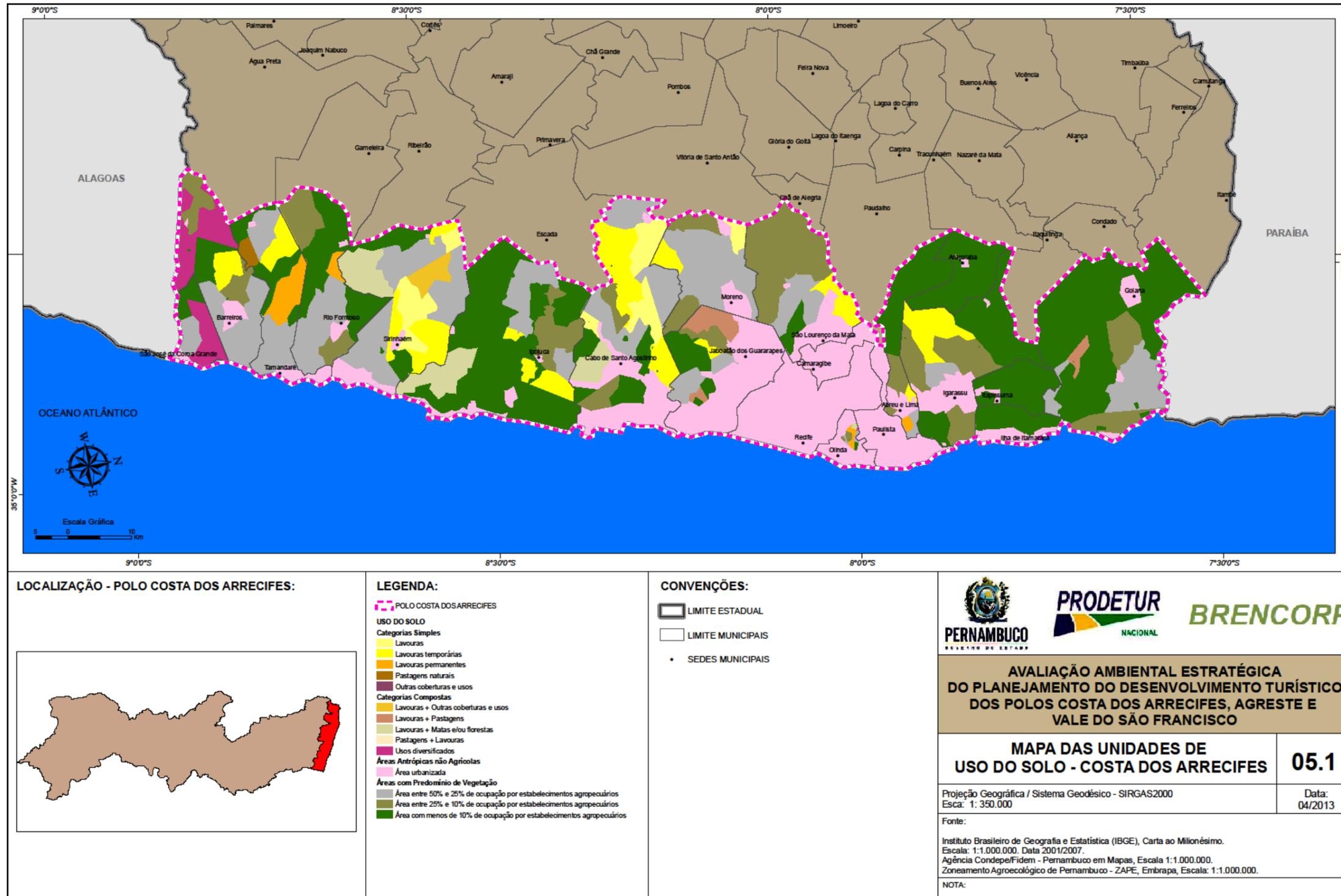
Anexo 1: Mapa de Vegetação Polo Costa dos Arrecifes



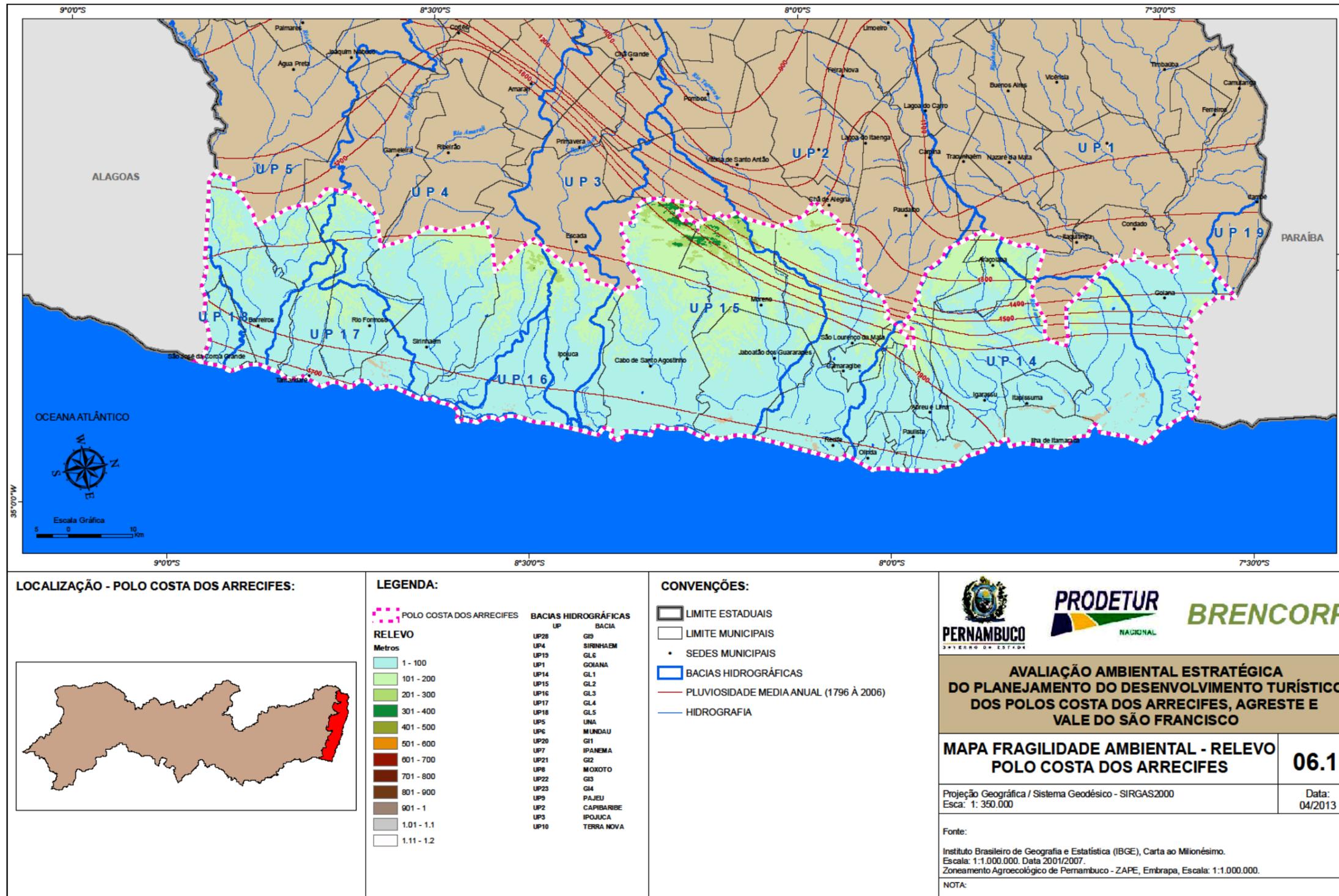
Anexo 2: Mapas da Bacias Hidrográficas do Polo Costa dos Arrecifes



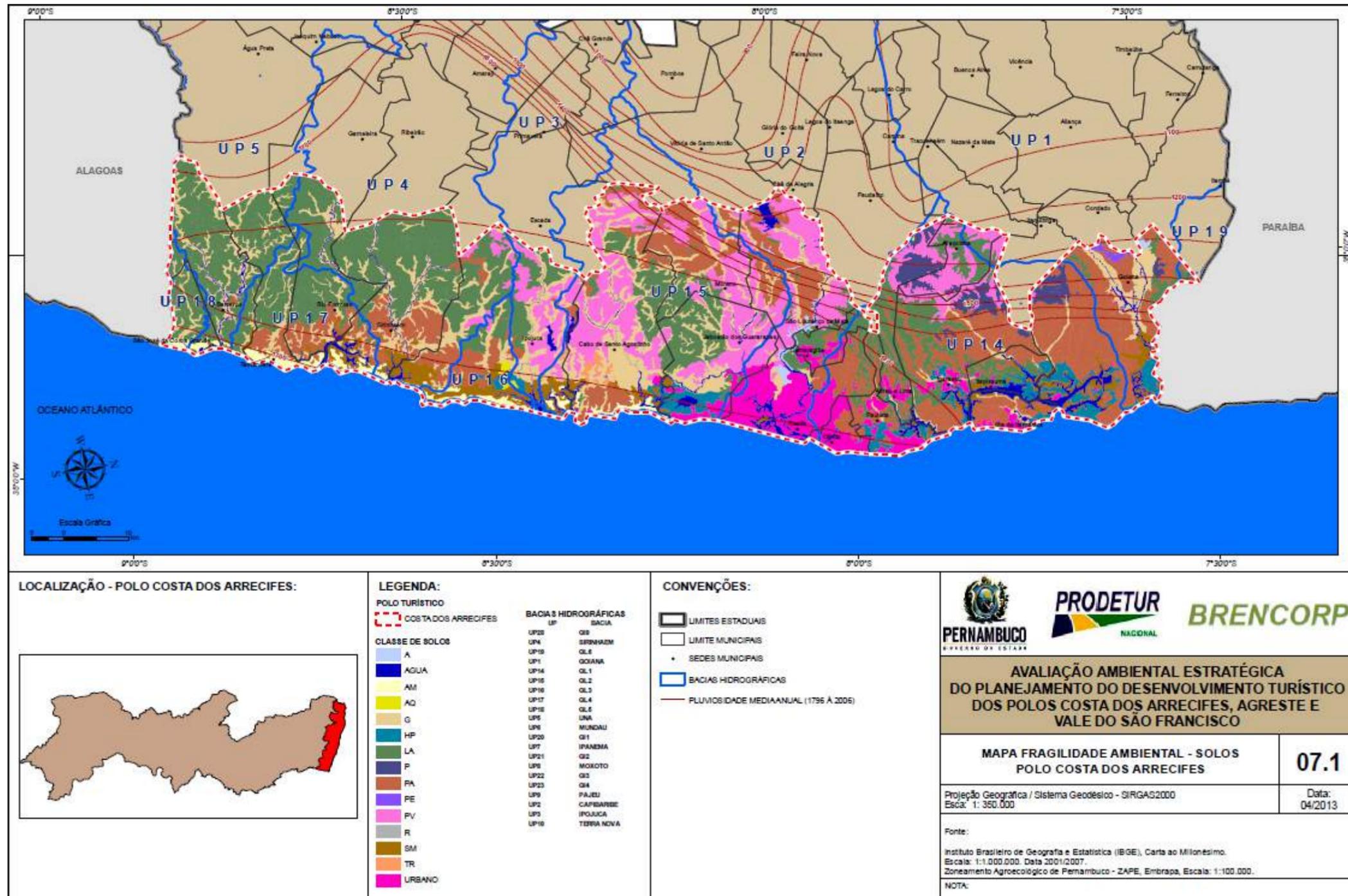
Anexo 3: Mapa das Unidades de Uso do Solo - Polo Costa dos Arrecifes



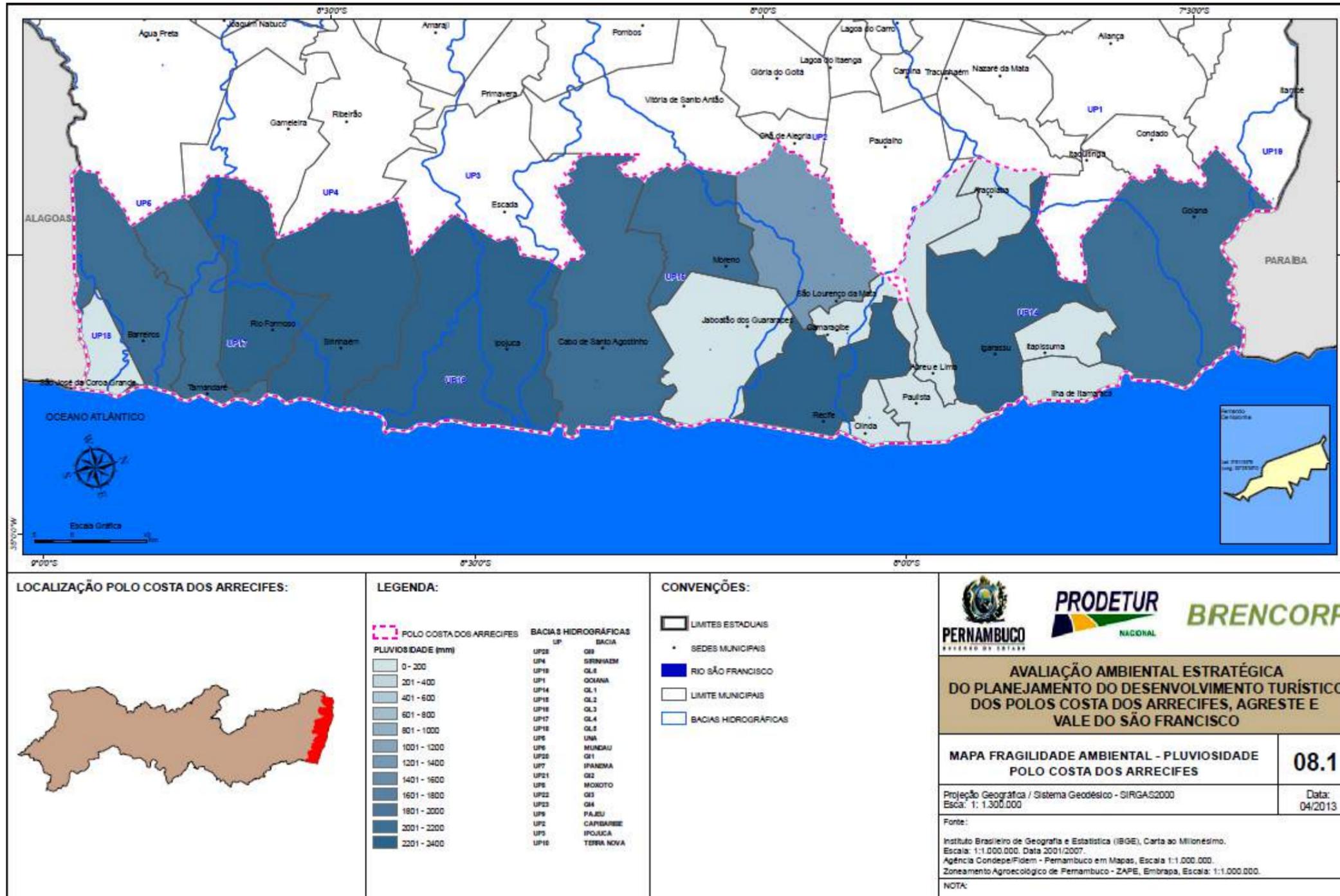
Anexo 4: Mapa Fragilidade Ambiental - Polo Costa dos Arrecifes - Altimetria



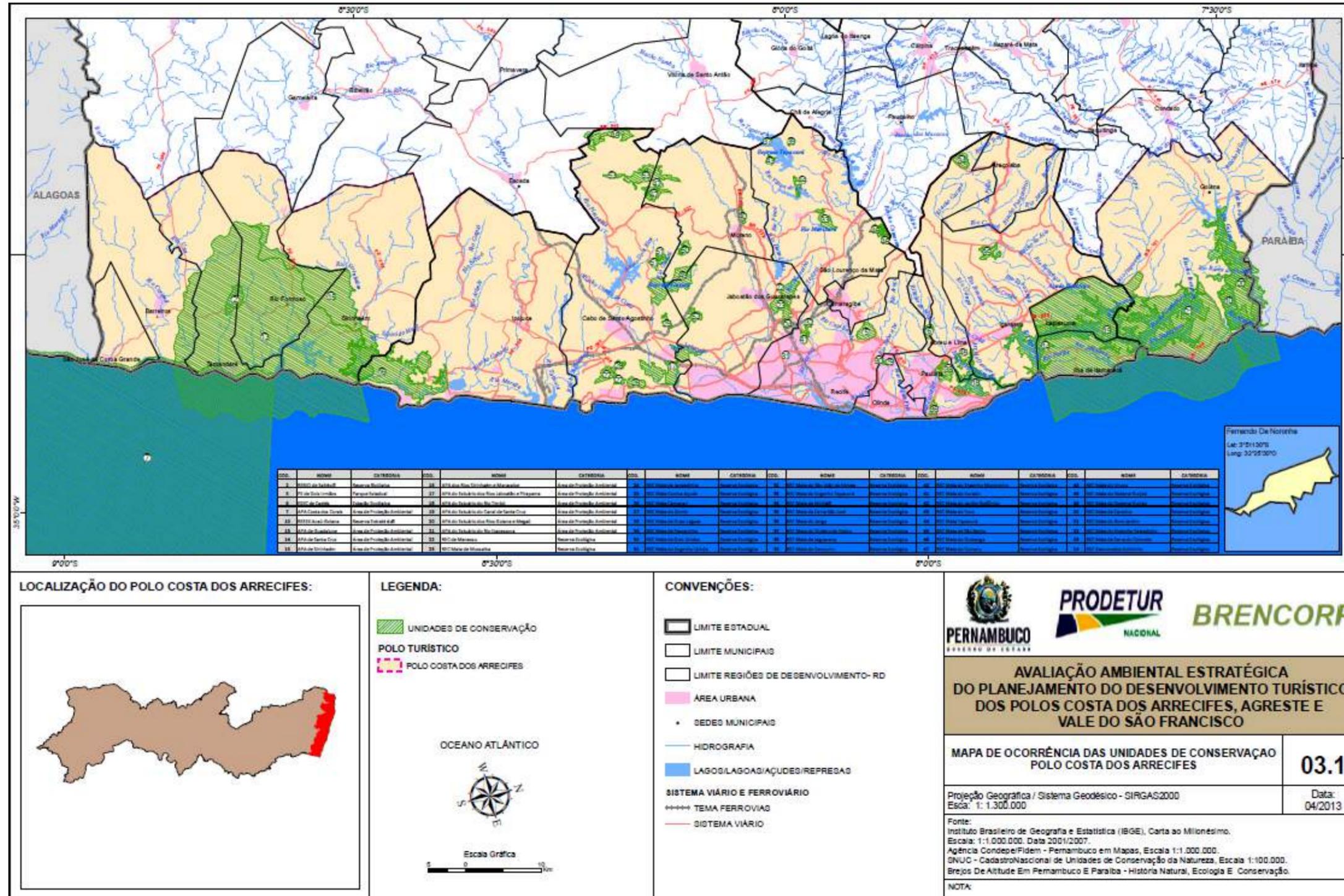
Anexo 5: Mapa Fragilidade Ambiental - Polo Costa dos Arrecifes - Solos



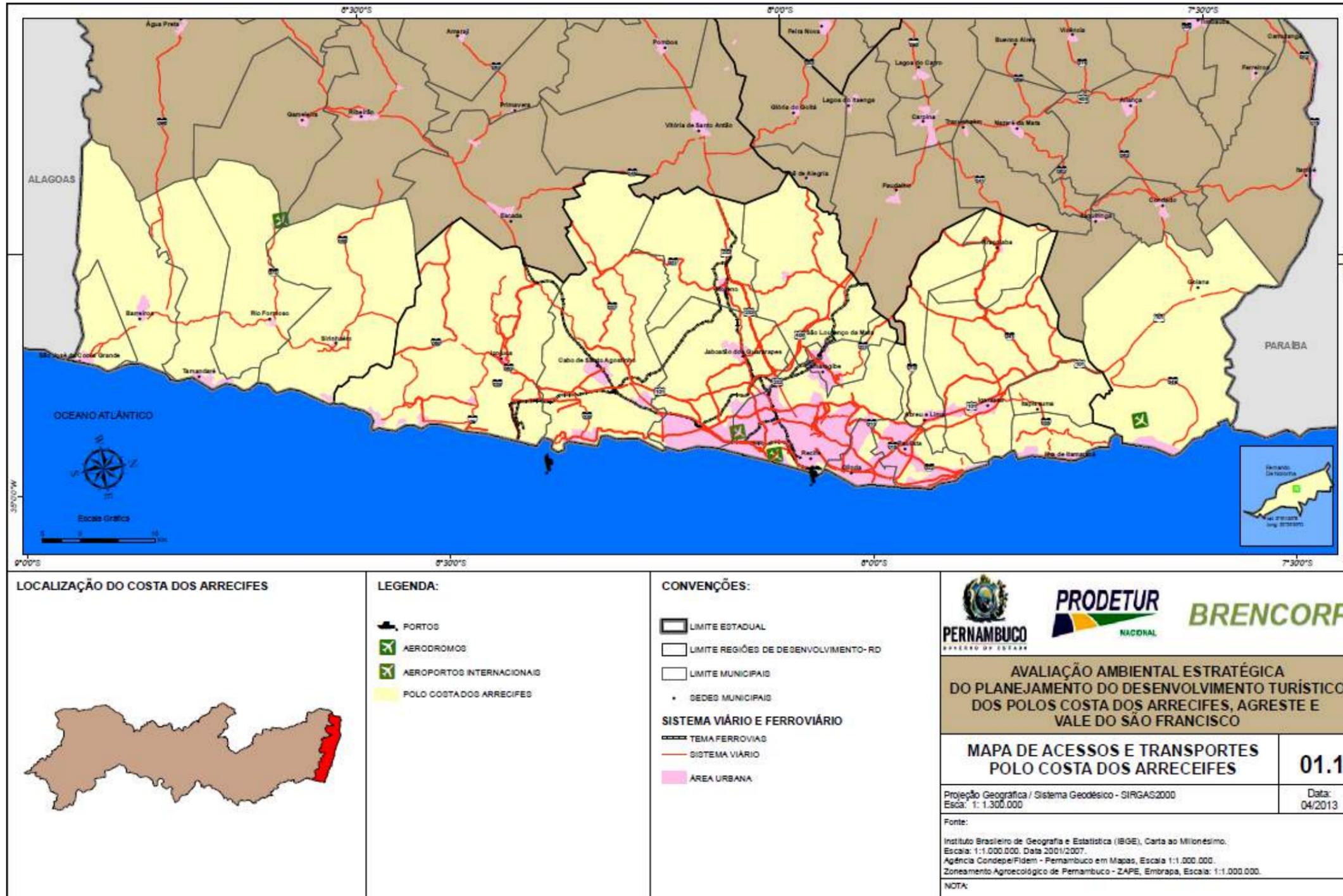
Anexo 6: Mapa Fragilidade Ambiental - Polo Costa dos Arrecifes - Pluviosidade



Anexo 7: Mapa Unidade de Conservação - Polo Costa dos Arrecifes



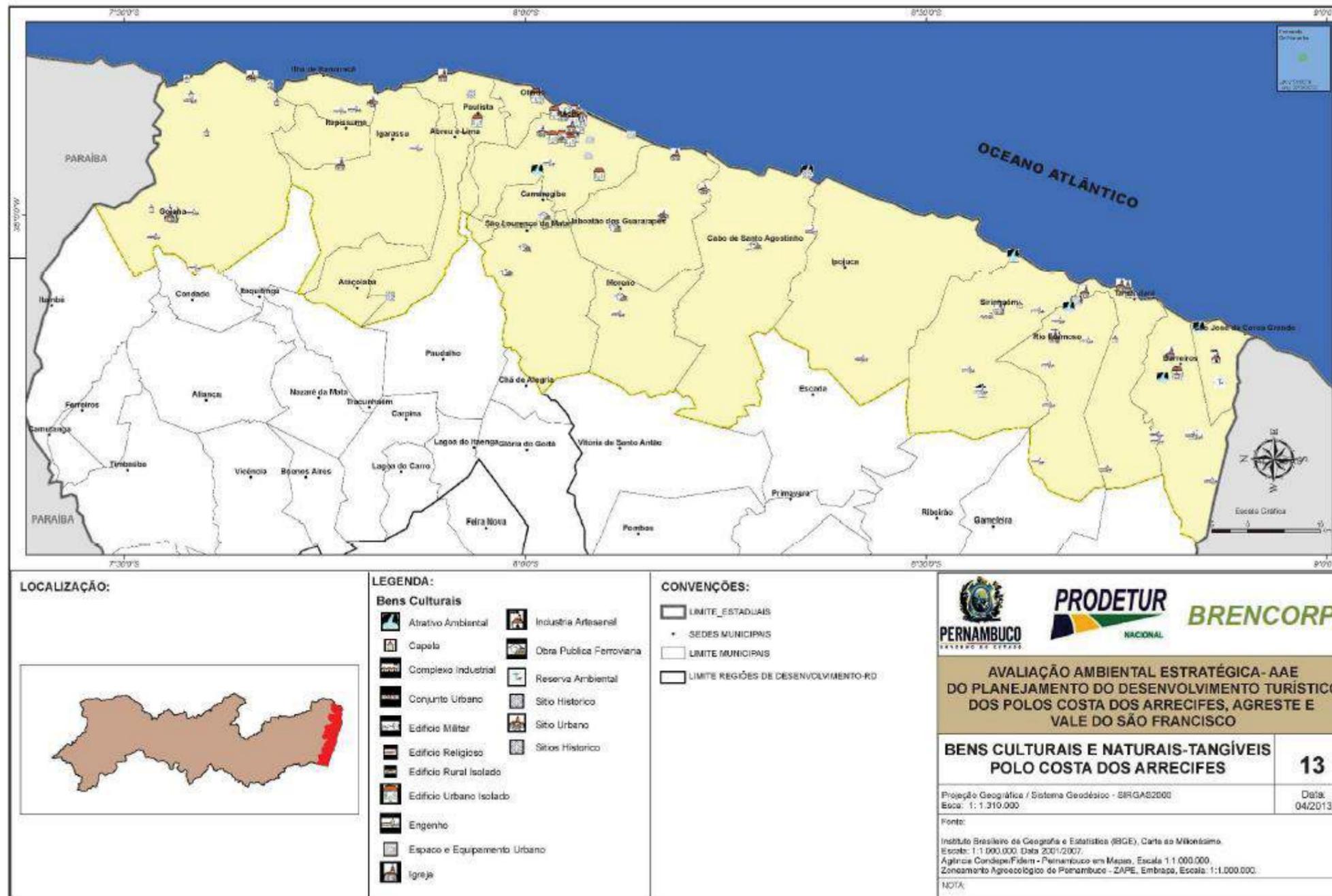
Anexo 8: Mapa de Acesso e Transporte - Polo Costa dos Arrecifes



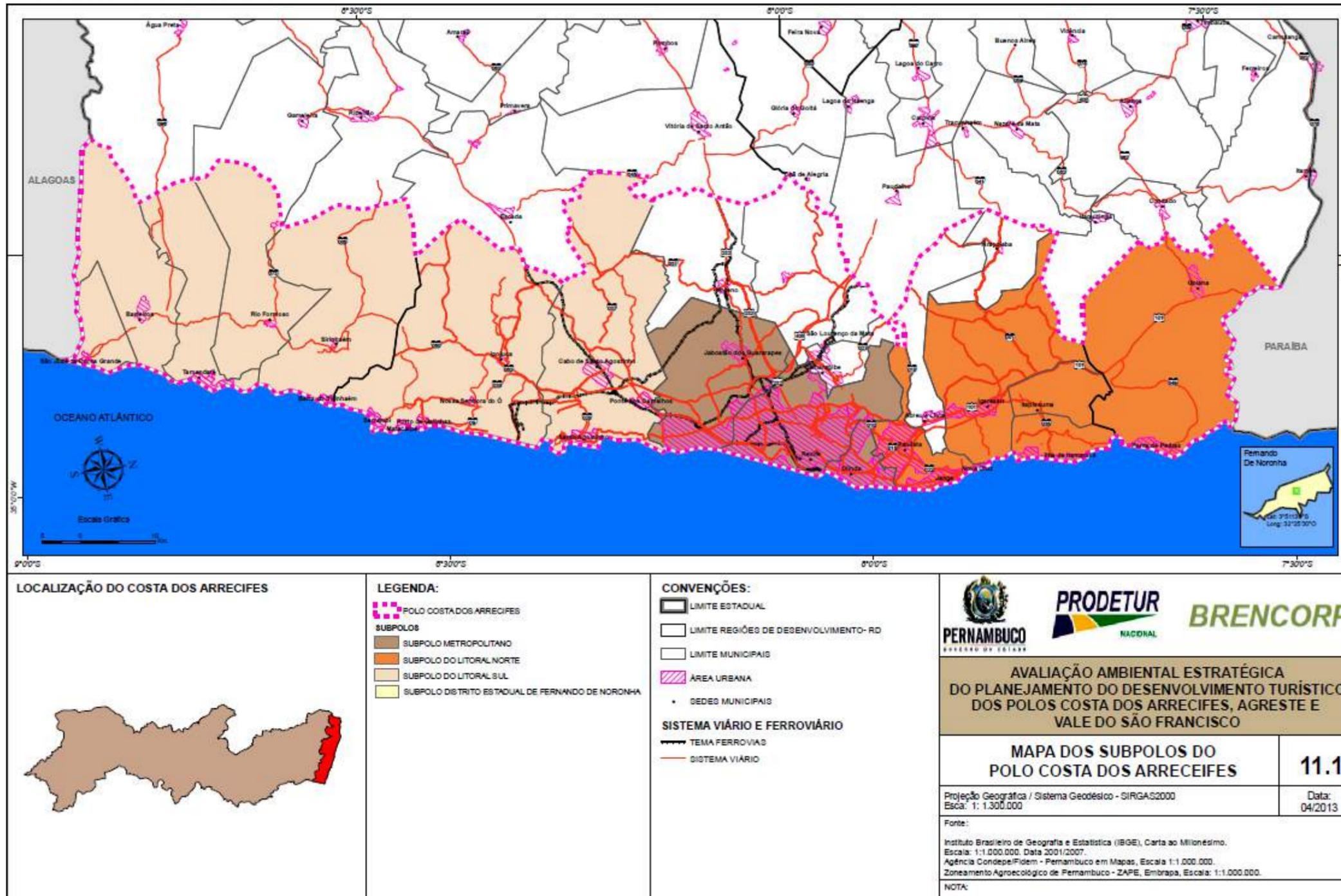
Anexo 9: Mapa Bens Culturais - Polo Costa dos Arrecifes



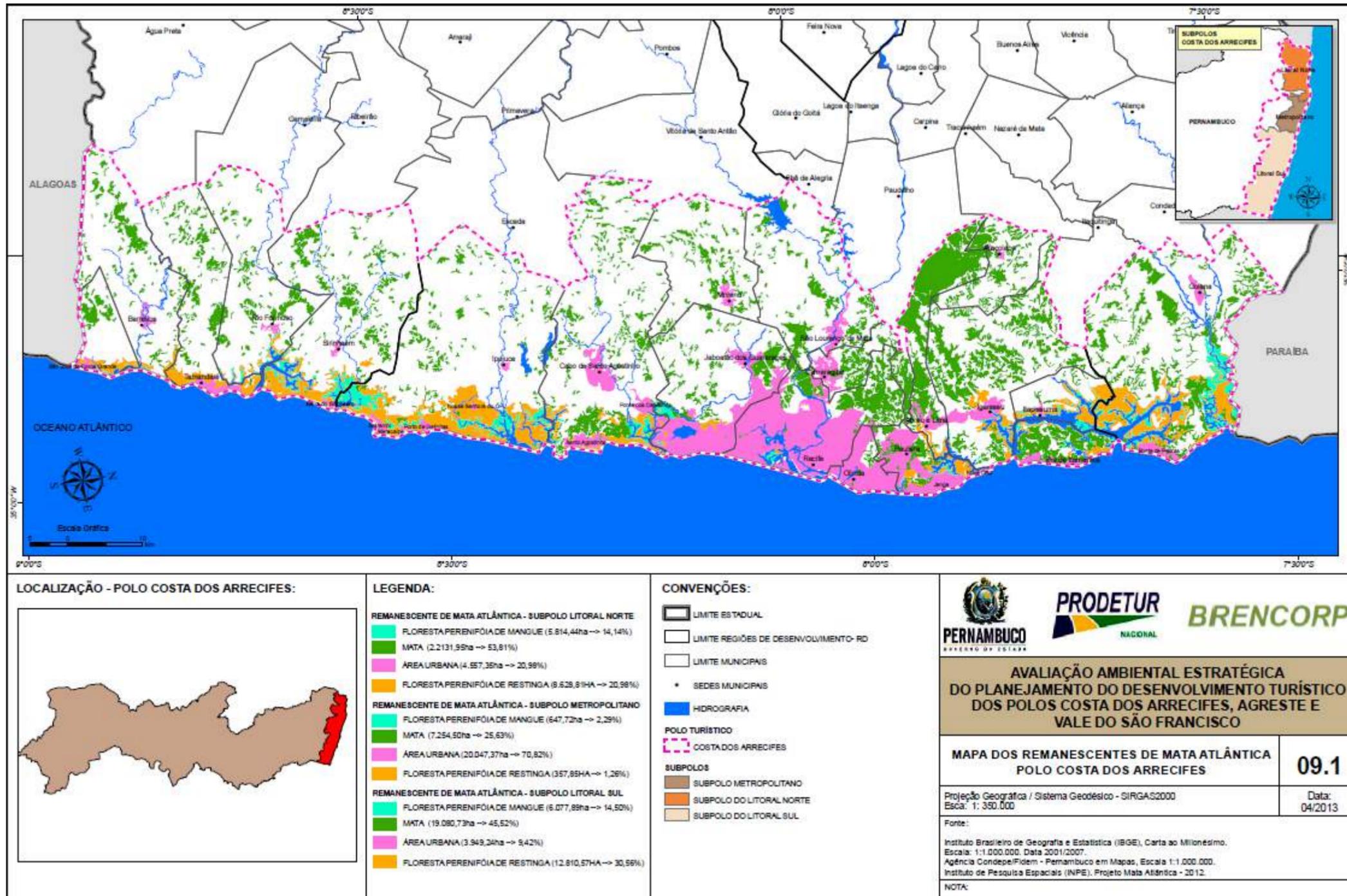
Anexo 10: Mapa Bens Culturais e Naturais- Polo Costa dos Arrecifes



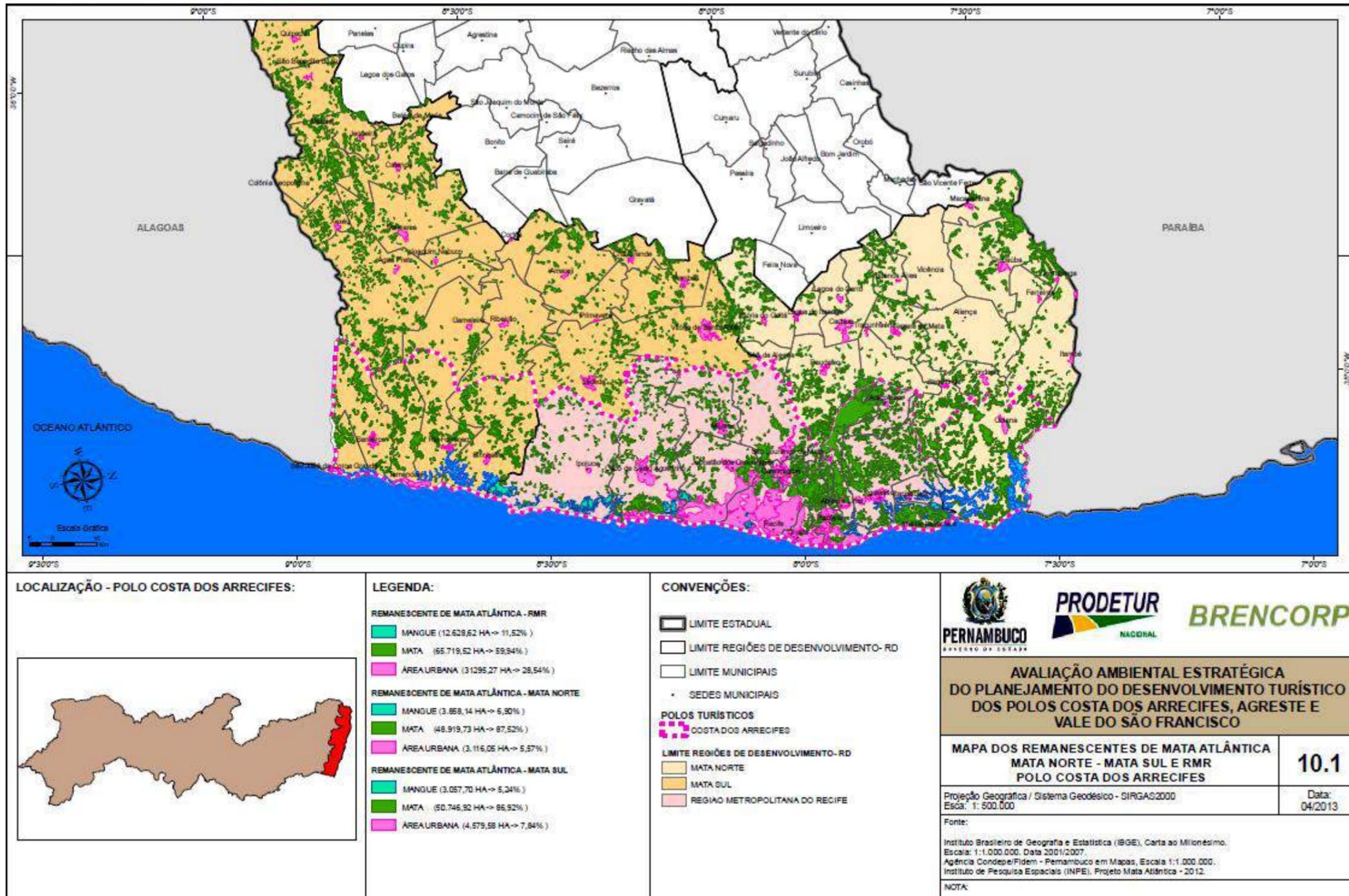
Anexo 11: Mapa dos Subáreas - Polo Costa dos Arrecifes



Anexo 12: Mapa dos Subáreas - Polo Costa dos Arrecifes



Anexo 14: Mapa dos Remanescentes de Mata - Polo Costa dos Arrecifes



Secretaria de
Turismo



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO



BRENCORP

CONSULTORIA, MEIO AMBIENTE E EMPREENDIMENTOS LTDA.
